

Juliana Nicolau

*Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens
empregadas domésticas na cidade de Marília*



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Juliana Nicolau

Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens empregadas domésticas na cidade de Marília

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ethel Volfzon Kosminsky.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Aparecida Ferreira Tolentino.

Marília - SP

2009

NICOLAU, Juliana

N101e

Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens empregadas domésticas na cidade de Marília/ Juliana Nicolau Santana. – Marília: UNESP, 2009.

226f : 30 cm

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

1 Emprego doméstico. 2 Relações de gênero. 3 Juventude. 4 Infância. 5 Representações sociais I. Autor II. Título.

CDD 305.43

JULIANA NICOLAU

Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens empregadas domésticas na cidade de Marília

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Memória

Bolsa de Mestrado: FAPESP

Data de Defesa: 31/03/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Célia Aparecida Ferreira Tolentino

Titulação: Profª Doutora

Instituição: UNESP/ Marília

1º Examinador: Geraldo Romanelli

Titulação: Prof. Doutor

Instituição: USP/ Ribeirão Preto

2º Examinador: Luiz Antônio Francisco de Souza

Titulação: Prof. Doutor

Instituição: UNESP/ Marília

Suplente: Tatiana Savóia Landini

Titulação: Profª Doutora

Instituição: UNIFESP/Guarulhos

Local: **Universidade Estadual Paulista - UNESP**

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

Dedicatória

Ao Massao Ide
À Maria Tereza Nicolau
Às famílias que participaram desta pesquisa

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que contribuíram e me auxiliaram na realização desta pesquisa. A estes eu quero expressar o meu reconhecimento dos seus acréscimos positivos, mesmo que somente em palavras...

À minha querida prof^a Dr^a. Ethel Volfzon Kosminsky, conjugação particular de simplicidade e humanidade, que gentilmente me recebeu como orientada, no meu primeiro ano de graduação, e desde então me acompanha e acredita nas minhas possibilidades, destaco o incentivo moral e o ensino de um modo peculiar de pesquisar.

Às crianças, jovens, responsáveis e empregadores colaboradores desta pesquisa, que me disponibilizaram o seu tempo e a sua atenção e ao compartilharem comigo parte de suas experiências e rotinas possibilitaram a realização deste trabalho.

À Karen (nome fictício), jovem de 15 anos, que voluntariamente me apresentou às crianças e aos jovens empregados domésticos do seu bairro.

Aos professores Drs. Geraldo Romanelli e Luís Antônio Francisco de Souza pela leitura cuidadosa do meu trabalho; pela presença no exame de qualificação; pelas sugestões e críticas realizadas; pelas explicações relevantes e indicações bibliográficas, que contribuíram para o êxito desta dissertação.

À prof^a. Dr^a Célia Aparecida Ferreira Tolentino, co-orientadora, que me acolheu no final desta pesquisa e mesmo assim trouxe ótimas contribuições.

À FAPESP pela bolsa que viabilizou a presente pesquisa.

Ao prof. Dr. Alexandre Bergamo pela leitura do meu projeto de mestrado e as importantes sugestões de alterações.

Às professoras Dr^a Tânia Brabo e Dr^a Valéria Barbosa pela disponibilidade e atenção constante.

À prof^a Dr^a Guita Debert, da UNICAMP, com quem cursei a disciplina “Estudos de Gênero” e que foi de grande valia tanto em termos de discussão quanto de experiências compartilhadas com os colegas.

À minha mãe, Maria Tereza, pelos exemplos de luta, perseverança, vitória e pelas palavras de incentivo.

Ao Massao Ide pelo seu carinho, cuidado e apoio, que superou a distância geográfica e o fuso horário; por dividir tanto comigo; por entender os meus destemperos. *Yoku shitte oru da na. O-sewa ni narimashita!*

Aos queridos amigos Zedenil Rodrigues, Maria Clara Teles, Charlene Lemos, Joana D’Arc Teixeira, Carla Cordeiro, Viviane Barbosa Lopes, Naira Daubermann e Emiko Sasai pelo companheirismo, entusiasmo e pela atenção com que se dispuseram a me ouvir.

À minha amiga Érica Maggi, leitora de parte dos meus textos, pela atenção e colaboração.

Aos meus irmãos Flavinho e Silas; ao meu pai, Manoel e aos que chegaram Ana Paula Bispo, Ana Paula Santos, Denise e João Victor.

Ao “Baixinho” (*in memorian*) pela presença na ausência.

Aos colegas Élson Menegazzo, Tiago Rodrigo de Paula, Cristina Calili, Sonia Crancianinov, Roberta Amorim, Welber Tomyo Tsukada, Anderson Luiz Pereira, Jefferson Belarmino, Renato Botão, Isaac Abdoral Gonçalves, Gabriela do Espírito Santo, Elisângela Santos, Gerson Oliveira, Nádia Paulino, Boris Magalhães, Andrey Zanon e Ricardo Santos pela disponibilidade, auxílio, dicas bibliográficas, sugestões e boa vontade.

Ao pessoal da secretaria de pós-graduação e da biblioteca pelo apoio administrativo e paciência, especialmente à Aline Silva, Ilma Binatto e Sonia Fautisno.

À Maria Inez Bauer do departamento de Sociologia e Antropologia e à Sylvia Helena de Moraes do escritório de pesquisa por sempre atenderem às minhas solicitações com simpatia e carinho.

À Patrícia Cordeiro que me auxiliou na revisão e organização final desta pesquisa.

Aos colegas e professores do programa de pós-graduação em Ciências Sociais e Educação da UNESP e Antropologia da UNICAMP, que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos agradeço sinceramente!

Resumo:

A presente dissertação intitulada “Entre os discursos, as representações e as práticas: crianças e jovens empregadas domésticas na cidade de Marília”, é resultado de uma pesquisa que teve a finalidade de analisar as representações de infâncias, juventudes, relações de gênero, trabalho e emprego doméstico das próprias crianças e jovens. Embora o nosso estudo tenha como foco a visão de mundo das crianças e dos jovens empregados domésticos, também trazemos as falas dos seus pais/responsáveis e empregadores. Para tanto, realizamos pesquisas bibliográficas sobre infância, juventude, relações de gênero e trabalho doméstico; investigação empírica, a partir da aplicação de questionários fechados e entrevistas semi-estruturadas com uma criança e nove jovens (adolescentes), duas mães, uma tia, um pai e duas patroas, todos moradores da cidade de Marília, Estado de São Paulo; pesquisa de macro dados do IBGE (PNAD, 2006) e da legislação sobre o emprego doméstico. Os dados obtidos indicam que parte das participantes da nossa pesquisa teve uma infância plena de brincadeiras, embora nem sempre protegida e tranquila; outra parcela ressaltou uma infância de trabalho, que eles próprios caracterizaram como não-infância. Sobre os conceitos de juventude, a maioria das jovens empregadas domésticas, através de um discurso de distinção grupal, enalteceu a sua própria atuação e utilizou um tom crítico e moralista para os demais pares. O trabalho doméstico é considerado tanto como uma obrigação a ser desempenhada pelas mulheres de qualquer idade quanto um mecanismo para assumir responsabilidades, controlar, disciplinar, treinar e afastar da ociosidade as crianças e os jovens de ambos os sexos. Estes e os seus responsáveis/pais reconhecem as más condições de trabalho no labor doméstico e, ao mesmo tempo, percebem-no como uma oportunidade de melhoria das condições de vida e como uma resposta às suas necessidades. Consideramos que modificações nestes quadros podem ser atingidas no momento em que se proporem políticas públicas voltadas para a família.

Palavras-chave: emprego doméstico, relações de gênero, juventude, infância, representações sociais.

ABSTRACT

“Between Discourses, Representations, and Practices: Children and Youth as Housemaids in Marília City” is a research that aims to analyze children and youth’s representations of childhood, youth, gender relationships, labor and domestic work. Besides focusing on domestic children and youth’s “weltanschauung”, we also interviewed their parents and guardians, and their employers. We worked on books and articles related to childhood, youth, gender relationships and domestic work. We applied questionnaires and semi-structured interviews with one child and nine youth, two mothers, one aunt, one father and two female bosses, all of them dwellers of Marília City, São Paulo State. We also collected IBGE data (PNAD, 2006), and study domestic service legislation. According to our information, some of our subjects had a childhood with toys and games, although not always protected and peaceful. Others had a working childhood, which they called a non-childhood. Regarding the concept of youth, most of our interviewees dignified themselves, and criticized their peers’ behavior. We concluded that domestic work is women’s obligation and a means for children and youth of both sex to assume responsibilities, to learn some skills, and to prevent them from idleness. Children, youth, and their parents or guardians pointed out to bad domestic work conditions, and at the same time see this kind of labor as an improvement of their life situation, and an answer to their needs. We suggest that, through public policy toward family, the lives of children and youth could improve.

Key-words: childhood, youth, gender relationships, domestic labor, social representations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População da cidade de Marília- por grupos de idade - 2006	32
Quadro 1.2	Origem, condições de moradia e composição das famílias	61
Quadro 1.2.1	Origem, condições de moradia e composição das famílias empregadoras	62
Quadro 1.3	Pessoas ocupadas e valores dos rendimentos médios familiares	64
Quadro 1.3.1	Pessoas ocupadas e valores dos rendimentos médios familiares	64
Quadro 1.4	Grau de escolaridade das crianças, jovens e responsáveis	66
Quadro 1.5	Os significados apontados para a escola pelas crianças e jovens	67
Quadro 2	Representações sobre as crianças contemporâneas	105
Quadro 2.1	Principais atividades de lazer	113
Quadro 3	Horas diárias dedicadas aos trabalhos domésticos, durante a semana	133
Quadro 4	As jornadas diárias e semanais de trabalho	161
Quadro 4.1	Os tipos de contrato de trabalho e de vínculo empregatício	165
Quadro 4.2	As dificuldades e os problemas encontrados no emprego atual	171
Quadro 4.3	Representações do labor doméstico	172
Quadro 4.4	Por que os jovens têm dificuldade para encontrar emprego?	181
Quadro 4.5	As preocupações das crianças e dos jovens para o futuro	181
Quadro 4.6	Iniciativas para melhorar as condições de emprego da juventude	182

LISTA DE SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DCA	Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente
DNCr	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FAEP	Faculdade do Ensino Superior do Interior Paulista
FAJOPA	Faculdade João Paulo II
FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LBA	Legião Brasileira de Assistência
NEIA	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância e Adolescência
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pró-jovem	Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
PRONAGER	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERT	Secretaria de Emprego e Relações do estado de São Paulo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIMAR	Universidade de Marília
UNIVEM	Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Histórico da pesquisa.....	18
Cap.1:	
1.1- A construção do objeto de estudo.....	18
1.1.1 - Procedimentos para coleta de dados.....	25
1.2 - Um pouco sobre o histórico e os dados atuais de Marília.....	29
1.2.1 – Aspectos demográficos, sócio-econômicos e serviços urbanos.....	31
1.3 – Os bairros selecionados.....	33
1.3.1 – Jardim Miriam	34
1.3.2 – Jardim Clara Maria	35
1.3.3 - Jardim Nossa Senhora de Fátima	35
1.4- O trabalho de campo.....	37
1.4.1 – As recusas iniciais à concessão de informações e o contorno da situação.....	37
1.4.2 – De volta ao campo: apresentação da pesquisa aos responsáveis, às crianças e aos jovens	38
1.4.3- Os contatos com os colaboradores da pesquisa: relatos e cenas.....	40
1.4.3.1 – Seu Floriano e Florinda.....	40
1.4.3.2 – Jennifer.....	42
1.4.3.3 – Vanessa e dona Silvia	44
1.4.3.4 – Simone	46
1.4.3.5 – Daniele e dona Geni.....	47
1.4.3.6 – Suelen e dona Cícera	48
1.4.3.7 – Luísa e dona Maria Aparecida.....	50
1.4.3.8 – Jéssica	53
1.4.3.9 – Dona Angelita e Aline	54
1.4.3.10 – Cristina e dona Fernanda.....	57
1.5- As configurações e os perfis das famílias pesquisadas.....	59
Cap.2:	
Infâncias e juventudes: relações e práticas sociais.....	70
2.1- Infâncias e juventudes brasileiras nas camadas populares: algumas considerações históricas	70
2.1.1 - Crianças e jovens no século XIX: formar trabalhadores e manter a ordem.....	71
2.1.2 - Crianças e jovens no século XX: da política de assistência social às políticas públicas.....	76
2.2- Fragmentos teóricos da sociologia da infância e da juventude.....	83
2.3- A juventude e a infância como geração.....	99
2.4- Definições e percepções da infância e da juventude.....	103
2.4.1- As representações das infâncias e das juventudes pelas próprias crianças,	103

jovens, pais/responsáveis e empregadores.....	
2.4.2 – As juventudes e os jovens: como elas representam a si mesmas e aos outros	111
Cap.3: Crianças e jovens: construção de identidades e papéis de gênero.....	121
3.1 - Fragmentos históricos/teóricos dos estudos feminista/de gênero	122
3.2 - A construção das identidades femininas e masculinas em crianças e jovens brasileiros	128
3.3- As representações dos papéis masculinos e femininos em relação ao trabalho doméstico	132
Cap.4: Olhares, representações e discursos sobre o labor infanto-juvenil.....	142
4.1 - O labor doméstico: fragmentos históricos e legais.....	142
4.2 – O emprego doméstico: breve revisão da literatura.....	148
4.3 – A distinção entre trabalho e labor doméstico	153
4.4 – As representações e os significados do labor precoce	155
4.5 - As condições do labor infanto-juvenil doméstico nos casos estudados	160
4.5.1 – Sobre as percepções dos horários de trabalho e das tarefas desempenhadas	160
4.5.2 – Os direitos do trabalho.....	165
4.5.3 – As representações do labor infanto-juvenil doméstico	172
4.5.4- Por que continuar no labor doméstico? A necessidade e os impasses de mudança profissional	179
Considerações finais	185
Referências	193
Bibliografia consultada	200
Apêndice A – Roteiro de Identificação.....	202
Apêndice B – Caracterização das famílias das crianças e jovens domésticas....	203
Apêndice C – Caracterização das famílias empregadoras.....	205
Apêndice D – Questionário para crianças e jovens (QCJ).....	207
Apêndice E – Questionário para os responsáveis/pais e empregadores (QRE)	215
Apêndice F – Roteiro de entrevista semi-estruturada para crianças e jovens	220
Apêndice G – Roteiro de entrevista semi-estruturada para responsáveis/pais	223
Apêndice H – Termo de consentimento livre e esclarecido	226

Introdução



Esta pesquisa aborda as concepções de infâncias, juventudes, relações de gênero e trabalho entre crianças e jovens empregadas domésticas. A definição desta temática iniciou-se na graduação, durante a qual tive a oportunidade de participar do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância e Adolescência (NEIA). Neste grupo, sob a orientação de um dos coordenadores, montei o projeto de iniciação científica intitulado “O trabalho doméstico infanto-juvenil na cidade de Marília”, que discutiu a dimensão e a natureza do trabalho doméstico em prol do grupo familiar e do emprego doméstico prestado para terceiros nessa cidade.

No desenvolvimento da pesquisa empírica desse projeto de iniciação científica, encontrei diversos tipos de arranjos familiares, parte deles em transição e modificação estrutural e organizacional. Metade dessas famílias era monoparental feminina e, geralmente, as mães exerciam atividades extra-lar remuneradas, conciliadas com o trabalho doméstico, que envolvia atividades de manutenção e limpeza, cuidados com crianças, idosos, doentes e manutenção das redes de socialização familiar.

A fim de diminuir os efeitos da sobrecarga das suas tarefas, das responsabilidades dos cuidados com a casa e os familiares, as mães incentivavam os seus filhos mais velhos ou *disponíveis* a auxiliar ou até mesmo se responsabilizar pela manutenção da limpeza, organização da casa, cuidados com eles próprios e das outras crianças.

Para executarem essas tarefas, as crianças recebiam diversos *treinamentos* por suas mães ou outras figuras femininas de sua família. As meninas eram mais cobradas e consideradas mais aptas do que os meninos quanto a sua execução de forma cuidadosa e

1 As ilustrações se referem ao concurso de desenho infantil sobre o trabalho infantil doméstico, realizado em 2003, promovido pelo Jornal Folha de São Paulo, em parceria com a Fundação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

prestativa. Uma parte dos meninos, por ser o mais velho ou não contar no quadro de irmãos uma figura feminina, também recebia o *treinamento*, contudo eles eram mais liberados dos encargos domésticos em razão de relações de gênero desiguais.

Outra parte dos meninos e rapazes entendia que a realização dos afazeres domésticos poderia incorrer no não desenvolvimento de habilidades como agressividade e competitividade e conseqüentemente na perda de sua masculinidade ou até em dependência econômica da futura mulher. Apesar da resistência masculina em compartilhar das tarefas domésticas, no decorrer da pesquisa deparei-me com um caso em que houve inversão da divisão sexual do trabalho, no qual o marido, então desempregado, cuidava da casa e dos filhos adolescentes, enquanto a sua esposa realizava o trabalho extra-lar.

Por meio das observações, das conversas informais e dos comentários feitos durante as entrevistas percebi que a maioria dos responsáveis e dos homens de diferentes idades via como uma humilhação a possibilidade dos últimos exercerem a função de empregado doméstico. Esse mesmo grupo não se opunha e olhava com naturalidade o fato de as meninas e as moças desempenharem a referida função, já que esta quando realizada por elas tornava-se tão importante e necessária quanto às demais.

As crianças e as jovens que prestavam serviços para terceiros, como empregadas domésticas, diferenciavam a ação de realizar o trabalho doméstico para os familiares e para os empregadores. No primeiro caso, as atividades eram associadas à reciprocidade, à obediência, à obrigação e, no segundo, à necessidade de sobrevivência e à *chateação* de limpar a sujeira ou arrumar a *bagunça* do outro.

A prestação de serviços para terceiros tornava-se mais difícil quando existiam crianças e jovens no local de trabalho. Isto porque as brincadeiras, os brinquedos e outras atividades realizadas por esses podiam atrapalhar a manutenção da limpeza da casa e das coisas em certa ordem, as principais preocupações das crianças e das jovens empregadas domésticas. Por vezes, a tendência em atentar-se para os cuidados com a casa faz com que as últimas de serviços classifiquem como bagunça a utilização do espaço doméstico pelas crianças e jovens das famílias empregadoras.

Assim, as crianças e as jovens domésticas comentavam que em seu cotidiano precisam superar as dificuldades impostas por um ambiente de pobreza material, resolver problemas e adquirir certa autonomia, primeiro trabalhar para depois, talvez, se divertir, enquanto as crianças e os jovens empregadores tinham outras obrigações e atividades. Estas, principalmente quando envolviam práticas lúdicas e recreativas, eram desaprovadas pelas

prestadoras dos serviços domésticos ou a causa de relações tensas entre empregadas e empregadores, apesar dos cuidados e da proteção que dispensavam às crianças e aos jovens das famílias empregadoras.

A partir das observações dos diferenciais de gênero no trabalho doméstico e no emprego doméstico, da leitura de textos que discutiam os direitos das crianças e de parte dos jovens ao não trabalho e da necessidade da incorporação de relações de simetria e igualdade entre meninos e meninas surgiram novas perguntas, que não foram respondidas durante a pesquisa da graduação. Quais as concepções e significações de infâncias, juventudes e relações de gênero que permeiam esse contexto? Que representações eles têm de si e de outras crianças e jovens? Quais as relações entre trabalho doméstico e emprego doméstico? Quais as suas práticas e as suas concepções de trabalho? Como as crianças e os jovens empregados domésticos se reconhecem? Que questões afetam essas crianças e jovens?

Inquietada pelas questões acima mencionadas, iniciei o desenvolvimento do presente estudo que entre os objetivos estabelecidos, destaco: discutir as concepções de infâncias e juventudes na contemporaneidade; conhecer e refletir sobre o que as crianças e os jovens participantes pensam sobre as suas próprias infâncias e juventudes; analisar as relações e as identidades de gênero formadas nos âmbitos familiares e de trabalho; identificar as representações sociais dos participantes acerca do trabalho e do emprego doméstico; debater as implicações do emprego doméstico no cotidiano das crianças e dos jovens; contribuir para uma discussão a respeito dos aspectos culturais e contextuais que interferem e/ou contribuem para o estabelecimento do labor doméstico infanto-juvenil.

Para a realização desta pesquisa dois passos aconteceram concomitantemente. O primeiro passo foi pesquisar a bibliografia sobre os trabalhos acadêmicos produzidos e que se referiam, principalmente, à infância, à juventude, às relações de gênero e ao labor doméstico. O segundo passo foi identificar e conhecer 10 crianças e jovens empregados domésticos, com idade entre 11 e 17 anos e residentes na cidade de Marília. Apesar da faixa etária dos participantes deste estudo, descartei o emprego da expressão adolescente, que me parece vinculada às idéias das mudanças biológicas e psicológicas e de crises advindas dos confrontos ideológicos. Nesse estudo, utilizo a expressão jovem porque pretendo tratar desses indivíduos a partir da dimensão histórica e cultural, enquanto agentes sociais.

Na segunda etapa, realizei um trabalho de campo que incluiu entre 4 e 7 visitas às casas das referidas crianças e jovens. Antes de colher os dados e as visões dos participantes, esclareci os objetivos e os porquês da pesquisa; em seguida solicitei a autorização por escrito

dos pais/responsáveis ou patrões; depois utilizei conversas informais, roteiro de identificação, roteiro de caracterização das famílias das crianças e jovens e das famílias empregadoras, questionário fechado, entrevistas individuais semi-estruturadas e observações diretas.

Analisei os discursos produzidos pelas crianças e pelas jovens, pelos seus pais/responsáveis e patrões. Sem me deter apenas nas falas, procurei compreender como elas se articulavam ao contexto e as experiências dessas pessoas. Por sugestão da banca durante o exame de qualificação, optei por destacar os discursos das crianças e das jovens empregadas domésticas sem, contudo, deixar de trazer as falas dos pais/responsáveis e patrões.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: na primeira seção há a introdução e as considerações metodológicas e do trabalho de campo. Cada uma das três seções posteriores segue o seguinte modelo: apresentação histórica, discussões teóricas e análise dos dados empíricos.

O capítulo I apresenta os procedimentos implementados e os caminhos percorridos no que se refere ao suporte teórico, à metodologia, à construção dos instrumentos de coleta, aos critérios para a escolha dos bairros, dos participantes da pesquisa, ao tratamento dos dados, entre outros.

O capítulo II contém, na primeira parte, um resumo histórico da infância e da juventude no Brasil o qual, a partir da socialização para o trabalho, desenha a formação das crianças e dos jovens; as discussões das principais concepções teóricas da sociologia da infância e da juventude na contemporaneidade e traz as contribuições de Erik Erikson, Helena Abramo, Samuel Eisenstadt, José Machado Pais, Karl Mannheim, Phillippe Áries, Jean Qvortrup, Leena Alanen, Joe Kincheloe, Shirley Steinberg, William Corsaro, Manuel Sarmiento, Alan Prout etc. Na segunda parte, analiso as representações das infâncias e das juventudes contemporâneas entre as crianças, os pais/responsáveis e os empregadores que participaram do estudo e comparo as narrativas sob o ponto de vista intra e intergeracional.

A primeira parte do capítulo III traz as trajetórias e os padrões teóricos dos movimentos feministas, as conceituações de gênero, as discussões das identidades e dos papéis de gênero entre as crianças e os jovens e alude aos trabalhos de Joan Scott, Guacira Louro, Donna Haraway, Judith Butler, Elena Bellotti, Déborah Sayão, Maria Luiza Heilborn, Elizabeth Cruz, Pierre Bourdieu, entre outros. Na segunda parte, examino a construção das identidades e dos papéis de gênero no âmbito familiar, com ênfase à divisão do trabalho doméstico.

A primeira parte do capítulo IV é constituída de um resumo histórico, uma breve revisão literária do emprego doméstico no Brasil e a distinção entre o trabalho e o emprego/labor doméstico. A definição e a diferenciação desses conceitos são feitas, principalmente, com base no pensamento de Hannah Arendt. Assim, nesta dissertação quando uso o termo trabalho doméstico refiro-me às atividades domésticas realizadas em prol do grupo familiar e ao utilizar o termo emprego/labor doméstico aludo-me às mesmas atividades, porém realizadas para terceiros, mediante alguma forma de remuneração. A segunda parte traz as representações e os sentidos do trabalho precoce e do labor doméstico infanto-juvenil.

No capítulo V, apresento as considerações finais, agrupo as representações e os discursos das crianças, jovens, pais/responsáveis e patrões sobre as perguntas que nortearam o estudo, como também aponto algumas sugestões de ações e projetos que podem contribuir para a modificação dos quadros analisados.

Capítulo I

Histórico da pesquisa



1.1 - A construção do objeto de estudo

Nos anos 1990, a questão do trabalho infantil e juvenil toma proporções mundiais. Várias instituições e Estados nacionais buscam consolidar a proteção dos direitos das crianças e dos jovens pela erradicação das suas piores formas de trabalho, sobretudo, aquelas realizadas em locais insalubres e perigosos ou que impossibilitam o lazer, a frequência à escola e o convívio com os familiares.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)², por meio da convenção 138, recomenda a idade mínima entre os 14 e 15 anos para o ingresso no mercado de trabalho. No Brasil, desde 1994, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) com a colaboração de entidades pertencentes ao poder público e civil procuram ampliar o número dos agentes sociais, programas e campanhas publicitárias de sensibilização da população brasileira quanto a necessidade de combate ao trabalho precoce. Entretanto, é de forma lenta que a ideia de proteção das crianças e dos jovens trabalhadores torna-se parte do cotidiano da população brasileira.

O emprego doméstico infanto-juvenil traz a marca da informalidade, que está diretamente relacionada à ilegalidade, ao risco, à irrisória ou nenhuma remuneração. Tal informalidade é agravada pelo costume que condiciona as mulheres e as meninas aos cuidados e à organização da casa, o que não apenas contribui para que a categoria dos

² A OIT foi criada em 1919, tem sua sede em Genebra e faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU) (OIT, s/d).

empregados domésticos seja constituída majoritariamente por pessoas do sexo feminino e para a desvalorização dessa atividade em comparação às demais profissões.

O trabalho infantil doméstico continua a ser uma questão extremamente sensível, pois aparece freqüentemente disfarçado de acordos em família dentro de um ambiente supostamente protetor, onde as crianças – mais freqüentemente, as meninas – aprendem habilidades úteis. O trabalho infantil doméstico goza, por isso, de uma tolerância social semelhante à que se verifica no trabalho agrícola. Além disso, em muitos países, tem o apoio de uma elite educada. Isso vem, mais uma vez, ilustrar a importância da dimensão cultural na compreensão das causas desse problema, e das medidas necessárias para lhe dar uma resposta (OIT, 2006, p. 64).

Apesar de ser visto como uma ajuda e uma atividade leve, o emprego doméstico infanto-juvenil pode trazer consequências físicas e psicológicas negativas para as crianças e os jovens que o exercem. As pesquisas demonstram que por vezes essas crianças e jovens ficam expostos a situação que colocam em risco a sua saúde, segurança e moralidade, devido ao excesso de peso carregado, ao manuseio de facas, tesouras, uso de escadas, produtos químicos e possibilidade de abusos sexuais. Castanha (2002, p. 7) assinala que

[...] o trabalho doméstico para as meninas pode representar uma grave forma de violência, porque dela derivam outras violações de direitos, inclusive a violência física e sexual. O cotidiano do trabalho doméstico viola direitos fundamentais como educação, saúde e profissionalização, impede a convivência da criança com sua família e sua comunidade e submete as crianças e adolescentes ao poder e domínio de um ambiente privado, propício à violação dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade.

No Brasil, o emprego doméstico infanto-juvenil não tem sido muito estudado. Envolto no silêncio, na informalidade e na ilegalidade a sua realidade é conhecida parcialmente. Contudo, pesquisadores como Sabóia (2000), Castanha (2002), Tavares (2002) e Barros et al. (2001), Stengel e Moreira (2003) têm refletido sobre esta temática. Em comum, todas essas pesquisas indicam que essa atividade incide de forma negativa na formação, afeta o desenvolvimento, o rendimento escolar, retira o direito ao descanso e ao lazer das crianças e dos jovens.

Ao focalizar a dimensão e a natureza do trabalho doméstico infanto-juvenil, Sabóia (2000) analisa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1998) e constata que a maioria das crianças e dos jovens domésticos pertence à etnia negra e vive nas áreas urbanas, principalmente do Nordeste e do Sudeste. Eles têm uma jornada semanal média de 42 horas, poucos residem com os patrões e grande parte recebe cerca de 60% do salário mínimo, valor pequeno, mas bem acima da média do recebido por crianças e jovens trabalhadores dos outros segmentos. Para essa autora, além da falta de benefícios sociais, são

preocupantes as características da instrução, já que mais de 1/3 dos jovens domésticos não estudam e entre os maiores de 14 anos 64% possuem pelo menos um ano de atraso escolar.

Ao analisar os determinantes do trabalho infanto-juvenil doméstico, Barros et. al. (2001) verifica que a entrada no mercado de trabalho precoce está vinculada à pobreza, as questões culturais e ao grau de instrução dos pais. Quanto maior este grau menor a probabilidade das crianças e dos jovens começarem a trabalhar precocemente e vice-versa, isto ocorre em razão da relação direta entre rendimento e escolaridade. Esse autor ainda aponta para a dificuldade das crianças e dos jovens domésticos em manter uma escolaridade regular. Muitos deles desistem de estudar, o que contribui para a continuidade de um círculo vicioso de pessoas não qualificadas, que futuramente podem perder espaço no mercado de trabalho.

Tavares (2002), em seu estudo com as adolescentes domésticas da cidade de Recife, assinala que no Brasil a persistência da continuidade do trabalho infantil está atrelada à pobreza e às formas de socialização das camadas populares para assegurar a reprodução familiar, incluindo aí a presença do trabalho precoce como um elemento educativo. No entendimento de Tavares (2002), para as pessoas desse grupo social a instrução escolar é um elemento importante, um facilitador da inserção no mercado de trabalho. A instrução escolar aparece subordinada ao trabalho e caso este seja incompatível com a frequência escolar, ele pode ser escolhido em prejuízo à escola. Nesse sentido, Tavares (2002) traz as contribuições de Heilborn (2000, p. 21) para quem

[...] atualmente existe uma pedagogia profissionalizante apressando a entrada precoce no mercado de trabalho, secundarizando a educação formal. É como se para crianças e adolescentes das classes populares, sejam elas de rua ou não, a única forma de livrar-se da criminalidade seja o destino do trabalho precoce.

Por outro lado, ao observar as condições sociais das crianças e dos jovens, as distribuições de recursos, os projetos culturais e políticos voltados para esses segmentos, nota-se que os órgãos públicos e a sociedade civil têm lhes dado pouca atenção. Em diversas localidades, as políticas públicas são de segunda categoria, utilizam mecanismos ineficazes e não lhes garantem oportunidades de crescimento e de cidadania. Nesta perspectiva, Sarmiento (2002) afirma que as crianças compõem o grupo social mais atingido pelos maus-tratos, guerras, mortes, doenças, abandonos e fome e alerta para a tensão entre os direitos humanos e as desigualdades que marcam a vida de muitas delas.

a situação de sofrimento de milhões de crianças [...] deve-se menos à insuficiência das proclamações proteccionistas ou da adoção de políticas específicas dirigidas para a infância e mais a fatores estruturais. [...] É a profunda desigualdade da

sociedade contemporânea que produz a situação da infância. É, portanto, a condição estrutural da infância, no quadro do sistema social, o que importa analisar e mudar, considerando a reformulação das identidades na modernidade tardia, e a adoção de políticas públicas de efetiva transformação e mudanças das realidades sociais que promovem a exclusão. (SARMENTO 2002, p. 266)

No entendimento de Qvortrup (s/d), nas últimas décadas, a despeito do aumento do número das instituições, dos trabalhos sociais e das convenções legais que respondem pela promoção e proteção dos direitos da infância e da adolescência, há uma falha entre a teoria e a prática, marcada por uma visão intervencionista, tutelar do adulto que pode levar à invisibilidade das crianças e dos adolescentes quando colocados em posição social minoritária e invalidadas as suas práticas e produções.

A meu ver, a desigualdade é uma marca estruturante das relações culturais, econômicas, políticas do Brasil. Por isso parte das crianças e dos jovens das camadas populares continua trabalhando em condições abusivas, expostos a risco de doenças e acidentes. Informações recentes da PNAD (2006) contêm números que auxiliam a refletir sobre o trabalho infanto-juvenil geral e o doméstico. Vale ressaltar que essas informações precisam ser vistas com cuidado porque os números podem estar subestimados ou superestimados, devido ao fato de que os trabalhos realizados em caráter sazonais, temporários e dentro de casa (doméstico ou domiciliar), muitas vezes não são contabilizados.

De acordo com a PNAD (2006), no Brasil há cerca de 59.071.062 pessoas com idade entre 5 e 17 anos. Desse total aproximadamente 5.137.563 são crianças e jovens trabalhadores. Na faixa etária entre 5 e 13 anos, o número de crianças exercendo alguma atividade laboriosa remunerada é em torno de 1.405.692; na população com idade entre 14 e 15 anos o número de trabalhadores é por volta de 1.312.565 de pessoas; a maior concentração de trabalhadores está no grupo etário de 16 a 17 anos, cerca de 2.419.306 jovens.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, PNAD 2006), o trabalho infanto-juvenil doméstico é o segundo setor que mais emprega crianças e jovens, apenas atrás do setor agrícola e, ao contrário do que ocorreu com os outros setores, teve um pequeno aumento de empregados entre 2005 e 2006. Os dados dessa pesquisa indicam que em torno de 410.732 crianças e jovens entre 5 e 17 anos são empregados domésticos. Desse total, cerca de 36.965 tem idade entre 5 e 13 anos e 373.767 estão na faixa etária de 14 a 17 anos. Na região Sudeste esses números correspondem respectivamente a aproximadamente 186.061, 16.745 e 169.316 pessoas; no Nordeste 102.683, 17.456 e 85.227;

no Sul 45.180, 11.746 e 33.434; no Norte 39.840, 13.944 e 25.896; e no Centro-oeste 36.968, 7.023 e 29.945.

As questões referentes à socialização para o trabalho e em que ela contribui para a experiência das crianças e dos jovens passam a ser vistas como problemas sociais a partir do momento que se mostram um paradoxo entre o discurso da infância e da juventude como períodos de paz, felicidade, desenvolvimento e preparação, as leis de proteção integral e a realidade de parte das crianças e dos jovens das camadas populares, as quais não atingem os direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao esporte, à segurança, à saúde, à profissionalização, à moradia, à alimentação etc.

A partir desses pressupostos, nesta pesquisa objetivo analisar as concepções e as significações atribuídas às infâncias, às juventudes, às relações de gênero, ao trabalho e ao labor pelas crianças e pelos jovens empregados domésticos, como também seus pais e patrões.

Entre os objetivos específicos posso destacar: conhecer o processo de construção das infâncias e das juventudes; compreender o intrincado processo de cruzamento entre as concepções modernas de infâncias e juventudes, relações de gênero e trabalho precoce; conhecer e refletir sobre o que as crianças e os jovens participantes pensam sobre a sua própria infância e juventude; debater sobre a divisão dos trabalhos domésticos no espaço familiar; identificar as continuidades e as rupturas nas representações de masculino e feminino entre as crianças e os jovens domésticos; discutir os conflitos entre as opções formativas e de trabalho e os estereótipos de gênero; investigar como se dão as relações entre as crianças e os jovens, o seu grupo familiar e a família empregadora; contribuir para uma discussão acerca dos aspectos culturais e contextuais que interferem e/ou contribuem para o estabelecimento do labor doméstico infanto-juvenil.

Para abordar e compreender esses temas foram utilizados aspectos teóricos dos atuais estudos sociológicos das crianças, dos jovens, das relações de gênero e das representações nos discursos.

Os estudos da infância e da juventude discutem as questões relacionadas às suas constituições como construções históricas, por meio de múltiplas determinações. Eles demonstram a necessidade de se estruturar estudos com os jovens e as crianças e não apenas sobre eles; de se ater não somente às especificidades das vivências pautadas e influenciadas pelo pertencimento de classe, etnia, gênero, religião etc. como também às suas heterogeneidades de acordo com o tempo e o espaço.

No caso específico da sociologia da infância, os estudos procuram conhecer as posições que as crianças ocupam em diferentes esferas sociais, como também discutem a sua autonomia enquanto agentes sociais que elas são. Nesse sentido, Oliveira (2004, pp. 184-5) enfatiza a necessidade do pesquisador de inversão do olhar e observá-las

[...] enquanto sujeitos singulares que são completos em si mesmos; pertencentes a um tempo/espço geográfico, histórico, social, cultural que consolida uma sociedade específica, onde meninos e meninas de pouca idade são simultaneamente detentores e criadores de história e cultura. [...] sujeitos de pouca idade sim, mas que lutam [...] pela emancipação da sua condição de silêncio. Condição que lhes foi imposta segundo uma visão aduicêntrica [...].

As atuais pesquisas sobre a infância podem ser divididas em três correntes: a estruturalista entende não existir sociedade sem crianças, que estas constituem uma categoria estrutural e procura apreender e explicar como as macro estruturas (economia, política, cultura e tecnologia) formam diferentes tipos de infâncias; a cultural enfoca os meios pelos quais as crianças interagem, trocam, reproduzem e produzem cultura; e a geracional discute os aspectos que as crianças possuem em comum e os que as diferenciam dos adultos, a infância é definida enquanto relacional com os jovens, adultos e idosos.

As discussões contemporâneas sobre as juventudes se concentram em duas temáticas: os “percursos identitários” e as “culturas juvenis”. As primeiras debatem as constantes transformações e a permanente necessidade dos jovens de adaptarem-se às novas situações, num frequente processo de construção e reconstrução das identidades. As segundas abordam as novas formas de expressão e a formação de vários tipos de grupos que se constituem em *tribos*, ligadas a diversas atividades culturais e de lazer.

Dentro dos objetivos desta pesquisa de captar as diversidades de ser jovem entre os empregados domésticos, trago as discussões de Karl Mannheim (1982) sobre a juventude como geração. Esta é definida em três características: a primeira, o corte de idade, pessoas nascidas num mesmo período; a segunda, vivência das mesmas condições culturais, políticas e históricas e a terceira, interpretam as suas vivências e formam unidades geracionais, isto é, grupos singulares e não coesos.

No que se refere aos estudos geracionais das infâncias, interessa-me as sugestões apresentadas por Leena Alanen (2001) sobre a existência de uma correspondência entre a sociologia da infância e os Estudos Feministas. Essa autora observa que, só recentemente as categorias de gênero e crianças ganharam relevância enquanto objetos de pesquisas, ao serem introduzidas no mundo acadêmico por meio dos movimentos feministas. No entendimento de

Alanen (idem, p. 97), para se ampliar o alcance das análises daquelas categorias é necessário que sejam observadas as suas características relacionais.

As crianças também têm gêneros, é claro, mas a utilidade da utilização de gênero está além disso. Pois gênero é essencialmente um conceito de relação, mas infância também o é. Num sentido sociológico, “crianças” e “adultos” são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas entre si dentro de uma relação de gerações. Assim, aqui o aperfeiçoamento da lógica da relação de gênero, conforme está desenvolvido dentro dos Estudos Feministas, proporciona inspiração também para se repensar as crianças em termos de relacionamento.

O pensamento de Alanen (2001) pode ser complementado pela conceituação de gênero sugerida por Joan Scott (1990), para quem ele se constitui em formas de poder existentes nas relações macro e micro. Mas, este poder não é instituído de forma fixa, nem admite o domínio masculino absoluto, já que existe um contrapoder feminino. Para essa autora, é importante tratar as relações de gênero como categorias relacionais, porque o feminino só existe em comparação ao masculino, sendo que tais relações são construídas, reproduzidas e transformadas.

Tanto as etapas da vida – infância, juventude, adulticidade e velhice –, quanto os gêneros femininos e masculinos são construções integrantes das práticas cotidianas das pessoas, pois eles correspondem à elaboração de determinados papéis naturalizados e delimitados que implicam comportamentos, sentimentos, valores etc. Para interpretar essas experiências tomo como base e pressupostos de análises as contribuições de Sandra Jovchelovitch (1995) e Maria Cecília de Souza Minayo (1995) para quem as representações têm uma natureza social, elaborada e partilhada a partir das práticas. Para a última autora, as representações são entendidas

[...] como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. [...] elas se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social (MINAYO, 1995, 108).

Reproduzidas nas palavras, nas imagens, nas disposições materiais e espaciais, nos rituais, nos discursos etc., as representações retratam a realidade de um conjunto de pessoas de uma determinada localidade. Elas possibilitam a criação de estratégias, utilizadas para enfrentar as diversidades e estabelecer mediações em diferentes esferas sociais.

O discurso é uma prática pela qual as pessoas agem sobre o mundo, como também se autorrepresentam e representam outras pessoas com as quais interagem. Ele não está limitado à linguagem, se amplia para um processo criador de sentidos e significados sobre os

comportamentos, as atitudes e os corpos das pessoas. Segundo Lefèvre & Lefèvre (2003, p. 256), “ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse eu fala pela ou em nome de uma coletividade.”

Construído dentro de um contexto específico, composto de elementos do passado, do presente e de aspirações futuras, o discurso não pode ser apontado como uma verdade, nem como algo acabado; ao contrário, ele pode apresentar-se imperfeito, lacunar e ambíguo em suas mensagens. Sennett (2006) esclarece que o entendimento que o indivíduo tem de sua cultura está relacionado ao modo como ambiguidades, deformações e dificuldades aparecem em seu discurso. Assim, ao analisar as representações nos discursos das crianças e dos jovens empregados domésticos espero compreender as dimensões micro e macro de suas referências de infâncias, juventudes e relações de gênero e a sua relação com o emprego/labor doméstico na cidade de Marília.

1.1.1 - Procedimentos para coleta de dados

Para realizar a pesquisa de campo foram definidos os seguintes procedimentos: 1) seleção: poderiam colaborar famílias que possuíssem ou empregassem crianças e jovens, entre 9 e 17 anos, na função de empregados domésticos e que residissem em Marília; 2) investigação: a partir de observações diretas, aplicação de questionários e entrevistas.

No projeto inicial desta pesquisa não estava incluso a utilização de questionários. Com o aprofundamento das leituras sobre metodologia em pesquisas com crianças, surgiram indagações: Como pensar os indivíduos da pesquisa? Será que as metodologias e as técnicas escolhidas dão conta dos objetivos?

Se técnicas diferentes nos dão respostas diferentes, talvez a combinação delas permita o enriquecimento, uma melhor apreensão das informações e um melhor registro das imagens do meu universo de pesquisa. A partir dessa premissa, resolvi incluir a aplicação de questionários fechados, cujos dados obtidos eu organizei em blocos temáticos que orientaram as entrevistas semiestruturadas.

A utilização de dados quantitativos está desvinculada da ideia da quantificação ou da análise estatística das informações dos grupos estudados. Em meu estudo, aqueles dados são um instrumento complementar a pesquisa qualitativa e têm o intuito de se colocar “em prática um enfoque *quali-quantitativo* [...] e buscando-se associações entre todo tipo de variáveis

objetivas e os discursos correspondentes (LEFÉVRE & LEFÉVRE, 2003, p. 7, grifos do autor). E assim, pela conjunção de qualitativas e quantitativas, procuro efetuar a triangulação das informações conduzindo a uma interpretação mais ampla dos posicionamentos e as expressões dos indivíduos participantes.

Elaborei dois questionários, um para as crianças e as jovens e outro para os responsáveis e os empregadores. O primeiro questionário é composto de 77 perguntas fechadas. Elas se referem às suas diferentes experiências no contexto familiar, na escola, no lazer, no ambiente de trabalho e favorecem respostas sobre: os papéis e a distribuição das atividades domésticas no âmbito familiar; as formas de lazer; o histórico e as percepções do processo de escolarização; as condições de trabalho e o relacionamento com os patrões e as considerações sobre a infância e a juventude.

O segundo questionário constitui-se de 24 perguntas fechadas a respeito dos papéis e a distribuição das atividades domésticas no âmbito familiar, do histórico e as percepções do processo de escolarização, das tarefas realizadas, o relacionamento com os patrões e das considerações sobre infância e juventude.

No processo de elaboração do questionário foram importantes as contribuições, observações e críticas de Javeau (2005) referentes aos erros comuns que levam a imprecisão e a desarticulação entre os objetivos e os métodos utilizados na pesquisa. Esse autor ressalta a importância de se trabalhar na perspectiva das crianças. Nesse sentido, ele observa que muitas informações sobre as crianças vêm de questionários elaborados e até mesmo respondidos por adultos, nos quais raramente as perguntas focalizam as experiências e os interesses das primeiras.

No entendimento desse autor, a sociologia clássica está desinstrumentalizada e aplica questionários e técnicas que sequer aproximam-se do mundo das crianças, pois, geralmente, neles estão ausentes nomes de brinquedos, expressões linguísticas em voga e perguntas de fácil entendimento. Para ele, se forem bem elaborados os questionários podem facilitar a interpretação dos dados.

A necessidade de adaptação das técnicas e dos métodos existentes para a investigação das crianças levou-me a refletir sobre como colocar as perguntas nos questionários e facilitar os seus preenchimentos por pessoas cujo uso da leitura e escrita é parco.

Com o intuito de esclarecer eventuais dúvidas sobre as questões, conhecer o contexto em que os questionários foram preenchidos e auxiliar no preenchimento se o respondente não tivesse muito domínio da leitura, previamente solicitei que os questionários fossem

respondidos enquanto eu estivesse na casa do pesquisado. Esses pequenos cuidados garantiram a devolução de 100% dos questionários, 90%³ das perguntas foram respondidas e as respostas dadas individualmente. Mesmo assim, às vezes, vi-me cercada pela parentela a realizar perguntas sobre o estudo e a querer opinar no preenchimento do questionário.

Grande parte do registro das respostas foi realizada pela pesquisadora devido à idade, ao baixo grau de instrução e a inibição do pesquisado. Este procedimento da pesquisadora, que consistiu em ler oralmente cada uma das questões e registrar cada resposta dada, ocorreu com as duas jovens de 11 e 12 anos, todos os pais/responsáveis e empregadoras. Os demais questionários foram autoaplicados, as respondentes fizeram algumas anotações ao lado das perguntas cujas respostas consideraram fechadas e não muito adequadas.

Os dados obtidos com os questionários foram tabulados, organizados e tratados quantitativamente pelo programa Office Access, 2003, versão 7. Os resultados foram analisados para cada grupo (crianças e jovens; responsáveis e empregadores).

Ao agendar os dias e os horários para as entrevistas, percebi uma preocupação recorrente entre os colaboradores: eles comentavam que não tinham nada de importante para dizer. Este dado sugere a existência de uma representação da entrevista enquanto uma prática aplicável somente para as pessoas consideradas *merecedoras de apreço*, “os que têm autoridade para falar” ou a consciência de que alguns indivíduos são silenciados, como forma de expressão do lugar subalterno a eles destinados.

As entrevistas individuais enfocaram temas como organização familiar e trabalho doméstico, labor doméstico, escola, lazer entre outros e tem a duração entre 26 minutos e uma hora. Nos casos das domésticas com menos idade, 11 e 12 anos, considerei mais adequado e menos cansativo para elas a divisão das temáticas e a aplicação das entrevistas em duas partes.

Tomei o cuidado de tentar assegurar o entendimento das questões, evitar a elaboração de perguntas que fossem abstratas a ponto da criança ou da jovem não as entenderem e utilizar termos que supunha fazer parte do repertório linguístico dos colaboradores. Nesse ponto, compartilho do pensamento de Bourdieu (1999b, p. 696), para quem no processo da construção dos dados:

Para que seja possível uma relação de pesquisa o mais próxima possível do limite ideal, muitas condições deveriam ser preenchidas: não é suficiente agir, como o faz

3 Algumas questões não foram preenchidas porque os participantes demonstraram desconforto em falar sobre o assunto.

espontaneamente todo 'bom' pesquisador, no que pode ser consciente e inconscientemente controlado na interação, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas se apropriar e se tornarem os sujeitos.

Neste estudo, desenvolvi esse exercício por meio da adaptação dos questionários e das entrevistas aplicadas e das observações e do cruzamento desses dados para a interpretação e a busca do esclarecimento das relações estabelecidas e dos sentidos apresentados pelos participantes desta pesquisa a um determinado assunto ou contexto.

Os relatos dos participantes em resposta as questões da entrevistas foram transcritos na íntegra. Porém, é sabido que ao longo da história do Brasil, o processo de integração e apropriação da cultura letrada e escrita tem resultado em exclusões linguísticas a diversos grupos sociais, sobretudo aos pertencentes às camadas populares. Com o objetivo de assegurar a compreensão do diálogo, retirei algumas frases redundantes, tiques de linguagem e fiz alterações quanto à concordância verbal e à nominal, sem mudar o sentido das frases.

Esclareço que não se tratam de correções ou reformulações do que pode ser considerado um erro, uso inadequado, inferior ou superior, negativo ou positivo. Entre outros objetivos, neste trabalho busco a pluralização de vozes. Daí a minha preocupação em manter nos discursos o grau máximo de equivalência semântica. As alterações constituem uma maneira de aproximar as falas dos participantes do texto escrito, como também demonstrar-lhes respeito ao colocá-los, no texto, em uma posição social menos assimétrica e proporcionar ao leitor facilidade de entendimento.

Bourdieu (1999b, pp. 709-710) assinala a relevância de o pesquisador apresentar os silêncios, os gestos, as entonações, as posturas corporais e outros elementos ao transcrever a entrevista, numa tentativa de aproximação do seu texto com o discurso pronunciado. Entretanto, este autor alega que

[...] a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar de uma vírgula, por exemplo, podem comandar todo o sentido de uma frase) já é uma verdadeira tradução ou até uma interpretação. Com mais razão ainda, a que é aqui proposta: rompendo com a ilusão espontaneísta do discurso que 'fala por si mesmo', a transcrição joga deliberadamente com a pragmática da escrita (principalmente pela introdução de títulos e subtítulos feitos de frases tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar. [...] transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever: como a passagem do escrito para o oral que o teatro faz, a passagem do oral ao escrito impõe, com a mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a contradição de uma verdadeira fidelidade.

Como afirma Bourdieu (1999b), nenhuma transcrição é neutra, nem completa porque, orientado pelas indagações e objetivos da pesquisa, o pesquisador interfere por meio da textualização e da interpretação. Parto da hipótese de que a leitura já é uma interpretação, uma vez que não há uma leitura única e objetiva. Realizei uma primeira leitura das entrevistas, em que busquei uma maior familiaridade com as informações. Em outras leituras defini as categorias temáticas, tanto as estabelecidas *a priori* quanto as procedentes dos dados da pesquisa. Na sequência, construí as relações por meio da verificação das semelhanças e dessemelhanças, presenças e ausências.

Um elemento que me pareceu importante é a identificação que as crianças e os jovens apresentam em relação a mim, pesquisadora. O tratamento é informal, eles me tratam por você, quase sempre me oferecem um café, um refrigerante ou um suco, perguntam se tenho tempo disponível para ficar mais um pouco para um bate-papo, contam-me acontecimentos considerados confidenciais e me convidam para retornar.

Aparentemente, o fato de eu ser estudante e de não possuir empregada doméstica contribuem para que as famílias das crianças e dos jovens não liguem a minha imagem ao do empregador e, por outro lado, demonstrem contentamento ao saber que alguém se interessa em estudar o labor infanto-juvenil doméstico. Acredito que o fato de eu ser negra também colabora para essa integração, já que em sua maioria, as crianças e as jovens entrevistadas, embora uma parte não se identifique como tal possuem uma mãe, uma tia, uma irmã, um avô, um pai, um irmão que é negro.

1.2 - Um pouco sobre o histórico e os dados atuais da cidade de Marília

Para uma melhor contextualização dos colaboradores desta pesquisa, apresento um breve histórico da cidade de Marília, dos bairros selecionados e o perfil dos participantes.

Até meados do século XIX, as terras do extremo oeste da província de São Paulo eram cobertas por florestas tropicais e habitadas por nações Kaingang (coroados), Guarani e Xavante. Em 1856, José Teodoro de Souza, vindo do estado de Minas Gerais, à procura de terras devolutas, construiu a primeira gleba, que se estendia pelas margens dos rios Paranapanema, Turvo, Peixe e Tibiriçá.

Cerca de 20 anos depois, o sogro de Teodoro de Souza, Francisco de Paula Moraes, declarou ao vigário de Botucatu e no cartório de Santa Cruz do Rio Pardo que possuía aquela gleba anteriormente a 1847. Ele logrou a lei de terras devolutas e, posteriormente, vendeu-as a alguns contrerrôneos. Com a morte de Moraes e as dúvidas quanto à origem das suas terras, elas foram incorporadas à Companhia Agrícola de Campos Novos e, depois, loteadas (LARA, 1991).

Em 1913, o governo do estado abriu uma estrada ligando Cafelândia à Platina, próxima as margens dos rios Peixe e Tibiriçá. Após a abertura dessa estrada, Cincinato César da Silva Braga adquiriu alguns alqueires de terra. Dessa posse de terras surgiu a fazenda Cincinatina administrada pelo português Antônio Pereira da Silva e seus filhos.

Dez anos depois, o lusitano Antonio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva compraram alguns alqueires de terra, que foram posteriormente loteados e transformados no primeiro núcleo urbano de Marília, o Alto Cafezal. Dois anos mais tarde, as terras da fazenda Cincinatina foram vendidas à Bento de Abreu Sampaio Vidal e, em 1936, elevadas à categoria de distrito, nomeado Lácio (LARA, 1991).

Além dos dois principais fazendeiros, para essa região também se dirigiram outras famílias brasileiras e de outras nacionalidades como a espanhola, em 1921; a italiana em 1924; a japonesa, em 1926; a síria, em 1928; entre outras. Elas desenvolveram o povoado e transformaram a vida na região, desempenhavam inúmeras atividades econômicas: sitiantes, fazendeiros, construtores, alfaiates, comerciantes etc. Segundo Tanuri (2003, p. 17),

Os pioneiros contam que em 1928, o Alto Cafezal era uma Nova Califórnia, chegando aqui povoados de todos os lados. A massa heterogênea não tinha água, luz, nem esgotos, porém encontrava-se pelo menos quinhentos automóveis (entre Ford e Chevrolet), cinema, jornais, vitrolas, sorvetes, café expresso e presunto cortado à máquina.

Em 1925, Sampaio Vidal doou um terreno, próximo à divisa com a fazenda Alto Cafezal, para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Nesse local passaria a ferrovia do Alto Paulista. A Companhia exigia a mudança dos nomes originais das cidades, que deveriam seguir uma ordem alfabética. Inspirado no Livro de Tomás Antônio Gonzaga, Sampaio Vidal nomeou a estação ferroviária de Marília. A expansão da agricultura cafeeira e a chegada da ferrovia contribuíram para a elevação de Marília a categoria de município em 4 de abril de 1929.

A história desse espaço urbano pode ser dividida em três fases. A primeira abrangeu o período de 1929 a 1950, no qual houve a criação de prédios destinados à gerência política,

administrativa e financeira da cidade, aos serviços de educação, segurança, lazer, assistência social e saúde de sua população. Nesse período, as atividades econômicas se concentraram em alguns produtos: nos anos 1930, plantio do café; nos anos 1940, plantio do amendoim e do trigo; e nos anos 1950 instalação das indústrias de serraria, olaria, fiação e tecelagem.

A segunda fase estendeu-se de 1950 a 1970, nesse período houve um surto demográfico advindo do processo de modernização do setor agrícola, que retirou pessoas das áreas rurais. O fluxo migratório intra e inter-regional contribuiu para o aumento rápido da população e para a divisão territorial do município em sete distritos: Marília, Amadeu Amaral, Avencas, Dirceu, Lácio, Padre Nóbrega e Rosália, divisão que permanece nos dias atuais.

Na terceira fase, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreu a expansão do espaço urbano em todas as direções; o estabelecimento das indústrias alimentícias e de esquadrias metálicas e o fortalecimento da cidade enquanto importante produtora econômica regional.

Como expressão do crescimento não planejado e da pobreza urbana, encontramos às margens dos “itambés” a maioria das áreas dotadas de pouca ou nenhuma infraestrutura, incluindo as *favelizadas* da cidade, situadas principalmente nas regiões norte e sul. Tal cenário se contrasta com a ótima infraestrutura dos bairros das camadas média e alta, na região leste e central.

1.2.1 - Aspectos demográficos, socioeconômicos e serviços urbanos

Segundo os dados do IBGE, em 2006 a cidade de Marília contava com uma população de aproximadamente 218.113 pessoas, das quais 97,2% viviam nas áreas urbanas. Entre as famílias pesquisadas, as que dispunham de infraestrutura e espaço suficiente em suas moradias somavam 91,7%; 98,3% usufruíam dos serviços de coleta de lixo, 98,5% tinham acesso à água encanada, 96% possuíam coleta direta de lixo. Mas, somente 2% dos habitantes eram servidos com o tratamento do esgoto sanitário.

Sobre a composição etária da população, o quadro abaixo nos permite uma melhor compreensão.

Quadro-1 – População da cidade de Marília por grupos de idade 2006

<i>Grupo de idade em anos</i>	<i>Número de pessoas</i>
com menos de 1 ano	2.399
de 1 a 4 anos	10.496
de 5 a 9 anos	15.267
de 10 a 14 anos	18.081
de 15 a 19 anos	19.193
de 20 a 24 anos	20.648
de 25 a 29 anos	20.306
de 30 a 34 anos	16.856
de 35 a 39 anos	16.492
de 40 a 44 anos	15.551
de 45 a 49 anos	14.285
de 50 a 54 anos	12.742
de 55 a 59 anos	9.984
acima de 60 anos	25.813

Fonte: PNAD, 2006: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2007- CD-ROM.

Os recortes quinquenais utilizados pelo IBGE dificultam a categorização das pessoas em crianças (de 0 a 11 anos) e adolescentes (de 12 a 18 anos), entretanto é possível observar que o conjunto de crianças e jovens marilienses constitui aproximadamente 30% da população residente, uma parcela significativa. Os índices de mortalidade infantil são baixos, em torno de 1,3%. Alguns projetos em parceria com a prefeitura local e ONGs oferecem atividades às crianças e aos jovens, entre eles: a Casa do Pequeno Cidadão; projeto Guri; projeto Corujinha; Cáritas etc.⁴ A concentração maior de pessoas aparece na faixa etária entre os 20 e 24 anos, o que pode ser explicado pelo fato de Marília ser uma cidade universitária e para aqui se dirigirem milhares de estudantes, todos os anos.

Entre as atividades econômicas do município de Marília, destaca-se o setor de serviços, que é responsável por 55,2% do Produto Interno Bruto (PIB), ele concentra 46,1% dos empregos, sobretudo os cargos voltados para a administração pública. Outro segmento que se sobressai é o industrial, principalmente o ramo dos produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com uma participação de 35,2% no PIB e de 23,5% na geração de empregos

4 No ano de 1997, a cidade de Marília implantou o programa social “Casa do Pequeno Cidadão”, que presta serviços às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de oficinas de dança, música, esportes etc. Atualmente, a cidade conta com 8 unidades que prestam serviços à proximadamente 1.400 crianças (CAMAR, 2007). O Projeto Guri atende pessoas com idade entre 8 e 18 anos que estejam matriculados nas escolas da rede pública e oferece cursos de canto coral e para instrumentos de sopro e corda. O Projeto Corujinha oferece aulas de futebol para crianças e jovens entre 6 e 15 anos (DIÁRIO DE MARÍLIA, 2008). A Cáritas recebe crianças e jovens para a realização de atividades e cursos profissionalizantes durante o período não escolar.

formais. O comércio e a agricultura equivalem a cerca de 9,6% do PIB e ocupam respectivamente 23,4% e 2,4% da população (BOLETIM MARÍLIA, 2007).

Enquanto centro regional do interior paulista, Marília oferece uma série de serviços e produtos que atendem parte das cidades da região. A cidade tem seis hospitais e dois centros de saúde; conta com a presença de três faculdades públicas, Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), Faculdade de Tecnologia (FATEC), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mais de quatro universidades e faculdades particulares, entre elas: Faculdade do Ensino Superior do Interior Paulista (FAEP), Faculdade João Paulo II (FAJOPA), Universidade de Marília (UNIMAR), Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” (UNIVEM).

Sobre a educação, o índice de alfabetização é de 94,31%. Desses alfabetizados, 28,19% cursou entre 4 e 7 anos do Ensino Fundamental. Entre as pessoas com idade entre 15 e 17 anos, 72,2% concluíram o Ensino Fundamental. Na faixa etária entre 18 e 19 anos, o percentual de pessoas com Ensino Médio completo é de 47,3%. A porção de pessoas que estão matriculadas no ensino superior é de 17,28% (PNAD, 2006). Esses índices podem ser considerados altos para os padrões brasileiros e explicado pelo fato de que parte do corpo discente das universidades e faculdades da cidade é composto de jovens migrantes de outras localidades brasileiras.

Marília concentra indústria e serviços essenciais, contudo, a renda *per capita* gira em torno 2,8 salários mínimos e uma parcela considerável da população residente (21,3%) tem rendimentos que variam entre 1 e 2 salários mínimos. A cidade apresenta bons indicadores e qualidade de vida, mas com salários abaixo da média do estado de São Paulo, o que pode significar que os rendimentos são insuficientes para a satisfação das necessidades básicas das pessoas.

1.3 - Os bairros selecionados

Baseando-me em minha experiência no projeto de iniciação científica, selecionei três bairros da cidade de Marília, nos quais sabia haver uma concentração de trabalhadores informais, incluindo empregados domésticos infanto-juvenis, que aqui nomearei de Jardim Miriam, Jardim Clara Maria e Jardim Nossa Senhora de Fátima⁵.

5 Os nomes verídicos dos bairros foram alterados, de acordo com as sugestões dos componentes da banca de qualificação.

A prefeitura da cidade não conta com uma documentação que permite montar o histórico da maioria de seus bairros, nem um levantamento demográfico que possibilite o melhor conhecimento da situação e da dinâmica social e histórica dos seus residentes. Assim, construí dados parciais, pautando-me nas informações fornecidas pelas famílias pesquisadas, observações gerais e conversas informais.

1.3.1 - Jardim Miriam

Localizado na região norte de Marília, o bairro Jardim Miriam foi inaugurado pela prefeitura no ano de 1979. Por meio de conversas com os seus moradores fui informada que os primeiros moradores foram pessoas vindas dos estados da Bahia e de Minas Gerais que, anteriormente a formação desse bairro, moravam em outras localidades da cidade de Marília.

Quanto à infraestrutura, na parte mais central do Jardim Miriam existe um relativo comércio, com supermercados de porte médio, farmácias, padarias, bares; as ruas são asfaltadas, iluminadas e algumas calçadas são arborizadas. Há postos de saúde, escolas de Ensino Fundamental e Médio. As casas são construídas em alvenaria, rebocadas e pintadas. Há uma Igreja Católica e outras de denominações protestantes e pentecostais. Encontra-se também uma unidade da “Casa do Pequeno Cidadão”.

Nas partes mais afastadas o cenário muda: ruas de terra ou asfaltadas e esburacadas, algumas delas sem iluminação pública, que ficam totalmente escuras ao anoitecer. A maioria das casas é feita de alvenaria e/ou madeira resultado do processo de autoconstrução e estão sem reboco ou acabamento. Ao redor dessas residências há terrenos baldios, onde se acumulam mato, bichos mortos e sujeira.

Os moradores contam que o Jardim Miriam era um bairro de difícil acesso e durante anos teve falhas de infraestrutura, como falta de iluminação pública, água encanada e transporte público, e parte dessas falhas ainda persiste nos dias atuais. Este quadro os levou a constituir uma Associação de Moradores, juridicamente legalizada, para fazer frente ao poder público.

Este é um bairro em que, aparentemente, as pessoas se conhecem. As crianças, os jovens, os adultos e os idosos ficam nas ruas a conversar, brincar e observar o movimento no local. Aos fins de semana, os bares estão sempre abertos e cheios.

1.3.2 - Jardim Clara Maria

Localizado na região sul de Marília, o bairro foi inaugurado pela prefeitura em 1978. As primeiras famílias que se instalaram no Jardim Clara Maria provêm de outros estados brasileiros e municípios de São Paulo. Geralmente, pessoas que trabalhavam na roça, no plantio de alimentos e na criação de animais e deixaram as suas cidades de origem para “tentar a sorte” no oeste paulista.

O Jardim Clara Maria apresenta um número de estabelecimentos comerciais menor do que o Jardim Miriam. Lá é possível encontrar estabelecimentos de médio e de pequeno porte, sendo que muito dos pequenos negócios são montados em algum cômodo frontal das residências dos próprios moradores.

Na opinião de alguns moradores, os serviços públicos prestados são considerados precários, embora, atualmente, o bairro conte com uma infraestrutura razoável, creche, escola pública de Ensino Fundamental, posto de saúde, água encanada e luz elétrica. Algumas das pessoas residentes mencionam a dificuldade de atendimento e os medicamentos em quantidade insuficiente no posto de saúde, a falta de água pelo menos três vezes na semana, os vazamentos de água que duram mais de três meses, as ruas esburacadas etc.

Neste bairro dois grupos de moradores se destacam: aqueles que chegaram ao bairro há cerca de 30 anos e possuem certa estabilidade empregatícia e os que vieram há aproximadamente 15 anos, moram em áreas invadidas e trabalham no setor informal, sobretudo, no segmento de prestação de serviços, como pedreiros, vendedores ambulantes, camelôs, diaristas etc.

Como uma parte do Jardim Clara Maria fica próximo a um “ítambé”, o processo de “favelização” é visível. As pessoas que moram nessas áreas enfrentam outros problemas, como deslizamentos de terra em períodos de chuvas e o retorno de esgoto devido à ligação clandestina de água. Elas também comentam sobre a violência urbana, os assaltos, os assassinatos e os conflitos por causa das drogas ilícitas.

Observei que neste bairro há grande circulação de pessoas pelas ruas. Nos fins de semana muitos moradores, de diferentes faixas etárias, sentam-se nas calçadas, onde conversam com os vizinhos e amigos. As crianças, principalmente os meninos, se divertem, empinam pipas e andam de carrinho de rolimã. A rua também é ponto de encontro para os jovens, que em grupos conversam animadamente.

1.3.3 - Jardim Nossa Senhora de Fátima

Localizado na região oeste de Marília, o Jardim Nossa Senhora de Fátima foi fundado pela prefeitura em 1980. A formação do bairro começou com a construção de casas no loteamento popular, mas a prefeitura alterou o tipo de zoneamento dando início a verticalização do lugar.

Uma parte dos moradores do loteamento e do conjunto de prédios ocupa cargos nas universidades, no comércio e nas indústrias da cidade; outra parte trabalha no setor informal.

O bairro possui creches, posto de saúde, escola de Ensino Fundamental, Igreja Católica e várias igrejas protestantes, bares, lanchonetes, mini supermercado, padarias, farmácias, *traillers*, sendo que o seu comércio apresenta características semelhantes às aquelas encontradas no Jardim Clara Maria.

Excesso de buracos nas ruas, vazamentos de água, terrenos baldios com animais peçonhentos e bichos mortos também fazem parte da paisagem do bairro. O Jardim Nossa Senhora de Fátima conta com um reservatório de água que, segundo os moradores, há mais de 10 anos não recebe manutenção, por isso, essa água é imprópria para o consumo e para preparação da comida.

Em relação ao atendimento médico, entre os bairros estudados, aparentemente, a situação no Jardim Nossa Senhora de Fátima é mais precária. Até 2006, os seus moradores contavam com as prestações de serviços de uma clínica médica, que atendia os residentes do bairro e de outras localidades. Com o fechamento dessa clínica, esses moradores passaram a sentir o descaso com a saúde pública, dificuldade de conseguir atendimento, falta de medicamentos etc.

À semelhança do que ocorre em outros dois bairros, os moradores do Jardim Nossa Senhora de Fátima mantêm uma relação próxima entre si. Mas, não é tão comum os vizinhos ficarem em suas portas a conversar. Uma parte das crianças brinca nas ruas ou no “campinho”, um terreno que pouco se parece com um campo de futebol; outra parte delas frequenta a unidade local da “Casa do Pequeno Cidadão”, implantada em 1999. Uma das explicações dadas para a pouca circulação das pessoas é a suposta violência local.

1.4 - O trabalho de campo

1.4.1 - As recusas iniciais à concessão de informações e o contorno da situação

A coleta de dados teve a duração de dez meses, iniciou-se no dia 5 de maio de 2007 e terminou no dia 18 de março de 2008. Durante esse período, os contatos entre a pesquisadora e os pesquisados foram mantidos pessoalmente e, quando possível, por telefone. Em média me encontrei quatro vezes com cada colaborador e a periodicidade variou conforme a disponibilidade deles. Esses encontros ocorreram nas residências dos participantes, com exceção de Cristina e Vanessa, a primeira escolheu a biblioteca municipal como ponto de encontro e a segunda a casa da sua tia.

A ausência de uma instituição que atendesse aos empregados domésticos infanto-juvenis em Marília⁶ e o conhecimento de que nem sempre eles frequentam a escola, levaram-me a adotar o seguinte procedimento: dirigir-me até os bairros periféricos e às favelas de Marília; consultar os moradores dessas localidades sobre a existência e o conhecimento de crianças e/ou jovens empregados domésticos; fazer o levantamento; anotar as referências e a localização das residências⁷; contatar a pessoa responsável pela criança ou jovem.

No período de maio a julho de 2007, encontrei pessoas que admitiram conhecer crianças e jovens empregados domésticos. Entretanto, boa parte delas se recusou a dar-me quaisquer informações que me auxiliassem a localizá-los. Mesmo assim, contatei um número razoável de empregados infanto-juvenis, estive mais com crianças, jovens, responsáveis e patroas que não quiseram participar da pesquisa, alegando falta de tempo ou risco da perda do vínculo empregatício, do que com aqueles dispostos a colaborar.

No meu entendimento, as modulações vocais, as expressões faciais negativas e as recusas dos moradores dos bairros, das crianças, dos jovens, dos responsáveis e de algumas patroas estavam atreladas tanto ao sentimento de desconforto em falar do emprego doméstico infantil, uma contravenção, quanto ao temor de uma ação negativa por parte da pesquisadora, como, por exemplo, denúncia ao conselho tutelar.

6 Segundo o decreto 6.481, em vigor desde 12 de setembro de 2008, a admissão de empregados domésticos e similares, com idade entre 16 e 17 anos, é permitida mediante parecer positivo emitido pelo sindicato da categoria, associação dos empregados domésticos ou técnico em segurança do trabalho.

7 Nem sempre os informantes sabiam dizer o endereço correto da criança e do jovem. As informações eram “duas ruas atrás da escola; terceira travessa depois do posto de saúde”.

As barreiras do silêncio obrigaram-me a repensar a pesquisa, já que as crianças e os jovens empregados domésticos dependiam de outras pessoas. Ao conversar com as pessoas que aceitaram colaborar com este estudo sobre a dificuldade em encontrar os participantes, elas fizeram algumas sugestões. A partir destas realizei duas alterações: retirei as exigências da participação dos patrões e da criança e/ou jovem residir com os seus familiares.

Com essas alterações, retornei aos bairros e reiniciei o processo de localização das crianças e dos jovens. As pessoas se mostraram mais abertas, algumas delas não se interessaram em participar da investigação, mas encontrei um número maior de indivíduos dispostos a colaborar com essa pesquisa.

1.4.2 - De volta ao campo: apresentação da pesquisa aos responsáveis, às crianças e aos jovens

No primeiro contato com os responsáveis (pai, mãe, parentes ou patrões) busquei informações mais precisas, verifiquei se a criança ou a jovem empregada doméstica atendia aos critérios pré-determinados (idade, local de residência, existência de vínculo empregatício); expliquei a pesquisa que estava sendo realizada; o que pretendia; por que; quais as etapas da pesquisa; quem teria acesso às informações; a utilização dessas e a questão do anonimato⁸. Além disso, visitar as famílias pareceu um aspecto imprescindível para o estabelecimento de um contato maior com as crianças e os jovens, como também vivenciar mais de perto algumas das relações sociais, apropriações e significações no âmbito familiar.

Para as famílias que mostraram interesse em participar, preenchi um roteiro de identificação (apêndice A) dos potenciais colaboradores, por meio do qual colhi dados como nome, idade, local de nascimento, profissão e endereço e depois, com a devida concordância dos pesquisados, agendei datas e horários para as visitas posteriores.

Durante o primeiro contato, forneci uma cópia do termo de consentimento livre e esclarecido ao responsável. O referido termo foi lido em voz alta para facilitar o posterior esclarecimento do que estava escrito, em caso de dúvida a respeito da participação da criança, jovem e adulto/responsável na pesquisa.

No primeiro encontro, reexpliquei a pesquisa, solicitei as assinaturas do termo de consentimento livre e esclarecido pela mãe ou responsável e pela criança ou jovem

8 Solicitei a todos os indivíduos participantes desta pesquisa que escolhessem um nome fictício.

participante da pesquisa. Assinado o termo, iniciei uma conversa informal pela qual busquei conhecer um pouco do histórico familiar e da criança ou da jovem. Para registrar essas informações, utilizei o formulário “caracterização das famílias” (apêndice B). Nesse formulário reuni os seguintes dados: cidade de origem da família, tempo de residência no bairro, situação habitacional, composição e renda familiar, níveis de escolaridade dos responsáveis etc. Depois, aproveitei e marquei a próxima visita.

O segundo encontro tinha como objetivo a aplicação dos questionários. Como as pessoas participantes deste estudo realizam várias tarefas durante o dia, inclusive nos fins de semana, solicitei um dia e um horário livre de aproximadamente uma hora para o seu preenchimento. Foram necessários em média três encontros para a aplicação deste instrumento e a variação de tempo entre os encontros foi de 7 a 40 dias, devido a diversos fatores: saída dos participantes para fazer compras; imprevistos, como o participante estar trabalhando no horário marcado, alternância do dia de folga semanal, viagem com os padrões, entre outros. Em apenas um dos casos, uma jovem me pareceu totalmente descompromissada com a investigação.

Provavelmente, o questionário foi considerado muito longo pelos respondentes. Com expressão de surpresa quase todos os jovens comentaram o tamanho desse instrumento: *Aaah! Minha nossa! Quantas perguntas!* (Simone). Algumas crianças e jovens tiveram medo de não conseguir respondê-lo. Nessas ocasiões procurei lembrar-lhes que não existiam respostas certas ou erradas. E ao final, quando perguntado as suas opiniões sobre o questionário, todas as crianças e os jovens disseram que gostaram de preenchê-lo ou respondê-lo: *Foi legal, eu estava gostando, quando vi já acabou* (Aline).

Nos encontros posteriores realizei as entrevistas, que mesmo com as confirmações prévias, tiveram alguns adiamentos e um cancelamento devido à mudança de residência da participante. Grande parte das entrevistas foi realizada na residência dos entrevistados, com horário pré-marcado e período de duração indeterminado, exceto Cristina que deu o seu depoimento na escola em que estuda.

Depois da entrevista dessa jovem, nós permanecemos conversando por mais alguns minutos e distraída apertei o botão *off* do MP4, sem verificar se o depoimento já estava armazenado. Ao retornar para a casa constatei que nenhuma palavra do depoimento estava gravada. Testei a minha memória, escrevi tudo o que lembrava. Embora não seja recomendável, pedi à Cristina a concessão de uma nova entrevista, o que ela aceitou prontamente.

Os participantes estavam cientes de que o depoimento seria gravado. Sabendo que muitas pessoas têm receio da presença do gravador, ao chegar, enquanto falava sobre algum assunto informal, tirava o gravador da bolsa, deixava-o à vista e continuava com a conversa. Depois, perguntava se podia iniciar a entrevista, ligava e aproximava o gravador do entrevistado.

Durante a entrevista, de vez em quando, observava se o gravador estava funcionando corretamente. Após o término da entrevista, voltava um pouco a gravação. Nesta ocasião os entrevistados, sobretudo os mais novos, quase sempre se divertiam ao ouvirem a sua própria voz.

Durante o período das visitas, realizei algumas observações diretas que trouxeram novas informações. Apesar de entender que as pessoas em presença de outro (pesquisador) podem modificar o seu comportamento, no decorrer da pesquisa anotei num caderno de campo grande parte dos comentários feitos pelos participantes, familiares e amigos; impressões sobre as visitas; informações sobre o bairro e os contatos com as famílias.

Cumpri as etapas deste trabalho nos lugares escolhidos pelos participantes, sala, quarto, cozinha etc. Como o andamento da pesquisa ocorreu principalmente nos fins de semana, momento em que grande parte da parentela estava em casa, e, geralmente, esta era de pequeno porte, nem sempre conseguia garantir a privacidade do pesquisador e do colaborador.

1.4.3 - Os contatos com os colaboradores da pesquisa: relatos e cenas

1.4.3.1 - Seu Floriano e Florinda

Em 5 de maio de 2007, na minha primeira visita ao Jardim Miriam encontrei uma jovem que observava alguns rapazes tentando fazer um carro “pegar no tranco”. Para ela me apresentei e iniciei uma conversa que foi interrompida pelo toque do telefone comunitário da rua. Após correr para atender, a jovem retornou e na continuação da conversa informou: *Ali, naquela casa, tem uma moça, ela trabalha como babá, pelo menos trabalhava.*

Mais tarde, caminhei para a casa indicada, onde fui atendida por uma senhora, para quem me apresentei e expliquei o estudo. Essa senhora confirmou que a sua filha, Florinda, cuidava de duas crianças. Afirmou que a jovem estava trabalhando e que não podia autorizar a sua participação, afinal: *Não posso falar que ela pode fazer esse negócio. A gente não sabe*

das coisas. Você tem que falar com o pai dela. Fala com ele, que ele entende mais que a gente se ela pode ou não.

Perguntei quando poderia encontrar o seu esposo e marquei o retorno para ao dia seguinte. Após ouvir as minhas explicações, o senhor Floriano, pai de Florinda, me perguntou se participar da pesquisa resultaria em uma nova colocação para a sua filha. *Vocês dão curso, arrumam outro emprego?* Expliquei que não, o máximo e que dificilmente acontecería seria algum político ou alguém com autoridade parecida lesse o meu trabalho e se interessasse em fazer algum projeto para a melhoria das condições de trabalho.

Depois de pensar e fazer outras indagações, seu Floriano concordou e autorizou a participação de sua filha na pesquisa. Esta também estava presente no recinto, interrompera as suas atividades e se aproximara para ouvir a conversa. Perguntei-lhe do seu interesse em participar do estudo e ela aceitou. Enquanto separava as cópias do termo de consentimento para recolher as assinaturas, fiz algumas perguntas à jovem sobre a história de sua família. Mas ela pouco falou, a maioria das respostas foi dada pelo seu pai, que observava a tudo e participava da conversa.

A aplicação do questionário e a gravação da entrevista do senhor Floriano foram realizadas na sala de sua casa. Estavam presentes a sua esposa e as duas filhas mais jovens.

Seu Floriano é baiano, nasceu em Abaré, tem 42 anos, é branco, casado, pai de quatro filhos, evangélico da igreja “O Brasil para Cristo”. Chegou à Marília ainda criança. Depois, quando era jovem, foi trabalhar para o lado de Lins. Retornou à Marília, com cerca de 23 anos.

Onde você mora, moça? Pois eu conheço bem ali. É na esquina da rua [...] (começa a nomear todas as travessas). Sabe como eu sei? Morei ali naquela região, no tempo que era mato, eu morei ali para baixo. Depois, estavam loteando para cá. Aqui era uma fazenda. A fazenda terminava aqui, bem nessa rua. Já tinham loteado boa parte, quando nos chegamos quer vê, tinha a casa do [...], a casa do [...] aquela casa lá, [...] Primeiro, nós [ele e os irmãos] construímos a nossa casa, naquela rua lá. Depois, passou uns anos, eu construí a minha casa [...]

Ele cursou até a 7ª série do Ensino Fundamental. Desempenhou diversas profissões: ajudante geral, auxiliar de produção, pedreiro, pintor de parede. Ele relata que sente muita dor na coluna e atualmente realiza “biscates” na última função. Mas ressalta que já trabalhou e lutou muito pela sua sobrevivência: *no tempo que não tinha ônibus [no bairro] eu ia a pé trabalhar, daqui no centro a pé. Não! Ia, moça. A gente pegava o trilho, depois pegava a rua [...] e ia embora.*

Florinda, 17 anos, é a segunda filha de seu Floriano, reside com os seus pais e os três irmãos, um rapaz e duas moças de 20, 13 e 12 anos, respectivamente. A jovem nasceu em Marília, se autorrepresenta de cor amarela, solteira, sem filhos e evangélica⁹. Na igreja que frequenta auxilia em algumas atividades. Cursa o 2º ano do Ensino Médio, curso regular, em escola Estadual. Diz ser uma pessoa tímida, calma, e que gosta de “ajudar as pessoas”. Nas horas vagas ela assiste à televisão, vai à igreja e, às vezes, ao *trailer*.

Começou a trabalhar no setor de domésticos aos 15 anos, quando uma amiga de sua mãe a convidou para trabalhar como babá, sendo que nessa casa permaneceu por sete meses. Uma amiga de Florinda lhe apresentou a atual empregadora. Na região central de Marília, em período integral, ela cuida de duas crianças, de 2 e 5 anos. Trabalha para esta família há 11 meses, tem registro em carteira, recebe 380 reais, 13º salário e vale-transporte. Considera a relação com a empregadora satisfatória: *ela [patroa] sempre me respeitou, nunca me maltratou*. Contudo, ela gostaria de fazer um curso e “trabalhar de secretária”.

Florinda autoaplicou o seu questionário. Isto ocorreu na sala de sua casa, onde também estava o seu irmão. Quanto à gravação da entrevista a jovem demonstrou certo nervosismo em ter que falar com o gravador ligado. Enquanto conversávamos informalmente, ela encabulada perguntou: *Está gravando?!* Passado alguns minutos, aparentemente ela se esqueceu do aparelho. Depois, na sala, ela me concedeu uma entrevista de 25 minutos. Nesse local também estavam a sua mãe e as suas irmãs.

1.4.3.2 - Jennifer

No dia 19 de agosto de 2007, por volta das 15h00, o sol forte fez com que eu procurasse uma sombra, sentei na calçada, debaixo de duas árvores. De repente, uma senhora e uma moça abrem o portão, saem e mudas e sem entender ficam a me olhar. Sou eu quem inicia a conversa, comento a respeito do calor, da água que esquentou, da sombra convidativa e do porquê de estar no bairro. À medida que converso com a senhora, que se chama Neusa, descobrimos que já moramos em um mesmo bairro, na cidade de São Paulo.

9 Chamou-me a atenção a jovem se autodeclarar de cor amarela. Em minha opinião, a indicação da pertença a essa etnia/cor é indevida, porque conheci parte da família de Florinda e não identifiquei em sua ascendência a presença de asiáticos. Essa declaração pode estar relacionada ao fato dela apresentar uma cor de pele próxima a parda e o sentido de negatividade dado a cor negra. A meu ver, o posicionamento de Florinda expressa a ambigüidade das formas de racismo sutis e camufladas vigentes na sociedade.

A moça, Karen, aguarda pelo retorno da sua amiga, que é da filha de dona Neusa. Depois de quase meia hora de espera ela resolve ir-se embora. Ao se despedir ela me surpreende ao dizer: *Eu vou começar a trabalhar de babá semana que vem, numa mulher ali em cima, já combinei. Se você quiser, eu te ajudo na sua pesquisa, eu também conheço tanta gente que trabalha de babá. Tem que ser de menor [de idade], né?*

Depois de duas semanas fui à casa de Karen, que me reconheceu imediatamente. Ela contou-me que o seu emprego não dera certo, e que continuaria a fazer “bicos” de babá. Combinamos que ela conversaria com algumas jovens da vizinhança para saber se tinham interesse em participar da pesquisa. Karen apresentou-me a cerca de 10 meninas e moças que trabalhavam de babá. Seis delas exerciam tal atividade em sua própria casa, cuidando dos filhos das suas vizinhas ou crianças do seu próprio grupo doméstico, enquanto as mães trabalhavam. As demais realizavam a maternagem e serviços domésticos nas casas de terceiros, em localidades próximas ou afastadas. Este último grupo me interessava, entretanto, metade dos responsáveis se opôs a assinar o consentimento. De todas as indicações, consegui manter contato e encontros com duas jovens, Jennifer e Vanessa.

O encontro com Jennifer aconteceu num quarto de alvenaria, em que ela morava com a sua irmã de 19 anos. A minha primeira pergunta para Jennifer foi quantos anos ela tinha. Ela declarou ter 18 anos. Fiquei calada com tal afirmação porque a sua formação corpórea e o seu jeito de falar demonstravam que estava diante de uma criança.

Conversamos sobre a pesquisa, fiz algumas indagações sobre o seu *histórico profissional*. Jennifer afirmou que trabalhava como empregada doméstica desde os oito anos de idade. Seu primeiro emprego foi na cidade de Alvinlândia, local em que residia. Depois, ela trabalhou com o seu pai na cafeicultura e retornou ao setor de doméstico. Após essa conversa informal, nos dirigimos à casa da frente, onde pedi ao seu irmão mais velho autorização para a aplicação do questionário e realização da entrevista, o que me foi concedido. Aproveitei para confirmar a idade de Jennifer, segundo seu irmão e responsável ela tinha quase 13 anos.

Sempre que possível, quando ia ao Jardim Miriam, visitava Jennifer. Na terceira visita, ela disse que tinha 12 anos e contou um pouco sobre a sua história de vida. A jovem nasceu em Ubirajara. É a filha do meio de uma família formada pela sua mãe, seu pai (padastro), seus oito irmãos (de 20, 18, 21, 16, 11, 8, 4 e 5 anos) e suas quatro irmãs (de 7, 9, 10 e 19 anos).

Segundo Jennifer, antes de mudar-se para Marília, ela morava em Alvinlândia com a família de origem quando, devido a conflitos com os demais membros da família, ela fugiu de

casa. O pai (padrasto) registrou queixa da fuga de Jennifer na delegacia. Encontrada, a menina se recusou a voltar para a casa da mãe e ia para um abrigo, quando um acordo e a intervenção de uma assistente social, permitiu-lhe ir morar com o seu irmão mais velho. Jennifer contou que boa parte de seus irmãos não coabitava com a sua mãe, entre os que mudaram de residência e município, três deles têm menos de 18 anos de idade.

A jovem se declara evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e de cor parda. Parou de estudar na 3ª série do Ensino Fundamental e não está estudando porque *não têm* [vagas] *para a 4ª* [série Ensino Fundamental] no período noturno. Ela gostaria de ser massagista. Nas horas vagas, ela gosta de namorar, como também brincar com outras crianças da sua rua, com os seus sobrinhos e de assistir a televisão: Chiquititas e desenhos animados.

Jennifer trabalha como empregada doméstica em período integral para uma família num bairro vizinho ao Jardim Miriam. Lá realiza a arrumação e a faxinação da casa. Recebe 200 reais mensais. Ela afirma saber o que é 13º e não ter esse benefício. Segundo a menina, ela queria o emprego e por isso foi sozinha conversar com a atual empregadora. Ressalto que esse procedimento é incomum, geralmente, a contratação de jovens domésticas acontece por meio de indicações.

Durante o período de coleta de dados, estive com Jennifer seis vezes. Nesses encontros observei que ela gosta de sapatos com solado plataforma, veste-se de forma modesta e as suas roupas estão sempre limpas. Mas essa criança traz as marcas da negligência, não frequenta a escola e apresenta traços de descuidos das necessidades médicas. Nesse ínterim, a menina e a sua irmã alugaram uma edícula e mudaram-se do quintal do seu irmão mais velho.

1.4.3.3 - Vanessa e dona Sílvia

No dia 22 de setembro de 2007, Vanessa estava sentada na beira da calçada e levantou-se assim que avistou a Karen. *Oi*, disse-me sorrindo. Vanessa tem 15 anos, é negra, solteira, sem filhos e católica. Nasceu em Cruzália, onde moram os seus pais e os seus irmãos (9 anos e 1 ano e 2 meses). Aos 11 anos foi morar com uma tia, na cidade de Assis. Dois anos depois, retornou à sua cidade de origem e residiu com a sua avó materna. Atualmente, no Jardim Miriam, mora com a sua tia Sílvia, irmã de sua mãe, seu tio e três primos (16, 14 e 11 anos).

Essa jovem cursa o 7º ano do Ensino Fundamental, módulo regular, em escola estadual. Diz ser uma pessoa legal, comunicativa, brincalhona, alegre. Nas horas vagas, ela

gosta de ouvir música e assistir aos meninos treinando dança de rua. Pelas observações notei que a relação familiar é harmoniosa, Vanessa mantém um ótimo relacionamento com os seus tios e primos.

Segundo a jovem, para ajudar os seus pais, ela começou a trabalhar como babá aos 11 anos em Assis, para a filha da patroa da sua tia. Veio para Marília e

a minha tia e o meu tio já conheciam ele [esposo da empregadora]. Daí, a vizinha da minha tia trabalha, aqui na vizinha, na J.... Ela [vizinha] falou para a minha tia que estava precisando de alguém. E [a empregadora] tinha mandado perguntar para ela [a vizinha], se ela conhecia alguém de confiança. Daí, ela falou para a minha tia e a minha tia falou que ia me levar lá. A minha tia não sabia até que idade, ela [a empregadora] queria. Mas daí quando ela [a empregadora] me viu, ela achou que ia dar certo e acabou dando. (Vanessa)

Por meio da indicação de sua vizinha, Vanessa começou a trabalhar como empregada doméstica em período integral tendo como função toda a arrumação e a faxinação de uma casa de aproximadamente 16 cômodos, num bairro luxuoso de Marília. Dorme no emprego durante a semana. Não é registrada, recebe 380 reais mensais e o dinheiro da condução do fim de semana. A relação entre ela e patroa é considerada boa, porque, nas palavras de Vanessa, *ela [empregadora] não fica dando bronca, chamando a atenção. Ela é alegre e conversa bastante com a gente.*

Encontrei-me com Vanessa quatro vezes, ela sempre me recebia com muita simpatia. A jovem preferiu que o questionário fosse preenchido pela pesquisadora, o que foi feito na mesa da cozinha da casa de sua tia. Na ocasião estavam presentes a sua tia e uma das suas primas. A gravação da entrevista da jovem ocorreu no quarto que ela divide com os seus primos, nos fins de semana, e teve a duração de aproximadamente 48 minutos.

Dona Sílvia é tia da Vanessa. Nasceu em Cruzália, tem 34 anos, é de cor parda, casada, mãe de três filhos, evangélica. Desde que chegou a Marília, há 17 anos, até o seu casamento trabalhou em indústrias. Casada e com os filhos pequenos passou a exercer a função de empregada doméstica. Atualmente é diarista e presta serviços em quatro casas durante a semana. Quando criança cursou até a 4ª série do Ensino Fundamental e, em 2006, voltou a estudar. Faz o 8º ano do Ensino Fundamental, curso supletivo, em escola estadual, em período noturno.

Tive duas conversas informais com dona Sílvia. Muito comunicativa, de forma muito divertida, ela falou um pouco da história de sua família, enfatizando as festas e as reuniões familiares. Tanto a aplicação do questionário como a entrevista da dona Sílvia ocorreram na sala de sua casa. Essas atividades foram acompanhadas pelos seus filhos.

1.4.3.4 - Simone

No dia 24 de junho de 2007, na beira da calçada, duas jovens conversavam alegremente, riam e começaram a cantar. Apresentei-me a elas, enquanto me olhavam com certa curiosidade, expliquei a minha pesquisa e perguntei se conheciam alguma criança ou jovem que pudessem me indicar. Uma delas comentou para a outra: *Jovem: Ai, é com você. Simone: É, eu sou babá.*

Reexpliquei os procedimentos, o porquê, os objetivos do meu estudo. Simone aceitou participar da pesquisa e nós continuamos falando: *Pesquisadora: Quantos anos você tem? Simone: 17. Pesquisadora: Com quem você mora? Posso conversar com a sua mãe? Preciso pedir a autorização dela porque você é menor de idade. Simone: Só se você for em casa falar com ela. Você quer ir lá?*

Sáímos as três, rumo à casa de Simone. Lá, uma senhora com jeito de desconfiada, depois de me ouvir por alguns minutos, falou: *Estudar essa daí?! E continuou dando-me as advertências que lhe pareciam importantes, antes de assinar o termo de consentimento.*

Simone, 17 anos, negra, solteira, sem filhos e católica, nasceu em Marília. Filha mais velha, reside no Jardim Clara Maria com a sua mãe, o seu padrasto, cinco irmãos (15, 11, 8, 8 (gêmeos), 7 anos) e uma irmã (3 meses). Considera-se uma jovem alegre: *Ah, eu gosto de festa, de viajar, de agitação. Ah, eu adoro São Paulo, lá é muito bom, eu fui para lá [...].* Nas horas vagas, a jovem gosta de ir aos barzinhos, lanchonetes e danceterias. Cursa o 1º ano do Ensino Médio, suplência, numa escola estadual.

Começou a trabalhar no setor doméstico aos 15 anos, quando uma amiga a apresentou para a atual empregadora. Na região central de Marília, Simone cuida de duas crianças, de 5 e 8 anos, em período integral. Não possui registro em carteira, recebe 300 reais mensais, 13º salário, férias e vale-transporte. A relação com a empregadora é considerada ótima. Mas a jovem gostaria de trabalhar *em qualquer coisa que não fosse casa de família. Trabalhar em hospital, lojas, indústrias.*

Simone autoaplicou o seu questionário, mas o considerou muito extenso. Isto ocorreu na sala de sua casa, onde também estavam os seus irmãos e a sua mãe. Quanto à gravação da entrevista, houve desencontros. Entre os meses de outubro e novembro, quatro encontros foram marcados, mas não consegui recolher o seu depoimento. Na segunda semana do mês de

dezembro, a sua amiga me informou que a família de Simone mudara, portanto, rompeu-se com um dos requisitos básicos da pesquisa, residir em Marília¹⁰.

1.4.3.5 - Daniele e dona Geni

No dia 8 de julho de 2007, três senhoras, mais tarde soube que eram irmãs, sentadas na calçada aproveitavam a tarde para jogarem conversa fora. Aproximei e me apresentei. Depois de alguma conversa, falei da minha pesquisa e perguntei: *As senhoras conhecem alguma criança e/ou jovem que trabalhe como babá, doméstica, faxineira, jardineiro?*

A senhora da esquerda balançou a cabeça e respondeu que não tinha a mínima noção. As outras duas se olharam e continuaram em silêncio. Até que a da direita comentou com a outra: *Tem a Daniele*. A do meio olhou para a última com expressão de censura. Olhou-me e pediu-me: *Explique melhor essa pesquisa*. Ao final das explicações e esclarecimentos, com um sim meio duvidoso, a senhora, dona Geni, concordou com a minha visita à sua casa para conversar com a sua filha, Daniele.

Daniele aparentemente gostou muito da ideia de participar de uma pesquisa. Nascida em Marília, ela tem 14 anos, declara-se de cor parda, evangélica, solteira e sem filhos. Filha mais velha, reside com os seus pais e o irmão de 8 anos. Cursa a 8ª série do Ensino Fundamental, curso regular, matutino, em escola estadual. Nas horas vagas gosta de ir ao bairro do Esmeralda.

Ela trabalha de babá em período parcial num bairro vizinho ao que reside. Cuida de uma criança de nove meses de idade. Por esses serviços recebe o valor de 200 reais. Esse é o seu primeiro emprego e o contato com a atual empregadora ocorreu por intermédio da sua tia. A relação com os empregadores é considerada satisfatória: *Ah, eles são bons*. Embora se considere muito nova, Daniele gostaria de fazer algum curso, *ah, mas por enquanto eu sou muito nova, né? Queria ser enfermeira*.

Em conversas informais, Daniele me contou sobre os lugares por ela frequentados, as amizades da escola, as paqueras e a compra do primeiro celular. Fui à casa da jovem seis vezes. Por meio das observações, notei que a relação de Daniele com os seus pais e o seu irmão é muito tranquila. Aos domingos, geralmente a família se reúne para jogar baralho e, como são evangélicos, “escondidos” ouvem música, bebem algumas cervejas. A jovem

10 Apesar dos dados serem parciais, eu resolvi mantê-los na minha pesquisa porque eles trazem informações importantes, principalmente para a análise das relações familiares.

mantém amizade estreita com as suas primas, ela e a sua mãe visitam os familiares do lado materno, pelo menos duas vezes por semana.

Tanto a aplicação do questionário como a gravação da entrevista ocorreram na cozinha da casa da jovem. Na primeira ocasião estava presente o seu irmão. Na segunda, quando cheguei à casa da jovem estavam presentes os seus pais e o seu irmão. Durante a conversa informal, Daniele acendeu um cigarro, parecia um pouco nervosa com a presença do gravador e falava em um volume baixo. Logo nos primeiros instantes após o início da gravação do depoimento, os demais membros da família se retiraram do local. Eles sentaram na calçada, deixando-nos a sós.

Dona Geni tem 31 anos, é branca, evangélica, casada, mãe de dois filhos. Nasceu em Marília, cidade onde vive a maioria dos seus familiares. Antes de se casar, trabalhou como atendente de balcão em uma padaria e, atualmente, cuida da casa em período integral.

As conversas informais com dona Geni giraram em torno do serviço doméstico, do emprego para os jovens. Essa senhora disse-me que ela não possui em sua casa equipamentos que facilitem a realização das atividades domésticas, por isso estas lhe tomam algumas horas diárias. Também me contou histórias que demonstram as dificuldades dos jovens em conseguir emprego, como a da sua sobrinha que teve de mudar-se de Marília: *Ela teve que ir para lá, porque aqui não conseguia arrumar emprego.*

Tanto a aplicação do questionário como a gravação da entrevista da dona Geni aconteceram na cozinha da sua casa. O questionário foi preenchido pela pesquisadora, nesta ocasião além da senhora estava presente o seu filho. O depoimento foi colhido na presença das suas irmãs e dos seus filhos. Muito prestativa e sorridente, dona Geni disse-me: *Eu espero que esta entrevista ajude você.*

1.4.3.6 - Suelen e dona Cícera

Uma moradora do bairro me informou sobre uma jovem empregada doméstica, Suelen. Seguindo as instruções de alguns moradores, cheguei até a sua casa. Lá fui atendida pela sua irmã, que avisou: *Ela foi ao supermercado com a minha mãe.* Resolvi aguardar o seu retorno, neste período, aproveitei para observar o local, as atividades das pessoas e conversar com algumas crianças que brincavam no espaço público.

A residência da Suelen fica a cerca de 10 minutos de caminhada da avenida principal do Jardim Clara Maria e o espaço em sua volta é marcado pela extrema pobreza. Tem-se uma

viela principal, nela circulam pessoas, animais, automóveis etc. Neste percurso também se encontra muito entulho e inúmeras habitações de madeira e de alvenaria umas grudadas às outras. Em alguns pontos, a viela abre-se para outras passagens mais estreitas, em que muitas casas têm as suas *fachadas* defronte a outras casas.

Há dois botecos, nos quais alguns homens jogam sinuca, conversam, bebem e ouvem música. Aliás, várias composições musicais se misturam no ar. Numa casa próxima está acontecendo uma reunião de pessoas. As jovens também se movimentam por essa área, em grupos elas conversam, dão risadas. Algumas crianças pequenas correm, uns meninos jogam bolinha de gude.

Após uns quarenta minutos, Suelen retornou com a sua mãe, que se chama Cícera. Esta foi com quem conversei primeiro, me apresentei e expliquei-lhe a minha investigação, os objetivos, os porquês, os procedimentos. Dona Cícera disse-me que colaboraria comigo e sugeriu que perguntasse a opinião de sua filha. Suelen também aceitou participar da pesquisa.

Suelen nasceu em Marília, tem 16 anos, é branca, católica, solteira e sem filhos. Filha mais velha, reside com a sua mãe, o seu padrasto e seus irmãos (13, 10 e 6 anos) e sua irmã (14 anos). Cursa a 8ª série do Ensino Fundamental, módulo regular, em escola estadual. Nas horas vagas, *às vezes eu saio, vou para a casa de alguma amiga que eu converso com ela.*

Suelen é empregada doméstica, trabalha em período integral, no mesmo bairro em que reside. Nesta casa, - *olha... lavo, passo, cozinho, tomo conta do menino de três anos, tudo...* Recebe 250 reais mensais, não é registrada, não recebe 13º salário, tampouco tem direito a férias. Sobre a sua relação com os empregadores, a jovem enfatiza que, *é muito difícil de eu ver eles, porque a hora em que eu chego, eles já saíram. Às vezes, eu vou falar com ela, mesmo no domingo. [Vejo-a] quando ela vem aqui porque ela quer falar alguma coisa para mim, que ela esqueceu. Fora isso é muito difícil de eu ver ela.*

Um pouco reservada em conversas informais, Suelen falou basicamente da escola, da relação com os colegas e os professores. Observei que os membros da família mantêm uma relação harmoniosa. A jovem gosta de brincar de escolinha com o irmão mais novo. A cozinha também é um elemento importante nas relações familiares. Lá, aos domingos, as mulheres (mãe, filhas, tias, sobrinhas) se reúnem para cozinhar e conversar.

O questionário de Suelen foi preenchido pela pesquisadora, na sala de estar e na presença da irmã da jovem. O registro da entrevista ocorreu no mesmo local. Na parte final da gravação a mãe e a irmã da jovem, que até então estavam arrumando a cozinha, juntaram-se a nós duas (entrevistada e pesquisadora). A entrevista de Suelen durou cerca de 35 minutos.

Dona Cícera, tem 38 anos, é branca, católica, amigada, mãe de cinco filhos. Nasceu em Carneirinho, no estado de Minas Gerais. Veio com a sua família de origem para São Paulo, há 21 anos. A família residiu em algumas cidades do estado paulista, antes de se fixar em Marília. Trabalhou como arrumadeira em hotéis desta última cidade. Atualmente, é dona de casa em período integral. Em conversas informais, dona Cícera demonstrou preocupação com a violência e as drogas entre os jovens. Outro ponto destacado foi a cozinha e os pratos típicos mineiros.

Tanto a aplicação do questionário como a gravação da entrevista aconteceram na sala da casa da dona Cícera. O questionário foi preenchido pela pesquisadora e neste momento também estavam na sala as suas duas filhas. No dia em que gravei o seu depoimento, num sábado à tarde, ela se encontrava sozinha em sua casa.

1.4.3.7 - Luísa e dona Maria Aparecida

Era a minha segunda visita ao Jardim Nossa senhora de Fátima, no dia 9 de junho de 2007, duas jovens estavam deitadas num banco próximo ao ponto de ônibus. Ali parei e com elas comecei a conversar. Eram primas e moravam naquela rua. Depois de alguma conversa, contei-lhes sobre o meu estudo e lhes perguntei se conheciam alguma menina que trabalhasse de babá, empregada doméstica, passadeira ou rapaz que trabalhasse como empregado doméstico, jardineiro. Depois de trocarem algumas informações, uma das jovens me indicou: *Tem a Luísa, que cuida do meu primo. Mas ela mora lá embaixo, perto do posto de saúde.*

Instruída, mas sem o endereço, tentei localizar a casa de Luísa. Andei pelo bairro, sabia que estava próxima à sua residência, mas precisava me decidir entre duas ruas. Nesse ponto, perguntei a três senhoras que estavam na esquina, em pé conversando.

Pesquisadora: Desculpem, mas por acaso alguma das senhoras conhecem a Luísa, ela tem uns 14 anos, trabalha de babá e nos informaram que morava na terceira rua aqui para trás. Senhora: É uma morena? Alta? Pesquisadora: Desculpe, mas eu não sei, eu não a conheço. Senhora: A única que eu conheço é a Luísa da Maria Aparecida. Oh, lá, na segunda rua, você entra para esse lado, passa acho que umas cinco casas, é lá. É uma casa...

Dobrei a esquina e vi uma senhora varrendo a calçada e perguntei se ela conhecia Luísa, ela respondeu rindo: *A Luísa é a minha filha.* Após ouvir os objetivos, os procedimentos, os porquês da pesquisa, dona Maria Aparecida demonstrou algum interesse em participar e disse: *Você pode vim falar com a Luísa, qualquer dia da semana. Ela fica em casa de tarde. Fala com ela quem sabe? (risos)*

Para conversar com a jovem, combinei retornar no próximo sábado. Quando a encontrei, expliquei a pesquisa, li o termo de consentimento e tirei algumas dúvidas. Luísa se mostrou receptiva e animada em participar da pesquisa.

Luísa nasceu em Oswaldo Cruz, cidade próxima à Marília, onde viveu até os cinco anos de idade. Atualmente ela reside com os seus pais, duas irmãs (21, 18 anos), um irmão (19 anos) e uma sobrinha (3 anos). Tem um irmão casado, de 26 anos, que mora em Rancharia. A jovem de 14 anos é a filha mais nova, é solteira e sem filhos, se autorrepresenta parda.

Ela cursa o 8º ano do Ensino Fundamental, curso regular, em período matutino em escola estadual. A jovem se considera uma pessoa *calma alegre [...] simpática, simpática eu tento ser [...] ah, compreensiva também*. Nas horas vagas, ela sai com a sua irmã para barzinhos, lanchonetes, praças, *show e onde tenha bastante gente*. Gosta de escutar música: *pagode e black*.

A família está passando por um processo de transição religiosa da católica para a protestante, por isso eles não definem a religião que praticam. A busca de melhores condições de vida levou esse grupo a um processo de migração, mudaram-se de Adamantina para Bastos, Tupã e chegaram à Marília há 7 anos.

Aos 13 anos, Luísa foi convidada pela atual empregadora para trabalhar, no período noturno¹¹, como babá¹². A jovem não é registrada, recebe 100 reais mensais, 13º salário e férias. Ela afirma que adora a sua patroa. Contudo, ela gostaria de *trabalhar no comércio ou em escritório, porque eu acho legal*.

Luísa preferiu que a aplicação do questionário e a entrevista fossem realizadas em seu quarto onde, para ela, é o único local da casa que permitia alguma privacidade. Nessas ocasiões ela sempre demonstrava algum nervosismo e ansiedade: *Será que eu consigo responder o questionário? Deixa eu ver a entrevista. Quantas perguntas têm? Ah, é muita pergunta eu não vou saber responder tudo*.

Suponho que o fato da sua mãe e uma de suas irmãs trabalharem como empregadas domésticas influenciaram na sua decisão de entrar nesse segmento do mercado de trabalho, como também as frequentes discussões com o seu pai, que ao contrário das expectativas

11 A Consolidação das Leis Trabalhistas considera trabalho em período noturno aquele realizado entre as 22:00h e 5:00h. O horário de trabalho da Luísa é das 19:00 às 23:00h.

12 A empregadora de Luísa é nora dos patrões da sua mãe e já conhecia a jovem. Essa patroa conta com os serviços de outra empregada doméstica durante o dia, uma senhora, sogra do irmão de Luísa.

contidas nos comentários das mulheres da família, não valoriza os empregos considerados estáveis e formais, nas palavras da mãe de Luísa: *Você vê, menina? Ele não para em serviço nenhum. Estava lá, quis sair. Veio para cá e não estava bom. Agora quer voltar para lá de novo?!*

Por sua vez, o senhor V., em conversa informal, nos explicou que se sentia explorado pelos empregadores. Ele diz que já trabalhou muito e embora a sua esposa reclame, para ele, em comparação aos primeiros anos resididos por sua família em Marília, naquele momento a situação financeira é bem melhor.

A Maria Aparecida reclama, mas quando nós chegamos a Marília, eu não tinha serviço, não conhecia as pessoas [...] então eu saía para capinar os quintais, eu capinava tanto que as minhas mãos enchiam de bolhas de sangue [mostra as mãos com os calos]. Eu levava as minhas meninas menores para capinar junto comigo [...]. Eu parei de trabalhar lá [no penúltimo emprego] porque eu não estava vivendo. Eu trabalhava de segunda a segunda só tinha folga um domingo por mês. Isso não é vida! [...] Eu gosto de ir ao forró, no fim de semana e trabalhando direito não dava [...]. (Senhor V.)

Dona Maria Aparecida é a mãe de Luísa. Nasceu em Pacaembu, tem 43 anos, é de cor parda, casada, mãe de cinco filhos, avó de cinco netos, não tem religião definida. Desde que a sua família chegou a Marília, há 7 anos, ela trabalha como empregada doméstica, em período integral, para uma família de policiais militares. Aos fins de tarde realiza atividades complementares como lavadeira, passadeira e vendedora de bolos e salgados. Em outras cidades, teve outros empregos como faxineira e copeira em hospitais e prefeituras e trabalhou na roça. Coursou até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Tive algumas conversas informais com dona Maria Aparecida. Nessas conversas, com um jeito descontraído, ela contou-me a sua história e as histórias dos seus filhos e outros familiares, destacando as relações com os seus irmãos, a criação dos seus filhos, a sobrecarga de trabalho, as contas a pagar e a instabilidade empregatícia de seu esposo que, durante o período da pesquisa, mudou três vezes de emprego.

A aplicação do questionário e a entrevista da dona Maria Aparecida ocorreram na cozinha de sua casa. Na primeira ocasião estavam presentes as suas filhas e na segunda, além das jovens, dois netos. Visitei essa família seis vezes e observei que o seu cotidiano é marcado por certa violência verbal, em duas das visitas realizadas aconteceram discussões familiares, com ameaças de violência física e intervenção dos vizinhos.

1.4.3.8 - Jéssica

Em meados de agosto de 2007, Luísa nos apresentou a sua colega Jéssica, de 17 anos. Esta é evangélica, solteira, sem filhos, se autorrepresenta como negra e nasceu na cidade de Marília. Diz ser uma jovem alegre, *que gosta de entender e ajudar as pessoas, me preocupo com a minha família e penso no meu futuro*. Cursa o 1º ano do Ensino Médio, suplência, numa escola estadual e gostaria de ser secretária ou psicóloga. Nas horas de lazer e folga a jovem vai à igreja, ao clube, ao pagode e assiste aos jogos de futebol dos amigos.

Jéssica é a filha mais velha. Quando tinha 10 anos, os seus pais se separaram e ela, o irmão mais novo, atualmente com 14 anos, e sua mãe passaram a morar na casa da minha avó. Pelos comentários e conversas informais percebi que a relação familiar é marcada por certa solidariedade e harmonia. Tanto o é, que entre as coisas que a jovem diz gostar de fazer está reunir os familiares.

Segundo Jéssica, para ajudar a sua mãe, ela começou a trabalhar como empregada doméstica aos 13 anos. Teve alguns empregos esporádicos e nos últimos dois anos ela trabalha quatro vezes por semana para um casal de microempresários, na região central da cidade. O convite para este emprego ocorreu quando a jovem conheceu a empregadora, ao participar de um grupo beneficente, em que jovens e mulheres bordavam peças e remetiam a renda para uma instituição cuidadora de viciados em drogas ilícitas.

No emprego atual, ela trabalha em período integral e realiza a arrumação e a limpeza da casa, que incluem inúmeras tarefas: o preparo das refeições; assistência às pessoas da casa, por meio da anotação e transmissão de recados e controle das contas a pagar; o cuidado com as roupas e com uma criança de 4 anos. Os empregadores não a registraram, porque a própria Jéssica não tirou a carteira de trabalho e não quer ser registrada. Os patrões pagam alguns dias de férias, *mas não a quantidade certa e não pagam 13º salário*. A jovem considera muito boa a sua relação com os seus patrões.

Estive com Jéssica quatro vezes, nesses encontros ela recebeu-me muito bem, sempre bem-humorada, arrumada, maquiada (batom e sombra) e com bijuterias (anéis, brincos). Na sala de sua casa, ela preencheu o seu questionário. Nessa ocasião, ela estava acompanhada da sua avó. Depois de alguns desencontros para a gravação da entrevista, ela preferiu um local mais próximo ao seu trabalho, o pátio da escola em que estuda. Ali ela nos concedeu um depoimento de aproximadamente 47 minutos.

1.4.3.9 - Dona Angelita e Aline

No dia 15 de setembro de 2007, na calçada estavam sentadas uma senhora com duas garotas, aproveitei, me apresentei e troquei algumas palavras. Conteí que visitava o bairro, um pouco da minha história, do meu estudo e perguntei se conheciam alguém que pudessem indicar. A resposta foi: *A vizinha, aqui do lado, tem uma menina que trabalha de babá. [...] [ela] deve ter uns 10 ou 11 anos. [...] Mas não fala nada que foi a gente que contou.*

Mais tarde, fui até o portão da vizinha e toquei a campainha. A senhora informante, me observava e fez-me um sinal com o dedo na boca, reafirmando o seu pedido de não contar a fonte da informação. Da janela da sala, com uma expressão de aborrecida, uma jovem senhora me atendeu: *O que você quer? Desculpe-me, mas posso falar com a senhora por dois minutos?*

Vestida em um roupão, a senhora veio nos atender. Encabulada, fui mostrando a carteira estudantil.

Desculpe-me eu não sabia que a senhora estava ocupada. Eu sou a Juliana, sou aluna da UNESP, gostaria de falar rapidamente com a dona da casa, acho que é a mãe da Aline. -Para falar a verdade, eu não sou a mãe dela. Ela fala para todo mundo que eu sou a mãe dela. Mas na verdade, ela olha os meus filhos. [...] A senhora se importa de eu conversar com a Aline a respeito do meu estudo? Não. Eu gostaria de saber se ela e a senhora querem colaborar com o meu estudo. Por mim tudo bem. Você tem que ver com ela, mas ela não está [em casa]. Ela saiu com a irmã dela (Angelita, 38 anos).

Assim contatei a dona Angelita, 38 anos, católica, branca, separada, mãe de Débora, Pedro e Cristina, crianças de 7, 5 e 2 anos de idade. Sem profissão definida, ela trabalha com a sua mãe, proprietária de uma loja de roupas e um bar.

Encontrei com dona Angelita cinco vezes. Por trabalhar no período tarde-noite, ela tinha preferência em receber-me durante a semana, pela manhã, quando estava em casa com os seus dois filhos mais novos. Os encontros foram rápidos e “objetivos”, explicar a pesquisa, falar com Aline, solicitar a assinatura do termo de consentimento, aplicar o questionário e registrar o depoimento.

Em todas essas ocasiões ela pareceu reservada e séria, contudo, sempre me atendia bem. Como os contatos foram “superficiais”, algumas informações que me pareciam importantes para uma melhor compreensão do contexto não foram obtidas. De fato, poderia tentar uma aproximação maior por meio de conversas informais. Mas, desde o primeiro encontro, a dona Angelita me comunicou: *Eu sou uma pessoa muito ocupada, eu não tenho muito tempo [livre?].*

Para conseguir as informações consideradas necessárias também não pareceu conveniente visitar a Aline na ausência de sua empregadora porque, sendo ela uma criança e estando presentes os filhos da empregadora, certamente haveria comentários que poderiam incorrer na desistência dos colaboradores. Porém, durante o processo de contatar Aline e de localização de outras crianças e jovens empregados domésticos no bairro Nossa Senhora de Fátima, obtive algumas pistas, consideradas importantes.

Angelita informou-me que Aline estava em casa todos os dias, mas não me disse em qual horário, o que também propositalmente não lhe perguntei. Tornei a visitar essa família, numa segunda-feira, pela manhã. Nesse dia e horário, a empregadora preparava o almoço enquanto a sua filha mais velha e a babá estavam na escola. Na semana seguinte, no sábado pela manhã, em outro retorno, dona Angelita limpava a casa e Aline havia saído com a sua irmã. Em um domingo, à tarde, voltei a casa e fui informada que a jovem babá fora visitar a sua tia. Por meio desses *desencontros*, observei não existir nenhuma relação de domesticidade entre a empregadora e a empregada.

O encontro com a jovem babá ocorreu no dia 30 de outubro de 2007, à noite. Da porta da sala, uma menina com jeito de desconfiada, vestindo short e camiseta azuis e se esticando para ver quem era, me perguntou: *Quem é? Eu sou a Juliana, eu estudo na UNESP, eu conversei com a dona Angelita... Ah, tá, que susto você me deu! [...] a Angelita já tinha falado de você, mas eu assustei.*

Essas primeiras palavras foram trocadas com Aline no quintal e com o portão fechado a cadeado. Prudente, devido ao horário, por estar com as crianças sem a presença de um adulto e por não me conhecer, a menina atemorizou-se. Somente depois que Débora e Pedro falaram “oi”, foi que a babá abriu o portão e me convidou a entrar na casa.

Na sala, expliquei a minha pesquisa, lemos conjuntamente o termo de consentimento e ela demonstrou interesse em participar da pesquisa. Débora testemunhava tudo e parecia bastante atenta a minha conversa com Aline. Esta me contou um pouco da sua história misturando-a a história de outras pessoas. Ela explicou que seria difícil a sua mãe autorizar mediante assinatura a sua participação porque ela morava em Jundiaí, cidade do estado de São Paulo, com os seus irmãos de 14, 9 e 8 anos. Sobre o seu pai, sabia que ele residia em Marília, mas não o conhecia. Nessa cidade, também viviam alguns dos seus parentes: tia, primos e uma irmã de 18 anos.

Como contornar essa situação? Eu poderia conversar com a tia da menina e pedi-lhe permissão? A irmã mais velha poderia se responsabilizar pela participação da Aline? Embora

não portasse a tutela legal pela menina, a sua responsável “informal”, em Marília, era a sua empregadora. Poderia esta autorizar a participação da menina, mesmo sem possuir a sua guarda? Ao término da visita, disse à Aline que pensaria em como proceder.

Aqui surgiram outras duas questões: A criança e o jovem podem autorizar a sua própria participação na pesquisa? O que deve prevalecer: o direito de proteção ou de participação da criança e do jovem? No final, resolvi simplificar a situação e pedi à sua empregadora a autorização.

Aline, 11 anos, solteira, se autorrepresentou como negra, nasceu em Jundiaí. É católica praticante, sendo a igreja um dos poucos lugares em que pode ir sozinha. Sobre si afirma: *Eu sou muito tímida... e também divertida*. Cursa a 4ª série do Ensino Fundamental, regular, em escola estadual, no período matutino.

Essa menina é 4ª filha, a mais nova das mulheres, tem cinco irmãos de 19, 18, 14, 9 e 8 anos. Os três últimos irmãos vivem com a sua mãe em Jundiaí. Pelo o que me contou a sua irmã, de 18 anos, trabalha para a mãe da dona Angelita. Ao saber que esta precisava de uma babá, aquela irmã indicou e trouxe Aline para exercer tal função.

No horário das 12h30 às 22h00, Aline cuida de três crianças, lava as louças, varre a casa, tira o pó e lava as roupas da criança menor. Por esses serviços prestados, ela recebe 180 reais mensais, que são depositados em uma conta poupança. Ignoro se Aline recebe outros benefícios como o 13º salário e férias, já que ela não controla os seus rendimentos, desconhece o primeiro termo e não sabia se durante o mês de janeiro, além de ir visitar a sua mãe também recebe alguma remuneração.

Para essa criança, o trabalho e o entretenimento se misturam porque ela brinca com as crianças da sua empregadora. Nesse sentido, presenciei duas cenas interessantes. Uma delas ocorreu quando fui conversar com outra jovem babá que me foi indicada pela sua irmã, em uma conversa informal. Tal jovem, por coincidência, residia na mesma rua em que morava Aline. Num sábado, à tarde, enquanto conversava com essa jovem babá pude observar que do lado de dentro do quintal, Aline sentada numa cadeira, “vigiava” as crianças que pajeia e, ao mesmo tempo, trocava ideias com as duas garotas que estavam na rua. Em outro sábado, Aline pulava corda com as crianças da sua empregadora.

Aline pareceu-me uma criança muito alegre. Embora seja tímida tem uma conversa segura. Possui uma relação estreita com a sua irmã mais velha, que é também sua responsável imediata. Durante as conversas informais me contou sobre as suas preocupações com os seus familiares e com as doenças. *Eu me preocupo com todo mundo da minha família, eu me*

preocupo com a minha mãe, com os meus irmãos [...]. Eu também tenho medo de ficar doente e morrer.

Tanto a aplicação do questionário como o registro das entrevistas foram realizados durante a semana, no período da tarde, na sala da casa em que Aline trabalha e presenciados pelos filhos da empregadora.

1.4.3.10 - Cristina e dona Fernanda

No dia 12 de setembro 2007, em um encontro marcado na porta da escola que frequenta, Simone me apresentou sua colega Cristina. Esta após ouvir as minhas explicações sobre a pesquisa, falou que gostaria muito de colaborar. Porém, o medo da reação de sua empregadora em relação à pesquisa, fazia com que ela hesitasse em participar.

Sugeri conversar por telefone com a empregadora da jovem, mas a Cristina avisou: *Acho que a minha patroa não vai gostar de eu te dar o número do telefone.* Após algumas confabulações, Simone propôs:

Dá o número do seu celular para ela [pesquisadora]. Antes você avisa a Fernanda, que ela vai ligar no seu celular porque para não ter problemas você não quis dar o número do telefone da casa. Ela conversa, se a Fernanda falar que tudo bem, senão morreu o assunto.

E assim tentei a sorte, liguei no celular da Cristina para solicitar a autorização de dona Fernanda. Após ouvir as minhas explicações, objetivos, porquês e procedimentos, a empregadora disse que tudo bem e justificou: *Ah, eu sei como são essas coisas. Eu também fui bolsista de iniciação científica, quando estudava biologia. Tudo bem, eu te dou uma forcinha...*

Cristina tem 16 anos, é evangélica, solteira e sem filhos, nasceu em São José do Rio Pardo, cidade próxima à Bauru, no interior do estado de São Paulo. A jovem se define como *comunicativa, prestativa, responsável. Tenho muita fé em Deus.* Nas horas de folga ela frequenta a *lan house*, a igreja, “Congregação Cristã do Brasil” e realiza *biscates*, passando roupa. Cursa o terceiro ano do Ensino Médio, suplência, em escola estadual. Realiza aulas de música e toca órgão, na *comum*¹³.

13 Os membros da Congregação Cristã do Brasil têm por hábito designarem de comum a igreja que normalmente frequentam. No caso, Cristina se refere a uma filial em São José do Rio Pardo.

Cristina contou-me que há anos o seu pai ingeria bebida alcoólica diariamente e sua mãe sofria de depressão e não realizava as tarefas domésticas, nem cuidava dos filhos. Por ser a filha mais velha do casal, desde pequena ela teve que aprender a fazer as tarefas domésticas, inclusive cozinhar. A sua família passou por um período de migração interna por algumas cidades e estados brasileiros. Quando ela tinha 11 anos, os seus pais se separaram e a sua família retornou à sua cidade de origem.

Aos 14 anos, ela começou a exercer as funções de babá. Veio de Rio Pardo para Marília há um ano e meio para trabalhar no apartamento de uma jovem senhora, estudante de Medicina. Aqui, ela trabalha período integral e realiza a arrumação da casa que inclui inúmeras tarefas: a faxinação; o preparo das refeições; a listagem e a aquisição das compras; a efetivação dos pagamentos; o recebimento das mercadorias; os cuidados com duas crianças, de 7 e 8 anos, entre outras coisas.

Cristina não é registrada. Recebe 380 reais mensais, 13º salário e férias. Declara existir conflitos verbais e físicos entre ela e os dois filhos da empregadora, a sua relação com esta também é considerada ruim. Nas palavras da jovem:

Hoje, eu definiria como péssimo. Não por mim, porque eu faço o melhor que eu posso. Eu trato com carinho, mas eles não sabem ver isso. Eles [as crianças] batem, eles xingam, eles te acusam. Se sumir alguma coisa, foi você que pegou. Aconteceu alguma coisa, foi você.

Parece-me que a tensão entre os empregadores e a empregada é causada, sobretudo, pelas exigências feitas, condições inadequadas de trabalho e quantidade excessiva de tarefas delegadas à Cristina e por esta ter uma visão de mundo bem próxima dos princípios doutrinários de sua igreja, o que dificulta a adequação em relação aos hábitos e aos gostos dos seus padrões.

Estive com Cristina seis vezes, quatro delas em locais públicos: porta da escola e biblioteca. Em duas conversas informais, Cristina relatou um pouco sobre a relação com os seus irmãos e a sua mãe. Ela visita a sua família mensalmente e emocionada diz sentir muita falta da mãe e dos irmãos. O fato de vir trabalhar em outro município a afastou um pouco da convivência com o pai, a quem não vê há um ano.

Aparentemente, a saudade da família torna-se maior porque Cristina conhece poucas pessoas em Marília.

Às vezes, isso é um pouco assustador, eu paro para pensar e isto me assusta um pouco, pensar que eu estou tão longe de casa, numa cidade em que eu não tenho nenhum parente, onde eu conheço um número mínimo de pessoas, umas quatro, cinco, seis. É uma cidade tão grande, mas não tem uma oportunidade de você poder

ir à casa de um amigo, sei lá... passar uma tarde conversando, jogando conversa fora [...] Então, você fica sozinha e tem tanta coisa para pensar que aquilo se torna assustador. (Cristina)

Cristina preencheu o seu questionário na sala de leitura da biblioteca municipal. No dia 3 de dezembro de 2007, no pátio da escola em que estuda, a jovem deu-me uma entrevista muito rica, com vários elementos de sua vida e da relação empregadores- empregados, com duração de aproximadamente 1h10m. Após a entrevista permanecemos conversando por mais alguns minutos. Enquanto isso, distraída com a conversa, eu apertei o botão *off* do MP4, sem verificar se a entrevista já havia sido armazenada. Quando cheguei em casa, tive uma surpresa, nenhuma palavra do depoimento estava gravada.

Embora não seja recomendável, solicitei a Cristina o recolhimento de um novo depoimento. Ela aceitou prontamente: *É bom, eu aproveito para desabafar*. O novo depoimento aconteceu no dia 11 de dezembro de 2007, novamente no pátio da escola em que ela estuda. Com um intervalo regular aquela jovem me liga e eu retorno às suas ligações, algumas vezes ela parece apreensiva: *Você continua fazendo a pesquisa? Quando ficar pronta, qualquer pessoa vai poder ler? Eu só queria saber*.

Fernanda, 33 anos, branca, separada, mãe de dois filhos (7 e 8 anos), bióloga e empregadora. Estuda medicina, atividade que consome boa parte do seu tempo. À noite gosta de reunir os amigos.

Encontrei-me com Fernanda duas vezes. Por estudar em período integral, os encontros aconteceram nos fins de tarde. No seu apartamento, ela me recebeu numa sala, utilizada como escritório. Considerou que seria mais prático eu preencher o questionário. Antes da gravação da sua entrevista, pediu-me para verificar quais questões seriam feitas.

1.5 - As configurações e os perfis socioeconômicos das famílias pesquisadas

Colaboraram com este estudo, uma criança, nove jovens, três mães, uma tia, um pai e duas patroas pertencentes a 10 famílias distintas. Dentre estas, oito possuíam crianças e jovens, com idade entre 11 e 17 anos, atuantes como empregadas domésticas, as outras duas famílias eram empregadoras da criança e de uma das jovens.

Os modelos de família variam e se modificam conforme se alteram as relações sociais. Anteriormente ao século XVIII priorizava-se o modelo familiar estendido, formado por

parentes que não coabitavam, mas tinham a função de transmissão dos bens e nomes. Com o desenvolvimento industrial e a expansão do pensamento liberal, entre o final do século XVII e o início do século XVIII, passou-se a valorizar o padrão nuclear, pais e filhos coabitantes na mesma residência, local do privativo e da intimidade.

Singly (2007, p. 31) ressalta a longa data de existência do modelo da família nuclear. Mas, segundo ele, a constituição desse modelo é complexa e não se pode afirmar que “esta família sempre preenche funções idênticas, ou que a regulação das relações entre os sexos e as gerações seja a mesma”.

Ao longo do século XX, as alterações estruturais das sociedades propiciam mudanças nos arranjos domésticos, para além do modelo nuclear. Surgem novas interpretações sobre o conceito do casamento: de união arranjada entre duas pessoas de sexo oposto para a relação amorosa entre duas pessoas, para a sua posterior desestabilização. As famílias sofrem modificações causadas pelas mudanças das relações internas provenientes do estabelecimento do divórcio e o aumento dos divorciados com filhos; da atenuação do sentimento de reprovação quanto às mães e aos pais solteiros; da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e as alterações em seus papéis sociais, antes limitados à cuidadora do lar, mãe e esposa.

Na sociedade brasileira, vários grupos se organizam em distintas formas familiares. Como são vistos os arranjos familiares dentro de diferentes contextos sociais? Estudos sobre as famílias brasileiras enfatizam tanto o modelo patriarcal quanto a diversidade de arranjos familiares; os trabalhos recortados por camadas sociais têm atribuído características distintas às famílias pertencentes às camadas populares e às camadas médias e elitizadas. As primeiras são, sobretudo, vinculadas ao caráter moralista de reciprocidade e as últimas, principalmente, ao individualismo. Esse tipo de homogeneização parece-nos manter encobertas as contradições, os interesses dentro das relações familiares. Singly (2007, p. 31), apoiado no pensamento durkheimiano afirma que

A família contemporânea tem uma história, ela se construiu progressivamente como um espaço “privado” onde os membros da família têm um interesse maior em estar juntos, em compartilhar a intimidade, estando cada vez mais sensível a qualidade de suas relações. [...] A definição da família, pela sua forma ou estrutura, ou seja, pelos seus elementos visíveis e de simples descrição estatística, corre o risco de fazer desaparecer essas relações que são, portanto, os elementos de análise mais importantes no plano teórico.

Nesta pesquisa, procuro identificar as relações entre os membros da família e os seus significados conforme alude Singly (2007). Entretanto, saber qual a estrutura familiar dos

colaboradores é um dado relevante para conhecer o seu conjunto e interpretar os aspectos importantes que auxiliem a compreensão da sua história e da sua realidade. A estrutura e a forma da organização familiar podem resultar das relações sociais e sendo essas dinâmicas, as famílias estão sempre em processo de modificação e produzindo novas modalidades.

As famílias pesquisadas podem ser classificadas em: quatro monoparentais¹⁴ femininas; uma matrifocal extensa; quatro nucleares, três recompostas com uma segunda união. Algumas dessas composições são consideradas momentâneas, como o caso do núcleo menor, formado por Jennifer e por sua irmã de 19 anos e do núcleo familiar da Luísa, em que a irmã mais velha e a filha desta aguardavam a oportunidade da construção de um novo núcleo familiar.

Entre as famílias pesquisadas, cinco são provenientes dos municípios da região do centro-oeste paulista, incluindo uma família empregadora, uma de outra cidade do estado e as demais são da cidade de Marília. A migração quase sempre foi causada por situações de precariedade econômica e um projeto de melhoria de vida. O deslocamento geralmente ocorre do rural para o urbano ou do pequeno para o médio centro urbano, com exceção de uma família empregadora, cuja mudança se deu por motivo de estudo da responsável (mãe e chefe da família). O quadro abaixo permite uma visão geral desses grupos familiares.

Quadro-1.2 – Origem, condições de moradia e composição das famílias pesquisadas				
<i>Nome criança/jovem</i>	<i>Cidade de origem</i>	<i>Tipo domicílio</i>	<i>Total de pessoas</i>	<i>Total de crianças/jovens</i>
<i>Florinda</i>	Marília	próprio	seis pessoas	Quatro
<i>Daniele</i>	Marília	alugado	Quatro pessoas	Dois
<i>Simone</i>	Marília	alugado	oito pessoas	Sete
<i>Jéssica</i>	Marília	cedido	Quatro pessoas	Dois
<i>Suelen</i>	Marília	área da prefeitura	Oito pessoas	Seis
<i>Luísa</i>	centro-oeste/SP	alugado	oito pessoas	Seis
<i>Cristina</i>	centro-oeste/SP	alugado	Cinco pessoas	Quatro
<i>Jennifer</i>	centro-oeste/SP	alugado	Duas pessoas	Sete
<i>Vanessa</i>	centro-oeste/SP	área da prefeitura	Cinco pessoas	Três
<i>Aline</i>	outra cidade do estado/SP	alugado	Quatro pessoas	Seis

Fonte: Questionário.

14 Familiar monoparental – grupo formado pela díade: mãe-filhos ou pai-filhos, geralmente constituído pelos pais e mães solteiros, separados ou viúvos e por mulheres que querem ter filhos e não têm maridos ou companheiros. Família matrifocal extensa – composta pela díade: mãe-filhos e mais adultos (agregados ou parentes).

Quadro-1.2.1 – Origem, condições de moradia e composição das famílias empregadoras

<i>Nome empregadora</i>	<i>Cidade de origem</i>	<i>Tipo domicílio</i>	<i>Total de pessoas</i>	<i>Total de crianças/jovens</i>
<i>Fernanda</i>	cidade do centro-oeste/SP	próprio	três pessoas	Duas
<i>Angelita</i>	Marília	próprio	quatro pessoas	Três

Fonte: Questionário.

Nos dados recolhidos, verifiquei que a composição e o tamanho familiar são diversificados, o número de membros está entre duas e oito pessoas, a média é de cinco pessoas em cada grupo doméstico. Sobre os números das crianças e dos jovens dessas famílias observei que em apenas dois lares esses números estão restritos a dois indivíduos, no restante essa quantidade pelos menos dobra, quando não sextuplica. Essas informações se contrapõem as discussões acadêmicas que apontam para a redução da fecundidade, como também colocam em dúvida a possibilidade dos responsáveis em cumprir alguns dos papéis atribuídos às famílias, como o de elemento importante para a sobrevivência dos indivíduos e de proteção.

Sobre as condições de moradia, lembro que a exemplo de várias cidades brasileiras, Marília apresenta um déficit residencial, agravado pela especulação imobiliária advinda do desenvolvimento imobiliário e da aquisição de grandes áreas por parte de grandes proprietários rurais de cidades vizinhas e do norte do estado do Paraná. Em Marília, as famílias das camadas populares instalaram-se, sobretudo, nas extremidades sul, oeste e norte da cidade, onde estão localizados os bairros das famílias participantes da pesquisa.

Nessas localidades existem vários conjuntos habitacionais. Entretanto, suponho que devido às dificuldades de comprovação de renda, de agrupar os documentos necessários e às restrições ao crédito, as famílias do meu universo de pesquisa distanciam-se do direito à casa própria. Assim, grande parte delas enfrenta dificuldades de participação nos programas habitacionais existentes e, sem alternativas, procura se adaptar à habitação não associada aos serviços públicos, ao local de trabalho, ao lazer, ao saneamento básico etc.

Entre as famílias que possuem crianças e jovens empregados domésticos, uma reside em casa própria, outra em residência cedida por parentes, duas em terrenos pertencentes ao município e seis em casas alugadas. O tamanho dessas casas varia de seis cômodos ao quarto-cozinha. A maioria das residências é composta de cinco cômodos, com dois dormitórios, quantidade e tamanho insuficiente para abrigar com conforto o número de pessoas que nelas moram, mais de cinco pessoas em média.

Majoritariamente, as famílias empregadoras residem nas regiões centro-sul, centro-oeste e sudeste, em bairros de camadas médias, geralmente com habitações de padrões elevados, exceção feita a três famílias que moram em bairros com casas e prédios de padrão popular. Segundo as jovens domésticas, aquelas habitações são amplas, apresentam entre seis e treze cômodos, com espaços específicos para cada atividade, sala de jantar, de visitas e de brinquedos, escritório, biblioteca; algumas incorporam área de recreio, com jardins e piscinas. Quando os empregadores residem em casas populares, elas se encontram localizadas em áreas mais valorizadas dos bairros, com acesso facilitado ao comércio, postos de saúde, hospitais, escolas etc. A média de números dos membros das famílias empregadoras é de quatro pessoas.

Entre as famílias das crianças e das jovens domésticas a renda gira em torno de dois salários mínimos, um valor abaixo do indicado pela Secretaria de Emprego e Relações do estado de São Paulo (SERT) para 2005, cerca de R\$1.045,70 (BOLETIM MARÍLIA, 2007). Esses baixos rendimentos são insuficientes para suprir as despesas do grupo doméstico e estão associados ao processo de reestruturação do mercado de trabalho, que envolve o crescimento do desemprego entre os chefes de família e a ampliação dos trabalhos precários. Muitas das funções exercidas pelos pais/responsáveis giram na esfera do subemprego e quando desempregadas essas pessoas não recebem nenhuma forma de auxílio por parte do estado, já que não eram registradas em carteira. Elas trabalham no mercado informal como diaristas, vendedoras (cosméticos, bijuterias, doces, salgados etc), ajudantes de pedreiro, limpador de fossa, capinador etc.

Nas famílias em que os pais/responsáveis possuem uma ocupação fixa e formal, eles trabalham, sobretudo, no setor de prestação de serviços, como porteiros, pintores de paredes, taxistas, atendente de lanchonete, auxiliar de cozinha, empregadas domésticas etc. Mesmo para esses trabalhadores as oportunidades e as alternativas de exercerem novas ocupações são poucas, devido às transformações ocorridas no mercado de trabalho, caracterizadas pela flexibilização das suas relações, a concentração da produção, controlada cada vez mais por um número menor de empresas e empresários e às maiores cobranças quanto à experiência profissional, à escolaridade, à exigência de se desenvolver novas habilidades, entre outras, para o estabelecimento de contratos formais de trabalho. O próximo quadro traz informações mais detalhadas sobre os seus rendimentos.

Quadro-1.3 – Pessoas ocupadas e valores dos rendimentos médios familiares

<i>Nome da criança/jovem</i>	<i>Nº de Pessoas ocupadas</i>	<i>Rendimentos em R\$</i>	<i>Renda criança/jovem em R\$</i>
<i>Luísa</i>	mais de quatro	de 1.521,00 a 1.920,00	100,00
<i>Florinda</i>	Três	de 1.141,00 a 1.520,00	380,00
<i>Cristina</i>	Três	de 763,00 a 1.140,00	380,00
<i>Simone</i>	Três	de 763,00 a 1.140,00	300,00
<i>Suelen</i>	Duas	de 763,00 a 1.140,00	250,00
<i>Daniele</i>	Duas	de 763,00 a 1.140,00	200,00
<i>Jéssica</i>	Duas	de 381,00 a 762,00	200,00
<i>Jennifer</i>	Duas	de 381,00 a 762,00	200,00
<i>Vanessa</i>	Uma	até 380,00	380,00
<i>Aline</i>	mais de quatro	Não sabe	180,00

Fonte: Questionário.

Quadro-1.3.1 – Pessoas ocupadas e valores dos rendimentos médios familiares

<i>Nome da empregadora</i>	<i>Nº de Pessoas ocupadas</i>	<i>Rendimentos em (R\$)</i>	<i>Renda criança/jovem em R\$</i>
<i>Fernanda</i>	Uma	Acima de 3.821,00	-0-
<i>Angelita</i>	Uma	de 2.301,00 a 2.680,00	-0-

Fonte: Questionário.

A renda auferida pelas famílias gira em torno de três salários mínimos, incluindo a contribuição vinda das crianças e das jovens domésticas para o orçamento familiar, que na maioria dos casos analisados tem uma fração média de 25% da renda total. Tal contribuição complementa a renda familiar, com a exceção de Vanessa, cujos pais estão momentaneamente desempregados e ela aparece no papel de provedora e não como uma compositora ou consumidora da renda familiar.

Nas famílias empregadoras os rendimentos eram entre R\$2.500,00 e R\$4.000,00. Os empregadores que participam direta ou indiretamente são identificados como empregados do setor administrativo, microempresários, aposentada, estudante de administração, policial, professora e médico; nos dois casos analisados as empregadoras são estudante de medicina (bióloga de formação) e gerente de loja.

O Boletim Marília (2007) demonstra que em 2004 a taxa de ocupação (formal) dos trabalhadores com até oito anos de estudos é de 32,6%. Essa taxa aumenta para 47,8% entre os que possuem entre 9 e 11 anos de estudos e cai para 19,6% entre os que apresentam mais de 12 anos de escolaridade.

Grande parte dos responsáveis pelas crianças e pelas jovens domésticas conta com seis anos de estudos, o que os coloca em uma situação de vulnerabilidade. Por terem poucos anos

de escolaridade, são afastados do mercado de trabalho formal e veem-se confrontando com a tarefa de se manterem como provedores das suas famílias. Sennett (2006, p. 46) chama a atenção para o fato de que com as mudanças no mercado de trabalho, “[...] o provável é que fiquem de fora apenas os elementos mais vulneráveis da sociedade, os que desejam trabalhar, mas não dispõem de capacitações especializadas”.

Suponho que a falta de estabilidade empregatícia dos pais/responsáveis levam as crianças e os jovens a desenvolver atividades laborais em situações precárias para contribuir com o orçamento familiar. Na maioria dos casos analisados o labor doméstico desempenhado pelas crianças e jovens é significativo para a reprodução e a sobrevivência do grupo familiar. Assim, embora o trabalho precoce seja apontado pelos pais/responsáveis e os outros participantes como um elemento educativo, devido instabilidade deles frente ao mercado de trabalho pode prevalecer-se a valorização da capacidade produtiva das jovens domésticas e o caráter utilitarista do treinamento que eles recebem desde a tenra idade.

Comumente o labor infanto-juvenil é associado a altos índices de mau rendimento e evasão escolar. Madeira (1997, p. 93) afirma que esse tipo de abordagem contribuiu para a estigmatização da pobreza, “na verdade, a conexão pobreza/trabalho/abandono escolar passou a ser tão repetida que se transformou quase em um truísmo”. Apesar de reconhecer certo impacto do labor na frequência e no desempenho escolar das crianças e dos jovens trabalhadores, essa autora ressalta que a baixa escolarização e o desinteresse pela escola estão relacionados à má qualidade do ensino e aos programas escolares pouco atrativos e estimulantes.

As crianças e as jovens domésticas entrevistadas frequentam a escola em dois tipos de modalidades: no ensino regular e no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), presencial ou semipresencial. A maioria dessas crianças e jovens não apresenta defasagem entre a série escolar em curso e a sua idade. Elas possuem quase o dobro do grau de escolaridade encontrado entre empregados domésticos de outras regiões e um aumento em média de dois anos de estudos em comparação com os seus pais/responsáveis, como pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro-1.4 – Grau de escolaridade das crianças, jovens e seus responsáveis/pais				
<i>Nome</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Escolaridade do responsável</i>	<i>Escolaridade da mãe</i>	<i>Escolaridade do Pai</i>
<i>Florinda</i>	2º ano E. M.	fundamental inc.	fundamental inc.	fundamental inc.
<i>Cristina</i>	2º ano E. M.	primário inc.	primário inc.	médio inc.
<i>Jéssica</i>	1º ano E. M.	médio inc.	médio inc.	não sabe
<i>Simone</i>	1º ano E. M.	fundamental inc.	médio inc.	fundamental inc.
<i>Vanessa</i>	8ª ano E. F.	fundamental inc.	primário inc.	fundamental inc.
<i>Suelen</i>	8ª ano E. F.	fundamental inc.	fundamental inc.	primário comp.
<i>Daniele</i>	8ª ano E. F.	fundamental comp.	fundamental inc.	fundamental comp.
<i>Luísa</i>	8ª ano E. F.	fundamental inc.	primário comp.	fundamental inc.
<i>Aline</i>	4ª ano E. F.	fundamental comp.	fundamental comp.	não sabe
<i>Jennifer</i>	3ª ano E. F.	médio inc.	primário comp.	fundamental inc.

Fonte: Questionário.

As crianças, as jovens e seus responsáveis têm conhecimento da relação direta entre o rendimento e a escolaridade. Eles sabem que a pouca escolaridade coloca as pessoas na condição de reserva para o mercado de trabalho, submetidas à precarização e ao desemprego. Assim, embora o trabalho precoce seja apontado pelos entrevistados como uma estratégia de sobrevivência e inserção social, para eles essa atividade não deve impedir a frequência à escola. Mas, nem sempre a combinação trabalho-escola é possível, em certas ocasiões as crianças e as jovens não têm a energia e a concentração necessária, nem tem tempo livre para estudarem, como mostram as falas a seguir sobre a interrupção das trajetórias escolares.

Teve um tempo que eu fiquei doente, com a tiroide. Eu fiquei internada. Eu não sei se pelas coisas que eu sinto da doença, que eram desânimo e preguiça. Eu acho que isto acabou me incentivando a parar de estudar. Eu comecei a ficar desanimada com a escola, eu parei de estudar e fiquei em casa (Jéssica, 17 anos).

onde eu trabalhava, eu... não podia ir estudar à noite. E também não dava para ir de dia e como eu preciso trabalhar e ajudar a minha família... (Vanessa, 15 anos).

eu tinha muita dificuldade, muito problema. Eu tinha muita dificuldade então eu não conseguir saber ler. Então, os meus pais me tiraram da escola. Eles que me tiraram da escola! (Jennifer, 12 anos).

Com as exigências e a seletividade do mercado de trabalho, a continuidade dos estudos é considerada importante para a manutenção do emprego, principalmente no mercado formal. A discursiva da exigência da escolaridade é corrente na fala das crianças, das jovens e dos seus responsáveis. Grande parte destes participantes entende a escolarização como possibilidade de, futuramente, ter um emprego melhor e nem a menciona enquanto um direito das pessoas, mesmo com a sua universalização.

Quadro-1.5 – Os significados apontados para a escola pelas crianças e jovens

<i>Representações da escola</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
Conseguir emprego	17	Jéssica
	17	Simone
	16	Suelen
	15	Vanessa
	14	Luísa
	14	Daniele
	12	Jennifer
Entender a realidade	17	Florinda
	17	Jéssica
	16	Cristina
	15	Vanessa
Aprender coisas novas	16	Suelen
	14	Daniele
	11	Aline
Fazer amigos	17	Simone
	15	Vanessa
	14	Daniele
Ficar mais inteligente	17	Simone
	11	Aline
Mudar de profissão	17	Simone
Passar no vestibular	17	Simone

Fonte: Questionário.

Nas representações das crianças e das jovens, o diploma é apontado como um elemento seletivo que hierarquiza os indivíduos, um objeto atestador de que a pessoa possui certos conhecimentos, os quais não se desfarão. Quando lhes pergunto o significado da escola, percebo que ela é associada, principalmente, à ideia de se conseguir emprego. A priorização do trabalho reflete a necessidade da integração entre a escola e o mundo do trabalho. Na sequência, aparecem os pensamentos da escola enquanto espaço no qual se adquire ferramentas para entender a realidade social na qual se vive e como lugar de conhecimento e aprendizagem.

Por conseguinte, a escola é vista como um ambiente socioafetivo, onde se estabelecem importantes relações de amizade, parcerias e cumplicidade, tanto com os adultos quanto com os seus pares, que a transformam em um local para encontrar amigos, conversar-se, divertir-se. Nesse sentido, duas jovens comentaram a falta de atividades lúdicas nas escolas por elas frequentadas.

A escola enquanto um caminho para passar no vestibular foi assinalada por uma das participantes. A meu ver, isso reflete o pensamento de que é pequena a possibilidade de se ingressar em uma faculdade quando se estuda em escola pública. Aparentemente as jovens valorizam o trabalho intelectual, ao mencionarem as possíveis profissões futuras, elas preferem as que exigem cursos superiores.

As opções assinadas nos questionários reaparecem nas entrevistas, quando as entrevistadas respondem o que significa a escola para elas o falam das suas experiências.

O que significa para você estar na escola? Eu penso no meu futuro, para que eu tenha um futuro melhor, um emprego melhor (Jéssica, 17 anos).

Em sua opinião, estudar pode te ajudar a realizar os seus sonhos pessoais? Um pouco. E como seria isso? Ah, eu acho que o carinho que eu tenho pelos meus professores. É o dia que você está precisando de um abraço, eles vêm e te dão um abraço. O dia que você está precisando de uma palavra, eles vêm e falam com você. Então o carinho que eu tenho por eles, eu acho que atinge um pouco da área pessoal (Cristina, 16 anos).

O que significa para você estar na escola? Eu acho bom [a escola] porque estudar é aprender (Aline, 11 anos).

Segundo Stern (2000), hoje as pessoas vivem na sociedade do conhecimento e para lidar com os instrumentos de trabalho, independentemente do segmento econômico, elas precisam de alguma informação ou formação. Para esse autor, nesta sociedade os indivíduos devem adquirir a capacidade de adaptarem-se às mudanças constantes. Nessa perspectiva, ele enfatiza que

[...] a capacidade de ler e escrever na língua dominante de uma nação tem tido um papel tão importante nos sistemas de desigualdade quanto outras habilidades culturais. [...] o conhecimento, definido nesse contexto particular da análise da desigualdade social, adquiriu nas sociedades modernas uma importância especial para os padrões de tal fenômeno (STEHR, 2000, pp. 104-105).

Numa perspectiva semelhante, Sennett (2006) designa o temor de não se adequar ao padrão do mercado de trabalho de “sociedade das capacitações”. Nesta, os indivíduos para não se tornarem profissionais indicados como obsoletos devem adquirir novas habilidades e capacitações profissionais, num ciclo de *reciclagem* constante, evitando-se assim, caso

possível, “o fantasma da inutilidade”. Conhecedores da conjuntura do mercado de trabalho, as crianças e as jovens do universo da pesquisa procuram investir em seu capital humano para futuramente competir no mundo do trabalho.

Curiosamente, embora a escolaridade seja apontada como um meio de ascensão social, nas falas dos entrevistados o trabalho precoce não é mencionado como um obstáculo a maior dedicação aos estudos e a competitividade do mercado de trabalho. Nesse sentido, os possíveis efeitos do emprego precoce não são mencionados. Tenho a hipótese de que essa contradição reflete a preocupação por parte das jovens empregadas domésticas e das suas famílias com as decisões e as necessidades imediatas ou de curto prazo, como a sobrevivência material.

Em seus discursos as crianças e as jovens comentam as suas expectativas de mobilidade social, no qual a escola é um dos instrumentos condutores a uma vida melhor. Existe uma visível preocupação de elas tornarem-se pessoas devidamente escolarizadas para talvez participarem de forma propícia da vida social e econômica moderna. Em seus discursos aparece de forma sutil a ausência de cursos profissionalizantes gratuitos, ou seja, de políticas públicas voltadas para a formação humana e/ou profissional. Contudo, em nenhum momento é mencionada a fragmentação entre a escolarização e o trabalho, o que observo é uma aproximação das ideias de infância, juventude, aprendizagem e possibilidades.

Capítulo II

Infâncias e juventudes: relações e práticas sociais



2.1 - Infâncias e juventudes brasileiras nas camadas populares: algumas considerações históricas

As sociedades humanas sejam elas orientais ou ocidentais estão organizadas em grupos que desempenham distintos papéis sociais de acordo com o momento histórico, a posição social, a etnia, o sexo, a religião, a idade etc. Em associação, essas categorias significam a atribuição de distintas atividades às fases da vida. Porém, a própria divisão da vida em fases aponta para o reconhecimento de que cada uma delas contém aspectos comuns, *os direitos e os deveres, o permitido e o cobrado*. A partir dessa concepção a infância, a juventude, a adultidade e a velhice são constantemente reconstruídas e reproduzidas.

Como neste trabalho trato do labor infanto-juvenil doméstico interessa-me falar das infâncias e das juventudes enquanto categorias construídas historicamente, que recebem distintas significações e representações, e das crianças e dos jovens como as pessoas componentes, produtoras e reprodutoras daquelas categorias.

Entre os séculos XVI e XVIII, a identidade das crianças e dos jovens era definida por sua relação com o homem adulto, o qual detinha a autoridade principal em várias esferas sociais. Este período corresponde ao Brasil Colonial e Imperial, no qual o mundo infanto-juvenil¹⁵ estava dividido em quatro grupos: indígenas, brancos, mestiços e negros pobres e livres; escravizados e ricos. Cada um desses grupos estava sujeito a compreensões específicas sobre o que representava a infância e a juventude. Mas boa parte dessas representações não

15 Entre o período de 1603 e 1830, vigorou no Brasil o Código Filipino. Este conjunto de leis considerava que necessitam de tutores os rapazes menores de 25 anos e as moças com idade inferior a 20 anos. Contudo eles podiam contrair matrimônio respectivamente aos 14 e 12 anos de idade. (BOTELHO, 2003).

foi registrada pelos intelectuais da época, a maioria dos textos abordava o nosso país e os acontecimentos políticos e históricos sem tratarem a presença das crianças e dos jovens, que aparecem como apêndices do mundo adulto.

A invisibilidade política, histórica e social das infâncias e juventudes dificultou a construção teórica das suas visões, como também sobre as crianças e os jovens por eles mesmos e pelos adultos em diferentes contextos sócio-históricos. Não obstante, algumas pesquisas discutem o não reconhecimento da infância e da juventude como fases diferenciadas da vida, a utilização da mão de obra infanto-juvenil, o casamento precoce, a preocupação com a educação moral e religiosa (COSTA, 2007; PESTANA RAMOS, 1999; FERREIRA NETO, 1994).

Uma vez que o período entre os séculos XVI e XX é longo, optei por um recorte mais específico. Dessa forma, o desenho histórico tem início no século XIX, período da chegada da corte portuguesa ao Brasil, que trouxe alterações na organização da sociedade, incluindo os cuidados com as crianças e com os jovens.

Entendo que o recorte histórico das infâncias e das juventudes brasileiras dos séculos XIX e XX possibilitará compreender as concepções, os papéis e os lugares atribuídos às crianças e aos jovens. As próximas páginas apresentam o suporte histórico, as principais teorias contemporâneas sobre as infâncias e as juventudes e a análise dos discursos das crianças, dos jovens, dos pais/responsáveis e empregadores do universo desta pesquisa.

2.1.1 - Crianças e jovens no século XIX: formar trabalhadores e a manter a ordem

A chegada da família real ao Brasil contribuiu para o esboço de uma nova sociedade. Ocorreram mudanças na infraestrutura urbana, com a criação das indústrias, bancos, escolas, bibliotecas, museus e o surgimento de novos hábitos, usos e ideias sobre lazer, moradia, consumo, higiene. O Rio de Janeiro, então capital, recebeu pessoas vindas de diversas regiões brasileiras, essa cidade cresceu, emergiram novos bairros, cortiços etc.

A respeito das crianças e dos jovens, o grande número de abandonados e desocupados tornou-se uma preocupação à elite brasileira. Concomitantemente, concepções humanistas que abordavam as especificidades e as necessidades da infância e da juventude ganharam força entre os intelectuais do nosso país. Em consonância com essas teorias, termos como

menina(o) e adolescente passaram a ser utilizados. Eles resultavam do reconhecimento da existência de diferentes fases até a pessoa atingir a adulticidade (MAUAD, 2000).

Nesse sentido, o desenvolvimento das crianças foi dividido em etapas, a infância nomeava o período dos três primeiros anos de vida marcado pela ausência ou aprendizado das primeiras palavras, dos quatro aos 10 ou 12 anos seguia um tempo caracterizado pela brincadeira e o desenvolvimento intelectual chamado de *puérico* (MAUAD, 2000). Essa nova concepção de infância e juventude aumentou a subordinação das crianças e dos jovens aos adultos, já que estes passaram a ter a obrigação com os dois primeiros grupos, discipliná-los e protegê-los.

A falta de instrução era um entrave para a realização dos projetos de melhoria e *civilização* da população brasileira. A Constituição de 1824 estabeleceu, para todas as províncias, a obrigatoriedade do ensino primário para a população livre masculina (SCHUELER, 1999). Este projeto jurídico foi impossibilitado por falta de verbas, professores e o próprio fechamento da Assembleia. O Ato Adicional promulgado em 1834 eximia aquela obrigatoriedade e transferia para as províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária. Contudo, não existiam escolas suficientes para todas as crianças e nem todas elas tinham interesse de frequentar as escolas.

Na formação desta nova sociedade faltavam trabalhadores profissionais para impulsionar a produção econômica e crescia a ociosidade de grande parte da massa populacional urbana pobre. Para o atendimento e treinamento das crianças e dos jovens das camadas populares, na década de 1840, foram implantadas as Casas de Educandos e Artífices. Nestes locais, eles aprendiam as primeiras letras, artes, ofícios de sapateiros, marceneiros, ferreiros, alfaiate etc, e recebiam orientações religiosas (SCHUELER, 1999).

No final da década de 1870, o advento da Lei do Ventre Livre¹⁶ reduziu a mão de obra escrava, como também criou entre os proprietários de terra a preocupação do que fazer para manter a produção agrícola. Nem sempre o número de pessoas necessárias para o cultivo nas grandes fazendas era suprido pela contratação dos indivíduos livres. Os proprietários observaram a necessidade da vinculação entre o ensino e a agricultura como uma forma de reorganização do setor agropecuário.

16 Esta Lei obrigava os senhores a cuidarem dos escravizados até a idade de oito anos. Após este período os primeiros optavam por libertar os últimos, mediante indenização governamental, e entregá-los para as instituições responsáveis ou utilizar-se dos seus serviços até os 21 anos (BOTELHO, 2003).

As queixas e as sugestões dos proprietários ganharam força com a proclamação da república, a adoção do trabalho assalariado, o crescimento populacional devido à entrada dos imigrantes e ao encarecimento do custo de vida resultante do processo de modernização. Essas mudanças políticas e econômicas levaram ao crescimento do número de crianças e jovens desamparados e praticantes de condutas consideradas impróprias como: vadiagem, delinquência e prostituição.

Para melhorar a produtividade agrícola foram fundadas instituições escolares, nas quais parte das crianças e dos jovens pobres, órfãos, abandonados ou mendigos recebia instruções agropecuárias e comportamentais.

Por outro lado, a exploração do labor infanto-juvenil atingiu altos índices, a ponto de se tornar uma preocupação social. A Constituição de 1872 inseriu em seu texto a proibição do trabalho insalubre e as longas jornadas que conduzissem ao estresse físico e mental a os menores de 14 anos. Esta cláusula era simplesmente ignorada pela maioria dos senhores de engenho, comerciantes e industriais da época.

Outra tentativa de acolhida para crianças e jovens desamparados foi a criação dos “Asilos de Meninos Desvalidos” em 1874, internatos em que os menores de 12 anos obtinham instrução primária e o ensino de ofícios. Terminado o período de aprendizagem, os asilados deveriam trabalhar obrigatoriamente três anos para cobrir as despesas do estado (VENÂNCIO & LIMA, 1988; SCHUELER, 1999).

A intervenção estatal era justificada e legitimada como necessária para a redução da desordem social. Para combater esse problema o estado acionou uma série de propostas reformistas, administradas pelo recém-criado Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, que segundo Kramer (1984 apud MERISSE, 1997, p. 37), buscava

[...] atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e pelos criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, criar maternidades, creches e jardins de infância.

As ações estatais buscaram colocar em prática um conjunto de teorias científicas vigentes na época. Essas teorias se baseavam principalmente nas ciências biomédicas, cujo desenvolvimento possibilitava à medicina realizar intervenções em diferentes campos (social, biológico e psicológico) e que envolviam, sobretudo, a figura da criança. Ligadas ao discurso da modernidade, progresso, urbanização e higienização, as ações propostas exigiam mudanças nos hábitos da população brasileira, como observou Merisse (1997, p. 33-34)

O higienismo constitui-se num forte movimento, ao longo do século XIX e início do século XX, de orientação positivista. [...] Diante dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, e tendo em vista a disseminação de novos conhecimentos e técnicas provenientes do avanço da ciência, o higienismo conseguiu influenciar decisivamente a emergência de novas concepções e novos hábitos.

Para médicos, juristas e pedagogos que participavam do projeto, o desenvolvimento saudável e moral da criança dependia da proteção que lhe era oferecida. Eles criticavam as altas taxas de mortalidade infantil, a falta de controle estatal sobre as Santas Casas de Misericórdia e as rodas dos expostos, a maneira como os pequenos eram cuidados, o costume de serem delegados às amas de leite ou a terceiros entre outras coisas.

Os higienistas chamavam a atenção para os prejuízos a saúde mental e física das crianças e dos jovens das camadas populares por conviverem com familiares de valores morais duvidosos e cheios de vícios. Eles consideravam que o abandono sanitário e educacional associados àquela convivência eram os fatores responsáveis pela formação de indivíduos imorais. Suponho que foi a partir dessas concepções que o Código Civil de 1916 introduziu em seu texto questões familiares como adoção, tutela, pátrio poder e bens dos órfãos.

Sete anos depois foi criado o primeiro juizado de menores, que prestava assistência as crianças e aos jovens infratores, abandonados ou que precisavam de cuidados, proteção e afastamento dos seus familiares (KOCOUREK, 2006). O número de internatos era insuficiente, como alternativa ao internamento restava a transferência para outras famílias. Assim, quando autorizadas pelos juízes de órfãos, as crianças e os jovens poderiam viver com um tutor que se responsabilizaria pela sua educação, instrução, vestuário e alimentação. Teixeira (2006) ao pesquisar a ação dos juzizados de órfãos, comentou que,

Muitas vezes, o caminho trilhado pelas crianças desprovidas ultrapassava as barreiras da convivência familiar, sendo as mesmas “acolhidas” por outras famílias, em geral mais abastadas do que as de origem. As razões para essa transferência podiam ser consequências diretas das condições familiares – pobreza, falta de “autoridade moral” – ou da orfandade. Nesses casos o papel ocupado pelas crianças nos domicílios acolhedores sempre estava associado à prestação de serviços. O funcionamento do sistema de “acolhida” girava em torno da troca. O domicílio acolhedor fornecia proteção, subsistência e educação e o acolhido pagava com tarefas, serviços ou trabalho (TEIXEIRA, 2006, p. 189)

A ação de delinquir foi associada à ausência da mãe e de uma ocupação útil. Estas ideias criaram o neologismo *menor*, que se remetia tanto à situação de alguém que não atingiu a maioridade e, por isso, detinha menos direitos e deveres em comparação aos adultos quanto

à denominação aplicada às crianças e aos jovens pobres e/ou abandonados. Em 1927, criou-se uma legislação de assistência, o Código de Menores, que tornava as pessoas com menos de 14 anos inimputáveis, garantia às pessoas com idade entre 14 e 18 anos a permissão de responder a processo especial, regulamentava o trabalho infanto-juvenil, limitava a 12 anos a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, entre outras coisas (KOCOUREK, 2006).

Os higienistas implantaram uma série de mudanças que, embora atenuassem em muito as doutrinas limitadoras até então vigentes, na prática procuravam vigiar, educar e ajustar as famílias das camadas populares. O interesse pelas crianças e pelos jovens desse grupo social girava em torno da ideia de que eles devidamente instruídos poderiam atender as novas relações do trabalho, tornando-se futuros trabalhadores úteis à sociedade, enquanto a ausência de instrução os levaria à ociosidade e conseqüentemente à marginalidade. Schueler (1999, s/p) ressaltou que,

As razões da obrigatoriedade do ensino primário baseavam-se nos argumentos do 'abandono' e dos 'vícios' das crianças, e na crença de que a instrução popular era um instrumento de erradicação das condições de miséria e criminalidade. Para os defensores da educação pública, as raízes de tantas 'chagas sociais' eram determinada pelo meio miserável que, conseqüentemente, conduzia as crianças à ignorância e ao analfabetismo. Em última instância, o que estava em jogo era a delimitação de uma outra relação, não tão clara e precisa, porém, tanto mais ambígua quanto mais se prestasse a viabilizar e justificar uma intervenção: ou seja, a intenção de atribuir significados idênticos às expressões 'classes pobres'/'classes ignorantes' / 'classes perigosas'

O pensamento de que a ociosidade nas camadas populares gerava outros vícios prejudiciais a ordem social contribuiu para que outros grupos sociais tentassem controlar as pessoas das camadas desfavorecidas por meio do trabalho. Nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento do processo da industrialização brasileira, na região Sudeste, o envio de crianças e jovens ao trabalho nas indústrias urbanas cariocas e paulistas tornou-se cada vez mais comum.

Os pais eram impelidos a colocar os seus filhos no mercado de trabalho pelas necessidades econômicas e pela pressão dos industriários que com as admissões das crianças diminuía os seus gastos e das autoridades da época, reprodutores dos discursos da moralização e do bem-estar social por meio do trabalho. Essas autoridades retiraram de parte dos jovens maiores de 12 anos a experiência da vida familiar ao encaminhá-la às oficinas públicas e privadas, para receber treinamentos e, posteriormente, ser *alugada* às fábricas, onde assumiria uma função (MARQUES, 2003).

A institucionalização do ensino não significava alternativa de instrução para todos. Ao invés de treinar a mão de obra escrava infante-juvenil, industriais, comerciantes e agricultores instruíam as crianças e os jovens das camadas populares. Para os grupos privilegiados, instruir os menos privilegiados significava inseri-los na nova disciplina do trabalho e depois arrendá-los como prestadores de serviços. Se, por um lado, as crianças e os jovens ganharam instituições assistenciais e educacionais reguladas pelo estado e voltadas para os seus problemas, por outro, eles continuaram a ser inseridos socialmente por meio do trabalho.

2.1.2 - Crianças e jovens no século XX: da política de assistência social às políticas públicas

Nas três primeiras décadas do século XX, a infância e a juventude começaram a ganhar centralidade e atenção em âmbito nacional. As crianças e os jovens passaram a ser valorizados e a representar a esperança para o futuro. Neste contexto, adquiriram importância a sua faixa etária, as noções de proteção, preservação e necessidade da afetividade desinteressada por parte do adulto, do lazer, da religiosidade, da saúde entre outras que precisam ser supridas constantemente.

Para proporcionar à infância o desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos considerados adequados, a escola foi reestruturada, de acordo com o Código de Educação de 1933. Este estabelecia a instituição de creches-maternais, escolas maternais e jardins de infância para as crianças de até dois anos, de 2 a 4 e de 5 a 7 anos (MERISSE, 1997). Esses projetos priorizavam a educação higiênica, física e emocional das crianças, como também a sua pré-alfabetização. A esse respeito, Pereira (1999) assinalou que

O projeto de uma educação total, que incluía higiene, comportamento, recreação e ensino formal tinha o objetivo de fazer o que a família não vinha conseguindo: formar pessoas capazes de trabalhar em grupo, unificadas por ideais de coletividade que incluía todos, apesar de suas diferenças sociais, em favor de um objetivo maior: a construção da Nação. Assim, cada um cumpriria o seu papel, tendo por base aquela infância bem formada, tanto física como 'moralmente' (p.188)

Com o estabelecimento do Estado Novo, novas políticas procuraram alterar as relações familiares. O estado brasileiro implantou propostas que objetivavam gerenciar a população das camadas populares. Houve uma valorização da família nuclear, da dedicação da mulher à maternidade e aos cuidados com os filhos. As mães eram aconselhadas a modificarem os seus métodos instrutivos com as crianças e os jovens.

O discurso proferido sobre a infância e a juventude brasileira traz as preocupações com a desigualdade social e a falta de oportunidades a que eles estavam submetidos. Para amenizar esses problemas, instalaram-se instituições de assistência à maternidade e à infância, fundaram-se hospitais, realizaram-se campanhas de esclarecimento e prevenção das doenças infantis. O estado assumiu os papéis de incentivador e supervisor dos órgãos privados por meio do Departamento Nacional da Criança (DNCr), que estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (PEREIRA, 1999; MERISSE, 1997).

O DNCr formulou políticas “puericulturais” que visavam orientar as mães e combater a mortalidade infantil. Em parceria com o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o DNCr procurou atender às crianças e aos jovens infratores e abandonados, por meio de internatos e escolas agrícolas, como também às famílias dos convocados para a II Guerra Mundial através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) (PEREIRA, 1999; MERISSE, 1997).

Para assistir aos trabalhadores infanto-juvenis foram criadas várias instituições – Casa do Pequeno Lavrador, Casa do Pequeno Trabalhador, Casa do Pequeno Jornaleiro e Casa das Meninas –, que visavam inserir os meninos em algum ofício e as meninas com “problemas de conduta” em práticas socioeducativas (KOCOUREK, 2006). Nesse período, existia certa distinção entre o “menor abandonado” e o “menor infrator”. Contudo, o pensamento de que a condição de abandonado poderia resultar na de infrator levava juízes, outros profissionais ligados à área da infância e da juventude e a própria sociedade a adotarem a aplicação de medidas severas àqueles que tinham direito à assistência social, aos que recebiam sanção penal, aos que apresentavam comportamentos vistos como desviantes e imorais e às pessoas pobres. Nesse sentido, Leite (2001) observou que

[...] as denominações adotadas para designar os dados (sobre crianças e jovens) são frequentemente ambíguas e disfarçam preconceitos raciais, tradicionais e de classe. Lembre-se que crianças “sem pai” podem ser órfãos, filhos ilegítimos, expostos, ou ter um pai ausente. A denominação de “bastardos”, com todas as conotações do termo, pesa sobre elas como um decreto de exclusão. Abandonados, mendigos e infratores frequentemente foram confundidos sob o nome de “menor”, que nunca designa filhos de famílias das camadas médias e altas e tem conotações negativas desqualificantes (p. 21).

O Brasil passava de uma estrutura predominantemente agrária e rural para outra mais urbanizada e industrial sem, contudo, possuir mão de obra qualificada em número suficiente. Para suprir essa falta de profissionais, o estado criou instituições para atender às demandas específicas da indústria e do comércio. Em 1942, foi fundado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, controlado pela Confederação Nacional da Indústria e

articulado com o incremento da produção local. Entretanto, muitos trabalhadores eram analfabetos, para alfabetizá-los e prestar outros serviços educativos e de lazer, em 1946 foram instituídos o Serviço Social da Indústria – SESI e o Serviço Social do Comércio – SESC (MERISSE, 1997).

O crescimento da produção industrial criou a necessidade da inclusão e preparação dos jovens das camadas populares para exercerem as chamadas profissões técnicas. As prestações de serviços do SENAI e do SESI foram estendidas para os filhos e dependentes dos industriários e comerciários com idade entre 14 e 18 anos.

Ao mesmo tempo, no entendimento de que o trabalho infantil era prejudicial ao desenvolvimento das crianças, o estado passou a intervir na utilização daquela mão de obra e procurou afastá-la do mundo do mercado de trabalho por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1943, que vedava aos menores de 16 anos o exercício de trabalhos no período noturno, como também quaisquer atividades aos menores de 12 anos, entre outras coisas.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, as organizações internacionais discutiram os direitos das crianças e dos adolescentes e assinaram acordos que lhes garantiam direitos de proteção e integridade, independentemente da sua etnia, nacionalidade e crença, como a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959. Naquele mesmo período, no Brasil, movimentos populares solicitavam a expansão da instrução escolar, a melhoria do acesso à moradia e ao lazer nas áreas urbanas etc. A partir dessas reivindicações populares foram colocados em prática projetos e ações, porém muitos deles foram interrompidos durante o período do governo militar (KOCOUREK, 2006).

A ONU proclamou 1979 como o Ano Internacional da Criança, uma tentativa de despertar o interesse das sociedades para as necessidades das crianças e melhorar a situação mundial da infância. O Brasil parecia ir na contramão, no mesmo ano tornou publico o Novo Código de Menores, que dava continuidade ao pensamento da existência de uma relação direta entre abandono, pobreza e marginalidade. Este Novo Código de Menores por meio da política nacional do bem-estar do menor implantava uma prática institucionalizada de reintegração social das crianças e dos jovens em “situação irregular” devido ao desvio de conduta ou ao abandono (KOCOUREK, 2006).

Ao longo dos anos 1980 outras organizações internacionais ligadas à proteção das crianças e dos jovens buscaram promover a integração destes à sociedade. As ações

implantadas entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 influenciaram as novas discussões sobre a infância e a juventude brasileira. Kocourek (2006, p. 98) afirma que,

No período entre 1982 e 1984, muitas reuniões, oficinas, encontros marcaram e permitiram o amadurecimento coletivo de reflexões, ideias, conhecimentos que geraram novas concepções de projetos e programas para o atendimento da infância e juventude no Brasil. Além disso, muitas lideranças emergiram, grupos representativos se encontraram e se reconheceram. Na esteira destes movimentos sociais que acabaram por se conformar, uma identidade política foi sendo criada e acabou por determinar os rumos que a nova legislação acerca da infância e da juventude tomaria.

Constitui-se um trabalho de fortalecimento da defesa dos direitos da criança e do adolescente expresso no texto da Constituição Federal (CF) de 1988, que conforme exposto no artigo 227, atribui à família, ao estado e à sociedade os deveres de lhes garantir proteção integral, prioridade absoluta e defesa dos seus direitos (CONSTITUIÇÃO, 1988).

As discussões em proporções mundiais sobre a proteção e a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes influenciaram os questionamentos das interferências negativas do trabalho precoce nos seus processos de desenvolvimento. Tais discussões contribuíram para que no Brasil, pela primeira vez, a temática do trabalho infanto-juvenil fosse desvinculada da posição social e motivaram alterações legais nesse cenário.

O parágrafo 3º do Art. 227 da CF estabeleceu a idade mínima de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho, como também a garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas e o acesso à escola do adolescente trabalhador. Seguindo os direitos reconhecidos pelas convenções internacionais, parte do texto do artigo acima mencionado foi alterada pela Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998 (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A emenda prevê a idade mínima de 16 anos para o exercício de qualquer forma de trabalho, com exceção à condição de aprendiz entre os 14 e 16 anos. As atividades não podem ser realizadas no período noturno, das 22:00 às 5:00h, prejudicar a saúde ou colocar em risco a segurança física e moral dos jovens trabalhadores. Estes têm o direito ao registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a receber pelo menos um salário mínimo vigente, pago proporcionalmente às horas trabalhadas mensalmente, a receber vale-transporte, férias anuais, repouso semanal remunerado, ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e às outras cláusulas contidas nos acordos coletivos. A emenda ainda coloca os jovens menores de 18 anos na condição de relativamente incapazes de inserir-se no mercado de trabalho e obriga os seus responsáveis a autorizar tal inserção (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Para discutir a responsabilidade do estado e da sociedade civil em relação à melhoria da situação da infância e da juventude no que se refere à educação, à alimentação, à saúde, ao lazer, à liberdade, ao combate à violência e à exploração no trabalho, em 1988, no Brasil, foi implantado o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente (DCA) (KOCOUREK, 2006). Esses direitos fundamentais foram assegurados e ampliados por meio da Lei 8.069, de 13 de junho de 1990, que promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que define como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e como adolescentes todo indivíduo com idade entre 12 e 18 anos (ECA, 1990).

O ECA reconheceu o direito das crianças e dos jovens brasileiros à cidadania, independentemente da sua origem social e para garantir o cumprimento desse direito estabeleceu a implementação de políticas públicas. Para que essas fossem asseguradas, introduziu-se a criação dos Conselhos de Defesa dos Direitos, cujo corpo consultivo e deliberativo é formado por pesquisadores e especialistas nos assuntos da infância e da adolescência, que elaboram as políticas públicas financiadas com recursos públicos (ECA, 1990).

Em conformidade à CF de 1988, em relação aos atos infracionais, o ECA considera legalmente inimputáveis as pessoas com menos de 18 anos e garante-lhes o direito a legislação especial e às medidas socioeducativas. No que diz respeito à educação, ele estabelece o dever do estado em assegurar às crianças com menos de 6 anos o acesso às creches e pré-escolas e às demais crianças e adolescentes o direito à escola pública e gratuita, ao material didático-escolar, ao transporte escolar, quando necessário, à alimentação etc (ECA, 1990).

Sobre o amparo ao trabalhador juvenil, o ECA tenta quebrar a dissociação e a incompatibilidade entre trabalho e estudo, por meio da afirmação de que a educação deve ter entre os seus objetivos a qualificação para o trabalho e da garantia ao adolescente trabalhador da oferta de vagas na escola no período noturno. No capítulo V, o direito à profissionalização e à proteção no trabalho são assegurados pelos artigos 61 a 69:

Art. 61 - A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62 - Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63 - A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64 - Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65 - Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66 - Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 68 - O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º - Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º - A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69 - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

As propostas da Constituição e do ECA seguem as recomendações de organizações internacionais, que reconhecem as especificidades e conferem à infância e à juventude um estatuto diferenciado. No que diz respeito à proteção no trabalho, as propostas aderem às indicações da OIT, que geram direcionamento às normas internas dos estados¹⁷. Estes têm um papel importante de apoio às famílias por meio da organização de políticas sociais.

Um dos resultados do fortalecimento dos movimentos sociais durante a década de 1990, foi a implementação de projetos e ações que buscam consolidar a proteção dos direitos das crianças e dos jovens, pelo Ministério Público brasileiro, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições. Esses projetos se voltam para a questão do labor infanto-juvenil a partir do momento em que o nosso país começou a receber apoio político e técnico do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC).

No Brasil as pesquisas indicam que o labor infanto-juvenil está diretamente relacionado à baixa renda, ao nível de instrução dos pais e a grande oferta de mão de obra qualificada. Geralmente, as metas criadas para a erradicação daquele labor e das suas piores formas priorizam a satisfação das necessidades básicas das crianças e dos jovens e, se

17 A proibição da legislação brasileira do trabalho aos menores de 16 anos resulta da convenção n. 138, em vigor desde junho de 1976, segundo a qual a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho “não será inferior à idade de conclusão da idade compulsória”, quer dizer, entre os 14 e 15 anos de acordo com o Estado (OIT, s/d).

possível, retirá-los do mercado de trabalho. Dentre os programas e ações implementados destacamos: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a Bolsa-escola, o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Pró-jovem) e o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER)¹⁸.

Esses programas têm impactos diferenciados nas regiões brasileiras, o Norte e o Nordeste são as regiões mais representativas em número de famílias beneficiadas e redução da utilização da mão de obra infanto-juvenil. De acordo com a PNAD (2006), o número de trabalhadores infanto-juvenis (com idade entre 5 e 17 anos) caiu de 5.482.515 em 2001, para 5.137.563 em 2006. Mas a maioria dos pesquisados declarou que se inseriu no mercado de trabalho entre os 10 e 13 anos de idade (1.168.726 pessoas). Essa informação mostrou que, na prática, muitas crianças e jovens continuam a ingressar no mundo de trabalho com idade ilegal para exercer as atividades produtivas.

O conjunto de políticas públicas associado aos programas sociais e às campanhas publicitárias busca sensibilizar a população brasileira quanto aos direitos das crianças e dos jovens, aos prejuízos do labor infanto-juvenil a curto, médio e longo prazo e a necessidade da sua redução e eliminação. Portanto, a utilização desse tipo de mão de obra ganha mais visibilidade, o que é significativo uma vez que a reprovação e a condenação social poderão funcionar como estratégias preventivas.

Apesar da contínua conscientização dos direitos das crianças e de parte dos jovens ao não trabalho surgem ambivalências que se pretendem refletir acerca desse último direito. A questão central é como combater o labor infanto-juvenil quando a socialização das crianças e dos jovens das camadas populares ocorre por meio do trabalho e o baixo nível de renda da maioria da população exige a participação deles na complementação da renda familiar?

18 PETI, criado em 1996, tinha como objetivo retirar do trabalho considerado como penoso, perigoso e insalubre as crianças e os adolescentes com idade entre 7 e 14 anos, por meio de transferência de renda, os valores das bolsas mensais eram R\$25 para os habitantes de município com até 250.000 habitantes e R\$40 para os demais municípios. Bolsa Família programa destinado a matrícula e permanência na escola de todas as crianças do Brasil, com idade entre 6 e 15 anos. Além da devida matrícula das crianças, as famílias precisavam possuir renda *per capita* inferior a R\$ 90 e cadastrarem-se para perceber valores entre R\$15 e R\$45. Em 2005, o PETI e o Bolsa Escola foram integrados com o programa Bolsa Família. Este tem o objetivo de transferir renda, com benefícios que variam de R\$15 a R\$95 mensais, atende a famílias com renda até R\$120 mensais, que se comprometam em manter os filhos na escola e para estes os cuidados básicos de saúde. Pro-jovem atende a jovens com idade entre 18 e 24 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental e residam nas capitais, o valor do auxílio é de R\$100,00 mensais, oferecem aos jovens “aprendizagem acelerada”, inclusão digital e qualificação profissional básica. Pronager tem como objetivo capacitar pessoas adultas desempregadas e subempregadas, gerar renda, formar cooperativas, associações etc.

Ao analisar a crença das famílias brasileiras na ideia do trabalho como elemento educativo, Campos e Alverga (2001, p. 228) assinalaram a necessidade de se considerar os aspectos subjetivos e observaram que

associado à realidade social e econômica, o apoio familiar à inserção precoce no trabalho produtivo subsiste a despeito da legislação que coíbe a contratação e o exercício desse tipo de atividade por crianças, e a tantos programas de atendimento voltados para essa população.

Cumprir o disposto constitucional no que diz respeito à proteção integral para as crianças e os jovens brasileiros tem sido um grande desafio para o estado e a sociedade civil. Esse direito se confronta com as desigualdades e a cultura que valoriza a pessoa que trabalha desde a tenra idade, presentes na sociedade. Esse quadro cria a necessidade de reflexões sobre as concepções de infância, juventude, gênero, organização familiar, etnia, cultura e outras que se mostrarem relevantes para se pensar as relações existentes entre as crianças, os jovens e os adultos. Conscientes da importância dessas reflexões, um número crescente de especialistas e cientistas sociais introduz a visão da pluralidade dessas relações, como também constroem novas categorias explicativas, como discutirei nas próximas páginas.

2.2 - Fragmentos teóricos da sociologia da juventude e da infância

Numa abordagem tradicional, a infância e a juventude são tratadas como fases do desenvolvimento humano, portanto, naturais. Essa corrente enfatiza o fato das crianças tornarem-se objetos de socialização dos adultos, variáveis dependentes e associadas, principalmente, à escola e à família e dos jovens estarem em um processo de formação, condicionada pela maturação biológica (puberdade) e social. Tais pensamentos norteiam os estudos sobre a infância e a juventude até as duas primeiras décadas do século XX.

Entre os anos 1920 e 1930, as pesquisas realizadas pelos sociólogos da Escola de Chicago, William Tomas, Dorothy Tomas, Stanley Davies, E. Burges e Kimball Young buscam ampliar a conceituação da infância e da juventude afirmadas como produtos e produtores da cultura. Com base no foco metodológico socioeconômico, esses pesquisadores analisam o lugar ocupado pelas crianças no mercado de trabalho, nos processos migratórios, entre outros (MONTANDON, 2001). Em semelhança, Margaret Mead e Ruth Benedict inovam ao associar os estudos culturais antropológicos à psicanálise, por meio do estabelecimento da relação entre a construção da personalidade e os costumes locais, na pesquisa com os jovens da ilha de Samoa.

Porém, no período do pós-guerra, com a ascensão das teorias parsonianas a sociologia e a antropologia praticamente abandonam as concepções da infância e da juventude enquanto construções histórico-culturais. Os debates referentes às infâncias abrem caminho para a instituição do ensino obrigatório, de teorias sobre o desenvolvimento intelectual e da gênese psíquica. As discussões relacionadas às juventudes tratam da decadência dos valores, da delinquência e da vulnerabilidade da condição infanto-juvenil.

No Brasil, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pelo rápido desenvolvimento econômico e urbano brasileiro, o que acarreta um conflito entre os valores do passado, com tendências conservadoras, e os valores do presente, voltados para reformas sociais. Nesse novo contexto, parte dos jovens ganha novos espaços de sociabilidade, ruas, praças, cinemas e transformam alguns locais públicos em espaços de diversão. Daí, a maioria dos pesquisadores sociais da época considerar a transgressão e a delinquência características próprias da juventude e da sua condição etária (ABRAMO, 1997).

Posteriormente, sobretudo via cinema hollywoodiano, são divulgados modelos de comportamento de padrão não convencionais, em que os rapazes transgridem a ordem e a lei estabelecida. As moças das camadas médias, até então em domesticidade, ganham as ruas, passam a fumar e a dirigir automóveis. Nesse momento de transição, a música também ocupa um papel importante. Há a propagação do *rock'n roll* e, no Brasil, surgem os programas de auditório com os seus grandes festivais musicais. Estes culminam não somente em novas vertentes tropicais, como também em novas condutas, adotadas por parte dos jovens urbanos, muitas delas apontadas como sinônimo de vadiagem e desrespeito às famílias.

A juventude urbana brasileira é associada à ideia de crise e à dificuldade de adaptação plena a sociedade. A partir de teorias de cunho funcionalista, constroem-se modelos de adolescências baseadas na concepção de norma e desvio. Segundo tais teorias, os jovens são indivíduos com tendência desviante devido a novas contribuições, participações e experiências que eles vivenciam na escola, na família, na comunidade. Essas discussões pautam-se, principalmente, nos trabalhos de Erick Homburger Erikson e nas suas sugestões da associação entre adolescência e conflito.

Erikson (1976) reelabora as fases freudianas acerca da sexualidade infanto-juvenil e define a existência de oito estágios do desenvolvimento humano, quatro na infância, um na adolescência e três entre a adultidade e a velhice. No entendimento desse autor, o processo de construção da identidade humana ocorre de forma contínua e por meio de vários conflitos internos em todas as fases da vida. Entretanto, na adolescência esses conflitos tornam-se mais

evidentes e podem causar alterações psíquicas, provenientes das sensações experimentadas internamente pela necessidade de escolhas nos campos sexual, profissional, religioso, político, entre outros (ERIKSON, 1976).

Para realizar as suas escolhas, o adolescente precisa pensar nas possibilidades e impossibilidades, o que produz aprendizagens inerentes e necessárias a essa fase da vida. No processo de construção de uma nova identidade, ele é obrigado a renunciar aos seus pais e buscar o reconhecimento nos seus pares, com quem poderá formar uma subcultura marcada pelo afastamento dos valores do mundo adulto. Assim, Erikson (1976, p. 90) assinala que

[...] só com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar de crise de identidade como o aspecto psicossocial do processo adolescente. Nem essa fase poderia terminar sem que a identidade tivesse encontrado uma forma que determinará, decisivamente, a vida ulterior.

As discussões sobre a adolescência, suas dificuldades de lidar com a pluralidade de perspectivas, advindas dos pais e dos pares, e assumir uma identidade reconhecida pelos últimos ganham força entre educadores, psicólogos e outros pesquisadores sociais, que passam a debater os problemas da juventude e as suas possíveis soluções. Neste contexto, as pesquisas que tratam a juventude brasileira enfocam a vulnerabilidade, a tendência de oposição às normas, as dificuldades de integração social, a delinquência, a violência, a necessidade de controle social etc (ABRAMO, 1997).

No Brasil, na década de 1970, algumas das questões que incomodam os jovens das camadas médias são lançadas por movimentos estudantis e têm repercussão social com a formação de grupos, que passam a questionar o governo militar, o sistema escolar e os valores conservadores (ABRAMO, 1997). Esses acontecimentos contribuem para a construção de algumas imagens dos jovens brasileiros: rebeldes insatisfeitos, ameaçadores da ordem social, transformadores do seu meio, que expressam a sua rejeição às imposições sociais.

Num contexto geral, outros estudos relacionam as ações coletivas juvenis ao tipo de socialização recebida e organização social vivenciada. Nesse sentido, Eisenstadt (1976), entende que nas sociedades tradicionais ou “*particularistas*” e solidárias a coexistência de diferentes grupos etários, com funções integradas, contribui para o fortalecimento das relações intergeracionais e a valorização das ações coletivas. Nelas, há rituais que facilitam a transição do mundo infantil para a adulticidade e a formação da identidade individual. Esse autor considera que “nas sociedades primitivas e tradicionais, os grupos de jovens são comumente

parte de uma organização mais ampla de grupos de idades que cobre um período muito longo da vida, desde a infância até a velhice” (idem, p.75).

Nas sociedades modernas ou “*universalistas*” e normativas a orientação para os indivíduos segue uma corrente individualista e a segregação familiar dificulta a transição da vida para a sociedade mais ampla. Os papéis sociais estão divididos em grupos etários homogêneos, que estabelecem entre si relações de poder. Além disso, os valores e as realizações sociais são supervalorizados em detrimento dos valores familiares. Segundo Eisenstadt (1976), este quadro contribui para as rupturas intergeracionais e dificultam a formação da identidade dos jovens que, para diminuir as tensões de tais rupturas, formam grupos de pares.

Eisenstadt (1976) compreende que a rebeldia juvenil está relacionada ao distanciamento entre o mundo dos adultos e o mundo da juventude. Contudo, segundo o autor em todas as sociedades humanas “os fatos biológicos básicos e comuns são marcados por um conjunto de definições culturais que atribuem a cada grupo etário as suas características” (idem, p. 2). Nesse sentido, as definições das juventudes são construções socioculturais. Tal concepção e a ideia de necessidade de formação de espaços de sociabilidade que auxiliem na transição para a vida adulta abrem caminhos para o estudo de novos aspectos juvenis.

Diante dos movimentos juvenis, entre os anos 1960 e 1970, alguns pesquisadores se concentram na análise do contexto contemporâneo e da formação de grupos juvenis, das diferenças de estilos e manifestações e da sua importância política, social e cultural. Os movimentos juvenis passam a ser representados não apenas enquanto expressão da tendência ao desvio e à delinquência, como também formas de contestação e inovação social.

Com base na concepção de que a juventude é uma construção, variante em tempo de duração, representações e significados entre as sociedades e dentro de uma mesma sociedade, esses novos expoentes questionam a definição da juventude como um grupo homogêneo e natural. Entre esses pesquisadores está Paul Willis que reúne o conceito de cultura e o conceito de ideologia marxista ao analisar um grupo de jovens motoqueiros (os *motards*). Uma das contribuições desse estudo é o levantamento da hipótese de que os rituais juvenis podem ser formas de resistência, o que possibilita a formação de outros olhares sobre as culturas dos jovens (WILLIS, 2005).

Ao longo dos anos 1970 e 1980, grupos juvenis oriundos das camadas médias, populares, das áreas urbanas e rurais demonstram a capacidade dos jovens em organizarem-se e participarem de movimentos culturais específicos, como *rockers*, *punks*, *hip hop*, *skin*

heads, rastafáris etc. Essas juventudes se caracterizam em subculturas, parte delas vista como negativas e violentas. Esse quadro levou ao questionamento do caráter subversivo dessas manifestações e à revisão da teoria dos rituais juvenis como formas de resistência.

Entre os anos 1980 e 1990, em várias localidades ocorre um enfraquecimento dos movimentos juvenis. Há uma difusão das informações socioculturais que buscam construir padrões de normatização cultural, por meio da apropriação da cultura juvenil rebelde e de sua transformação em cultura de consumo. Aparentemente, existe certa desilusão e desinteresse pela política, o que leva os jovens a procurarem outras formas de se opor às normas sociais. Contraditoriamente, a resistência ocorre por meio de atividades ligadas ao lazer, como os *clubbers*, os skatistas, *b-boys* etc.

O reconhecimento da diversidade juvenil leva a construção de novas teorias e instrumentos de análise. Aqui me interessa trazer as contribuições de Machado Pais (1993), que apontam para a necessidade de compreender tal diversidade por meio da observação semântica, das idealizações, conceituações, representações, nomeações que lhes são atribuídas. Para tanto, esse autor sugere que as juventudes sejam analisadas do ponto de vista da unidade, diversidade e trajetória individual. A primeira se refere ao fato de que os jovens estão numa mesma fase da vida; a segunda aos acontecimentos históricos, as estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais que afetam de diferentes modos o processo de transição da juventude para a vida adulta e a terceira engloba os elementos da diversidade e os acontecimentos individuais.

No entendimento de Machado Pais (1993), pode-se analisar a juventude por meio da comparação das suas características intergeracionais e observar o que torna cada geração um grupo homogêneo, como também verificar as características intrageracionais e identificar as suas heterogeneidades. Desse modo, é possível notar continuidades, rupturas e desmistificar o cotidiano juvenil. Para esse autor este é um dos desafios da teoria das culturas juvenis, “porque é cotidianamente, isto é, nos cursos das interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação” (idem, p. 70). Portanto, cotidianamente, os jovens são desafiados a reconstruírem as suas biografias.

Nos últimos anos, com o crescimento do consumo, das formas de lazer voltadas para os valores midiáticos, os avanços tecnológicos e da globalização, as culturas juvenis envolvem situações distintas e, ao mesmo tempo, diluídas, que formam ações coletivas. A

sociologia da juventude vem sendo desafiada a aprofundar as análises dessas culturas e subculturas, cujas incursões se dão, principalmente, pela sociologia do cotidiano.

Retomando as questões da infância, durante décadas, ela é considerada pelos pesquisadores como algo natural. Com base na concepção estrutural-funcionalista de socialização, eles constroem dois principais pressupostos: as crianças são seres a devir e cabe aos adultos transmitir-lhes conhecimentos e educá-las, num processo unilateral realizado por instituições como a família, a escola e o estado. Estes pressupostos direcionam as investigações da infância, principalmente os estudos das correntes francesas e inglesas (SIROTA, 2001; MONTADON, 2001).

Entre os anos 1920 e 1940, os desafios que surgem do processo da industrialização brasileira levam os pesquisadores das áreas da saúde, educação, direito etc. a se debruçarem sobre as crianças e os jovens. Pautados nas teorias funcionalistas e no sentimento de infância da época, os investigadores demonstram a importância dos projetos e ações educativas para transformá-los em pessoas competentes na vida adulta.

As crianças demoram a ser reconhecidas como produtores de significados sociais. Suponho ser esse o motivo pelo qual no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1970, as poucas pesquisas que abordam aquela temática examinarem, sobretudo, o processo de empobrecimento material das crianças, nas áreas urbanas. Nesse período são raros os estudos brasileiros sobre as características socioculturais infantis. Pioneiro, o estudo realizado por Florestan Fernandes, “As trocinhas do Bom Retiro”, analisa as crianças, as suas brincadeiras com os pares e os seus aspectos culturais, enquanto produtoras e produtos da sociedade (QUINTEIRO, 2003).

Em meados dos anos 1960, Philippe Ariès busca nas experiências cotidianas a demonstração da alteração das noções de infância e criança na temporalidade e espacialidade. Segundo esse autor, até o século XV, adultos e não adultos exercem atividades sociais semelhantes, atribuídas conforme a capacidade física de cada um. As crianças têm acesso a todos os assuntos, problemas, comemorações e costumes compartilhados pela sociedade. Com a ascensão da burguesia, elas passam a ocupar um lugar privilegiado no âmbito familiar. Contraditoriamente, esse quadro leva a separação entre o mundo dos infantes e o mundo dos adultos (ARIÈS, 1986).

Antes, existia um vínculo estreito entre as crianças e os outros membros da sociedade, com os quais elas aprendiam e realizam várias tarefas. Após o surgimento das ideias de que as crianças são seres incompletos, limitados e necessitados de cuidados e instruções formais, aos

poucos, aquele processo de aprendizagem é transferido para o âmbito escolar. Este se fortalece enquanto instituição e agente de socialização das crianças. Elas são afastadas dos locais e das atividades que possam entrar em confronto com os pressupostos pedagógicos da escola. Ariès (1986, p. 278) relata que,

A família e a escola retiraram juntos a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade de que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. [...] A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos.

O trabalho de Ariès (1986) preparou o terreno das ideias que despertaram o debate da infância e da criança durante a década de 1970. Nesse período, nos Estados Unidos, iniciou-se a aproximação entre as teorias sociológicas e as teorias interacionistas, que trouxe as ideologias existentes naquele debate e propôs uma nova visão do conceito do processo de socialização. Este, agora considerado como um processo bilateral e de múltiplos sentidos, possibilitou novos olhares para a infância, para a criança e para a relação adulto-infante (PROUT, 2004).

Em outras localidades, principalmente na Europa, houve a ruptura com as análises lineares e cresceu a influência das teorias construtivistas e interpretativas nas pesquisas sociais. Nesse momento, sob a pressão dos movimentos sociais e de um olhar relativista, sociólogos, historiadores, demógrafos e outros pesquisadores procuraram resgatar as pessoas comuns e investigar temas até então ignorados ou abordados de forma preconceituosa ou distorcida, como as relações cotidianas, privadas, de gênero, entre outras.

Por meio da perspectiva das teorias construtivas e interpretativas e dos questionamentos dos movimentos sociais, surgem novos estudos das infâncias e das crianças, que tratavam das suas especificidades culturais e históricas (PROUT, 2004; ALANEN, 2001). Nesses estudos as crianças são apontadas como agentes sociais que, cotidianamente, participam, produzem, reproduzem e transformam a construção da linguagem, dos valores, dos comportamentos etc. Essas concepções ganham complemento com as pesquisas sobre as relações entre as gerações e os seus processos específicos de aprendizagem, ensino, socialização, interação etc. (SIROTA, 2001).

A partir daí a sociologia constrói novos conhecimentos teóricos explicativos, metodológicos e técnicos, que possibilitam uma abordagem participativa das crianças, através da qual se conheça o que e como elas pensam e agem. Anteriormente, esses dados eram

recolhidos com os adultos que lhes eram próximos. Para pesquisar diretamente com as crianças há necessidade da adaptação e/ou elaboração de novos instrumentos investigativos, adequados às especificidades e às particularidades desse grupo social.

Os pesquisadores procuram diferentes formas de apreensão dos discursos das crianças, como a utilização de desenhos, histórias e dinâmicas. Nessa perspectiva, Soares (2006) divide os instrumentos investigativos em quatro grupos: motivadores da oralidade e das discussões; registradores por meio de gráficos, desenhos, entre outros, que auxiliem na demonstração do que elas querem e são capazes de fazer; multimídias, vídeos, fotografias, músicas, efeitos sonoros, diferentes formas de linguagens e jogos dramáticos, que possibilitem as crianças demonstrarem a sua criatividade e expressão.

Desse modo, aquela ciência pretende retirar os infantes da posição de seres incompletos, objetos e/ou sujeitos passivos, desqualificados para serem ouvidos e romper com essas ideias que,

[...] englobam grande parte da investigação social tradicional, e caracterizam-se essencialmente por negligenciar a imagem da criança como actor social de direito próprio, realçando essencialmente a sua dependência e incompetência, sendo as suas vidas analisadas a partir do olhar adulto com designs metodológicos que são essencialmente paternalistas de forma a salvaguardar aquilo que estes investigadores consideram ser as incompetências das crianças (SOARES, 2006, p. 26).

Os pesquisadores contemporâneos da sociologia da infância enfatizam a necessidade de se pesquisar mais sobre os diferentes modos de vida das crianças e as suas infâncias. Alanen (2001) chama a atenção para o desafio que se apresenta aos investigadores dessa temática, conhecer e trazer a tona os saberes das crianças, como também observar, registrar e analisar as suas ações enquanto agentes construtores da história.

O 'regime de verdade' no qual a infância está implicada, e as práticas institucionalizadas que se seguiram, organizam para a categoria social das crianças localizações a partir das quais elas são compelidas a participar da vida social cotidiana. Através dessa participação, as crianças (como quaisquer membros) ganham uma gama especial de experiências e de saber acerca das relações sociais dentro das quais elas vivem diariamente, nos lugares que são delas. Entretanto, esse saber habitualmente não é articulado e portanto permanece oculto, implícito, sem reconhecimento (idem, p. 87).

No processo de apreensão dos distintos contextos sociais e dos respectivos significados das infâncias, nas discussões acadêmicas ganham espaço os desdobramentos teóricos sobre as novas e as diferentes situações vivenciadas pelas crianças, a educação, a saúde, a alimentação, o lazer, a religião e as práticas cotidianas, incluindo as questões das políticas dos direitos humanos e públicas para elas. Soares (2006, p. 27) salienta que

[...] pensar nas crianças, pensar na infância, é pensar também num grupo social, com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos princípios, apesar da sua escassa aplicabilidade nos quotidianos de muitas crianças, para as quais o desenvolvimento de esforços que assegurem a sua participação é essencial, uma vez que a participação infantil é uma ferramenta indiscutível para fugir ou lutar contra ciclos de exclusão. [...] considerar a participação das crianças na investigação, é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância, um espaço onde a criança está presente ou faz parte da mesma, mas para além do mais, um espaço onde a sua acção é tida em conta e é indispensável para o desenvolvimento da investigação.

As novas teorias da infância procuram olhar para essa temática enquanto construção histórica, as crianças enquanto agentes sociais e colocá-las em posição de igualdade em comparação com outros grupos sociais. Essas abordagens não negam o carácter biológico das fases da vida, mas consideram que em todas elas os seres humanos se desenvolvem, já que o processo de socialização é contínuo e ocorre nas diversas dimensões da vida, crianças, jovens, adultos e idosos socializam-se.

Entre as variadas reflexões em desenvolvimento na sociologia da infância destacam-se: a estruturalista, que considera a infância orientada pelos sistemas estruturais; a relacional, que interpreta as concepções das crianças, dos jovens e dos adultos e os seus modos de agir, pensar, e sentir como relacionais e debate as relações assimétricas de poder na sociedade adúlcentrica; e a cultural, que enfatiza a capacidade de produção simbólica e de saberes e a constituição das práticas entre as crianças, seus pares e os adultos.

A teoria estruturalista ou das políticas da ação compreende a infância enquanto uma estrutura social permanente na sociedade, porque, embora os membros daquele grupo mudem constantemente, as relações que eles estabelecem com outras pessoas são contínuas. A infância é em si mesma estrutural, um fenómeno estruturado e estruturante. Ela é construída para e pelas crianças por meio das instituições e ações, que podem ser políticas, económicas, culturais e incluem posições sociais como etnia, género, camada social etc. (ALANEN, 2004).

Os investigadores dessa linha de pensamento enfatizam os interesses, as necessidades e os direitos sociais das crianças. Eles procuram apreender as relações entre a participação delas na sociedade e as diferentes estruturas macros, ou seja, as organizações institucionais. Parte desses estudos, por meio da comparação intergeracional, apreende como a temporalidade e as condições estruturais produzem diferentes infâncias e da intrageracional indica os pontos semelhantes entre as crianças de diferentes localidades (ALANEN, 2004).

Um dos principais expoentes da concepção estruturalista da infância é Jens Qvortrup. Este autor observa que as crianças têm um conjunto de direitos sociais reconhecidos

mundialmente. Entretanto, tais direitos podem ser limitados pela ausência de condições que lhes garantam uma real participação social. Análise dos dados macros, de relatórios de instituições internacionais, como UNESCO e UNICEF, e das condições de vida das crianças em países que adotam o sistema *children's welfare* demonstram que parte das ações políticas, econômicas e culturais que lhes são oferecidas não lhes confere melhoria da qualidade de vida.

Qvortrup (s/d) assinala algumas ações que promovem a desigualdade e o não reconhecimento dos direitos das crianças: desvalorizar as suas produções, submete-las a ordens, a valores morais e a formas de controle dos adultos. Esse autor aponta para nove ambiguidades existentes nas relações entre os adultos e as crianças:

- os adultos dizem gostar das crianças, mas a cada dia diminui o número dos nascimentos;
- as crianças devem ser priorizadas, mas não são consultadas a nível econômico e político;
- gosta-se da espontaneidade das crianças, mas procura-se controlá-las;
- os adultos acreditam que devem proporcionar o melhor às crianças, mas estas estão entre os grupos menos privilegiados;
- grande parte dos adultos entende que os pais são os responsáveis pelas crianças, mas nem sempre eles têm condições de assumi-las;
- os adultos acreditam que eles e as crianças devem passar mais tempo juntos, mas a cada dia cresce o número de guetos que os separam;
- os adultos atribuem à escola um lugar importante para a infância, mas não se reconhece como válida a produção infantil de conhecimentos;
- viver em uma sociedade próspera não garante a todas as crianças a infância idealizada;
- a infância importa mais à sociedade do que aos genitores, no entanto, aquela não quer assumir os custos materiais das crianças; deve-se ensinar às crianças os valores da liberdade e da democracia, mas os adultos insistem em disciplinar e administrá-las.

Embora várias questões sobre a infância estejam em foco, nas discussões políticas e nas práticas sociais as crianças ainda aparecem como instrumentos a ser moldados. Qvortrup (s/d) levanta os paradoxos entre o discurso e as ações voltadas para aquela fase da vida e as

peessoas que a compõe. No que diz respeito aos princípios dos seus direitos e deveres, ele indica as contradições existentes entre a valorização da infância e das crianças e as marcas das desigualdades sociais presente na vida de uma parcela significativa.

O cumprimento dos direitos sociais é dispendioso, exige a presença do estado e a adoção de políticas públicas adequadas. Nesse sentido, Prout (2004, p.7) aponta para uma brecha na análise sociológica da infância pautada na dicotomia estrutura-ação. No entendimento desse autor, a abordagem da infância enquanto estrutura social “não se mostra perturbada pelo relativo declínio do poder que o Estado-Nação tem para controlar os seus limites e tende a homogeneizar os modelos de infância que encontramos dentro dos limites que toma como garantidos”. Esse quadro constitui um entrave para a promoção dos direitos e deveres sociais das infâncias/crianças e aponta para a retomada da questão: o que fazer para assegurar os seus exercícios?

A concepção relacional entende que a infância existe somente num processo de interação com a adulticidade. Os pesquisadores desta linha de pensamento observam e analisam as relações cotidianas, pelas quais algumas pessoas são designadas de crianças, outras de adultas e ocupam em comparação umas com as outras posições geracionais, que lhes conferem uma experiência particular. Uma das principais representantes da perspectiva relacional é Leena Alanen, para quem

A relational conceptualization of childhood can be done in terms of both external and internal relations. When children are defined externally, the basis for defining category membership is some observable similarity or shared attribute, or sets of them, among individuals. In practice, age turns out to be the most commonly used attribute. But whichever defining property is chosen to make the categorization, the relations among members of the child category as also those between members of the two categories of children and non-children remain external and contingent. The research practices of structural sociologies of childhood, as they have been proposed so far, clearly follow this categorical approach (ALANEN, 2001b, p. 20)

Ao tratar diferentes grupos sociais como relacionais, Alanen (2001b) assinala três elementos importantes para o entendimento das relações que eles estabelecem entre si: o primeiro se refere às convivências no âmbito familiar atravessadas por questões de poder e hierarquias de idade; segundo, a observação dos adultos, das crianças e dos traços que diferenciam essas categorias; terceiro, a partir da ideia de que as crianças e os adultos pertencem a gerações distintas, analisar quais são e como ocorrem as reflexões geracionais.

Nessa perspectiva, apesar de serem pessoas com identidade histórica e pessoal, no cotidiano os outros grupos sociais consideram as crianças seres imperfeitos, incompletos e imaturos. Esses grupos impõem valores, regras, desenvolvem práticas e deixam pouco espaço

para os infantes identificarem, nomearem e compartilharem as suas próprias experiências (ALANEN 2001b).

Esse posicionamento se contradiz com o novo papel das crianças enquanto agentes ativos no processo de produção e reprodução social. Aqui lhes cabe tanto assimilar quanto rejeitar os valores, as regras e as práticas que lhes são transmitidos. Assim, para exercer e defender parte dos seus direitos e deveres, elas podem adotar posições opositivas ou alternativas aquelas ditadas pelos adultos, inventar, criar e ré-criar as sinopses traçadas para elas.

Segundo Alanen (2001b), para apreender as maneiras específicas como as crianças e os adultos enxergam a sociedade, os pesquisadores precisam se atentar para as relações intergeracionais. Outros pesquisadores da linha relacional chamam a atenção para as dificuldades na transição do pensamento da infância enquanto fase da vida que necessita da proteção da sociedade, do estado e da família para uma fase em que é importante a participação na vida comunitária e na construção de uma ordem social.

Ainda sobre a concepção relacional, Joe Kincheloe e Shirley Steinberg (1997) trazem contribuições para as discussões a respeito da produção cultural realizada pelos adultos, direcionada às crianças, cujo alcance é cada vez mais amplo. Essas autoras observam que as gerações anteriores possuíam diversos espaços de convívio social, como as ruas, as praças, os quintais, onde realizavam muitas atividades coletivas com os seus pares. Na atualidade, os infantes usam menos os espaços abertos e mais os locais construídos para eles, onde, muitas vezes, as atividades desenvolvidas são extensões dos desejos infantis dos adultos, expressas por meio de brinquedos, jogos e diversos produtos específicos e preparados para as crianças.

Os meios de comunicação tentam manipular e influenciar as crianças e os adolescentes por meio da exibição de um conjunto de textos e imagens atrativas. Esses demonstram uma perspectiva homogeneizada da infância e da adolescência. Aqueles meios colocam esses dois grupos como pouco capazes de produzir espaços e construir artefatos culturais e sociais, mas os valorizam enquanto possíveis consumidores. Assim, procuram formar, definir, produzir e incorporar condutas, gestos, símbolos e valores, o que pode levar as crianças e os adolescentes a discutirem e quererem produtos diferentes dos consumidos pelos seus responsáveis (KINCHELOE, 1997).

Neste contexto, a escola ainda mantém ideias conservadoras sobre as infâncias e as crianças. A noção daquelas se tratarem de um período de inocência e/ou da desnecessidade da participação das últimas nas tomadas de decisões levam aquela instituição ao não

reconhecimento do fato das crianças conhecerem e terem contato com assuntos considerados próprios para os adultos, como o sexo e a violência.

Kincheloe e Steinberg (1997) sugerem que para auxiliar na promoção da cidadania a escola aplique uma pedagogia cultural, discuta as questões que afetem as crianças fora da escola e amplie a aprendizagem pela utilização de outros espaços e instrumentos pedagógicos, como bibliotecas, brinquedos, televisão, videogame, anúncios. Para essas autoras, as atividades pedagógicas podem incluir a cibercultura não como forma de entretenimento e sim como objeto de análise, ao debater com as crianças os estereótipos, os preconceitos, as imposições e os princípios econômicos que podem estar por trás das imagens e produtos.

Suponho que para Kincheloe e Steinberg (1997), exista certa tensão entre proteção e participação social da criança, principalmente, quando essa participação se dá pela introdução e conhecimento de informações antes restritas aos adultos. Aqui caberiam algumas observações, mas me limitarei a mencionar duas: primeiro, mostra a literatura que as condições das infâncias são desiguais ao longo do planeta, muitas crianças vivem em situações precárias, portanto, a mídia não me parece o elemento chave para a compreensão do problema da desproteção infantil. Segundo, se a formação da identidade social da criança é relacional, ela é construída e reconstruída pelas sucessivas experiências cotidianas e pela subjetividade, as crianças podem sempre re-significar as informações recebidas dos meios de comunicação.

Como Kincheloe e Steinberg (1997) abordam a construção da cultura infantil através das relações intergeracionais, tenho a hipótese de que, para essas autoras, a mídia reflete o esforço dos adultos em controlar e ditar como deve ser a infância, o que reduz a pouca autonomia das crianças de imaginar e interagir. Estas podem apresentar visões de mundo diferentes das dos adultos e atribuírem à produção cultural novo significado. Mas, a falta de espaço para expressar as suas opiniões, dificulta a percepção se as crianças possuem ou não uma percepção crítica daquela produção. Daí, Kincheloe e Steinberg (1997) sugerirem aos educadores a construção de um espaço para o debate.

A perspectiva interpretativa analisa as relações e as representações simbólicas da cultura infantil. Para os autores dessa corrente de pensamento, pessoas que pertencem a diferentes fases da vida participam igualmente do processo de socialização. Numa releitura deste processo, aquela perspectiva olha para a infância não como um período preparatório e sim enquanto um processo produtivo e reprodutivo do conhecimento, reconhece a capacidade reflexiva, criativa e seletiva da criança ao elaborar o seu próprio modo de estar no mundo e ao

interpretar de acordo com os seus interesses e as suas perspectivas e preocupações, o universo dos adultos.

Uma das referências desta corrente de pensamento é William Corsaro. Este pesquisador busca identificar quais são os elementos centrais da cultura de pares, os seus significados e significantes, a sua contribuição para a produção e reprodução do mundo das crianças e dos adultos. Para esse autor, a participação das crianças nas rotinas culturais é um elemento fundamental no processo de socialização porque, através das interações com seus colegas e da organização de grupos, elas produzem uma série de atividades, que aos poucos se transformam em habilidades necessárias para tomar-se parte da sociedade. No texto escrito em parceria com David Eder ao analisar as culturas infantis afirma que, “children attempt to gain control over fears, confusions, and curiosities from the adult world through their participation in numerous play, routines, rituals, and games” (p. 205).

A experiência interativa entre pares não é uma tarefa simples, ela envolve cooperação, respeito, aceitação, entre outros elementos conferem estabilidade às alianças e estabelecem as ações e os papéis desempenhados entre eles. Porém aquela experiência também é marcada por rejeições, relações de poder e disputas hierárquicas entre as crianças que sabem e as que desconhecem, os maiores e os menores, os mais velhos e os mais novos etc. Nessas relações conflituosas por disputa de espaço conquistado e brinquedos as crianças desenvolvem a capacidade argumentativa. Tais conflitos também exercem um importante papel no desenvolvimento da identidade e na construção de habilidades e conhecimentos da organização social (CORSARO & EDER, 1990).

Nas relações entre os pares podem-se identificar as tentativas das crianças de ganhar controle sobre as suas próprias vidas e diminuir o grau de autoridade dos adultos, num processo relativamente autônomo e contínuo. As crianças interagem, negociam com os outros, criam formas de burlar e transgredir as regras. No trecho abaixo Corsaro e Eder (1990, p. 204) relatam que

[...] children produce a wide set of innovative routines and practices that indirectly challenge and circumvent adult authority. For example in both the United States and Italy there was a rule that prohibited (or severely restricted) the bringing of toys or other personal objects from home to nursery school. [...] In both [...] schools [...] the children attempted to evade this rule by bringing small personal objects that they could easily conceal in their pockets. [...] The teachers often overlook these violations because the nature of the secondary adjustments often eliminates the organizational need to enforce the rule [...].

No entendimento de Corsaro e Eder (1990), as culturas de pares são elementos de transformação, que possibilitam a troca de experiências e a construção de uma cultura própria.

Nessa perspectiva, a criança não reproduz o mundo dos adultos, mas o interpreta, o reconstrói, o ressignifica por meio de complexas interações, que envolvem brincadeiras, jogos, linguagem, disputas de poder, desigualdades, diferenciações, transgressões com outras crianças e com os adultos. Desse modo, a teoria interpretativa reconceitua a acepção de socialização dando-lhe um caráter dinâmico e complexo.

Corsaro e Eder (1990) são uns dos primeiros pesquisadores a reconhecerem a capacidade de reprodução simbólica das crianças, cuja ação depende das estruturas sociais. Para esses autores, as crianças possuem relativa autonomia na geração de regras, ordens e culturas, elas são agentes modificadores e modificados pela sociedade.

Outro pesquisador e expoente da concepção interpretativa da sociologia da infância é Manuel Jacinto Sarmiento. Ele trata os processos de expressão do simbólico e as dinâmicas interativas e vem tecendo contribuições na temática das culturas infantis. Para esse autor, a criança constrói a sua identidade, o seu modo de pensar e agir em sociedade por meio da interação. Esta realizada com os seus pares ou com os adultos constitui-se num instrumento de assimilação, de reflexão, de construção de atividades e de linguagens. Como o autor expressa neste trecho “a identidade das crianças é também a identidade cultural, isto é, a capacidade de as crianças constituírem culturas não redutíveis às culturas dos adultos” (SARMENTO, 2004, p. 20).

Sarmiento (2005) chama a atenção para o fato de que nem a interação, tampouco a análise sociológica devem ser resumidas aos produtos culturais. Há outros pontos relevantes como as ações, os significados e as representações produzidos e reproduzidos. No entendimento do autor, o mundo da criança é peculiar, o que nem sempre é reconhecido pelos adultos. Daí, ao tratar das culturas das infâncias, ele enfatiza as relações entre os adultos e as crianças.

A cultura infantil está pautada em quatro eixos: a interatividade, influência que as crianças exercem e recebem em suas interações; a ludicidade, manifestada nas brincadeiras e nos jogos que as crianças realizam; a fantasia, reprodução do mundo real pela imaginação; a reiteração, capacidade de repetição e de renovação das situações. Esses eixos permitem às crianças transmitirem formas particulares de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo, mas eles não são exclusividades do universo infantil, também estão presentes na vida adulta (SARMENTO, 2005).

O autor sugere que se considere a infância como uma categoria social do tipo geracional. Para Sarmiento (2005), ao pesquisar as formas das crianças agirem e pensarem, o

pesquisador deve levar em conta as imposições, os papéis, os espaços, os valores e as condições socioeconômicas, já que as estruturas afetam em diferentes graus outras categorias sociais como sexo, etnia e classe social.

O resgate do conceito de "geração" impõe a consideração da complexidade dos factores de estratificação social e a convergência sincrónica de todos eles; a geração não dilui os efeitos de classe, de género ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, activando ou desactivando parcialmente esses efeitos (IDEM, p. 363).

A análise das infâncias e das crianças além das questões culturais, sociais e interacionais devem incluir os aspectos econômicos e políticos. Sarmento (2002) observa que apesar da produção da imagem da criança cidadã, os costumes e a ausência de políticas eficazes criam obstáculos para a organização de ações que visam a sua proteção e a promoção dos seus direitos à segurança social, à alimentação adequada e suficiente, à moradia etc. Essa situação de desigualdade, associada à negação do seu direito à palavra e à participação da resolução dos problemas do seu grupo social refletem diretamente no modo como as crianças participam da reprodução interpretativa.

À semelhança de Qvortrup (s/d), Sarmento (2002; 2006) aponta para as contradições em relação ao projeto de infância da contemporaneidade que, ele denomina de “segunda modernidade”, considera a criança cidadã e, ao mesmo tempo, um ser incompleto, o que a priva da participação ativa na vida coletiva. No entendimento desse autor, há uma série de políticas, regras e medidas de proteção às crianças ineficazes, que contribuem para a manutenção de situações abusivas contra a criança e o reforço da assimetria dos poderes nas relações intergeracionais.

Sarmento (2006, p. 18) sugere que “a participação infantil na vida colectiva, por formas próprias, permitirá certamente favorecer um sentido outro das mudanças sociais em curso e transformar a ameaça numa possibilidade de emancipação”. Essa proposta passa pela legitimação das vontades, aspirações e ideias das crianças; pelo reconhecimento da sua capacidade de expressar sobre si mesmas, de contribuir para a elaboração de políticas e projetos que melhorem as suas condições de vida; pelo incentivo às suas ações, respeito aos seus direitos e aceitação da sua alteridade por parte dos adultos.

As diferentes teorias sobre as infâncias e as crianças passam da perspectiva estrutural-funcionalista às interacionistas, interpretativas e geracionais. Essas teorias ora se complementam, ora se contradizem. Alan Prout (2004, p. 8) tece algumas críticas às essas

teorias interpretativas, que para ele pouco contribuem à compreensão da complexidade e pluralidade do conceito da infância.

[...] concede ao discurso (narrativa, representação, simbolização...) o monopólio enquanto meio através do qual a vida social, e, conseqüentemente, a infância, são construídas. Os relatos sobre a criança socialmente construída privilegiam sempre o discurso. Algumas versões são evidentemente idealistas no que respeita à infância, enquanto que outras simplesmente não fazem qualquer referência acerca dos elementos materiais que compõem a vida social. Quanto muito, referem de modo equívoco e desconfortavelmente evasivo a materialidade, se é encarada como natureza, corpo, tecnologia, artefactos ou arquitecturas.

Tenho a hipótese de que alguns estudos reproduzem alguns dos estereótipos das crianças e das crianças através das dicotomias: adulto/criança, trabalho/brincadeira, independente/dependente, racional/irracional. Uma das maneiras de abranger a interpretação das infâncias e dos lugares ocupados pelas crianças é focalizar a análise das relações de poder entre os pares e do adulto sobre a criança. Suponho que essas relações passam por um processo de atenuação, o qual possibilita novas formas de interações e de constituição de identidades, essas ainda atreladas a questões históricas, étnicas, religiosas etc. Nesse ponto, retorno ao passado e trago as contribuições de Mannheim (1982) sobre o conceito de geração.

2.3 - A juventude e a infância como geração

Nos anos 1920, um dos referenciais do tema da juventude é Karl Mannheim. Para ele, a construção da identidade juvenil enquanto categoria social ocorre por meio da constituição dos grupos sociais. Estes são heterogêneos; apropriam-se, produzem, reproduzem e reformulam as heranças culturais geracionais; variam em termos de faixas etárias e sentidos atribuídos aos processos histórico-sociais (MANNHEIM, 1982).

Apoiando-se na conceituação de tempo elaborada por Dilthey (s/d), para quem há uma descontinuidade entre o tempo vivenciado e o tempo social, Mannheim (1982) observa que as experiências de uma pessoa classificada como jovem podem, por exemplo, corresponder às experiências relacionadas ao mundo adulto ou infantil. Neste sentido, esse autor chama-nos atenção para “a não contemporaneidade do contemporâneo”, porque “todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades [...] mas para cada uma ‘o mesmo tempo’ é um tempo diferente”.

As variações do tempo nas produções dos indivíduos estão diretamente relacionadas aos acontecimentos históricos. Entretanto, outros fatores designados pelo autor de “situação”,

como as condições materiais, simbólicas e a localização geográfica, são determinantes dos valores positivados ou negativados em relação àqueles acontecimentos e diferenciadores na construção das identidades juvenis (MANNHEIM, 1982). Nas palavras desse autor,

[...] os dados experienciais, intelectuais e emocionais à disposição dos membros de uma certa sociedade não são uniformemente dados a todos eles [...] quando o material intelectual é mais ou menos uniforme, ou pelo menos uniformemente acessível a todos, a abordagem a ele, o modo pelo qual é assimilado e aplicado, tem sua direção determinada por fatores sociais (IDEM, p. 73).

Como o sentido empregado pelos jovens aos acontecimentos históricos varia, pertencer à juventude não caracteriza os indivíduos como progressistas, nem como conservadores, pois os jovens podem tanto se orientar pelos acontecimentos mais antigos quanto pelos mais recentes. Para Mannheim (1978) mais do que ser protagonista da reprodução e transformação social, “a função da juventude é de um agente vitalizador”. Para exercer tal função, ela precisa ser integrada à sociedade de forma específica, o que ocorre, sobretudo, via educação informal.

A partir dos primeiros contatos sociais da infância, o indivíduo acumula “dados mentais” constituintes de uma “consciência” determinante da sua interpretação dos acontecimentos históricos. Toda sociedade passa por transformações históricas, as novas experiências são analisadas pelos padrões de conhecimento já sedimentados, o que não impede ao indivíduo reelaborar as suas interpretações do mundo, ao mesmo tempo em que busca maneiras de se adequar às situações novas (MANNHEIM, 1982).

Por meio da troca de ideias, de conceitos, de intenções e de experiências formadoras de vínculos concretos, denominados pelo autor de “unidade de geração”, os indivíduos criam laços e grupos, definidos pelo autor como “geração concreta”. Os acontecimentos históricos são múltiplos, como também os pensamentos e os conceitos formados a partir de uma mesma “situação de geração”. Esta pode sofrer especialização e polarização, e formar diversas “situações de geração”, que constituem a “geração real” (MANNHEIM, 1982).

A geração real resulta da vivência de um mesmo contexto histórico e da confrontação aos mesmos desafios, com distintas respostas, motivadas por escolhas políticas e ideologias diferentes. Portanto, na visão deste autor não há uma geração, mas diversas gerações que convivem simultaneamente. Com a asserção de que “as tensões entre as gerações ocorrem por causa dos problemas experienciais” (p.83), Mannheim (1982) desnaturaliza a ideia de que os conflitos entre as gerações estão vinculados às expressões dos problemas e às inconstâncias próprias dos jovens.

Para Mannheim (1982) tais embates estão relacionados ao modo como cada geração analisa as suas vivências. Em alguns momentos históricos, pessoas distintas e sem vínculos podem apresentar semelhantes interpretações da situação histórica e social, que se difundem e formam identidades coletivas, “o espírito do tempo”, este processo é denominado pelo autor como “enteléquia”.

Dentro das concepções elaboradas por Mannheim (1982) interessam as ideias de que a situação geracional afeta a construção da identidade juvenil e de acordo com o contexto têm-se reações diversas e adversas. Pois, nessa pesquisa procuro responder como as jovens empregadas domésticas identificam-se com outros jovens e quais os valores e símbolos das gerações anteriores elas assimilam e quais constroem de maneira distinta do mundo dos adultos e desse modo tratar a diversidade de ser jovem no contexto geracional.

Em meados da década de 1990, as idéias de situação geracional são retomadas e ampliadas pelos pesquisadores sociais Leena Alanen e Berry Mayall (2001) como base teórica da temática da infância com foco nas relações entre os adultos e as crianças.

Alanen e Mayall (2001) partem da concepção de que as crianças e os adultos interagem por meio das relações geracionais, aqui entendidas como um sistema de relações pelas quais certas posições são produzidas, assumidas e definidas dentro de estruturas específicas. Tais posições são constituídas pelas atividades, oportunidades, identidades e experiências desempenhadas por velhos, adultos, jovens e crianças. Elas compõem a organização social, definem as noções de infância e adulticidade, constroem os comportamentos considerados próprios para cada grupo e as distinções entre eles. Este conjunto de características interfere nas práticas e políticas demandadas para ambos os grupos sociais.

No entendimento de Alanen e Mayall (2001), os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 contribuíram para a construção de um novo paradigma dos estudos das infâncias e das crianças. Isso faz com que, teoricamente, as crianças atuais experienciem “situações de geração”, que os tornam uma “geração real”. Esses autores afirmam que,

People refer to the 1968 generation as people (now moving towards old age) whose consciousness or identity was shaped at that time. In Britain, we may similarly think of ‘Thatcher’s children’ (Pilcher and Wagg 1996) as a generation of people in Britain whose ideas and purposes were formed in relation to social movements in the 1980s. In exploring the generational structures within which childhood (and adulthood) is continuously produced and lived, an essential component of one’s understanding is that children are agents. That is, they are not merely ‘actors’—people who do things, who enact, who have perspectives on their lives. They are also to be understood as agents whose powers, or lack of powers, to influence and organise events—to

engage with the structures which shape their lives—are to be studied (ALANEN e MAYALL 2001, p.3)

A geração é uma configuração analítica que permite a análise de um grupo social formado por indivíduos que possuem a mesma faixa etária, vivenciam experiências históricas semelhantes, como também das suas relações estruturais e simbólicas ao longo da trajetória de vida, que se diferenciam das de outros grupos sociais. Já a infância, devido ao seu caráter permanente, torna-se um fenômeno estruturado pelas condições histórico-culturais, políticas, discursivas, econômicas etc e estruturante na constituição da identidade das crianças (ALANEN, 2001b).

Variável dependente dos respectivos atores, interações, estruturas materiais e simbólicas e independente, influenciada pelas ações das crianças enquanto agentes sociais, o conceito de geração permite numa análise externa a focalização dos pontos convergentes e divergentes das relações intergeracionais e numa análise interna o reconhecimento das diferentes configurações das relações intrageracionais. No entendimento de Alanen (2001b, p. 21),

[...] the two generational categories of children and adults are recurrently produced and therefore they stand in relations of connection and interaction, of interdependence: neither of them can exist without the other, what each of them is (a child, an adult) is dependent on its relation to the other, and change in one is tied to change in the other.

Ao tratar da corrente relacional da sociologia da infância, Alanen (2001, 2004) analisa as relações que produzem tanto a infância quanto a adultidade, incluindo as condições espaciais, socioeconômicas, políticas e culturais que envolvem as suas práticas. Essa autora percorre um caminho que passa pelo debate da construção e desconstrução das representações de ambas as identidades. Parte de seus estudos trata da promoção, da proteção dos direitos das crianças e dos jovens e do fortalecimento da participação deles nos espaços de construção da sua cidadania.

As análises de Mayall e Alanen enfatizam as interações intergeracionais. Contudo, a meu ver, os aspectos intrageracionais merecem atenção, pois possibilitam a interpretação dos processos de socialização, da produção, da reprodução das regras e normas sociais e morais, como também, dos conflitos, dos interesses, das competições, das rotinas e das práticas partilhados entre os pares. Além de trazer a voz e a expressão das próprias crianças e dos jovens, a partir da observação das diferenças geográficas, étnicas, econômicas e de identidade sexual, a análise intrageracional permite dar visibilidade ao dinamismo e à diversidade das infâncias e das juventudes.

É preciso compreender a infância e a juventude não nelas próprias, mas na análise das relações estabelecidas, que lhes concedem as bases simbólicas e materiais de identificação e implicam nos modos de expressão das novas gerações. Nesse sentido, nos próximos parágrafos apresento recortes da minha pesquisa empírica, na qual as crianças e os jovens aparecem como os principais protagonistas. Os seus discursos receberam destaques, entretanto, com o objetivo de apreender a partir de quais elementos as suas representações são tecidas, mostro as falas dos seus pais/responsáveis e padrões.

2.4 - Definições e percepções das infâncias e das juventudes

As crianças, os jovens e os adultos que colaboram com esta pesquisa, como outras pessoas da nossa sociedade, estruturam as suas representações a partir das suas experiências cotidianas, através das quais eles incorporam elementos culturais, como linguagem, valores, normas, hábitos, padrões de comportamentos e de atitudes; dos modelos de pensamentos e explicações existentes, que são continuamente reelaborados, de acordo com o contexto e as trajetórias individuais.

Nos próximos parágrafos, analiso os questionários e as expressões verbalizadas durante as entrevistas sobre as representações e as práticas em torno dos conceitos das infâncias, das juventudes, das crianças e dos jovens. Esses aspectos foram selecionados pela frequência com que aparecem nas entrevistas ou pela ênfase que lhe foi dada pelo participante. Discutirei quais as percepções que os participantes têm desses processos. Para tanto, considero os elementos históricos e teóricos apresentados nas páginas anteriores, sobretudo, os que se referem à conceituação da infância e da juventude como relacionais e geracionais, pautados em situações de múltiplas vivências.

2.4.1 - As representações da infância e da criança pelas próprias crianças, jovens, pais/responsáveis e empregadores

Para a maioria dos participantes desta pesquisa, enquanto representação social, a infância não tem um limite de idade bem delimitado. Ela é definida pelas ideias da falta de maturidade, de responsabilidade, pelo ideal de pureza e ingenuidade. Nas representações a

condição ideal de ser criança está intimamente ligada à condição de ser infantil, pois a infância tem um papel veiculado: a de ser dependente dos adultos, irracional e feliz.

Ser criança? E... a gente não ter compromisso. A gente poder brincar, se divertir... não ver a hora passar (Suelen, 16 anos).

Criança, para mim, é sonhar, é brincar, é viver, crescer sem se preocupar (Jéssica, 17 anos).

As crianças e os jovens do universo dessa pesquisa tiveram ou têm uma infância ativa, no sentido de que aprendem e participam de diversas atividades importantes para a sobrevivência do grupo familiar. Tal participação ocorre por meio das interações e ações, em um processo aprender fazendo. Para essas famílias é importante que, desde a tenra idade, as crianças adquiram conhecimentos através de atividades voltadas à sua sobrevivência individual e grupal, os quais elas possam aplicar em outras fases de suas vidas.

As famílias das jovens domésticas vivem em um grupo social em que a diferenciação entre as crianças e os adultos não é estabelecida pela separação entre aqueles que trabalham ou não, e sim pela sexualidade ativa ou não. Esta visão está bem distante da ideia da criança improdutiva, passiva a qual as pessoas ouvem e reproduzem. No entanto, os participantes falam do ser criança como viver em um mundo feito de imaginação, brincadeiras e felicidade. Suponho que estes discursos expressem a vontade implícita deles serem inseridos socialmente de outras maneiras que não seja por meio da coibição de comportamentos característicos das infâncias e das juventudes modernas e do ingresso precoce no mercado de trabalho.

Os dados dos questionários aplicados às crianças e aos jovens indicam que as referências às infâncias apontam para três visões diferentes: primeiro, é um período que as crianças devem aprender, principalmente, com os adultos as regras e os valores sociais e morais. Contudo, apenas duas participantes assinalaram que as crianças devem obedecer aos adultos e outra que as crianças têm pouco poder de discernimento. Tenho a hipótese de que essa contradição ocorra porque para esses participantes aquela aprendizagem é importante, para os infantes conhecerem e assimilarem os limites, aceitarem e cumprirem ordens e as suas tarefas diárias, o que contribui para torná-los ideais: obedientes e disciplinados. A questão que se pode elaborar é: esses seriam os principais deveres dos infanto-juvenis na opinião dos mesmos ou um comportamento que facilitaria o trabalho das babás?

Segundo, a infância é uma fase em as pessoas gostam de inventar, experimentar novas maneiras de fazer as coisas, de pensar, de se relacionar, de se comunicar. Elas exploram o desconhecido, testam limites e, por isso, estão sempre aprendendo e criando coisas novas.

Dáí, metade das questionadas entende que as crianças deveriam ter permissão para participarem da sociedade, pois acreditam que essas estão aptas a tomar decisões e fazer escolhas, mas precisam ser ouvidas e terem as suas opiniões levadas em conta.

Terceiro, a infância contemporânea é influenciada pelos meios de comunicação, através dos quais há apropriação de pensamentos, habilidades e costumes diferentes do seu grupo familiar. Para duas jovens, a televisão e outras mídias contribuem para o aumento de conflitos familiares e o encurtamento da infância, ao veicularem assuntos relacionados ao namoro, sexo, criminalidade e consumo de produtos. Não obstante, como abordarei mais adiante, devido às poucas perspectivas de lazer, o ato de assistir os programas televisivos está muito presente na rotina dos entrevistados.

<i>Quadro- 2 - Representações sobre as crianças contemporâneas</i>		
<i>Percepções sobre as crianças</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
Aprendem com os adultos as regras	17	Florinda
	17	Jéssica
	14	Luísa
	11	Aline
Sempre surgem novas maneiras de ser criança	16	Cristina
	16	Suelen
	15	Vanessa
	12	Jennifer
As crianças tornam-se rapidamente adultas	17	Simone
Repetem as imagens da mídia	14	Daniele
<i>Percepções sobre as crianças</i>		
Devem participar da sociedade	17	Jéssica
	15	Vanessa
	14	Daniele
Aprendem e criam novas coisas	16	Cristina
	16	Suelen
	11	Aline
Devem seguir ordens dos adultos	17	Simone
	14	Luísa
Não sabem o que é melhor para elas	12	Jennifer

Fonte: Questionário.

Ao comparar os dados do questionário com as expressões das entrevistas nota-se uma contradição. Isso reforça a minha hipótese de que, ao enfatizarem a questão do imaginário e

das brincadeiras, as crianças e os jovens participantes desta pesquisa expressam o reconhecimento das crianças como seres íntegros e de que as infâncias apresentam características, necessidades e ritmos que precisam ser respeitados pelos adultos. Alguns dos discursos enfatizam as relações entre a criança e o ambiente, a importância da estrutura econômica e do padrão social e familiar, pois esses elementos podem definir as práticas e os papéis das crianças.

Essas hipóteses parecem ser confirmadas quando uma parcela delas relata algumas de suas próprias experiências. Elas falam como as condições econômicas, culturais e sociais constituem o ser criança e ressaltam a necessidade de proteção por parte dos pais, de se viver em um ambiente tranquilo, como no trecho seguinte:

[...] eu acho que para ser criança, ela tem que brincar, ela tem que está sempre sorrindo, ela tem que ter os seus pais perto dela, ela tem que descobrir coisas novas, ela tem que estar despreocupada, não tem que estar preocupada, com nada. Tem que ter a imagem da vida boa, da vida bela. E eu não tive nada disso [...]
(Cristina, 16 anos).

A cisão entre a infância/criança ideal e a realidade vivida por essas crianças e jovens torna-se mais clara quando elas falam dos possíveis problemas presentes nas infâncias. Elas observam e lembram o número grande de meninos e meninas que é afetado por violência de todos os tipos, explorado no trabalho, usam drogas, passam fome, não frequentam a escola etc. Outro ponto enfatizado por elas é a existência de uma relação hierárquica entre os adultos e as crianças, em que os primeiros se utilizam de práticas coercitivas para obrigarem as últimas a desenvolverem comportamentos específicos e esperados.

Ah, tem. E que tipo de problemas? Ah, eu acho que, às vezes, ninguém entende elas, elas [as crianças] não são compreendidas. [Problemas] de querer uma coisa e alguém fala que não pode (Vanessa, 15 anos).

Às vezes, tem criança que pega responsabilidade muito cedo. Tem que cuidar do irmão porque a mãe vai trabalhar. Às vezes, tem criança que fica sozinha dentro de casa. Tem umas que param de estudar porque tem que trabalhar, muita coisa assim (Luiza, 14 anos).

De trabalhar, de estudar e de aprender a ler, de adulto que bate. De querer fazer alguma coisa e mãe não deixa, só (Aline, 11 anos).

Nessas falas, aparece a infância como experiência pautada em posturas hierarquizadas, em jogos econômicos, diferente daquela que se espera, inapropriada, contraditória e heterogênea. As narrativas apontam para o desamparo que pode surgir quando

as crianças estão sob o cuidado de outras pessoas, o que evidencia a desigualdade e o desrespeito para com as infâncias, as crianças brasileiras e os seus direitos.

Ao falarem sobre como os pequenos lidam com os problemas, que muitas vezes pertencem aos adultos e lhes são transferidos, se divergem as respostas das entrevistadas. Um observam que se não existe a possibilidade de diálogo ou negociação, as crianças podem reagir por meio do silêncio ou utilizar-se de atos violentos, como as agressões físicas e verbais. Para outras, os pequenos estão tão submetidos às normas dos adultos, que ficam atônitos. As entrevistadas afirmam que, diante dessas situações, as crianças demonstram as suas capacidades, podem aprender novas habilidades e experimentam papéis sociais diferentes, esses nem sempre de acordo com o modelo padrão de infância.

Ah, tem uns que ficam nervosos com os pais, com os amigos, com a professora. Muitos, não, ficam sozinhos... não conversam com ninguém (Suelen, 16 anos).

Ah, eu acho que nem sempre elas [crianças] conseguem resolver [os problemas] (Daniele, 14 anos).

Trabalhando, indo na escola (Aline, 11 anos).

As falas pronunciadas mostram diferentes condições existenciais construídas, através de múltiplas interações, em distintos espaços como a família, a escola, o local de trabalho. Em seus discursos, as entrevistadas trazem as angústias, os medos, a disponibilidade ao novo, a vulnerabilidade, o protagonismo presentes em situações problemáticas vividas e imaginadas. Em nenhuma das narrativas é mencionado o pedido de ajuda ao adulto. Suponho que essa ausência ocorra porque as entrevistadas observam que uma parcela considerável das pessoas das gerações anteriores demonstra pouca sensibilidade em relação às condições sociais, culturais, econômicas, políticas e “aos problemas” que afetam às crianças, através da omissão, da passividade e até da violência nas esferas política, escolar e familiar.

Parte dos pais/responsáveis entrevistados entende que as crianças são inocentes, plenas de virtude e irracionais. Embora compreendam que essas qualidades, gradualmente, dão lugar a uma natureza impura, eles identificam a infância como a melhor das fases da vida de qualquer pessoa. Ressaltam que os infantes não têm problemas, nem preocupações, tampouco se colocam de forma autônoma no mundo, pois elas dependem totalmente dos adultos. Para eles, as crianças e os adultos se diferenciam, sobretudo, nos aspectos emocionais e cognitivos:

Criança é inocente, não tem maldade. Não sabe nada da vida. Aí, vai crescendo já vêm os pensamentos de maldades (Maria Aparecida, 43 anos).

Na opinião da senhora, as crianças têm problemas? Acha que não. Nós adultos é que temos [Risos], para eles está tudo bem, está tudo maravilhoso. Tanta gente fala “ah, eu gostaria de ser criança”. É gostosa a fase de criança, não pensa em nada (Maria Aparecida, 43 anos).

O discurso da infância como um período de imaturidade, mágico e das crianças enquanto seres inocentes que brincam com os seus pares, contrapõem-se com as experiências cotidianas das crianças e dos jovens sujeitos desta pesquisa. Na maioria dessas famílias, a brincadeira não é uma atividade valorizada pelos adultos. Essa desvalorização advém do fato de que, muitas vezes, as pessoas das gerações anteriores foram impossibilitadas de brincar devido às questões econômicas e culturais¹⁹. Há ocasiões em que esses adultos restringem o tempo das atividades lúdicas das suas crianças e procuram mantê-las ocupadas. O posicionamento de refutar a importância e a necessidade das brincadeiras está pautado numa cultura que valoriza o corpo disciplinado e obediente para o trabalho.

Dessa maneira, uma parcela dos pais/responsáveis procura moldar as crianças e os jovens e controlar para que as brincadeiras não roubem o tempo destinado a outras atividades mais *produtivas*.

A criança não pode só brincar né? A criança tem que começar a aprender a trabalhar. Porque aí aprende, né? Tem que pegar o costume, para enfrentar o serviço (Geni, 31 anos).

Eu brincava um pouco, tinha vez que eu estava brincando de corda, brincando na rua com as meninas, aí minha mãe vinha e começava a gritar (mãe chamava a filha) para eu vir lavar a louça, varrer a casa, varrer o quintal, passar pano, encerrar. Eu fazia (saía para a sua novamente) e não dava dez minutos ela gritava de novo...vem guardar a louça, vem dar brilho no chão (Vanessa, 15 anos).

Outra parcela dos pais/responsáveis percebe que são as interações diretas com outras pessoas e instrumentos culturais, que oferecem às crianças os elementos pelos quais elas se constituem e a sua própria infância. Esses pais/responsáveis observam que nem sempre elas reproduzem as condutas da maneira esperada pelos primeiros. Para eles as experiências culturais mais recentes configuram novas representações das infâncias, das crianças e dos lugares tradicionalmente ocupados por elas e pelos adultos.

¹⁹ Muitos adultos (as mães, os pais, os tios, os avós das crianças e das jovens) afirmam que não tiveram oportunidade de brincar durante a sua infância e atribuem à brincadeira o significado de ociosidade em oposição ao trabalho. Por viverem em locais vistos como violentos, aqueles adultos fazem uma relação direta entre ociosidade e criminalidade e podam os seus tempos ociosos (as brincadeiras) por medo de que os seus filhos tornem-se preguiçosos. Porém, as longas jornadas de trabalho e a baixa remuneração fazem com que os pais/responsáveis se reportem à infância como um período sem preocupação.

Olha, eu não sei (risos) porque quando a gente era criança, a gente era bobinha, não sabia nada. E hoje você não sabe o que é criança, o que é adolescente e o que é adulto. Tem coisas que os meus filhos vêm falar para mim, eu não sei como eles sabem! E antes, [...] a criança não se preocupava com nada e hoje é diferente! Hoje, os bebês já são crianças e as crianças já são adolescentes. Então você não sabe nem o que dizer o que é uma criança. As crianças hoje veem tudo, tem acesso a tudo. Não tem como você fala que não, não veja isso, não veja aquilo. Mas, de repente fica lá sozinhos, você vai fazer o quê? Tem a televisão, tem o rádio, tem a internet, daqui a pouco está vendo tudo. Hoje tem criança que é mais esperta que um adulto, se você bobear, eles passam a perna na gente (risos)[...] (Cícera, 34 anos).

Parte dos pais/responsáveis menciona a grande influência direta ou indireta dos meios de comunicação nos comportamentos, hábitos, valores éticos e morais das crianças. Para eles, isso ocorre, principalmente, devido à falta de mediação adulta na seleção das informações, o que provoca o acesso a tudo, sem a distinção de idade. Esse acesso livre às informações traz insegurança a uma parcela dos pais/responsáveis, já que pode gerar tensões/conflitos de interesses entre as crianças e os adultos e desconstruir a separação do mundo adulto e infantil.

De acordo com as falas dos pais/responsáveis, aquelas tensões começam cada vez mais cedo, já que a família sente perder o poder de regulação e de proteção que lhe resta. A meu ver, os meios de comunicação podem ser apontados como agentes de socialização, mas como afirmam Kincheloe e Steinberg (1997), são os adultos que dominam a produção midiática, baseados tanto nos desejos e nas ansiedades dos pequenos quanto nas representações adultas sobre as infâncias e as crianças contemporâneas. Além disso, os infantes não são meros receptores da mídia, já que eles possuem uma visão de mundo específica.

Dona Cícera afirma que devido à influência da mídia, a infância romântica e idealizada está a desaparecer. Ao falar dos problemas das crianças, ela inverte a questão e admite o fato de que as fronteiras entre elas e os adultos se redesenham, mesmo que os pais/responsáveis não queiram, constitui-se em uma das principais tensões existentes nas relações entre os adultos e as crianças.

Ah, foi como eu falei para você, essas crianças de hoje... elas são muito ansiosas. Antes as crianças eram mais simples, a mãe deixava, punha ali e ali a criança ficava, brincava. Hoje as crianças são agitadas. Quando mais você dá, mais elas querem, elas estão sempre insatisfeitas. E toda hora aparece alguma coisa na tevê! Hoje, eles estão crescendo e virando adultos antes do tempo e não é por conta do pai nem da mãe. [...] E antigamente, nós não éramos assim, senão tinha, não tinha. Não se revoltava contra o pai, contra a mãe. Não se cobrava do pai nem da mãe porque não tinha as coisas. E hoje os filhos cobram, se você fumar e falar para o seu filho não fume, ele responde: mas você fuma! (Cícera, 34 anos).

Contrariando as expectativas de parte dos pais, ao observarem, ouvirem, se intrometerem ou questionarem os assuntos e o que pode ou deve ser feito pelos adultos, as crianças estão a desempenhar os papéis deles precocemente, pois tais posturas não correspondem ao modelo de ação e pensamento da criança ideal. Esta não possui autonomia, nem apresenta capacidades complexas de racionalidade, é incapaz de tomar decisões ou assumir posturas críticas, logo está excluída da posse de determinados direitos e escolhas. Os pais/responsáveis em sua posição de autoridade e superioridade devem verificar o que mais convém à criança. Esta quando adulta reconhecerá que as escolhas realizadas por eles foram as melhores para o interesse dela.

As empregadoras entrevistadas associam o ser criança tanto a uma fase de tranquilidade, proteção contra todas as preocupações, quanto de conhecer o mundo e descobrir novos horizontes. Em ambas as concepções não aparecem ideias de contradições ou conflitos das crianças com os adultos ou mesmo diante das ambiguidades cotidianas.

Ser criança é não se preocupar com nada (Angelita, 38 anos).

Ser criança é descobrir o mundo, aprender muitas coisas, que para elas são novas. As crianças não gostam de rotina... elas não gostam das coisas sempre iguais. Elas querem inovação, gostam de novidades. (Fernanda, 33 anos).

As possíveis experiências de contradições, conflitos, dificuldades econômicas e falta de apoio familiar aparecem quando as empregadoras falam da existência de problemas durante as infâncias. Aqui, as suas narrativas apontam para o fato de que as precárias condições de vida, a falta de atenção e cuidados dos adultos podem causar às crianças danos morais, materiais e sociais.

Na opinião da senhora, as crianças têm problemas?- Eu acho que depende, a criança pode nascer numa família bem estruturada e com boas condições financeiras, ou pode nascer numa família menos estruturada, pode morar numa favela ou viver nas ruas. Então existem essas diferenças de padrão de vida, que podem trazer problemas às crianças, devido a uma alimentação inadequada, falta de tratamento médico (Fernanda, 33 anos).

Eu acho que... a criança pode ter problemas com, por exemplo, os pais bêbados, os pais bebem e deixam a criança de lado ou, às vezes, a mãe não cuidar direito (Angelita, 38 anos).

Essas narrativas remetem às situações sociais das mais diversas, para as quais afirmação a de que a infância constitui-se num período de tranquilidade nem sempre é válida. As falas das empregadoras a respeito dos problemas trazem as diversidades e as contradições que envolvem as experiências das infâncias. Há afirmações de que o ambiente e as condições

econômicas podem ou não garantir o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e ênfase na importância da alimentação, saúde e cuidados no âmbito intrafamiliar.

As crianças e as jovens participantes desta pesquisa também reconhecem a diversidade das infâncias e das crianças entre si. A maioria das entrevistadas relaciona as alegrias da infância ao ato de brincar, mas outras circunstâncias são consideradas agradáveis e prazerosas, entre elas viver num ambiente familiar harmonioso em que não é necessário lutar pela sobrevivência e ser respeitado. Uma jovem observa que as crianças podem possuir ou não alegrias, dependendo do contexto em que ela está inserida.

Quais são as alegrias das crianças? Ah, brincar de casinha, brincar de jogar bola, ir mexer com água, ir a cachoeirinha, rio, piscininha, pintar, desenhar, ir ao parque, essas coisas (Jennifer, 12 anos).

Muitas vezes, quando ganha uma coisa... Quando vê que a mãe e o pai estão felizes. O pai arrumou um emprego, a mãe também... Quando vê uma tia que faz tempo que não via, visita um familiar é motivo de bastante felicidade (Suelen, 16 anos).

Algumas crianças têm alegrias, outras não. Eu acho que depende do momento dela, que ela está vivendo (Daniele, 14 anos).

As práticas sociais, culturais e políticas podem colocar as crianças em situações adversas, caracterizadas pela exploração de sua força de trabalho, maus-tratos e abandono, que envolvem todo um processo histórico e social. Contraditoriamente, elas são vistas como pessoas criativas, elaboradoras de novos saberes e experiências curiosas, livres, felizes etc., ao mesmo tempo as oportunidades lhes são negadas, tanto do seu desenvolvimento humano quanto de um ambiente protetor e participativo. Em minha opinião, para garantir os seus direitos é preciso combater as contradições contidas naquelas práticas, principalmente por meio da sensibilização, informação, conscientização e diminuição da desigualdade em nossa sociedade.

2.4.2 - As juventudes e os jovens: como elas representam a si mesmas e aos outros

Para tentar apreender as representações que as jovens fazem de si próprias, de outros jovens e da categoria juventude, começo como elas definem essa última categoria. Para participantes desta pesquisa existem diferentes juventudes, cuja construção ocorre de acordo com as necessidades e as experiências cotidianas. A maioria dos discursos aponta para as complexidades que envolvem essa etapa da vida e apresenta três principais temáticas, sobre as quais discorrerei nos próximos parágrafos.

Grande parte das entrevistadas compreende que o período da juventude é repleto de desafios. Segundo elas, os jovens precisam se adequar e se adaptar a novos contextos; tomar decisões sobre os estudos, o emprego, a procriação, os pares; optar ou não pelo uso de drogas, pela vinculação a redes ilícitas ou lícitas; entre outras coisas.

O que é ser jovem? - Ser jovem é uma maneira de você se preocupar com a vida porque com tanta coisa que tem acontecido, com drogas, com bebida, com violência, ser jovem hoje é uma fase difícil. Você tem que saber com quais companhias que você anda, porque muitas das vezes pode acontecer alguma coisa com um amigo seu e você ser acusado injustamente, ou muita das vezes um amigo seu pode lhe levar para o mau caminho. Ou, às vezes, você pode estar fazendo coisa errada. Então você tem que pensar bem, porque ser jovem hoje é muito difícil, muito difícil (Cristina, 16 anos).

Ah... você começa a ter responsabilidade... Sai, tem hora para voltar...Tem a escola, tem que trabalhar...você sabe que tem a escola e não pode ficar faltando [a aula](Suelen, 16 anos).

A primeira fala traz a questão da violência e a necessidade de seleção das companhias, que tem por critério essencial a boa índole. A entrevistada vive um processo de migração precoce no qual, por um lado, há afastamento dos relacionamentos da infância e dos familiares e, por outro, a oportunidade de por meio do trabalho remunerado contribuir para o sustento do grupo familiar, viver em uma “cidade grande” e adquirir alguns bens de consumo. Esse discurso surpreende ao colocar como importante, na migração precoce, a escolha das amizades para não ser por em risco a segurança pessoal e o emprego, que garante as suas condições de subsistência.

O segundo discurso aponta para a necessidade de responder por suas ações, decisões tomadas e as dificuldades e a responsabilidade das juventudes que pertencem as camadas populares de conciliar o trabalho, o lazer e os estudos. O último é priorizado porque o mercado de trabalho atual exige dos trabalhadores a contínua formação e um nível maior de instrução, ainda que para o exercício de funções precárias. Mesmo deteriorada, a renda das jovens pode cobrir as despesas com os estudos e gastos com o lazer, no fim de semana. Contudo, a necessidade de trabalhar e o pouco tempo livre para o lazer não devem levar os jovens a abandonarem a escola.

Outra representação é da juventude como um período alegre e divertido, em que os jovens procuram quebrar a rotina: família, casa, trabalho e escola. Eles buscam novos espaços, onde encontram novas formas de socialização e sociabilidade. Entre o trabalho mal-remunerado, as atividades escolares, os conflitos familiares e as tarefas domésticas, existe um lugar para o lúdico, relacionado com as atividades de lazer.

Jovem não tem responsabilidade de casamento e nem de crianças, de filho. Ser jovem é sair. Trabalhar e estudar também, é legal (Luiza, 14 anos).

Ao contrário das crianças, de acordo com as suas possibilidades de realização, as jovens possuem alguma liberdade para as atividades de lazer. O quadro abaixo traz os principais hábitos cotidianos dessas crianças e dos jovens.

Quadro-2.1 – Principais atividades de lazer				
<i>Lazer feito na semana</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>	<i>Lazer feito no fim de semana</i>	<i>Nome</i>
<i>Assistir televisão</i>			<i>Assistir televisão</i>	
	11	Aline		Aline
	14	Daniele		Daniele
	14	Luisa		Luisa
	15	Vanessa		Vanessa
	16	Suelen		Suelen
	17	Florinda		Florinda
	17	Simone		Simone
	17	Jessica		
			<i>cinema/shopping</i>	
<i>Falar com amigos</i>				Daniele
	12	Jennifer		
	14	Luisa	<i>falar com amigos</i>	
	17	Florinda		Aline
	17	Jessica		Luisa
	17	Simone		Daniele
				Vanessa
<i>Ouvir rádio</i>	11	Aline		Suelen
	12	Jennifer		Simone
	14	Luisa		Jessica
	14	Daniele		Florinda
	15	Vanessa		
	16	Suelen	<i>namorar</i>	
	17	Simone		Jennifer
	17	Jessica		
<i>Praticar esportes</i>			<i>Ouvir rádio</i>	
	17	Simone		Aline
				Luisa
<i>usar computador</i>				Daniele
	17	Simone		Vanessa
	17	Jessica		Suelen

Quadro-2.1 – Principais atividades de lazer

<i>Lazer feito na semana</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>	<i>Lazer feito no fim de semana</i>	<i>Nome</i>
				Simone
<i>visitar parentes</i>				Jessica
	11	Aline		
	16	Cristina	<i>Usar computador</i>	
				Simone
				Jessica
			<i>Visitar parentes</i>	
				Aline
				Vanessa
				Cristina
				Jessica

Fonte: Questionário.

Durante a semana, as atividades de lazer praticadas com maior frequência são assistir televisão, ouvir rádio e conversar com os amigos. Esses são hábitos quase universais entre os jovens brasileiros. Elas realizam com menor frequência outras atividades, como utilizar o computador e visitar os parentes. Nos fins de semanas, quando há maior tempo livre, as práticas de lazer pouco se alteram. Mas diminuem as ações realizadas no âmbito doméstico relacionadas à televisão e ao rádio, aumentam as ações feitas em outros espaços, que incluem conversar com os amigos, visitar os parentes, frequentar igrejas, bares e danceterias, como também mostram as entrevistas.

Bom, geralmente, a gente sempre vai à danceteria, na sexta. No sábado, eu vou à igreja e no domingo na danceteria, no pagode (risos) (Jéssica, 17 anos).

Praticar esportes, namorar, ir ao cinema e ao *shopping* configuram-se como lazer apenas para três jovens. Tenho a hipótese de que isso ocorre devido à oposição colocada entre a feminilidade e o esporte, os estereótipos de gênero, os baixos rendimentos e os supostos altos índices de violência, motivos pelos quais os pais/responsáveis pouco as deixem sair de casa.

As reclamações das jovens entrevistadas giram em torno da falta de tempo livre devido ao trabalho e das poucas oportunidades para a satisfação de suas necessidades de lazer e diversão. Em contrapartida, grande parte dos pais/responsáveis entende que as jovens têm tempo suficiente para o descanso e lugares para a diversão. Há contradições intergeracionais

em relação ao sentido e a percepção das atividades de lazer praticadas pelas jovens, uma das responsáveis fala dessa tensão:

Eu acho que nessa idade dela, a pessoa gosta muito de sair. De 14 a 17, 18 a pessoa quer sair. Porque a Flávia [filha mais velha] também teve essa fase, agora, olha aí, ela sossegou. Eu acho que é fase da idade. Agora, é a Luiza que todo sábado quer sair com as colegas. Aí, eu falo – “até tal hora, você chega em casa”. Aí, ela chega. Então, elas gostam de sair. Antes era a Flávia, a gente não aguentava ela. A Flávia sossegou, agora é a Luiza. A gente se preocupa nessa idade, se acontece alguma coisa (Maria Aparecida, 43 anos).

Embora os pais/responsáveis não percebam a vontade de ir para a rua já se manifesta nas jovens desde a infância, como discutirei no próximo capítulo. As caminhadas e os passeios realizados pelas proximidades tornam-se mais distantes. Assim, elas frequentam outros espaços e ampliam as suas áreas de sociabilidade. As conversas informais mostram que as jovens são privadas dos espaços de lazer por causa da falta de dinheiro e do medo dos pais motivado pelo perigo da violência e da aquisição de uma reputação duvidosa.

No entendimento das jovens abrangidas por este estudo, a juventude contemporânea é atravessada pela diversidade de trajetórias individuais, por isso, a transição entre a infância e a juventude varia e segue diferentes direções. As jovens viveram uma infância sobrecarregada, em que, constantemente, os seus pais se encontravam desempregados ou subempregados. Por isso, a meu ver, elas valorizam seus pares que priorizam a família, o emprego e os estudos, como também a capacidade dos indivíduos de tomar decisões, cumprir os compromissos e lidar com os limites. Essas representações aparecem quando os entrevistados abordam sobre os jovens, os seus problemas e enfrentamentos.

Quem são os jovens de hoje? Eu vejo eles um pouco descontrolados, porque a maioria das pessoas toma atitudes erradas para chamar a atenção de alguém ou [inaudível] e acabam se dando mal (Jéssica, 17 anos).

Ah, eu nem sei o que falar. Têm uns que tem responsabilidade e têm outros que não estão nem aí (Vanessa, 15 anos).

Ah, tem jovens que são legais, mas tem jovens que são mal-educados, não respeita as pessoas, nem nada (Aline, 11 anos).

O autocontrole, a responsabilidade, a educação e o respeito pelas outras pessoas são indicados como a base para a construção dos jovens ideais. As participantes apontam para desvios de normas e comportamentos entre os jovens que, para elas, provem tanto da incapacidade das famílias de darem suporte aos jovens, de corresponder as suas necessidades de orientação e diálogo, deles terem muitos deveres e seguirem exigências; quanto do

sentimento de frustração ligado à ausência de oportunidades de obtenção de emprego e dos confrontos nas relações mantidas com os seus pares, sobretudo, os referentes às práticas de violência física e simbólica. Esses aspectos são sublinhados no momento em que as jovens tratam dos problemas da juventude.

Em sua opinião, os jovens têm problemas?- Existir eu acho que dentro de casa, na parte da família. - Que tipo de problema o jovem teria na família? – Com as coisas que fazem, na parte de serviço ou muitas obrigações dentro de casa, ou os pais questionam os filhos pelas coisas que eles fazem, às vezes tem desentendimento entre eles, não tem muito contato (Jéssica, 17 anos).

[...] a gente tenta se esforçar. A gente quer ter um emprego para não depender de pai e mãe, mas não tem oportunidade. O povo não dá [oportunidade para trabalhar]. É por isso que têm alguns jovens que se revoltam, eu acho (Luiza, 14 anos).

Eu acho que tem muito problema de preconceito. Tem preconceito porque você é baixinho, porque é diferente. Mexem com você porque você é gordinho, porque é negro. Tem muito disso. Às vezes, tem confusão, briga, por causa disso. Eu sei, eu já sofri muito com isso (Florinda, 17 anos).

Grande parte dos pais/responsáveis segue valores familiares tradicionais, eles veem como principais causas dos problemas que afetam as juventudes a perda de controle da instituição familiar e a influência de outras esferas e grupos na construção da identidade dos jovens.

Ah, a juventude está difícil, as drogas estão por aí, em cada esquina! Esses tipos de músicas, de roupas, de balada que aparecem, só levam os jovens para o mau caminho. Sexo liberado, essas coisas que aparecem na tevê. Antigamente, você não via numa novela um adolescente beijando o outro. [...] Eu acho que as coisas só tendem a piorar. Ah, não ser quem está bem estruturado dentro de casa, que tem uma cabeça bem feita. Você não viu aquela reportagem [propaganda], que está passando na televisão agora? Que a menina chega com o namorado, fala que ele vai dormir lá e a mãe fala: ”- a camisinha, cuida bem da minha filha”. Meu filho até comentou isso comigo. Então está tudo liberado, tudo normal. E os filhos veem aquilo e acham que está normal (Cícera, 34 anos).

Segundo esses pais/responsáveis, os problemas juvenis resultam de uma ruptura de valores, que pode levar os jovens às condutas de riscos. As mudanças sociais conferem preocupação, principalmente, quanto ao uso de entorpecentes e ao comportamento sexual dos jovens. O uso de drogas ilegais é associado ao estilo de vida, aos hábitos de se vestir, às preferências de lazer na música e na dança. A semelhança das jovens entrevistadas, para os pais/responsáveis o consumo daquelas drogas é uma questão moral e os jovens podem aprender a ser drogados.

Discursos semelhantes estabelecem associações entre as mudanças sociais, a exposição aos estímulos sexuais e comportamentos inadequados. Para os pais/responsáveis os meios de comunicação emitem mensagens que banalizam as condutas sexuais. Com pensamentos negativos que relacionam a sexualidade a tabus e aprovam a repressão sexual²⁰, uma parte dos pais/responsáveis tem dificuldade de falar de sexo e namoro com as jovens.

Em uma de minhas visitas à família de Luiza, a sua mãe chamou-me no canto, contou-me indignada que a jovem estava a namorar escondido há quase oito meses. As outras filhas e todas as suas sobrinhas sabiam, inclusive, a sua neta de quatro anos. Segundo dona Maria Aparecida, o seu esposo procurara saber sobre o rapaz e “as suas pretensões”. Em outra ocasião, o pai da mesma jovem comentou o seguinte: “Ano que vem, a gente vai mudar de casa, alugar uma casa menor. A Luiza vai casar no ano que vem, para que morar numa casona dessa? No começo do ano, eu vou para Ibitinga, comprar as coisas para ela montar o enxoval [...]”. Em nenhum momento, Luiza falou que queria se casar, ato que ela considera “coisa séria” e “para adulto”. Mas, o seu pai pareceu querer ressaltar que ele não era indiferente ao comportamento de sua filha (excerto de nota de campo, 16 de fevereiro de 2008).

Outra parte dos pais/responsáveis critica o comportamento sexual das jovens e percebe a escola como o local de discussão sobre a sexualidade e a gravidez precoce.

Como a senhora vê as jovens? - Dá impressão que as meninas, elas estão terríveis [risos]. Assim, no meu tempo não era igual hoje. Hoje, as meninas novinhas têm bebê. Hoje em dia, tem informação, a escola ensina [prevenir a gravidez] e mesmo assim parece que não adianta saber de tanta coisa (Geni, 31 anos).

Os pais/responsáveis demonstram preocupação com a gravidez precoce. Em minha opinião, tal preocupação está relacionada ao fato de que, majoritariamente, os cuidados com a fecundidade e a responsabilidade pela criança caírem sobre a jovem mãe, como demonstram pesquisas (HEILBORN, 2002), o que a torna mais vulnerável ao abandono escolar e ao desemprego.

Parte das jovens participantes também tece críticas ao comportamento sexual juvenil, sobretudo, aquele pautado na ausência de sentimentos e de continuidade das relações afetivas, às frequentes relações instáveis. As entrevistadas submetem a sexualidade à moralidade, pois

²⁰ Lembro que metade das jovens participantes dessa pesquisa se autodeclaram evangélicas. Algo semelhante ocorre com os pais/responsáveis, que discursam sobre a sexualidade de acordo com as suas regras religiosas.

os aspectos mais criticados são aqueles que, para elas, são característicos das meninas e das moças “namoradeiras” e pouco policiadas.

Muitas meninas não são família. Elas só querem aproveitar. Querem aparecer, só querem “ficar”, cada dia com um cara diferente, “pegação”²¹. As meninas não se preocupam em formar uma família (Florinda, 17 anos).

Qual a sua opinião sobre as jovens? Ah, vulgar. Pessoas que se acham todas poderosas. Acha que pode fazer tudo o que quer (Daniele, 14 anos).

Uma parcela das entrevistadas censura as outras jovens que “ficam” ou “pegam” várias pessoas, outra parte discrimina aquelas que percebem o próprio corpo como uma possibilidade de troca, um meio favorecedor de atração física e sexual. As censuras e as discriminações retratam posições morais e relações de gênero tradicionais, pois o ponto questionado em ambas as situações é a iniciativa feminina e a tomada de uma conduta sexual considerada agressiva e um atributo masculino.

Para as jovens abrangidas por esta pesquisa, não apenas a sexualidade como a própria ideia de masculinidade estão próximas à natureza. Daí, muitos rapazes excederem os limites, apresentarem maior propensão a se envolver em brigas, bebidas, violências e desrespeitar os mais velhos. A masculinidade também pressupõe gostar mais das farras, das brincadeiras e possuir maior liberdade do que as mulheres para colocar em prática seus modos de pensar e agir diante das situações.

Entretanto, esses aspectos entendidos como instrumentos de afirmação da masculinidade, podem ser vistos de forma negativa e em oposição à feminilidade, cuja a visão é da mulher forte, que luta pela sobrevivência associada a uma *forma feminina* de ver e estar no mundo baseada na sutileza, ingenuidade e beleza, como mostram os discursos seguintes:

Eu vejo da seguinte maneira: eu acho que os homens já não pensam tanto no futuro, eles querem mais curtir a vida, os momentos deles. Agora, as mulheres já pensam no futuro delas, que nem tudo é curtidão, que tudo passa e a gente fica (Jéssica, 17 anos).

Eles são... mais revoltadinhos. Tem a hora deles estudarem... de brincarem, tudo. Mas, um não pode olhar um pouco para o outro, já quer caçar briga. Outros estão mexendo com drogas, bebidas... não respeita pai e mãe. Ah, tem umas [jovens] que estão preocupadas... assim com namoro. Outras têm um cabelo assim [cacheado] e não gosta, “- ah eu queria ter cabelo liso...” Umas são gordinhas, vê uma magrinha

²¹ As jovens entendem por “pegação” o encontro eventual, não repetível, que envolve desde o beijo até o ato sexual. O “ficar” refere-se ao relacionamento em que existe um conhecimento anterior entre os parceiros.

“– ah eu queria ser magrinha...” Elas tão...assim... numa fase que elas tentam uma coisa, experimentam outra (Suelen, 16 anos).

A maioria dos discursos apresenta rotulações que caracterizam as identidades sociais, por meio da combinação de estereótipos de gênero, em que os rapazes e as moças são representados pelos binômios: irresponsável/responsável, indisciplina/disciplina, destemor/curiosidade.

Tenho a hipótese de que, em meio aos binômios, uma parcela menor dos discursos denota certa crítica velada. Para uma parcela das entrevistadas, essa construção de masculinidade faz com que parte dos rapazes não desenvolva o senso de responsabilidade, nem aceite a rotina e a monotonia de alguns empregos. Suponho que essas posturas atribuídas aos rapazes indicam a existência de baixas expectativas deles trabalharem no mercado formal, com remuneração suficiente para garantir o seu próprio sustento ou auxiliar na manutenção do grupo familiar, como também a maior carga de responsabilidades por elas recebidas.

Ah, eles não querem nada com nada. Eles... quando arrumam um bico, arruma hoje, daqui a pouco sai. Tem que ver se o serviço é bom, que isso de arrumar e não ficar [no serviço] é chato (Florinda, 17 anos).

Existe associação entre masculinidade e chefia familiar, como os rapazes parentes ou agregados das jovens têm menor participação no sistema produtivo e nos rendimentos familiares, elas tecem comentários desfavoráveis a respeito da pouca cooperação deles nos serviços domésticos, no sustento do grupo familiar e ao maior privilégio nos momentos de lazer e na vida social. As jovens questionam o fato de, em comparação com os seus irmãos e outras figuras masculinas do seu grupo doméstico, dedicarem mais horas diárias à realização das tarefas domésticas; geralmente, contribuírem em maior quantidade para o orçamento familiar e terem menor tempo disponível e despendido com o lazer.

A partir de suas experiências cotidianas, uma parcela das entrevistadas compreende que, como elas, os outros jovens apresentam uma identidade plural, construída por meio da curiosidade e da necessidade de se buscar novas referências, experiências diferentes e autoconhecimento. Para Jennifer, como os demais indivíduos, as jovens assumem distintas identidades em diferentes contextos e momentos históricos. Aline assinala a forma autoritária e agressiva com que alguns delas se dirigem às crianças, reproduzindo relações de força e poder.

Ah, acho que tem umas [jovens] com foguinho (risos), uma que é séria, outra que não quer saber de bagunça, outra que gosta de farra (Jennifer, 12 anos).

Ah, posso dizer que sou uma jovem, também estou na fase de experimentar as coisas. De conhecer um pouco. Mas, tudo dentro do seu limite (Suelen, 16 anos).

... Metidas! Elas querem se achar. Agora nas crianças, elas gostam de bater, maltratar, brigar (Aline, 11 anos).

Para as demais entrevistadas, aparentemente, existe um nó tanto nas relações das jovens com os seus irmãos e outros rapazes com os quais convivem no grupo doméstico quanto nas relações com outros grupos de pares, devido às questões do trabalho, da sexualidade, dos serviços domésticos, dos papéis de gênero, do lazer entre outras. Assim, ao tratar da juventude elas mencionam a descontinuidade identitária e demonstram a vontade de contrastar as suas experiências com as vivenciadas por outros grupos de pares. Elas se classificam enquanto pessoas ligadas aos valores familiares tradicionais, que aprenderam a ter limites, cumprir os seus deveres e negociar, estão em condição desfavorecida, mas rejeitam outros jovens vinculados às representações sociais polêmicas.

E quem é você nessa juventude? – Uma pessoa em extinção, uma pessoa que procura entender todo mundo. Eu tento me colocar no meu lugar, eu tenho o meu limite (Daniele, 14 anos)

Este discurso sugere que a construção de representações negativas e a desqualificação dos outros jovens, por meio de rótulos, estigmas, imagens pautadas na desocupação, no insucesso escolar, na vulnerabilidade familiar, na violência, que restringem o reconhecimento dos indivíduos minoritários.

No geral, os discursos pronunciados pelas crianças, jovens, pais/responsáveis e empregadoras do universo desta pesquisa expressam ambiguidades. Ora eles falam das infâncias/crianças reais, ora imaginadas; ora eles tratam das juventudes/jovens reais, ora de jovens ideais. A meu ver, tais ambiguidades não são negativas, elas demonstram os conflitos, os antagonismos, as rupturas, as negociações, as pluralidades que marcam os processos de construção e desconstrução das infâncias e das juventudes brasileiras.

Capítulo III

Crianças e jovens: construção de identidades e papéis de gênero



Até meados dos anos 1960, os estudos acadêmicos sobre as infâncias e as crianças focalizavam a educação formal, a sua inserção nas várias formas de produção e a relação entre perigo moral e físico e a criminalidade e as pesquisas a respeito da juventude e dos jovens centravam-se nas temáticas das crises de valores e dos conflitos intergeracionais.

Havia uma lacuna referente à temática da produção e da reprodução das desigualdades e hierarquias sexuais, entre os meninos e as meninas e as moças e os rapazes. Tal lacuna começa a ser preenchida em meados dos anos 1970 com os primeiros debates sobre as padronizações de comportamento, que originam estereótipos culturais e resultam no desenvolvimento das desigualdades nos papéis masculinos e femininos. Esses estudos consideram que as meninas e os meninos, moças e rapazes apenas reproduzem passivamente os costumes, as crenças, os valores, os pensamentos, os comportamentos e tudo aquilo que lhes era ensinado a respeito de cada sexo.

A formulação de novas abordagens teóricas e o entendimento das crianças e dos jovens como agentes sociais, produtores e reprodutores dos valores culturais levaram à investigação das construções das relações de gênero, suas variáveis situacionais e comportamentais na infância e na juventude e as possíveis permanências e mudanças dessas relações em respostas a novos modelos e normais sociais.

Na tentativa de uma compreensão melhor das relações de gênero, nos próximos parágrafos apresento o percurso histórico dos movimentos sociais feministas, as dificuldades, os avanços, e as discussões teóricas que, posteriormente, os constituíram em um campo acadêmico.

3.1 - Fragmentos históricos e teóricos dos estudos feministas/de gênero

As manifestações que se iniciam no final do século XVIII, ficam conhecidas como a primeira onda dos movimentos feministas. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, surgem organizações dirigidas por mulheres e alguns homens pertencentes à aristocracia e às camadas médias, que questionam os papéis femininos. Essas organizações publicam panfletos e realizam passeatas pela exigência do “sufrágio universal”, a igualdade de direito à participação política, ao voto, à escolarização, entre outros para ambos os sexos (OLIVEIRA, 2007).

Nessa primeira fase dos movimentos feministas, as reivindicações dizem respeito a assuntos variados, conforme as necessidades e os costumes locais. Na França, através de manifestações e comícios, parte das mulheres das camadas populares reivindica melhores condições e direitos de trabalho iguais aos homens. Para ganhar apoio da sociedade e aumentar o número das participantes, algumas delas alegam que as suas ações estão voltadas para o bem-estar da família. Entretanto, essas justificativas não são admitidas pelas autoridades locais, estas retiram ou diminuem os poucos direitos e as garantias possuídos pelas mulheres (OLIVEIRA, 2007).

Em meados dos anos 1820, parte das mulheres da França e da Inglaterra retoma os atos públicos e avoca para si o direito ao divórcio, o uso de roupas semelhantes às dos homens, a receber o próprio salário etc. O intercâmbio dessas mulheres com outras residentes na Alemanha e nos Estados Unidos promove a circulação e o fortalecimento das informações e ideais feministas de igualdade. Novas organizações são fundadas, entre outras propostas, elas defendem o reconhecimento de novas formas de configuração familiar e a divisão igualitária do trabalho. Apontadas como radicais, essas organizações sofrem fragmentações que resultam na retomada de ações e posições mais moderadas (OLIVEIRA, 2007).

No final do século XIX, as mulheres pertencentes às camadas médias, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos reivindicam o direito feminino à administração dos seus bens pessoais e à participação política. Na Alemanha, as mulheres pertencentes às camadas populares lutam por mais empregos e pela expansão do sistema escolar. A existência de interesses e objetivos diferentes cria uma divisão simbólica entre as feministas, com adesões e rejeições em que o primeiro grupo defende um feminismo radical enquanto o segundo defende um feminismo moderado (OLIVEIRA, 2007).

O reconhecimento dos direitos das mulheres ocorre lentamente, entre 40 e 150 anos depois das primeiras manifestações, alguns estados passam a atuar no sentido de elaborar leis

e políticas que garantam aquelas reivindicações e a igualdade dos direitos. Em um momento histórico de transformações culturais e políticas, a partir das primeiras correntes feministas que defendiam a equidade dos gêneros, surgem estudos acadêmicos que debatem sobre a diferenciação biológica entre os sexos enquanto justificativa para a hierarquia de um sexo em relação ao outro e sugerem outros arranjos na sociedade.

Esses estudos são conhecidos como corrente igualitária e têm entre os seus principais expoentes a escritora Simone de Beauvoir. Com base nesta linha teórica, no livro *O segundo sexo*, publicado originalmente em 1949, essa autora se propõe a analisar os mecanismos culturais que tornam a mulher submissa ao homem. Ela entende que

[...] a hierarquia dos sexos manifesta-se a ela [mulher] primeiramente na experiência familiar; compreende pouco a pouco que, se a autoridade do pai não é a que se faz sentir mais cotidianamente, é, entretanto a mais soberana; reveste ainda de mais brilho pelo fato de não ser vulgarizada; mesmo se, na realidade é a mulher que reina soberanamente em casa, tem ela, em geral, a habilidade de pôr a frente à vontade do pai, nos momentos importantes é em nome dele que ela exige, recompensa ou pune. (BEAUVOIR, 1980, p. 28).

Essa construção do ser mulher, ser feminino pauta-se nos valores patriarcais transmitidos pela educação centrada nos referenciais masculinos. As pressões sociais, a atribuição de papéis e a expectativa parental são os elementos determinantes da formação da noção subjetiva da identidade da mulher, que se manifesta, principalmente com e sobre o corpo sexuado (BEAUVOIR, 1980).

Nesta perspectiva, o corpo adquire um caráter cultural, o que ocorre por meio da associação direta entre os aspectos físicos e as funções sociais. A menstruação, a gravidez, o parto seriam processos dolorosos, mas desejados porque a identidade feminina é assentada, sobretudo, no papel de mãe. Esta função social envolve a reprodução da espécie, por isso, a mulher deveria se centrar no casamento e na maternidade. Esses ideais sobre o papel feminino de mãe e cuidadora perpassam a religião, a mitologia, a literatura, a música, as profissões etc. Eles legitimam ideias e práticas culturais que variam no tempo e no espaço e, geralmente, produzem relações de poder (BEAUVOIR, 1980).

As pressões realizadas pelo movimento feminista da linha igualitarista e suas reivindicações por igualdade no casamento e na família incentivam a criação de jardins de infância, escolas, hospitais, bibliotecas e parques infantis. Aos poucos, em uma sociedade em processo de mudança, surgem oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres de diferentes camadas sociais (OLIVEIRA, 2007).

No período entre guerras, devido à ausência dos homens que se encontram nos campos de batalhas e/ou às necessidades financeiras, as mulheres das camadas médias e altas passam

a exercer profissões, antes tradicionalmente masculinas. Elas executam tarefas e funções semelhantes às desempenhadas pelos homens sem, contudo, usufruírem da equiparação salarial (OLIVEIRA, 2007).

Com o fim da II Guerra Mundial, cria-se a expectativa de que as mulheres retomariam as suas funções tradicionais: casar, procriar e educar os seus filhos. A imprensa e as autoridades de diversas localidades assumem os papéis de formadores da opinião pública, divulgadores de imagens e ideologias que valorizam a figura feminina cuidadora das crianças e do lar.

Essas divulgações não impedem as mulheres de organizarem manifestações contra as discriminações no âmbito do trabalho e a favor do controle de natalidade, do planejamento familiar e das mudanças nas leis dos casamentos civis. Com base na corrente igualitária, as feministas negam a desigualdade dos sexos, buscam retirar as mulheres da invisibilidade. Para tanto, num segundo momento passam a questionar a importância da maternidade para as mulheres e o seu possível caráter relacional, quer dizer, a maternidade vinculada diretamente à paternidade e a interdependência de ambas as funções na condução da vida familiar (OLIVEIRA, 2007; BICALHO, 2002).

Para parte dos debatedores feministas de orientação marxista a subordinação das mulheres está vinculada às políticas adotadas pelo estado, que ao visar a acumulação se opõe à igualdade, institucionaliza as tarefas e as funções desempenhadas pelas mulheres e determina as suas posições na sociedade. Outra parte compreende que o desenvolvimento do capitalismo alterou as relações familiares através da monogamia, que possibilitou a instauração do direito de propriedade e as relações do trabalho por meio da acumulação de capitais, exploração do trabalhador e divisão sexual. Assim, traçam um paralelo entre o sistema produtivo e as relações de reprodução e divisão social e sexual do trabalho.

Esses pesquisadores entendem que aos poucos, o âmbito privado/doméstico perdeu importância na vida econômica. Houve valorização das atividades políticas, religiosas, militares e outras realizadas, preferencialmente, pelos homens na esfera pública enquanto as questões reprodutivas (trabalho doméstico, procriação e cuidado com as crianças) foram explícita ou implicitamente naturalizadas como uma obrigação feminina.

O patriarcado é apontado como um importante instrumento da dominação feminina porque a coloca na posição de ajudante/auxiliar/complementação do homem. Esse pensamento reflete na vida profissional por meio de segregações e da construção de estereótipos funcionais, ou seja, atividades masculinas e femininas. Como consequência, durante muitas décadas as mulheres foram excluídas do mercado de trabalho ou tiveram as

funções/tarefas desempenhadas vistas como secundárias (SAFFIOTI, 1978; BLAY, 1972; HIRATA e KERGOAT, 2007).

As teorias marxistas recebem uma série de críticas por colocarem o trabalho como o elemento fundamental da formação da identidade, inclusive da feminina; estenderem as condições de subordinação e opressão a todas as mulheres; pautarem-se em padrões de normalização da heterossexualidade e acreditarem que os problemas femininos seriam solucionados com a implantação do sistema socialista, uma sociedade mais igualitária. Alanen (2001, p. 74) assinala que

No caso dos Estudos Feministas, a nova perspectiva iniciou-se com a dupla tarefa de (1) preencher as lacunas observadas no saber existente, e (2) revisar este saber em busca de seus preconceitos e de suas distorções. Também era necessário estudar questões inteiramente novas, refletindo um leque de interesses das mulheres, negligenciados por muito tempo, tais como o trabalho doméstico, o parto, a maternagem, o incesto, o aborto, o estupro, a agressão conjugal, a heterossexualidade, o assédio sexual, a pornografia e a igualdade de direitos. Uma quantidade de assuntos da corrente principal, tais como trabalho (remunerado), poder, participação política, modernização ou estrutura de classe também precisavam ser reexaminados porque faltava neles participação das mulheres, por sua vez, esse reexame levou a reinterpretar especialmente ali onde novos achados empíricos não se ajustavam às molduras e às teorias analíticas existentes.

As críticas à corrente feminista marxista problematizam e trazem à tona novas análises das condições de trabalho e o desemprego, como também investigações que tratam do trabalho produtivo e reprodutivo. Essas investigações se iniciam em meados dos anos 1960, abordam o acesso feminino ao mercado de trabalho formal e informal, discutem as atividades remuneradas feitas em domicílio, o emprego doméstico e as dificuldades da conciliação entre as atividades remuneradas, o casamento, as tarefas domésticas e a maternidade.

Dentro das questões de classes e produção, as pesquisas atuais analisam a organização, a distribuição, os deslocamentos e as rupturas do trabalho (remunerado) por sexo e as suas variações no tempo e no espaço como também do trabalho doméstico (não remunerado). Essa abordagem permite a conscientização e o reconhecimento das atividades reprodutivas enquanto uma forma de trabalho, ela abre espaço para o debate da temática da família, dos conceitos de mobilidade social e produtividade e gera novas análises sobre as relações de serviços e o papel das mulheres na produção (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A partir dos anos 1960, as ciências sociais iniciam a ruptura com a análise dos processos históricos como lineares e previsíveis. No lugar das grandes teorias universais surgem teorias relativistas das experiências humanas, que tratam dos processos de diferenciação e da construção das identidades. Essas novas abordagens buscam compreender os questionamentos dos movimentos sociais em suas mais variadas formas de manifestações,

que incluíam as mulheres, os negros, os homossexuais, os estudantes, entre outros grupos (SCAVONE, 2008).

Os estudos feministas acadêmicos dos anos 1970 entendem que nos processos formativos da identidade de gênero são relevantes os procedimentos de diferenciação, a sua vinculação à biologia e à cultura, formulações e reformulações em diferentes contextos histórico-sociais. Eles emprestam da literatura o termo gênero e realizam a distinção entre este e sexo, em que o primeiro termo refere-se às construções sociais dos papéis femininos e masculinos dentro de uma cultura e, o segundo, às diferenças biológicas entre os indivíduos (HARAWAY, 2004).

Os pressupostos teóricos da dissociação entre sexo e gênero ao mesmo tempo desconstroem as atitudes, os valores, as crenças e os comportamentos atribuídos às mulheres e aos homens e valorizam as diferenças entre eles. Em alguns momentos históricos, essas diferenças foram utilizadas como justificativas para os vetos às solicitações políticas pró-igualdade na educação, no trabalho, na política etc. Os pesquisadores feministas percebem essa lacuna, rompem com as dicotomias e passam a tratar das igualdades entre os homens e as mulheres.

A utilidade tática corrente da distinção sexo/gênero nas ciências da vida e nas ciências sociais tem tido consequências importantes para boa parte da teoria feminista, vinculando-a a um paradigma liberal e funcionalista, apesar dos repetidos esforços para transcender esses limites através de um conceito de gênero inteiramente politizado e historicizado. Parcialmente, o problema está em não historicizar e relativizar o sexo e as raízes histórico-epistemológicas da lógica da análise implícita na distinção sexo/gênero e em cada unidade de par. (HARAWAY, 2004, p. 221).

Na sequência surgem investigações que enfatizam as diferenças entre os sexos, outras que assinalam as igualdades entre o homem e a mulher. Dentro desse processo de diferenciação e igualação o termo mulher reaparece no âmbito acadêmico pluralizado por meio da incorporação de outras categorias como etnia/raça, geração e idade. Essa incorporação busca ampliar a capacidade analítica do conceito de gênero. Nessa perspectiva, Nicholson (2000, p. 13) observa que a

assunção de que tudo o que há em comum entre as mulheres devido ao sexo gera tudo o que há em comum entre elas em termos de gênero explica a tendência a se pensar o gênero como representativo do que as mulheres e os aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente.

Críticas ao bipolarismo biologia/cultura e a distinção entre sexo e gênero são levantadas a partir da observação de que as experiências, os significados e os comportamentos sexuais atribuídos por uma sociedade como adequados a cada sexo podem ser ressignificados pelos indivíduos. Uma parte dos estudos de gênero traz questionamentos e avaliações do

papel do consciente no processo de construção e desconstrução das relações de gênero. Eles abordam como por meio de discursos o gênero constitui a identidade sexual.

E o que é, afinal? O 'sexo'? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais 'fatos' para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25).

Butler (2003) através da revisão dos pressupostos conceituais sugere que a identidade sexual pode ser carregada de representações, volátil, contraditória, mutável, logo, construída socialmente. Nesse sentido, consiste um equívoco a separação entre o sexo e o gênero. Ambos estão diretamente relacionados são construídos por meio de discursos, modificados e adaptados de acordo com os interesses e as necessidades do contexto.

Os mitos femininos implícitos nos discursos científicos e na linguagem são revistos pela corrente feminista da identidade. Esta pautada no pós-estruturalismo enfatiza as contradições e as relações de poder imbricadas nas relações cotidianas. Por meio da combinação dos elementos da linguística e do pós-estruturalismo, a historiadora Joan Scott (1990) sugere a utilização da categoria gênero como ferramenta analítica.

Na concepção desta autora, gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significância às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14), pela oposição bipolar entre masculino e feminino. Enquanto elemento histórico, ele é mutável, suas manifestações se alteram no tempo, no espaço e em diversas direções. Transversal, reproduzido em todas as esferas sociais: família, sistema escolar, meio de comunicação, religião, entre outras. Relacional, não se refere aos homens e às mulheres isoladamente, e sim às relações sociais que os envolvem, às complexidades e aos conflitos entre o que é *ser mulher* e *ser homem*.

Scott (1990) distingue nas relações de gênero quatro elementos principais: as dimensões simbólicas, os conceitos normativos, os aspectos políticos e a identidade subjetiva. O primeiro se refere às representações, que podem ser contraditórias, conflitantes ou de acordo com os valores sociais; o segundo está presente nos princípios educativos, religiosos, acadêmicos, políticos e jurídicos; o terceiro se relaciona à divulgação e reafirmação dos

conceitos normativos, intensificando as relações hierárquicas entre os gêneros; e o quarto diz respeito às construções, desconstruções e transformações individuais das identidades.

Para Scott (1998, p. 115), o gênero “não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e tudo que constitui as relações sociais”. Essa autora trabalha com as perspectivas relacional e estrutural, que demonstram o caráter histórico e as transformações das concepções de feminino e masculino.

Como é passível de observação grande parte das discussões teóricas a respeito das relações de gênero analisam os adultos e os jovens adultos. Há poucos estudos que tratam das dinâmicas de gênero entre as crianças e os adolescentes, menos ainda sobre as relações de gênero no trabalho doméstico. Nesta pesquisa, utilizarei a concepção de gênero formulada por Scott (1990), trabalharei com os aspectos histórico, relacional, hierárquico e de poder dessa categoria, para analisar as representações, as práticas e a constituição da identidade de gênero nas relações familiares.

3.2 - A construção das identidades femininas e masculinas em crianças e jovens brasileiros

A formação da identidade de gênero é um processo contínuo ao longo das etapas da vida dos indivíduos. Em diferentes tempos e espaços, as representações e as expectativas de gênero impõem referências e modelos para a formação de meninos e meninas, rapazes e moças por meio das regras e papéis estabelecidos para cada sexo.

A percepção da identidade de gênero se inicia pelo processo de socialização realizado pelos pais/responsáveis, escola e grupos de pares. Este processo ocorre desde o momento do nascimento, melhor, antes mesmo. Uma das primeiras perguntas realizadas pelos e aos pais/responsáveis é qual o sexo biológico da criança, já que esse determinará o nome e, provavelmente, a cor do enxoval, a decoração do quarto etc.

[...] logo ao nascimento, meninos e meninas têm os seus corpos lidos e significados são atribuídos a eles; as diferenças biológicas expressas por seus órgãos sexuais externos e o enquadramento daí derivado vão marcar suas vidas permanentemente. Daí decorre que o corpo seria a primeira forma de distinção social, derivando e marcando todas as outras construções. [...] o gênero não é um produto acabado ao nascimento. Ele extrapola as identidades que vão sendo experimentadas/sentidas pelos sujeitos, porque as instituições sociais também expressam relações de gênero que podem entrar em conflito ou contradição com as subjetividades. (SAYÃO, 2003, p. 71-72).

Em *Educar para a submissão*, a educadora italiana Elena Bellotti analisa as relações de gênero na infância a partir das observações das exigências feitas, dos comportamentos esperados, das maneiras distintas como os adultos tratam as meninas e os meninos, pelo simples fato de pertencerem a um ou ao outro sexo. Assim, desde a tenra idade são estruturadas bases da diferenciação do sexo e do gênero.

Preocupados com a possibilidade de perda das referências de gênero, os pais ou responsáveis autorizam, legitimam, corrigem e repreendem os comportamentos *inadequados* das crianças. Embora existam brinquedos tanto para as meninas quanto para os meninos, comumente elas são presenteadas com aqueles relacionados às atividades maternas, aos serviços domésticos e aos cuidados e eles ganham os relacionados à movimentação, à investigação e ao imaginário (BELLOTTI, 1975).

Entre os três e os quatro anos as crianças já se apropriaram dos comportamentos definidos para cada gênero, o feminino na menina e o masculino no menino, concedidos como elementos diferenciadores. Nessa fase, há grande cobrança em torno da postura corporal da menina, “já [que ela] está em condições de compreender a linguagem dos adultos, atulhada de infinitos preceitos sobre o que deve fazer e o que não deve fazer” (BELLOTTI, 1975, p. 57).

Em várias sociedades, a feminilidade e a masculinidade são marcadas pelo corpo expressado, respectivamente, pelos movimentos delicados, discretos, pela subordinação e pela agressividade, capacidade de domínio e mando. Mais tarde, outras experiências tornam visíveis para as crianças o funcionamento de vários atributos definidores de masculinidade e feminilidade. Por sua vez, as crianças podem adotar as falas, os gestos, as posturas, as maneiras de caminhar, de sentar, de vestir-se, as atividades e funções estabelecidas para o seu sexo.

O trabalho de construção do simbólico, da transformação corpórea e das mentalidades, por meio da socialização impõe limites aos corpos, diferencia-os e exclui tudo o que *caracteriza e pertence* ao outro sexo, objetivando produzir o “que é um homem viril ou uma mulher feminina” (BOURDIEU, 1995, p. 33).

Nos cérebros as incorporações de esquemas inconscientes de percepção produzem concepções antagônicas, como *habitus* viril sem traços femininos; ou feminino e sem traços masculinos. Nesse processo, a identidade feminina constrói uma aliança com a identidade masculina, pautada no conhecimento e reconhecimento dos limites dos papéis e das funções de cada um, o que se constitui num obstáculo à possibilidade de transgressão. Por isso, no entendimento de Bourdieu (1995) o sexismo é a forma de essencialismo mais difícil de ser eliminada.

Geralmente, as mulheres ficam incumbidas de funções vistas como leves, rotineiras, ligadas ao cuidado e, praticamente, uma extensão dos trabalhos domésticos feitos em prol do grupo familiar; enquanto os homens exercem cargos que exigem força física e ocupam a maioria dos cargos de liderança e supervisão em diferentes setores. Há uma tendência a naturalização do corpo biológico para o trabalho. Nesse sentido, aquelas funções estão baseadas nos princípios de uma visão mítica do mundo, segundo a qual os sexos biológicos se adaptam. Toda essa visão mítica legitima a ordem social, incluindo a organização simbólica do trabalho (BOURDIEU, 1995).

Além da família, outras esferas sociais integram os processos das identidades de gênero e sexuais. A escola por meio de estratégias, da organização de atividades, das conversas informais tende a manifestar e reforçar os estereótipos de gênero. Neste local, os espaços são limitados, designa-se o lugar das crianças pequenas e das grandes, das meninas e dos meninos, busca impor-se uma norma linguística determinada e controlar o comportamento sexual dos alunos. Estes são mecanismos de classificação e hierarquização que produzem e reproduzem corpos dessexualizados e disciplinados (LOURO, 1999).

Geralmente, para diretores, professores, funcionários e alunos existem diferenças naturais entre meninos e meninas no que se refere à aprendizagem e ao comportamento. Nesse sentido, esperam-se comportamentos diferenciados para ambos os sexos, práticas agressivas e provocações que podem ser aceitos como comportamentos naturais para os meninos, mas condenados para as meninas (LOURO, 1999).

Se um menino não gosta de esportes e prefere participar das atividades consideradas adequadas e dirigidas às meninas e se uma menina gosta de jogar futebol ou andar com os meninos, ambos podem ter suas preferências não aceitas por parte do professorado, dos funcionários e dos seus pares. Tal rejeição pode se manifestar por meio de separação entre os grupos sexuais, reprovações verbais, enquadramentos, silêncio (CRUZ, 1998).

A escola orienta a sociabilidade de gênero segundo os padrões da matriz heterossexual, facilmente confundida como a identidade sexual e de gênero *normal*. Educadores e funcionários procuram conciliar a sua formação com as necessidades das crianças e jovens e os valores dos pais/responsáveis (SAYÃO, 2003). Além disso, parte da teoria e dos materiais didáticos reproduz os estereótipos de gênero, reforça os preconceitos e a hierarquia de um sexo sobre o outro.

Na educação infantil brasileira, as crianças se agregam e são agregadas em espaços e grupos organizados de acordo com o sexo e a idade. Elas tendem a valorizar o seu próprio grupo sexual e subvalorizar o outro. Parte das meninas elabora atividades consideradas como

femininas, como brincar de casinha e de boneca enquanto a maioria dos meninos monta jogos e inventa atividades e brincadeiras que exigem movimentação (SAYÃO, 2003)²².

Porém, não é a todo o momento que as crianças reproduzem as expectativas de gênero dos adultos e dos seus pares. Em sua pesquisa sobre relações de gênero na educação infantil, Cruz (1998) analisa as relações das crianças com os seus pares e com os adultos. Ela constata que, a despeito da intimidação por parte dos seus colegas e dos comportamentos presenciados no cotidiano, durante as brincadeiras algumas crianças apresentam novas percepções e estabelecem relações diferentes, como, por exemplo, um menino que durante a brincadeira quis cuidar do bebê e carregá-lo juntamente com a bolsa, sob os protestos da menina.

As relações e as identidades de gênero constroem-se em diferentes esferas através das interações cotidianas das pessoas. A todo o momento, as crianças e os jovens de ambos os sexos recebem estímulos diretos e indiretos que buscam reafirmar as diferenças de gênero e, ao mesmo tempo, podem estimular a manutenção de preconceitos e justificar as desigualdades de direitos. Contudo, as referidas relações e identidades são flexíveis e variadas, portanto, dentro de certos limites podem ser negociadas.

[...] as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento- seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1999, p. 26-27)

Dessa maneira, apesar das crianças e jovens estabelecerem relações de gênero distanciadas, diferenciadas, equivocadas e determinantes do lugar e dos papéis que cada sexo deve ocupar na sociedade, existe a possibilidade da diminuição das desigualdades de gênero por meio do esclarecimento para as pessoas e da construção de projetos e leis voltados para as questões da mulher, das crianças, dos jovens e da família.

As formações das identidades de gênero são complexas, para analisá-las entre as crianças e os jovens preciso observar a auto imagem que eles constroem a partir dos contextos socioculturais, das instruções, orientações recebidas dos adultos e dos seus pares. Assim, discutirei as relações de gênero, as concepções de identidades e dos papéis sexuais e sociais que se formam no âmbito familiar, focando, sobretudo, a divisão das tarefas domésticas.

22 Sayão (2003) traz as constatações de sua pesquisa sobre gênero na infância, realizada com crianças da educação infantil, com idade entre 4 e 5 anos.

3.3 - As representações dos papéis masculinos e femininos em relação ao trabalho doméstico

É consenso que na contemporaneidade o ingresso no mercado de trabalho e o maior acesso à escolaridade das mulheres são aspectos importantes para a redefinição dos seus papéis na família e na sociedade (ROMANELLI, 1995). Como discutido no capítulo I, o conceito de família varia de acordo com o contexto social e cultural, tal variedade tem sido reduzida à ideia da normalidade do modelo nuclear adotado como padrão e privilegiado no imaginário popular (SINGLY, 2007).

No modelo nuclear, os membros adultos desempenham papéis diferenciados. Tradicionalmente, nesse modelo, predomina a separação entre o trabalho remunerado e o não remunerado. Este último majoritariamente realizado pelas mulheres, caracterizado como complementar, ajuda ou obrigação feminina, costuma gerar certo descanso. Contudo, as relações entre os parentes influenciam na composição, na organização, na divisão das tarefas e na formação de vários tipos de arranjos familiares. Em outras palavras, as famílias possuem diferentes dinâmicas que são estruturadas entre os seus membros.

Embora muitas mulheres de diferentes camadas sociais atuem na esfera pública, há uma tendência delas serem direcionadas à esfera privada e às tarefas reprodutivas. Por vezes, existem dificuldades na conciliação entre os trabalhos fora de casa e a realização das tarefas domésticas. Nesses casos, quando as mulheres não conseguem compartilhá-las com outras pessoas adultas do seu grupo familiar, nem se encontram em condições financeiras para contratarem apoio doméstico profissionalizado, faxineiros, cozinheiros, babás, copeiros etc., costumam delegar o cumprimento parcial ou total daquelas tarefas para as crianças e os jovens do seu grupo familiar.

Alguns estudos mostram que os meninos e, principalmente, as meninas das camadas populares realizam tarefas domésticas que lhes são atribuídas pelos pais e/ou pessoas adultas que lhes exercem algum tipo de autoridade. Apesar da sua importância para a organização e o bom funcionamento da vida familiar, raramente as tarefas domésticas são computadas em pesquisas estatísticas, o que evidencia a sua desvalorização. Pela primeira vez, em 2001, uma PNAD traz dados que contribuem para termos uma noção da dimensão da realização do trabalho doméstico em prol do grupo familiar.

A pesquisa da PNAD de 2006 mostra que 62,6% das meninas de 5 a 17 anos; 86,6% de 17 a 14 anos; 76,1% de 13 a 10 anos e 30,9% de 5 a 9 anos fazem o trabalho doméstico. A porção de meninos nessas mesmas faixas etárias cai para 36,5%; 50,2%; 44,2% e 18,8%. Enquanto eles dedicam até 9 horas semanais, elas despendem até 14,3 horas semanais para a

realização dos afazeres domésticos. Essas diferenças confirmam a ideia de que desde a infância as mulheres têm que lidar com o excesso de tarefas, embora exista uma divisão do trabalho doméstico com os homens do grupo familiar, principalmente os mais jovens.

Os dados demonstram que as mudanças no mercado de trabalho têm favorecido a divisão dos papéis. Contudo, pode-se notar que as famílias estabelecem valores e normas entre os sexos, procuram reafirmar a identidade e os papéis tradicionais de gênero, principalmente por meio da atribuição de atividades diferentes para os meninos/rapazes e as meninas/moças, como veremos nos próximos parágrafos.

O cotidiano das crianças e das jovens do universo da minha pesquisa é marcado pela divisão entre o labor doméstico, realizado para terceiros, e o trabalho doméstico feito em prol do grupo familiar. Apesar do primeiro ser visto como uma extensão do segundo, elas diferenciam o espaço e o tempo dessas atividades. Na sequência, apresento um quadro que traz a quantidade de tempo despendido por elas com as tarefas domésticas.

<i>Quadro 3 – Horas diárias dedicadas ao trabalho doméstico, durante a semana</i>	
<i>Tempo gasto por dia</i>	<i>Nome</i>
<i>menos de 1 hora</i>	
	<i>Daniele</i>
	<i>Suelen</i>
	<i>Jennifer</i>
<i>de 1 a 2 horas</i>	
	<i>Luísa</i>
	<i>Florinda</i>
<i>de 2 a 3 horas</i>	
	<i>Jéssica</i>
<i>acima de 4 horas</i>	
	<i>Simone</i>
	<i>Cristina</i>
<i>Não realizo as tarefas domésticas</i>	
	<i>Aline</i>
	<i>Vanessa</i>

Fonte: Questionário.

O tempo gasto no trabalho reprodutivo varia entre 7 e 28 horas semanais. Se as crianças e as jovens pertencem a famílias monoparentais femininas e as mães trabalham fora elas são obrigadas a desempenhar um número maior de funções, como é o caso de Cristina e Jéssica. Embora Simone também tenha declarado dedicar mais de 4 horas ao trabalho doméstico, o conjunto de atividades por ela realizado se resume a arrumação do seu quarto, a lavar e guardar e a louça. Sobre as tarefas domésticas feitas pela última jovem, foi possível

notar que em algumas ocasiões ela deixava de cumprir aquelas tarefas, o que causava a reprovação da sua mãe.

Em uma das visitas a família da Simone, ela me falava dos problemas escolares enquanto arrumava a cozinha, a sua mãe que fora ao supermercado juntamente com a sua tia, retornou e contou-nos (para a pesquisadora e tia) que no dia anterior a sua filha não limpava a casa. A genitora estava nervosa e repreendeu a jovem:

Eu não quero chegar e encontrar a casa nessa bagunça! Você não vai ficar dentro de casa sem fazer nada. O que você fez ontem? Eu limpei a cozinha e arrumei os quartos. O irmão de Simone, que também assistia a cena, retruca: Mentira! Ela não fez nada! A mãe continuou com o sermão: Você está pensando o quê? Você está pensando que vai ficar dentro de casa e não fazer nada! (excerto de nota de campo, 07 de outubro de 2007).

O discurso de Simone destaca as tarefas feitas em prol do grupo familiar, suponho que ele se vincula às preocupações com as expectativas que se tem sobre as jovens, de que realizem todo o trabalho doméstico para futuramente serem boas mães e esposas. Mas, as suas práticas parecem-me uma espécie de rebeldia, transgressão às regras e valores naturalizados no grupo doméstico.

Aline e Vanessa declaram não realizar as tarefas domésticas, porque durante a semana dormem na casa de suas empregadoras, mas realizam uma compensação obrigatória aos fins de semana e feriados. Além disso, registro a existência de uma relação direta entre a média da jornada semanal, dedicada ao emprego doméstico remunerado, e a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico, quanto menor a primeira maior a segunda.

Para as crianças e as jovens participantes desta pesquisa, fazer as tarefas domésticas pode ser uma forma de auxiliar o grupo familiar ou uma obrigação. Essa diferenciação depende da posição, da idade e do sexo que elas ocupam no quadro de irmãos.

Quando a mãe se dedica a alguma atividade remunerada e os dois filhos mais velhos são do sexo masculino, o primeiro pode ficar responsável pelo cumprimento do trabalho doméstico e pelo cuidado com os seus irmãos menores; caso o segundo filho seja do sexo feminino e não havendo grande diferença de idade entre eles, a ela são incumbidas essas atividades, como mostram as falas abaixo:

Na casa da senhora como é a divisão das tarefas domésticas? Bom, meu esposo ajuda um pouco, meus filhos também ajudam. Mas a maioria das coisas, para falar a verdade, fica por minha conta. Você sabe como é mulher e homem, geralmente, não liga. Eles ajudam sim! Minha filha também quando está em casa, mas a maioria das coisas é por minha conta (Sílvia, 34 anos).

Na casa da sua mãe, as tarefas domésticas eram feitas por quem? Quem fazia o que? [...] Ah, eu lavava a louça, o meu irmão, às vezes, limpava a casa e a minha mãe, às vezes, fazia alguma coisa porque não dá para ela fazer muita coisa. Mas, ela limpa as coisas. Ah, faz o que dá, né? Só. (Aline, 11 anos).

Bom, a minha mãe trabalha fora. Então cada um [dos irmãos] faz um pouquinho. Meus irmãos limpam a casa. Todo mundo ajuda porque a minha mãe trabalha fora. Meus irmãos limpam a casa no meio da semana e no fim de semana. Eles ajudam bastante (Cristina, 16 anos)

Ah, é mais a minha mulher, que ela fica em casa. Essas duas meninas (12 e 13 anos) não fazem nada! Tudo pede para a minha mulher, é água e não sei o quê. [...] Então é mais a minha mulher. Agora, eu também ajudo, eu faço um arroz, arrumo o quintal, lavo o quintal, passo uma camisa (Floriano, 42 anos).

Nas famílias pesquisadas, as meninas seguem os modelos femininos; assumem as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças menores do que elas. Os meninos seguem os modelos masculinos e são incentivados a brincarem, saírem com os amigos e a realizarem tarefas que exigem força ou habilidade como capinar o quintal e cortar os galhos das árvores.

Algumas jovens assinalam que os seus pais as reprimiam excessivamente, limitando o seu tempo para brincadeiras e oportunidades de estar com os amigos. Aparentemente os pais não viam com bons olhos as brincadeiras livres e tais repreensões estavam relacionadas às suas preocupações o desenvolvimento nas meninas de competências úteis para se tornarem futuras boas donas de casa. Pela lógica quanto maior o número de responsabilidades, menor a participação em atividades extradomiciliares. Há também a preocupação de mantê-las sujeitas ao controle dos mais velhos. Os meninos são menos vigiados porque desempenham grande parte das suas atividades cotidianas no espaço público, longe dos olhares dos pais. Uma das entrevistadas conta como os pais davam tratamento diferenciado aos filhos:

Existe alguma diferença na maneira de seus pais tratarem os meninos e as meninas? No caso eu falo de você, suas irmãs e dos seus irmãos. Ah, tem! Eu acho que tem! E quais seriam essas diferenças? De sair assim, eles podem a gente não, a gente é mais presa. De brincar também, eles brincavam o dia inteiro, a gente não. Eles brincavam e vocês? Não, a gente também brincava! Mas tal hora a gente [as meninas] tinha que está em casa, ou senão - “brincou um pouco já está bom, agora chega”. Eles, não, podiam brincar a vontade (Luísa, 14 anos).

A realização dos trabalhos domésticos também tem a função de socialização para o desempenho dos papéis de gênero. Esses trabalhos são distribuídos diferentemente para meninos e meninas, para estas a sua realização faz parte de sua formação enquanto futuras mulheres e donas de casa e esse treinamento começa em tenra idade²³. Essa socialização é assinalada nas em algumas falas:

E como você aprendeu a cuidar de casa? Eu via a minha mãe fazer. Daí eu fui aprendendo, fui crescendo e fui fazendo (Suelen, 16 anos).

23 A esse respeito, a pesquisa feita por Heilborn (1997) demonstra que, desde os cinco anos de idade, as meninas consomem parte do seu dia realizando atividades domésticas em prol do seu grupo familiar, como varrer, limpar, servir, recolher, arrumar e lavar.

E como você aprendeu a cuidar de criança? – Ah, foi mais ou menos, porque eu já cuidava um pouco do meu irmão, aprendi um pouco com a minha mãe [...]. (Daniele, 14 anos).

Contudo, nas famílias do universo desta pesquisa, há sinalização de modificações nos comportamentos masculinos e femininos. Essas modificações são pequenas e causam controvérsias entre as jovens entrevistadas. Parte delas entende que os meninos também devem ser responsáveis pelas tarefas domésticas. Outra parte das entrevistadas interpreta que eles deveriam ser poupados, pois a realização das tarefas doméstica lhes acarreta a perda do tempo de lazer. Uma mãe comenta que nem sempre é tranquilo contar com a participação dos homens nos afazeres domésticos, contudo, estes são uma forma de treinamento do futuro trabalhador. E apenas uma do total de entrevistadas compreende que a realização do trabalho doméstico pode comprometer a imagem masculina diante dos seus amigos e familiares.

Alguém pede para os homens fazerem os serviços domésticos? Sim, a minha mãe, ela pede para o S... [irmão]. Porque o S..., você vai lá no quarto dele, ele não varreu o quarto. Tem que insisti, insisti, insisti, insisti. Ele varre de vez em nunca. E só varre, deixa tudo bagunçado. E o que você acha do S... só varrer o quarto de vez em quando? Ah, eu acho que ele devia arrumar mais, trabalhar um pouco dentro de casa. [Ele] Não faz nada (Aline, 11 anos).

Qual a sua opinião sobre a participação dos homens no trabalho doméstico? Bom, eu acho que tira todo o lazer deles. Eles poderiam estar brincando, fazendo tanta coisa! Eles estão lá dentro fazendo o serviço (Cristina, 16 anos).

A senhora acha que é diferente educar menino e educar menina? Eu faço igual com um e com o outro. Eu acho que mesmo sendo criança tem que dividir tarefa. Não é porque é criança e é menino que não vai fazer nada. Tem gente que fala, ah, mas só tem ele de menino, eu pensei que você não ia fazer assim, exigir dele [...] Se eles não arrumam o guarda-roupa direito, não arrumam o quarto direito, eu faço fazer de novo. Eu poderia ir lá e fazer, mas eu falo: olha, aqui está assim e assim, então vocês façam de novo. Para amanhã ou depois, eles saberem fazer uma coisa bem feita. Não é você ir lá e consertar e eles não estarem nem vendo. Então aqui é assim, se não limpar direito, vai fazer de novo (Sílvia, 34 anos).

Por meio dos questionários verifiquei a distribuição dos afazeres domésticos no dia a dia²⁴, ou seja, as práticas feitas por cada um dos membros da família. Entre as entrevistadas mais novas: na faixa dos 11 e 12 anos, Aline indicou passear e brincar com as crianças e levar dinheiro para a família; na faixa dos 14 anos, Daniele assinalou as opções: limpar a casa e escolher o programa de televisão e Luiza acrescentou lavar/passar roupa, dar comida às

24 Sobre a distribuição das tarefas, no questionário apresento duas questões: Na sua família quem realiza essas tarefas? Abaixo da primeira pergunta listo 15 afazeres e as seguintes opções: filho, filha, mãe, pai, empregado, outro. Depois pergunto: Em sua opinião, essas atividades devem ser feitas por quais pessoas? Em seguida enumero 18 afazeres e apresento as opções: filho, filha, mãe, pai, empregados, todos. Mas devido ao tamanho das tabelas, não exporei aqui esses dados.

crianças, levar crianças à escola e ao médico, dar banho e vestir crianças, levar dinheiro para a família.

Dentre as entrevistadas mais velhas: na faixa dos 15 e 16 anos, Vanessa marcou as alternativas brincar, passear, dar banho e vestir as crianças e escolher o programa de televisão; Suelen assinalou limpar a casa, lavar e passar a roupa, brincar com as crianças, dar comida, banho e vestir as crianças; levar as crianças à escola, escolher o programa de televisão, levar dinheiro para a família; na faixa dos 17 anos, Florinda citou limpar a casa, preparar a comida e levar dinheiro para a família e Cristina marcou brincar e passear com as crianças, levar dinheiro para a família, fazer compras no supermercado.

Os dados mostram que quanto menor a idade, menor a duração e a quantidade de tarefas domésticas realizadas pelas crianças e jovens. Apesar da variação das atividades executadas, geralmente as meninas/moças mais velhas são responsáveis por limpar a casa; caso tenha outras crianças menores, dar comida, banho, vestir e passear com elas; lavar/passar roupa; fazer compras no supermercado etc., enquanto as mais novas comumente realizam as arrumações e faxinas. Apenas Simone assinalou que a sua mãe faz todo o trabalho doméstico sem solicitar a co-participação dos demais membros familiares.

As mais velhas podem ainda preparar as refeições e tratar das roupas. Mas, na maior parte dos casos, essas últimas atividades domésticas são atribuídas às mães, como também os cuidados com as crianças, principalmente, referente à sua saúde. O fato de algumas jovens cozinhareem sinaliza a existência de um longo treinamento, já que a alimentação é um elemento importante relacionado diretamente à sobrevivência familiar. Isto, geralmente, faz com que as mães não deixem os seus filhos cozinhareem porque eles podem desperdiçar algum alimento, prepará-los de uma maneira que o seu custo torne-se alto, devido ao uso de muitos ingredientes no processo de cozimento ou pela não substituição dos itens mais caros. Segundo Heilborn (1997, p. 313),

[...] A cozinha detém, entre as atividades domésticas, um lugar privilegiado, cuja ocupação está destinada à figura de autoridade, frequentemente a mãe, ainda quando ela trabalha fora. O significado particular da cozinha entre tantas atividades parece estar relacionado à excelência que detém na reprodução dos membros de uma determinada família, atributo máximo do gênero feminino. As meninas e moças desincumbem-se preferencialmente da tarefa de requeitar a comida ou, no máximo, 'fazer um arroz'.

A despeito dos meninos/rapazes desempenharem os afazeres relacionados à arrumação, à conservação da casa, eles concentram-se mais em tarefas como cuidar da horta/quintal/carro; fazer pequenos consertos na parte interna/externa da casa e brincar/passear com as crianças. Em outras palavras, como demonstram outras pesquisas,

quando os homens efetuam os trabalhos domésticos procuram escolher as tarefas não rotineiras e que estão ligadas as atividades que gostam de realizar ou ao lazer.

Na minha percepção, a diferença na distribuição das tarefas domésticas de acordo o sexo também é adotada pelas mulheres, no papel de mãe, irmã ou filha como uma maneira de se evitar tensões familiares. Alguns maridos, filhos, irmãos e pais mostram resistência para realizar as tarefas, desqualificam-nas e, esporadicamente, ao realizá-las, fazem-nas somente em benefício próprio.

Na família da senhora, os homens participam dos serviços domésticos? Ah, sim. Entre nós é tudo igual. Mas não é mais como antigamente, quando os meninos eram pequeninhos. Ele [esposo] gostava de cozinhar, muito. Agora, nunca mais [ele cozinhou]. Mas, ele faz alguma coisinha dentro de casa, quando não tem ninguém ele faz, ele ajuda. E os meninos também, quando eles eram pequenos, tudo eles faziam [os serviços domésticos]. Então nós [os pais] ensinamos tudo igual porque a gente não sabe do dia de amanhã (Maria Aparecida, 43 anos).

Nos questionários, solicitei às crianças e às jovens do universo desta pesquisa que redistribuíssem os afazeres domésticos. As alterações caminham em três direções: elas retiram de suas responsabilidades as tarefas das quais não gostam de fazer; nos casos das famílias nucleares ou recompostas, elas delegam mais tarefas às suas mães e aos seus pais (padrasto) e, nos casos das famílias monoparentais, se ocupavam a posição de filha mais velha propõe-se a assumir mais tarefas, até então realizadas pelos seus irmãos ou pela sua mãe.

Noto que esta última sugestão aparece principalmente entre as jovens que entendem a realização do trabalho doméstico enquanto como uma obrigação feminina. É evidente que só se considera como obrigação o que sujeita a vontade, não se gosta de fazer, que não dá prazer. Por isso, tenho a hipótese de que tal sujeição ocorreria devido à sobrecarga de responsabilidades das suas mães e a ideia de que as crianças menores devem ter tempo livre para o lazer, como já mencionado.

Parte das mulheres tem uma carga excessiva de responsabilidade, tornadas invisíveis para a sociedade. Entretanto, quando as condições favorecem a divisão dos afazeres domésticos com outros membros do grupo familiar, sobretudo com os homens, algumas têm vergonha de dizer que estes sabem dividir e valorizam as tarefas domésticas. É o que mostra este relato

E existe alguma diferença da divisão do serviço doméstico entre homens e mulheres? Se tem diferença? Quem faz são só as mulheres, né? Os homens da sua família fazem os serviços domésticos? Na minha família, não!... Ah, o meu pai arruma a cozinha quando ele faz o almoço ou a janta. Eh, às vezes, (RF) ele ajuda a fazer a faxina também. Na maioria das vezes é ele quem inventa de fazer faxina em casa (Luísa, 14 anos).

Este discurso pode parecer uma persistência dos estereótipos de gênero e das ideias conservadoras. Geralmente, as mulheres são educadas para interpretar o mundo baseando-se em categorias masculinas (BOURDIEU, 1995, 1999), o que as leva a naturalizar as características supostamente distintas de mulheres e homens e negar a estes o direito de ocuparem espaços e desempenharem papéis considerados femininos.

É muito difícil homens que trabalham como empregados domésticos, o que você acha disso? Ah, eu acho que quem deve arrumar as coisas em casa é a mulher e não o homem. Homem tem que cuidar do dinheiro da casa (Luísa, 14 anos).

Nessa perspectiva, quando não correspondem às expectativas associadas ao seu gênero e no momento em que transgridem os seus papéis as mulheres e, sobretudo, os homens podem ser criticados. O receio do afloramento da homossexualidade masculina faz com que recaia uma pressão maior sobre eles. Neste sentido, Cruz (1998, p. 245) argumenta que o estereótipo do masculino “aprisiona o homem numa categorização que exclui a possibilidade de ser um homem diferente e, quando esta se apresenta [...] há uma suspeita quanto a sua identidade masculina”.

Porém, na expressão acima mencionada parece mascarar o comodismo masculino diante dos problemas e das necessidades familiares. A mãe de Luiza trabalha como empregada doméstica em período integral e complementa a renda familiar por meio de outras atividades, lava e passa roupas, vende salgadinhos e doces. Assim, a genitora aparenta estar sempre exausta. Durante o período da pesquisa, o pai de Luiza teve três empregos, nos quais permaneceu no intervalo de onze a dois meses, e pouco contribuía para suprir as despesas familiares.

Embora a mãe da jovem contribua com a maior parte da renda para o sustento do grupo familiar, o pai não assume o trabalho doméstico na mesma proporção. Assim, para Luiza se a mulher trabalhar muito, além dela ficar sobrecarregada contribui para que o homem se acomode, fique na rua e gaste o dinheiro com os amigos e outras diversões. Tenho a hipótese de que para a jovem essa situação parece muito desvantajosa e para propor a criação de condições mais favoráveis às mulheres, ela reafirma a importância do trabalho doméstico.

Com discurso semelhante, outra jovem aponta para outro comportamento diferenciado, o excesso de responsabilidade atribuído às mulheres tanto em relação aos serviços domésticos quanto ao garantir a alimentação e o bem estar dos demais membros do grupo familiar. Na fala abaixo, Jéssica relata como, em algumas ocasiões, as mulheres preocupam-se mais intensamente do que os homens com a casa e ficam mais apreensivas com a sobrevivência do grupo familiar.

Você acha que é difícil ser menina? Talvez sim, por ter mais preocupação. A gente tem mais cargo. O que seria mais cargo? Geralmente, eu me preocupo com compra, com as coisas que tem que fazer, que consertar. Já o meu irmão não liga tanto, não se preocupa, não corre atrás. E você acha que é difícil ser menino? Eu acho que não (Risos)! (Jéssica, 17 anos)

Este discurso mostra que a masculinidade deve apresentar não apenas comportamentos como também valores como rapidez, prontidão nas tomadas de decisões, determinação, responsabilidade de trabalhar e contribuir para o sustento familiar. Por outro lado, o padrão cultural pode conceder à figura masculina direitos e poderes sobre às demais pessoas, o que desencadeia a aplicação de estereótipos de gênero e a construção de hierarquias entre os homens e as mulheres, como enfatiza a entrevistada:

Em sua família, é dado tratamento diferente para os meninos e para as meninas? Ah, tem. A minha fala que menina tem que ser comportada porque mulher qualquer coisa ficam falando mal. E os homens não, homem pode tudo. E o que você acha disso? Ah, eu acho que não devia de ser assim. Mas, é assim mesmo ... É... assim, qualquer coisa que as meninas fazem tudo mundo fica comentando. Falam que as meninas não prestam, que elas são isso, são aquilo. E dos homens ninguém fala nada (Vanessa, 15 anos).

Estes estereótipos e hierarquias acabam por exercer uma pressão sobre as meninas e as jovens, pois, enquanto os homens são associados a um comportamento ativo, as mulheres são vinculadas à passividade. Essa pressão passa pela sexualidade, pelo controle do corpo feminino. Em certas falas, as entrevistadas se colocam como seres inferiores, apontam para situações embaraçosas que as põem em posição de submissão, vigiadas e controladas²⁵. Apesar de quererem a inversão da situação de submissão em que se encontram, em alguns momentos as meninas e as jovens parecem se acomodar.

Com a entrada da mulher e dos filhos no mercado de trabalho, ocorreu um enfraquecimento do comportamento baseado no mando e na obediência e da ordem que garantia ao masculino a detenção do poder. Desse modo, segundo Romanelli (1995), há mudanças significativas tanto nos princípios de autoridade do homem sobre a mulher, como dos mais velhos sobre os mais novos. Pautada nas reflexões de Romanelli (1988), Benincá (1998, P. 178) enfatiza que a

família é um organismo mutável que transforma e é transformada pela sociedade. É a família que, pela adoção de certas regras comunicativas e conceituais, abre espaço para as mudanças sociais. Configura-se, então, um movimento permanente de

25 Metade dessas famílias se declara protestante, provavelmente as meninas/moças têm a sua prática sexual controlada, pois esta pode ser um motivo de vergonha, zombaria ou difamação para elas, talvez, por isso, em diferentes momentos da pesquisa elas apontaram para a importância do recato e de um comportamento que se contraste com o masculino.

oposição entre valores e regras da herança familiar, e valores e regras da urgência do tempo presente.

Apesar da maioria das falas das meninas/jovens remeter a ideia de que em relação ao trabalho doméstico o comportamento dos homens é marcado pelo dever e poder da liberdade, as mudanças operadas no sentido da ampliação da concepção de universo masculino e feminino colocam em evidência outros sentidos atribuídos para o trabalho doméstico, na perspectiva de que ele não é uma obrigação feminina e deve ser dividido entre os membros da família, como afirma uma parcela dos participantes:

A minha mãe acha que mulher tem que fazer tudo da casa, todo o serviço da casa. Agora eu ... eu prefiro trabalhar fora (Vanessa, 16 anos).

Dessa maneira, embora haja alguma disposição para as mudanças referentes à partilha dos afazeres domésticos e grande parte das mulheres queira uma distribuição mais igualitária desses afazeres, na prática as mudanças ocorrem em marcha lenta e são insuficientes para modificarem os padrões de comportamentos transmitidos, já que há pouca alteração das características sociais e da formação de normas e condutas para os diferentes gêneros diretamente relacionadas ao trabalho doméstico.

Para finalizar, considero que o trabalho doméstico realizado pelas crianças e jovens não se limita ao âmbito privado, familiar e domiciliar, já que por meio dele os seus irmãos menores e outros familiares recebem cuidados de alimentação, vestimenta, chegam à escola, ao posto de saúde e ao local de trabalho. Entretanto, além daquele trabalho ser desvalorizado socialmente, as pessoas que o realizam também o são, o que tem causado-lhes prejuízos nos aspectos sociais. Os prejuízos podem se agravar a partir do momento em que as crianças e as jovens dão continuidade as relações de gênero vivenciadas em suas famílias no mercado de trabalho enquanto empregadas domésticas.

Capítulo IV

Olhares, representações e discursos sobre o labor infanto-juvenil



4.1 - O emprego doméstico: fragmentos históricos e legais

No Brasil colonial, o homem era o senhor das terras, dos escravos, de sua esposa, enfim, de todas as relações e coisas que pudessem existir. As suas ordens só poderiam ser questionadas pela Igreja e algumas autoridades. As mulheres dessa época eram consideradas frágeis e carentes de proteção e deveriam exercer basicamente as seguintes funções: casar-se; ser mãe, preferencialmente, de crianças do sexo masculino; educar os filhos; prestar cuidados aos enfermos e outras relacionadas ao universo doméstico.

A atual historiografia demonstra que nem todas as famílias apresentavam uma rígida divisão sexual do trabalho, com mulheres a exercer os papéis de donas de casa e os homens a cumprir a função de provedores. Quando os últimos não conseguiam cumprir esta função e a família residia na área urbana, em algumas ocasiões, eles viabilizavam condições para que as suas mulheres participassem e organizassem atividades produtivas e burlassem as ideias das honras masculina e feminina que as impediam de participarem das atividades públicas.

Na cidade “[...] a concentração populacional e a mobilidade física dos habitantes [...] facilitavam a socialização. Era mais fácil traçar relações significativas com maior independência do que permitiam os rígidos códigos morais”(CARVALHO, 2003, p. 43). Existiam mulheres das camadas populares que trabalhavam para terceiros tanto no âmbito privado quanto no público; elas manejavam teares, máquinas de costuras; preparavam e vendiam refeições e trabalhavam no comércio.

As mulheres e as crianças pobres constituíam-se numa força de trabalho oculta, importante para prover o sustento dos membros da família através da produção familiar e/ou doméstica. O trabalho das crianças era um instrumento de socialização. Os meninos e as meninas livres desempenhavam uma série de atividades, respectivamente na agricultura, no

comércio e na mecânica e nas fiações, tecelagens, oficinas de costura e no setor doméstico (BOTELHO, 2003).

As crianças escravizadas eram direcionadas para a realização das tarefas domésticas, principalmente nas localidades mais abastadas, onde as famílias das camadas altas precisavam de um número grande de empregados para atender as suas demandas. As meninas eram mucamas, lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, bordadeiras, vendedoras de frutas e doces, e os meninos pajens, copeiros, mensageiros, lavadores de pés, carregadores de pacotes, água e objetos, vendedores etc. No entendimento de Pinheiro (2005, p. 177),

O trabalho doméstico teve para a criança escrava, independente do gênero, o significado de um adestramento, da internalização do lugar que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho.

À semelhança de outros autores, Carvalho (2003) e Matos (1996) demonstram que as mulheres e as meninas escravizadas e livres trabalhavam lado a lado nas casas. Entretanto, existiam diferenças nos serviços prestados, geralmente as mulheres não brancas realizavam os serviços gerais e de rua (compras, vendeira) e cozinhavam enquanto as brancas e estrangeiras, principalmente as alemãs, italianas e portuguesas, exerciam cargos de engomadeiras, governantas e alfabetizadoras das crianças.

De acordo com o tamanho da casa e o número de empregados, a quantidade de tarefas era extenuante: limpar, arrumar, faxinar, lavar, passar e engomar as roupas, coser meias e escovar sapatos, separar, colher, moer, pilar, torrar, refinar, peneirar, carregar, higienizar e rachar lenha para preparar os alimentos. Essas atividades podiam se desdobrar em trabalho escravizado ou em trabalho livre não necessariamente remunerado com dinheiro. Nesta situação, as horas de serviços prestados eram retribuídas com moradia, roupas, alimentos e outros objetos com valor de troca. Aqui, a prestação de serviços domésticos era uma estratégia de sobrevivência para os menos favorecidos. Nesse sentido, Carvalho (2003, p. 63) ressalta que

[...] o mercado de trabalho aqui tratado não era plenamente monetarizado. Pesavam controles e entraves alheios às leis de mercado. As práticas econômicas da relação primária escravo(a)/senhor(a) transbordavam para o resto da sociedade. Pagavam-se dívidas com favores ou trabalhos diretos. Praticamente tudo podia ser trocado sem moeda sonante. [...] Os laços do clientelismo e dependência, que permeavam as relações sociais, permitiam a existência de formas de pagamento alternativas visando compensar os baixos salários, que eram irregulares, flutuantes, por que não dizer incertos, até?

O acúmulo de tarefas e as precárias condições de trabalho colocavam em risco tanto a saúde quanto a vida dos empregados domésticos. As lavadeiras feriam as mãos e, às vezes,

morriam afogadas nos rios; eram comuns os acidentes com os lampiões a gás, lâmpadas a álcool, ferros a vapor e querosene; como também as lesões, os ferimentos traumáticos e os acidentes com animais peçonhentos, escondidos na lenha. Além disso, muitos empregados eram vítimas de maus-tratos e violência física, incluindo a sexual. Tudo isso resultava em eventuais fugas e negligência na execução das tarefas (MATOS, 1996).

A literatura mostra que entre o final do século XIX e o início do século XX, o fim do período escravocrata, o governo brasileiro incentivou a imigração e o excedente populacional existente na Europa concorreram para o forte fluxo migratório até os anos 1930. Neste mesmo período, epidemias de febre amarela levaram os higienistas a realizar campanhas com os objetivos de garantir a salubridade, o asseio e a conservação nas residências de todas as camadas da população. Com isso criou-se novas oportunidades para as crianças e as mulheres por meio da grande oferta de trabalho e colocação no emprego doméstico. Em sua maioria, essa mão de obra era composta por meninas e mulheres brancas e pobres, que antes trabalhavam na agricultura cafeeira (MATOS, 1996).

Ainda era comum o emprego de meninas migrantes das áreas rurais para as urbanas. Elas executavam os serviços domésticos em *casas de famílias*, em “troca de moradia, comida, roupa e alguma ajuda”. Trabalho realizado sob a denominação de *ajuda* ou de proteção à criança pelo apadrinhamento. Assim, o emprego doméstico deste período se caracterizava, principalmente, pela sua gratuidade ou quase gratuidade (SEMIÃO, 2004, p. 139).

Nos anos 1950 e 1960, a crise no setor agrícola, a consolidação da indústria brasileira e o processo de urbanização levaram à migração das pessoas da área rural para a urbana. Também era grande a mudança de uma região para outra, indivíduos das regiões Norte e Nordeste se deslocavam em direção aos estados do Sudeste. Nas cidades, as moças e as mulheres pertencentes às famílias migrantes e desfavorecidas trabalhavam, sobretudo, no setor de prestação de serviços pessoais. Elas viam no emprego doméstico a possibilidade de acesso à moradia, à alimentação, uma estratégia de sobrevivência nas grandes cidades (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Este quadro contribuiu para o aumento da oferta de mão de obra, o emprego doméstico passou a ter uma participação de cerca de 20% entre a população economicamente ativa (BRITTO DA MOTTA, 1992).

Algumas pesquisas demonstram que naquela relação migração-emprego doméstico cabia perfeitamente a combinação infância e trabalho. Este não era uma atividade que deveria ser desenvolvida preferencialmente por pessoas adultas. O trabalho infantil apresentava-se tanto como uma forma de complementação da renda familiar quanto de socialização e aprendizagem de habilidades classificadas como úteis. Além disso, o emprego doméstico não

era socialmente visto como trabalho, exploração do outro devido às jornadas excessivas e condições precárias para a sua realização. Semião (2004, p. 139-140) chama a atenção para a idade de muitas das futuras empregadas domésticas que se encontravam “em processo de migração: sete, oito, nove, dez anos”.

Na década de 1970, por meio da Lei nº. 5.859, de março de 1973, os empregados domésticos foram incluídos no sistema brasileiro de previdência social e adquiriram direito ao registro em CTPS, às férias de 20 dias e assistência médica pública (VERGOLINO, 1991). As crises econômicas dos anos 1970 e 1980 acarretaram a redução dos postos de trabalho nos diferentes setores econômicos. Porém, devido às manifestações e às ações dos movimentos feministas, houve um aumento significativo no emprego feminino, cerca de 92% e no caso dos empregados domésticos o aumento foi de 46% (BRITTO DA MOTTA, 1992; MELO, 1998). Suponho que as dificuldades econômicas do período produziram distintos efeitos em diferentes setores, cujos impactos são mais visíveis no emprego doméstico.

As crises econômicas também impactaram os movimentos migratórios populacionais brasileiros que, a partir dos anos 1980, tornaram-se predominantemente intrarregional. Neste ínterim, o deslocamento das empregadas domésticas ocorreu, principalmente, das áreas periféricas para as áreas centrais das cidades. Este fator também influenciou nas relações entre os empregadores e os empregados domésticos, os primeiros já não eram mais apontados como os guardiões e conselheiros dos últimos, diminuíram-se as relações de exploração veladas por relações fictícias de apadrinhamento e os vínculos empregatícios definiram-se de forma mais clara (MELO, 1998).

No final dos anos 1980, as discussões sobre os direitos sociais e humanos contribuíram para duas modificações: primeiro, a legislação que regularizava os contratos de trabalho dos empregados domésticos foi alterada, os domésticos passaram a ter direitos até então garantidos a outras categorias; segundo, o aumento do contrato de empregados domésticos na faixa dos adultos (25 a 49 anos) e o leve decréscimo da quantidade de crianças e jovens trabalhando no setor (MELO, 1998).

A observação de que as condições de trabalho dos empregados domésticos encontravam-se longe das ideais, os debates, os encontros e os trabalhos de conscientização social promovidos por algumas organizações levaram à expansão dos seus direitos com a CF de 1988. Esta, conforme exposto no parágrafo único do art. 7º, procura assegurar àquela categoria os seguintes direitos sociais (GONÇALVES, E; GONÇALVES, E. C. G, 1996):

1. Salário mínimo unificado;
2. 13º salário, com base na remuneração integral;

3. Repouso semanal remunerado;
4. Férias anuais remuneradas com adicional de 1/3;
5. Licença gestante;
6. Licença paternidade;
7. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no mínimo de 30 dias;
8. Irredutibilidade de salário;
9. Aposentadoria.

A Constituição de 1988 regula o trabalho infanto-juvenil, proíbe a contratação de menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 12 anos, como também rege vários outros assuntos referentes às crianças e aos adolescentes. Concomitantemente, associações e instituições passam a debater os problemas sociais das infâncias e das juventudes brasileiras, como o baixo nível de escolarização; as dificuldades de acesso e permanência na escola; a inserção precoce no mundo do trabalho; as políticas para a saúde e a violência contra as crianças e os jovens.

No decorrer de poucos anos, estudos demonstram que há sinais de mudanças relacionadas ao trabalho infanto-juvenil. Em algumas cidades brasileiras como São Paulo e Porto Alegre, maiores oportunidades de emprego para as juventudes e acesso facilitado à escola proporcionam às crianças e aos jovens condições de procurarem por ocupações consideradas socialmente mais qualificadas, como rematadeiras, vendedoras e recepcionistas, entregadores, *office-boys* etc.

À semelhança de outros autores, Bruschini e Lombardi (2000) e Liberato (1999) compreendem que, com o embate competitivo do mercado de trabalho, as crianças e os jovens estariam adiando a sua entrada no mercado de trabalho e investindo em capital humano para, posteriormente, conseguirem uma melhor colocação, o que explicaria a alteração da distribuição do labor doméstico com o aumento da contratação das empregadas adultas.

Porém, tal distribuição não apresenta as mesmas características em todos os estados brasileiros. Em capitais como Curitiba, Vitória e São Paulo os empregadores têm preferência pelas empregadas mais velhas; em capitais como Rio Branco, Belém e Recife predominam as contratações de empregadas jovens.

Essas mudanças sugerem que o emprego doméstico tem perdido a importância entre as crianças e os jovens? As modificações na legislação mudaram as relações empregatícias? A incidência de crianças e jovens, com idade de 5 a 17 anos, ainda é alta e equivale a cerca de

7% do total dos empregados do segmento. Atualmente, o emprego doméstico é o segundo setor que mais utiliza a mão de obra infanto-juvenil (PNAD, 2006).

A literatura mostra que as domésticas têm medo do desemprego e o costume faz com que elas sobrevivam através do trabalho informal. Os dados das macro pesquisas (IBGE) demonstram que quase 40% das empregadas domésticas recebem menos de um salário mínimo, aproximadamente 75% delas não possuem registro em carteira de trabalho e pouco mais de 50% são beneficiadas com o décimo terceiro salário e as férias remuneradas.

Para combater a informalidade do setor doméstico, a Medida Provisória 284, de 6 de março de 2006, que vigorará até 2012, propõe o abatimento no imposto de renda das despesas previdenciárias provenientes de uma empregada doméstica, desde que a declaração do imposto seja feita na versão modelo completo e limitado ao valor do salário mínimo vigente. A Lei 11.324 também amplia os direitos dos empregados domésticos, com a inclusão de 30 dias de férias remuneradas, após um ano de trabalho, do repouso semanal remunerado e da impossibilidade de desconto de gastos com moradia, higiene e alimentação (BRASIL, 2006).

Até 12 de setembro de 2008, a legislação brasileira permitia a admissão de jovens empregados domésticos a partir dos 16 anos. Mas o fato de esta profissão ser regida por um regime especial, e não pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como a maioria das outras profissões, não exigia a necessidade legal de assistência dos pais ou responsáveis, em caso da contratação dos menores de 18 anos. Essa lacuna associada ao caráter de informalidade do setor criava a possibilidade de exploração, isto sem mencionar os riscos de intoxicação devido ao contato direto com produtos químicos, de acidentes pelo manuseio de faca e o uso do fogão, de sofrer atos de violência e abusos sexuais, entre outros.

Seguindo as recomendações da convenção 182 da OIT, de que o labor doméstico infanto-juvenil pode oferecer riscos à saúde e ao desenvolvimento das crianças e dos jovens, o decreto 6.481, de 12 de junho de 2008, no Art. 2º, § 1, determina que os empregadores solicitem a autorização do Ministério do Trabalho para a contratação de empregados domésticos com idade entre 16 e 17 anos. Antes os empregadores devem consultar e receber um parecer positivo do sindicato ou das associações dos empregados deste setor ou de um técnico em segurança do trabalho, que ateste a não exposição do(s) jovem (s) a riscos morais e físicos, conforme as atividades que desempenharão e as condições de trabalho (BRASIL, 2008).

A inovação desse decreto é que pela primeira vez a legislação brasileira reconhece que o labor doméstico infanto-juvenil não é uma extensão das habilidades femininas, nem o considera uma atividade leve, associada à *ajuda*, tampouco algo do foro privado. O referido

decreto permite ao jovem com idade de 16 e 17 anos exercer as funções de empregado doméstico, desde que os empregadores se comprometam a respeitar os direitos básicos garantidos por lei aos trabalhadores e pelo ECA aos adolescentes. A meu ver, essas medidas visam desestimular a prática de oferta de subempregos aos jovens domésticos, aumentar as chances deles conciliarem trabalho e escola e das possibilidades de acesso a direitos que garantam uma vida digna.

4.2 - O emprego doméstico: breve revisão da literatura

Pesquisas e estudos acadêmicos demonstram que no Brasil as categorias de classe, gênero, nível de escolaridade, renda e etnia manifestam-se como elementos estruturais e estruturantes das divisões sociais e geram desigualdades. O emprego doméstico é uma extensão dos papéis tradicionais das mulheres, da ausência de distribuição igual dos afazeres domésticos entre os membros da família, que são feitos por uma pessoa, a mãe e/ou a empregada doméstica, sem alterar as relações de gênero.

O emprego doméstico ocupa um patamar inferior em comparação com outras atividades e funções. Na minha percepção, tal desvalorização está vinculada ao fato de que a execução dos afazeres domésticos é vista como uma função feminina, eles não geram lucros diretos e ainda são menos protegidos socialmente. Apesar da presença majoritária das mulheres no setor de empregados domésticos, os cargos mais elevados são ocupados pelos homens (mordomo, motoristas, pilotos etc).

A questão de gênero é importante para a análise do emprego doméstico. Contudo, tenho a hipótese de que entre os elementos que sustentam essa atividade estão o poder econômico e a desigualdade social. Pois, em lugares onde a desigualdade é grande, amplia-se a utilização dos serviços pessoais, cujo custo é pequeno; em localidades em que as diferenças econômicas são menores, a utilização daqueles serviços decai, em razão dos custos altos (MILKMAN, REESE e ROTH, 1998).

Sobre a desigualdade econômica, a maioria dos estudos investiga as diferenças de rendimentos entre as pessoas de diferentes sexos. Apesar da crescente taxa de feminização das funções, poucos estudos tratam da disparidade de renda entre as mulheres. Em sua pesquisa a respeito do trabalho feminino, Bruschini e Lombardi (2000) constatarem o crescimento tanto do número de mulheres que ocupam altos cargos quanto daquelas que desempenham as chamadas funções desqualificadas. Para essas autoras, a distribuição

desigual de renda, os aspectos de informalidade e as discriminações tornam a emancipação feminina um privilégio para as mulheres de uma camada social. Ou seja, “algumas beneficiando-se mais do que outras do avanço e do combate ao sexismo” (LAVINAS, 2001, p.17).

No entendimento de Saffiotti (1978), nas camadas médias, o aumento do nível de escolaridade possibilita um ganho maior através do trabalho e a procura por bens duráveis de consumo e por serviços pessoais, como as empregadas domésticas. Para essa autora, a desigualdade econômica que perpassa o emprego doméstico revela-se no cotidiano, através da falta de conhecimento da empregada da maneira correta de se limpar os revestimentos, os pisos e os carpetes, de preparar pratos mais sofisticados, atender ao telefone e receber as visitas.

Suely Kofes (2001) traz importantes contribuições para a compreensão das relações entre empregadas e patroas. A autora trabalha com diversas fontes: entrevistas de empregadas e patroas, contatos com agências de empregos, sindicatos, pesquisas quantitativas, fotografias etc. A apresentação da historicidade e da trajetória jurídica do emprego doméstico possibilita perceber a sua representação como secundário. Essa representação é um obstáculo ao reconhecimento dos direitos sociais dessa atividade, justifica a sua remuneração irrisória, como também uma estratégia de dominação social entre os homens e as mulheres.

A desvalorização do emprego doméstico dificulta a interação das empregadas domésticas com essa atividade, forja classificações, identidades e *status*, como auxiliar do lar, secretária do lar e ajudante. Para parte das empregadas domésticas a necessidade de sobrevivência faz com que elas continuem em uma situação de subordinação.

Ao tratar as relações de poder entre patroas e empregadas, Brites (2001) assinala que, no Brasil, “os patrões não desenvolvem relações de contrato de trabalho”. Essa autora considera que,

As empregadas encontram vantagens nas relações paternalistas, negociações inexistentes no mercado de trabalho formal, como alimentação, objeto, móveis, presentes. [...] O emprego doméstico pauta-se em relações de trabalho clientistas numa época marcada pela cidadania.

Alguns empregados continuam a valorizar a figura do *pai-patrão*, citado e definido como o bom empregador. Mas, essa relação paternalista pode levar à identificação negativa, seja porque em lugar de cumprir os seus deveres e defender os seus direitos, a empregada, visando futuros benefícios, acaba assumindo o discurso, as vontades e as posições da patroa,

seja porque o patrão coloca exigências que extrapolam a situação de trabalho doméstico, como o pagamento de contas no banco, preparar comida durante a madrugada etc.

O descumprimento dos direitos sociais estabelece uma lógica de flexibilidade das expectativas e de contribuições recíprocas, que funcionam com base no sentimento de confiança mútua. Kofes (2001, p. 187) afirma que

As empregadas expressam muitas vezes a expectativa de que a patroa seja amiga. E amiga quer dizer aqui ouvir a empregada, entender suas ausências ocorridas devido a problemas da vida doméstica própria da empregada, orientá-la, ensiná-la. Várias patroas esperam que a empregada desenvolva como se fossem das próprias as tarefas que elas lhe confiam.

Compartilho das reflexões de Britto da Motta (1986, p. 231), para quem as relações estabelecidas no emprego doméstico “têm a enorme complexidade que se poderia esperar de relações vividas por pessoas de diferentes classes ou frações de classes sociais [...] diante da qual o elemento definidor é pertencer-se ou não se pertencer a ele, segundo as diferentes alternativas: pertencer de fato e de direito; claramente não pertencer; pertencer ilusoriamente; ser alijado(a) bruscamente dela.” O emprego doméstico apresenta muitas ambiguidades, parte delas advém do fato de que não há uma separação clara entre as funções da dona de casa e da prestadora de serviços.

O emprego doméstico também é impregnado pelas questões da migração, da etnia e da raça. Nos Estados Unidos, o vínculo entre patroas e empregadas é atravessado por essas questões. Geralmente, as mulheres que trabalham nesse setor, são negras, imigrantes latinas ou asiáticas.

Ao pesquisar empregadas domésticas no Rio de Janeiro, Sandra Azeredo (1989) parte da trajetória do movimento feminista e do movimento negro, essa tece críticas ao primeiro por não observar a importância da categoria etnia/raça na manutenção das desigualdades sociais, no Brasil. Segundo essa autora, há um silêncio em nome da suposta democracia racial. Azeredo (1989) analisa as relações entre as empregadas e as patroas entrelaçando os aspectos de etnia, de relações de gênero e de poder. A autora aponta para vários elementos utilizados pelas empregadoras para diferenciá-las das suas empregadas, como o uniforme e o elevador de serviço. E verifica existir no emprego doméstico desigualdades de classe e etnia entre as mulheres.

O que se percebe, portanto, nessas representações das relações entre empregadas e patroas é um jogo interminável, onde se apela para identificações e diferenciações, que se fundamentam em raça e gênero simultaneamente, havendo uma tendência por parte das patroas a apelar para identificações, e uma tendência por parte das empregadas a denunciar as diferenciações. [...] Ainda quando sempre denunciando as diferenciações todas as empregadas mostraram algum nível de identificação com as suas patroas, o que as coloca em uma situação de ligação estreita com elas. Quase

todas as empregadas se referiram a suas patroas como amigas e como se sentindo tratadas como pessoas da família por elas. [...] A identificação, portanto, se dá dentro de moldes paternalistas, que preservam a hierarquia. (AZEREDO, 1989, p. 216).

O emprego doméstico apresenta elementos de oposição e de proximidade entre as patroas e as empregadas. É impossível o estabelecimento de uma relação na qual a existência da troca de experiências, a racionalidade e o planejamento possibilitem a patroa preservar a sua intimidade e, ao mesmo tempo, auxiliar e influenciar a família da empregada. Há ainda os casos em que a pequena diferença da situação cultural, étnica, social, econômica, familiar e de escolaridade facilita a integração entre empregadora e prestadora de serviços (SAFFIOTTI, 1978).

Ainda segundo Saffiotti (1978), nem sempre os vínculos entre patroas e empregadas são marcados por relações de dominação. Algumas situações exigem negociações, principalmente quando a primeira depende da última, precisa de favores que estão fora do campo ou do horário de trabalho pré-estabelecido da empregada.

A relação de dominação existente no emprego doméstico tanto pode ser revertida como assimilada. Ao pesquisar mulheres das camadas populares, algumas ex-empregadas domésticas, com potencialidade para se tornarem empregadoras, Saffiotti (1978) constata a vontade delas da permanência das relações paternalistas e de dominação, através de rituais de separação e autoafirmação, como uniforme, locais de refeição distintos para situar a posição de cada uma. Os casos analisados mostram que a experiência como empregada doméstica pouco auxiliava na formação de ideias reivindicadoras do cumprimento dos direitos de trabalho. Ao contrário, se as condições permitissem, as mulheres entrevistadas assumiriam comportamentos que lhes possibilitassem tirar vantagens das prestadoras de serviços.

São estas características pré-capitalistas, ou seja, as relações paternalistas encontradas no emprego doméstico que levam Saffiotti (1978) a supor que essa atividade desapareceria no capitalismo tardio. Os dados do IBGE mostram que no Brasil, nas últimas duas décadas, o número de empregadas domésticas caiu relativamente, mas cresceu em números absolutos (MELO, 1998). Durante décadas, o emprego infanto-juvenil doméstico foi ignorado pelas autoridades, ultimamente o setor público e o setor privado praticam várias ações para combatê-lo, contudo essa atividade é a segunda que mais afeta as crianças e os jovens brasileiros.

Há poucos estudos a respeito do emprego infanto-juvenil doméstico, no levantamento bibliográfico mapeou-se em distintos acervos 14 artigos, seis dissertações e três teses que tratavam dessa atividade. Observou-se uma concentração de trabalhos que traçavam um perfil

das crianças e dos jovens empregados domésticos, em diferentes regiões e metrópoles brasileiras, por meio da sistematização de macro dados e dos que discutiam as políticas e os programas de erradicação dessa forma de labor. Um número menor de pesquisas aborda as relações ambíguas estabelecidas entre as empregadoras e as empregadas ou relacionam o emprego infanto-juvenil doméstico à violência contra as crianças e os jovens.

Em pesquisa realizada com adolescentes residentes na cidade de Recife, Maurício Tavares (2002) enfatiza os vínculos criados entre empregadoras e empregadas. No entendimento desse autor, se a empregada doméstica é adolescente, as condições precárias de trabalho se acentuam devido às relações de poder e hierarquia, à situação de vulnerabilidade social e aos empregadores, que vislumbram tirar vantagens da pouca experiência profissional, da falta de opção e do pequeno poder de negociação da jovem.

Segundo Tavares (2002) dependendo da idade da empregada, ela busca uma integração na família empregadora. Esse sentimento pode fazer com que a figura da patroa seja substituída pela imagem de guardiã, orientadora dos assuntos referentes às amizades, à sexualidade, à saúde, à higiene etc. Para esse autor, nesse processo a adolescente estabelece uma relação afetiva com a família empregadora, em que a primeira não se vê como membro efetivo do grupo familiar, nem como uma simples prestadora de serviços.

O estabelecimento de uma relação estreita ou o sentimento de gratidão contribuiu para a formação de relações paternalistas e torna as crianças e os jovens mais suscetíveis a exploração. Essas relações também contribuem para a construção de formas de controle moral e da vida pessoal das empregadas. Assim, por medidas de precaução, as empregadoras preferem as prestadoras de serviços tímidas e reservadas ou corrigem moralmente aquelas que não correspondam à imagem de acanhada. Se vistas como abusadas ou assanhadas as crianças ou as jovens domésticas podem sofrer assédio sexual por parte dos homens que residem na casa onde elas prestam serviços.

Embora, em sua maioria, as atividades domésticas sejam desempenhadas no interior da casa e consideradas seguras, existem riscos pessoais para aqueles que as realizam. O estudo feito por Santana et al. (2003) enfatiza a ocorrência de acidentes entre as empregadas domésticas. Os autores constatarem que nessa profissão o número de acidentes é 7% maior do que a quantidade encontrada em outras profissões. O maior percentual de acidentes de trabalho é registrado entre as empregadas domésticas com idade entre 15 e 17 anos.

Neide Castanha (2002) evidencia a complexidade da realidade das crianças e dos jovens que exercem o emprego doméstico e propõe sugestões para a eliminação dessa atividade. Ela observa a gravidade das situações de risco: cortes devido ao manuseio de

objetos cortantes; quedas de bancos, cadeiras, escadas e janelas; queimaduras ao cozinhar e/ou passar roupas e intoxicação com produtos de limpeza.

A maioria dos estudos evidencia a exploração no emprego infanto-juvenil doméstico. A meu ver, de acordo com a jornada, a natureza, a remuneração, o ambiente, as instalações e as condições, o trabalho precoce pode ou não significar abuso e violação dos direitos dos trabalhadores infanto-juvenis. Como Martins (1999), considero que a ideia de tirar vantagem desses trabalhadores está relacionada ao pensamento, manifestado tanto na esfera pública quanto na privada, de que alguns indivíduos, grupos e segmentos devem ter mais direitos do que os demais; como também às práticas sociais e culturais que desconsideram as opiniões das crianças e dos jovens daquilo que ocorre em sua vida. Essas ideias e práticas associadas à desvalorização e ao desprestígio do emprego doméstico contribuem para a exploração das crianças e dos jovens empregados domésticos.

4.3 - A distinção entre o trabalho e o labor doméstico

A percepção, as experiências e os sentidos do trabalho na vida das pessoas mudam de acordo com o momento histórico, o grupo social, a etnia, o gênero etc. Na Grécia Antiga o trabalho braçal era desprezado, tido como um elemento impedor da prática e do desenvolvimento intelectual e artístico, realizado pelo metecos, estrangeiros que moravam no território grego. Na Europa da Idade Média, esse tipo de trabalho continuava sendo visto como negativo, executado pelos servos, o tipo de atividade executada era determinado pela origem social do indivíduo. No Brasil Colonial, lhe atribuíam características como desgastante, duro, degradante e inferior e, por isso, deveria ser realizado pelos escravizados.

A industrialização trouxe a especialização e um leque de atividades e funções. A partir do pensamento de que o trabalho conserva um lugar central e importante na sociedade, trago algumas contribuições da autora Hannah Arendt sobre a vida ativa da pessoa humana.

Segundo Arendt (2000), a pluralidade é algo elementar da condição humana. Entretanto, o pensamento da pluralidade enquanto realidade sofre uma brusca ruptura com a condenação de Sócrates, o fim da utilização da esfera pública como espaço do debate e a consequente introspecção da filosofia, cuja prática torna-se o diálogo do “eu consigo mesmo”.

Para essa autora, as atividades humanas reúnem uma pluralidade de concepções, distribuídas em diferentes modalidades e que podem ser analisadas por meio de três conceitos: trabalho, labor e ação. Estes se distinguem entre si conforme aquelas atividades são

realizadas, pelos resultados que elas produzem e como os homens se expressam a partir de cada uma delas (ARENDT, 2000).

O trabalho está relacionado ao agir conscientemente, compreende a ação humana sobre a natureza com a finalidade de produzir objetos de uso. É o processo pelo qual o homem (*homo faber*) constrói o seu mundo e, ao mesmo tempo, afirma a sua identidade, pois ele “somente consegue relacionar-se devidamente com outras pessoas, trocando produtos com elas” (ARENDT, 2000, p. 174). Refere-se tanto à produção de mercadorias quanto às atividades que visam satisfazer outras necessidades humanas. A sua produção envolve o planejamento e é caracterizada pela durabilidade, sendo o seu tempo de conservação variável.

O labor (*animal laborans*) está vinculado à sobrevivência humana sem, contudo, ser considerado uma atividade exclusiva do homem. Conforme produzido é consumido imediatamente, o que leva à sua produção e reprodução constante. Arendt (2000, p. 114) assinala que é a repetição o elemento o que transforma em algo penoso, “o esforço do labor jamais poupa o animal que labora de repeti-lo mais uma vez”. O labor também se caracteriza pela realização de atividades desqualificadas, sujeição devido à necessidade de sobrevivência e exploração. Arendt (2000, p. 135) afirma que “o labor de uns é o bastante para a vida de todos”.

A ação refere-se à maneira como os homens atuam com outros homens, sem a interferência material. Ela distingue-se do trabalho e do labor, porque para desempenhá-la o homem deve ser capaz de agir, respeitando a pluralidade. No entendimento de Arendt (2000) a ação não está relacionada diretamente à produção material e sim ao discurso, que para deixar de ser individual e tornar-se coletivo deve estar vinculado ao interesse de outras pessoas. Há necessidade de cooperação já que “homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (p. 15).

Arendt (2000) considera a possibilidade de diferentes formas de se trabalhar. Contudo, ela observa que a partir da implantação do sistema de trabalho remunerado, tem-se a valorização e a definição do trabalho enquanto meio da produção de mercadorias a ser consumidas. Para essa autora, ao utilizar grande parte do seu tempo para alcançar as riquezas materiais, o homem tende a se afastar das instituições públicas e políticas, como também da vida contemplativa e reflexiva. Tal afastamento contribui para tornar as relações entre os homens frágeis e instáveis.

A partir das observações de campo e das falas das pessoas entrevistadas, em analogia ao pensamento arendtiano, entendo que as atividades domésticas realizadas no próprio lar

podem ser designadas de trabalho, pois a despeito de não produzirem mercadorias, elas se constituem em algo necessário para a subsistência do grupo doméstico.

Quando as tarefas domésticas são realizadas em caráter de prestação de serviços, elas são pouco valorizadas socialmente. Em minha percepção, isto ocorre porque o sentido, a natureza dessas tarefas e o bem-estar familiar não são levados em consideração. Geralmente, tal prestação é feita por pessoas das camadas populares, sem qualificação profissional, com nenhum ou pouco nível de escolarização. Enquanto extensão de atividades consideradas como femininas e realizadas de forma gratuita, elas envolvem limpar a sujeira e os dejetos do outro. Devido a tais atividades apresentarem características efêmeras e limitarem as oportunidades de crescimento profissional e social das pessoas que as desenvolvem, denomino as tarefas domésticas realizadas para terceiros de labor doméstico.

4.4 - As representações e os significados do labor precoce

Antes de adentrar na discussão do labor infanto-juvenil doméstico, realizarei uma análise a respeito das representações do labor precoce. Tal análise me parece importante para a interpretação desse último, as suas relações com a família e a sociedade, os valores, as regras, os limites e as sanções.

Para melhor entendimento esclareço que, com base nas normas da OIT e na atual legislação brasileira, utilizo os termos labor infantil e labor precoce para me referir ao trabalho desempenhado por crianças e jovens, com idade entre 11 e 15 anos, grupo considerado pela lei como pessoas incapazes de desempenhar as atividades profissionais, a não ser na condição de aprendiz. E uso a expressão labor juvenil para me aludir ao trabalho executado por jovens com idade entre 16 e 17 anos, entendidos como relativamente capazes de inserção no mercado de trabalho.

Sem a apresentação de uma discussão acadêmica sistemática dos argumentos contra e a favor do labor infanto-juvenil, analiso os discursos das crianças, dos jovens, dos responsáveis e empregadores sobre as representações desse labor.

Pautando-se nas formulações de Barros e Mendonça (1992), Madeira (1997) discute as diferenças de maturidade biológica e emocional entre as crianças e os adolescentes, o que reflete no tipo de atividade exercida, número de horas trabalhadas e remuneração recebida.

Madeira (1997) situa o labor infantil e juvenil como experiências distintas. Para ela, geralmente, o labor infantil atenta contra os direitos sociais da criança, pois é exercido de

maneira informal²⁶ e sem condições adequadas de trabalho, realizado na circunvizinhança e determinado, principalmente, pela situação de vulnerabilidade social e de poucos recursos materiais e simbólicos familiares. O labor juvenil pode ser formalizado e realizado em diferentes localidades, motivado pela vontade do jovem de adquirir bens de consumo, independência financeira e participar nas decisões familiares. A autora ainda observa que a distribuição por faixa etária das crianças e dos jovens trabalhadores é desigual e concentrada após os 15 anos. Para ela a não observação desse dado pode incorrer na superestimação do número de crianças trabalhadoras.

Um jovem de 16 anos apresenta índices de disponibilidade, mobilidade e produtividade superiores aos de uma criança de 10 anos, o que aliás fica claro pelo valor médio dos salários de cada um dos grupos etários. [...] O trabalho infantil difere também do trabalho do adolescente na sua vinculação com a pobreza. No caso das crianças (que é sempre bom lembrar, trabalham em proporção bem menor), a relação com a renda é bastante linear e inversa: trabalham bem mais crianças pobres. [...] A concentração de adolescentes nas faixas menos favorecidas é menor, havendo uma enorme dispersão pelas diferentes situações socioeconômicas (p. 98).

Nesta pesquisa, ao tratar do labor infanto-juvenil, utilizo um recorte etário, mas entendo que os sentidos e os impasses dessa atividade não estão atrelados apenas à idade, à capacidade física e emocional, à pobreza. Historicamente, os fatores que atuam como geradores e reprodutores do labor infanto-juvenil estão relacionados à origem social, a etnia, ao gênero, ao modo de falar etc. Não descarto a possibilidade de um jovem exercer uma atividade que coloca em risco a sua saúde, ter acúmulo de tarefas e uma renda inferior a recebida por uma criança.

Começo a discussão sobre o labor infanto-juvenil, com alguns enxertos das entrevistas que giram em torno da questão: qual a melhor idade para a pessoa começar a trabalhar. A maioria dos participantes desta pesquisa discursa a favor do labor precoce, o principal argumento é que a ociosidade estimula à vadiagem e à criminalidade. Como discutido na primeira parte deste capítulo, esse pensamento está relacionado à necessidade do Estado de controle e direção do comportamento da população afrodescendente, após a abolição dos escravos. O discurso naturalizador do labor precoce aparece em alguns depoimentos como o abaixo:

Para o senhor há pontos positivos no fato da Florinda começar a trabalhar cedo? A pessoa precisa ter a sua ocupação. Quanto mais uma pessoa trabalha menos tempo a pessoa tem para ficar andando com má companhia. Não vai usar drogas ou ficar

26 Madeira (1997) emprega o termo informal no sentido de não possuir o registro do emprego na carteira de trabalho.

fazendo besteira por aí. Agora, a gente tem que dar uma força para os filhos trabalhar, estudar. E ficar de olho, ficar por perto para eles não fazer coisa errada. Agora, quanto mais novo melhor para começar a trabalhar (Sr. Floriano, 42 anos).

Em minha opinião, a utilização do labor precoce como meio de prevenção à marginalidade indica a ausência de atividades culturais e esportivas para as crianças e os jovens e a falta de expectativa de diminuição das desigualdades sociais, o que propicia a criminalidade.

Outra parte dos pais/responsáveis entende que o mercado de trabalho é muito disputado, por isso, quanto antes a pessoa adquirir experiência melhor. Para eles o trabalho precoce é uma preparação para o futuro, pois ele possibilita o desenvolvimento de habilidades físicas, mentais e emocionais da criança/jovem.

É bom que já desenvolve bem, logo cedo né? Sabendo dosar, [começa a falar vagarosamente] sabendo separar as coisas direitinho, é bom! (Geni, 31 anos).

O fato dos pais relacionarem o labor infanto-juvenil ao rápido desenvolvimento das habilidades físicas, emocionais e mentais se contrapõe às ideias discutidas em pesquisas sobre esse tipo de labor e que apontam para os seus danos para a saúde, a escolarização e a formação da identidade das crianças e dos jovens. Tenho a hipótese de que esse discurso da naturalização do labor infantil traz de forma velada a valorização do aprendizado informal em detrimento do aprendizado escolar, porque para os pais/responsáveis existe a incerteza de que o estudo será um diferencial para o futuro profissional dessas crianças e jovens e não são os direitos e sim as relações estabelecidas o que garante a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência.

O terceiro grupo compreende que o trabalho precoce é uma alternativa para se suprir às necessidades das crianças e jovens trabalhadores e dos seus familiares, uma estratégia de sobrevivência pessoal e familiar. Este dado aparece quando pais/responsáveis e empregadoras respondem a pergunta sobre a melhor idade para uma pessoa começar a trabalhar.

... Se pudesse com 16 anos, 18. Desde que não atrapalhe os estudos, eu acho que a idade a partir dos 16, se não atrapalhar os estudos, se você estudar a noite. Com 16 anos, eu acho que já pode (Risos). O P... começou com 16, A K... com 14, o P... com 13, mas eu acho que naquela época podia, depois entrou a lei só com 16, teria que estudar. Agora, a Luíza foi com 13 e pelo que eu estou vendo a lei, daqui a pouco só com 18, para registro (Maria Aparecida, 43 anos).

Se a família tiver condições [financeiras], eu acho que no início da faculdade já é bom começar a trabalhar. Mas, às vezes, a família da criança não tem condições, também. O que vai fazer? Vai deixar largada, passando fome, necessidade? Dá dó, mas às vezes desde criança já precisa trabalhar (Angelita, 38 anos).

Para essas duas participantes as definições de quando e quem deve trabalhar estão relacionadas às possibilidades da família de manter ou não os gastos das crianças e dos

jovens, ou seja, está vinculada a integração ou não dos pais/responsáveis ao mercado de trabalho. A falta de alternativa pode empurrar as crianças e os jovens para o labor infanto-juvenil. Nessa situação, como é o exemplo de dona Maria Aparecida que tem três filhos inseridos no trabalho antes da idade mínima legal, há certa preocupação quanto à natureza da atividade, se é penosa ou não, se a sua execução impedirá a continuidade dos estudos etc.

Diante da pobreza material, dona Angelita considera que trabalhar é melhor para a criança, uma vantagem para esta. A princípio, este foi o argumento utilizado para empregar a Aline. Entretanto, em outro momento, a empregadora colocou as suas dificuldades “– Achar uma babá, uma empregada não é nada fácil, porque, no meu caso tem que dormir [no emprego] e a folga é a cada 15 dias. As senhoras não querem, não podem [cumprir essa jornada de trabalho], né? Elas têm os filhos, tem a casa delas para cuidar” (excerto de nota de campo, 21 de outubro de 2007).

Não conseguir uma babá que cuidasse do seu filho pequeno à noite, também foi uma dificuldade da empregadora de Luiza, conforme nos narrou a mãe da jovem. “– Durante o dia fica a ex-sogra da minha filha mais velha, da K. né? E de noite, como a dona M. tem que cuidar da casa, dos filhos, que ela tem três meninos, tudo homem, aí ela [empregadora] pegou a Luiza [para trabalhar no período noturno]. A ex-sogra da K. fica de dia e a Luiza fica de noite [...]” (excerto de nota de campo, 16 de fevereiro de 2008).

Os dois últimos discursos indicam que, em algumas ocasiões, as empregadoras utilizam o labor infantil doméstico para compensar a falta de políticas públicas familiares, como creches e escolas de educação infantil noturnas, casas de cuidados aos idosos, lavanderias públicas etc.

Além da reciprocidade familiar, o ato de trabalhar é expresso por meio da ideia de uma ética. Em *A ética protestante e o espírito capitalista*, Max Weber (1985, p. 115) observa que os indivíduos desempenham as suas funções com a finalidade de obter satisfação pessoal e prosperidade. Para este autor, a crença protestante resulta numa ética singular do indivíduo em relação ao trabalho, este visto como uma maneira de se alcançar a salvação e a dádiva divina, já que “a vida profissional do homem é que lhe dá uma prova de seu estado de graça para sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir sua vocação”.

Ao falar do ato de trabalhar, as crianças e as jovens o relacionam, sobretudo, as possibilidades de superação das carências sociais. Elas frequentam diferentes denominações cristãs, não obstante, expressam o trabalho como o instrumento que lapida as virtudes, uma vocação constante e valorizam as pessoas que trabalham.

Ah, a gente trabalhando a gente alcança prosperidade, né? Então, a gente tem que trabalhar. Então, eu acho que é uma coisa... normal, trabalhar. Todo mundo deve trabalhar (Jennifer, 12 anos).

O sucesso profissional e o enriquecimento passam a ser a representação da graça divina entre as pessoas abençoadas. O trabalho é significado como um elemento edificador e disciplinador, outras associações positivas lhe são atribuídas como autorrealização, honestidade e dignidade.

[trabalhar é] uma responsabilidade muito grande, ... porque dependendo do que você faz ou não, você tem que fazer bem (Luísa, 14 anos).

[trabalhar é] Ah, ... algo que a gente faz e sabe que a gente vai ter um retorno bom (Jéssica, 17 anos).

Eu acho bom porque a gente aprende e tem o dinheirinho (Vanessa, 15 anos).

Eu acho bom, eu não consigo ficar em casa. Mal tenho o domingo para descansar (Maria Aparecida, 43 anos).

As ideias protestantes ligadas à necessidade de se ter uma vida regrada, não gastar o dinheiro com prazeres mundanos e sim poupá-lo estão presentes nas vozes das jovens. Esses pensamentos aparecem quando a elas é perguntado o que fariam se possuíssem ganhos maiores e as suas respostas apontam para um princípio poupador, que limita os seus gastos à sobrevivência dos seus familiares.

Ah, se eu ganhasse essa quantia seria ótimo para mim. Daria para pagar as minhas contas, com 150 reais eu pagaria as minhas dívidas do mês e poderia estar guardando um pouco de dinheiro para o meu futuro e usaria outra parte em casa e comigo mesma (Jéssica, 17 anos).

Suponho que o quadro de desemprego, instabilidade financeira e precariedade ocupacional dos seus familiares contribuem para reforçar o pensamento de gastar com moderação e limitar o autoconsumo. Daí os discursos delas se contraporem à ideia de consumismo, muito presente entre as crianças e os jovens da contemporaneidade, exceção de uma criança que preferia adquirir bens de consumo, indicados pela mídia como adequados para a sua fase de vida.

Ah, eu ia comprar as coisas que eu gosto: sapato, roupa. Espera aí, que tem mais coisa! É... CD que eu gosto de ouvir música, [comprar DVD para] ver desenho, filme (Aline, 11 anos).

Os discursos apresentados pelas crianças, pelos jovens, pelos seus responsáveis e empregadores podem criar uma tensão com os discursos emitidos pelos órgãos públicos internacionais e nacionais e alguns setores da sociedade civil brasileira. Esses órgãos e setores preconizam a proteção, os direitos das crianças e dos jovens ao não trabalho e o fácil acesso à escolarização.

Porém, o valor social maior atribuído à pessoa que trabalha contribui para que “a identidade dos indivíduos [seja] mediada, quando não determinada, por sua relação com o processo de trabalho” (STEHR, 2000, p. 103). Além dessa questão, as relações familiares das camadas populares são pautadas pela reciprocidade e “podem explicar o porquê da aceitação do trabalho como algo ao qual as crianças se sentem levadas a encarar com naturalidade” (HEILBORN, 1997, p. 305).

Os padrões de comportamento e valores são internalizados pelos indivíduos no processo intergeracional de socialização, mas parece-me um equívoco pensar em uma reprodução total daqueles padrões, sem levar em conta a possibilidade de reinterpretções. Entendo que existe um sistema de reciprocidade, expresso de diferentes maneiras, em que as crianças e os jovens colaboram com os seus pais ou familiares, mas nem sempre de uma forma passiva.

Há o reconhecimento das limitações do presente e das desigualdades que conduzem a naturalização do labor infanto-juvenil doméstico. Contudo, escapar do conformismo ou resistir à exploração tornam-se práticas difíceis quando se pertence a um grupo social em que todas as pessoas devem trabalhar.

É uma forma de eu estar ajudando a minha família, (FC) uma forma de eu estar contribuindo com a minha mãe, com os meus irmãos (Cristina, 16 anos).

Ah, porque na verdade quase todo o dinheiro eu dou para a minha mãe. O que eu tiro é mais para comprar alguma coisa, um caderno, um livro, uma coisa assim. O que eu precisar para a escola, uma apostila, alguma coisa. Mas, eu tenho vontade de abrir uma poupança (Vanessa, 15 anos).

Os discursos analisados trazem uma multifatorialidade para se exercer ou contratar o labor precoce. Muitas narrativas trazem reflexões do cotidiano, soluções imediatistas e, às vezes, contraditórias, como o desemprego de parte dos pais/responsáveis e a atuação no mundo do trabalho das crianças e das jovens empregadas domésticas. Quase não se fala em direitos, seja das crianças ou das jovens, seja dos seus pais/responsáveis.

4.5 - As condições do labor infanto-juvenil doméstico nos casos estudados

4.5.1 - Sobre as percepções dos horários de trabalho e das tarefas desempenhadas

Nos próximos parágrafos, analiso os dados referentes às tarefas, às jornadas de trabalho, às remunerações das crianças e das jovens empregadas domésticas, os vínculos destas com os seus empregadores e os diferentes discursos a respeito do labor doméstico infanto-juvenil.

Apesar de o labor doméstico constituir-se num conjunto de tarefas repetitivas, ele é complexo e exige planejamento para se definir quais as tarefas e qual é a melhor maneira de executá-las. Isso exige um gerenciamento ou envolvimento de alguém, que ainda determinará os horários de trabalho, o salário e outras condições de trabalho. Geralmente, os homens são separados do universo doméstico e, por isso, no emprego doméstico os vínculos ocorrem entre mulheres. Nesta pesquisa, tais vínculos ocorrem entre a patroa, uma figura feminina ou amiga da família da prestadora de serviços, e a criança ou a jovem empregada doméstica.

Como descrevo no capítulo I, os contatos e as relações pessoais são importantes para que ocorra a contratação dos serviços. As redes de sociabilidade podem ultrapassar os limites municipais e estaduais, como nos casos de Aline, Cristina e Vanessa. No emprego doméstico, tais redes possibilitam indicações e recomendações das colegas, dos amigos, dos familiares e dos antigos patrões tanto para os empregadores quanto para as empregadas. As redes sociais auxiliam aos patrões a encontrarem empregadas com o perfil e a disciplina que desejam e às empregadas domésticas identificar, conhecer e escolher aqueles com quem mais simpatizam, que lhes ofereçam as melhores condições de trabalho, as quais esperam que sejam cumpridas.

Para a maioria dos trabalhadores brasileiros, a média da jornada semanal é de 44 horas trabalhadas. Existem categorias que são beneficiadas com uma jornada menor, por executarem atividades consideradas insalubres ou perigosas, como médicos, operadores de raio X, algumas funções ligadas às áreas da construção civil e frigorífico. Mas a legislação brasileira não estabelece um limite de horas semanais a serem trabalhadas para os empregados domésticos. Abaixo apresento um quadro geral da jornada de trabalho realizada pelas crianças e jovens empregadas domésticas.

<i>Quadro 4 - As jornadas diárias e semanais de trabalho</i>			
<i>Jornada diária</i>	<i>Jornada semanal</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>De 10 a 12 horas</i>	<i>Acima de seis dias/ durmo no emprego</i>	<i>16</i>	<i>Cristina</i>
	<i>Outros (quatro dias)</i>	<i>17</i>	<i>Jéssica</i>
<i>De 7 a 9 horas</i>	<i>Acima de seis dias/ durmo no emprego</i>	<i>11</i>	<i>Aline</i>
	<i>Seis dias</i>	<i>17</i>	<i>Florinda</i>
<i>De 7 a 9 horas</i>			<i>Simone</i>
		<i>16</i>	<i>Suelen</i>
		<i>15</i>	<i>Vanessa</i>
		<i>12</i>	<i>Jennifer</i>

<i>Quadro 4 - As jornadas diárias e semanais de trabalho</i>			
<i>Jornada diária</i>	<i>Jornada semanal</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>De 7 a 9 horas</i>	<i>Cinco Dias</i>	<i>14</i>	<i>Daniele</i>
<i>Até 4 horas</i>	<i>Cinco dias</i>	<i>14</i>	<i>Luísa</i>

Fonte: Questionário

Os dados mostram a diversidade de jornadas de trabalho, que variam de 4 a 12 horas diárias, com a duração mais frequente de 7 a 9 horas por dia. As jornadas são maiores para Cristina, empregada residente, e Jéssica, ambas as jovens trabalham mais de 44 horas semanais, sendo que a primeira ainda realiza o labor doméstico no período noturno (entre 22h e 1h), o que é proibido por lei.

Aparentemente, não há uma relação direta entre a idade, as horas trabalhadas e a função, pois pessoas de faixas etárias diferentes possuem jornadas semelhantes. Nos casos analisados, quase sempre os horários estabelecidos são respeitados e há reconhecimento de que a empregada tem direito a tempo livre para resolver questões pessoais, descansar, realizar outras atividades, entre outras coisas.

Em alguns casos, parte do tempo livre é utilizado para a realização de biscoites, como por exemplo, Cristina que entre o final da tarde e o início da noite tem um intervalo, durante o qual desempenha a função de passadeira, cujo valor recebido complementa a sua renda. A rotina dessa jovem está relacionada às “suas” responsabilidades familiares e sua eventual mudança depende da alteração da situação profissional de sua mãe.

A legislação brasileira não permite que as pessoas trabalhem sem um dia de descanso semanal remunerado. A maioria das crianças e das jovens entrevistadas tem essa folga aos domingos. Porém, Aline descansa a cada 15 dias e Cristina folga uma vez por mês. O principal motivo alegado para ambas trabalharem mais de sete dias seguidos é que elas saíram de outras cidades para trabalhar em Marília, possuem poucos conhecidos nesta última cidade e estão sob a responsabilidade de suas patroas.

A respeito das tarefas realizadas três jovens desempenham o cargo de babá e cuidam de uma ou duas crianças; uma jovem é encarregada dos serviços de arrumação e limpeza e as demais, cinco jovens e uma criança, simultaneamente realizam as funções de babá e de empregadas para serviços gerais.

Neste último grupo se concentra as empregadas domésticas com idade entre 11 e 14 anos de idade, às quais são delegadas tarefas que envolvem a arrumação e a limpeza como tirar pó, varrer e aspirar a casa, passar pano no chão e lavar louças como também banhar, vestir, cuidar, dar comida, brincar e assistir televisão com as crianças. Já para as empregadas

maiores de 15 anos outras atividades são adicionadas a exemplo de lavar e passar as roupas, levar crianças para passear e à escola e cozinhar. Aline, empregada de 11 anos, divide as suas tarefas com a sua empregadora e as demais jovens as desempenham sozinhas.

Noto que quando as patroas se dedicam ao trabalho fora de casa ou permanecem ausentes de suas residências, contratar a criança ou a jovem doméstica tem-se revelado uma opção para os cuidados das crianças da família empregadora. Por isso, com exceção Vanessa, as demais participantes desta pesquisa exercem a função de babá acumulada ou não com a de empregada doméstica.

Como será para as crianças e as jovens domésticas exercerem a função de babá? Sentem-se preparadas? A despeito do treinamento fornecido por alguma figura feminina do seu grupo familiar, suponho que as primeiras não possuam muita experiência, mas o suficiente para prover outras crianças em suas necessidades. Perguntadas como se sentiam ao desempenhar as atividades de babá, elas respondem:

Ah, não foi difícil! Eu já tinha uma responsabilidade, tinha que ter, né? O que eu sabia eu ensinei para ela [criança] (Luísa, 14 anos).

Ah, normal [cuidar de criança] porque era coisa que eu já sabia um pouco (Daniele, 14 anos).

Ah, eu gosto. Eu adoro criança! Criança pequena, assim, grande eu gosto um pouco (Aline, 11 anos).

As crianças e as jovens destacam que por meio do treinamento recebido em seu grupo familiar aprendem a perceber e a reconhecer as reações e as necessidades dos bebês e das outras crianças. A maioria das entrevistadas exprime os pontos positivos da função de babá, como assumir os papéis de ensinar e cuidar e desenvolver o autossenso de responsabilidade, enquanto a minoria assinala que, nem sempre, está pronta para assumir tal responsabilidade, já que em algumas situações quem deveria receber cuidados eram elas.

Na casa dos empregadores, conforme os acordos estabelecidos e as responsabilidades assumidas, as domésticas aprendem um pouco mais a lidar com as crianças, recebem instruções quanto à higienização, aos horários para as refeições, brincadeiras e descanso, ao uso do telefone, em casos de emergência, a aplicação de técnicas disciplinares em conformidade com os pais das crianças cuidadas etc. Pode ocorrer de ex-empregadas ou as empregadoras acompanharem as babás durante os primeiros dias. Perguntadas sobre os novos conhecimentos adquiridos como cuidadoras, elas respondem:

[...] Eu já cuidava um pouco do meu irmão, aprendi um pouco com a minha mãe e chegando lá, a menina que trabalhava lá, ficou mais uns três dias comigo e foi me ensinando mais coisas. [...] Aprendi, bastante coisa. Você pode dar um exemplo? Que nem, saber dar banho em bebê eu não sabia. Saber a hora certa de dar mamadeira, de dar banho; hora de comer, alguma coisa. Eu não sabia nada disso,

aprendi. Sei dar mamadeira, sei trocar as fraldas. Quando os dentinhos estão saindo tem que passar gel. Aprendi bastante coisa (Daniele, 14 anos).

Ah ter paciência, que eu não tinha muito com criança. Eu gosto, mas eu não tinha muita paciência. Aí aprendi a ter paciência (Florinda, 17 anos).

Ah, sim. Com ele [a criança] ela [empregadora] me ensinou a colocar limites. Se [ele] desobedecer por de castigo, trancar no quartinho (Risos). Aprendi isto e é uma coisa boa para a criança aprender a obedecer (Luísa, 14 anos).

Nas falas das jovens domésticas compreende-se que ser babá mudou as suas visões de mundo, em relação aos cuidados corporais, a natureza e a formação moral das crianças, como também a presença destas e o processo de cuidado exigiram a valorização de qualidades como paciência, autoridade, amadurecimento etc. As jovens aprendem quais são as necessidades das crianças de diferentes faixas etárias; a respeitar o tempo das últimas que, muitas vezes, demoram comer, se sujaram facilmente e, em alguns casos, para conseguir exercer suas funções e manter as normas disciplinares, usar de autoridade. Observo que alguns pais empregadores dividem com as babás não apenas a responsabilidade do cuidado como também a educação dos filhos deles.

As jovens maiores de 15 anos realizam outras atividades domésticas, que necessitam de cautela ou cuidados especiais, por exemplo, a lavagem das roupas, sair às ruas com as crianças e a preparação dos alimentos. Elas apontam para a aquisição de novos conhecimentos e, indiretamente, falam da influência de suas empregadoras em seus hábitos alimentares, na compra e manipulação de alguns produtos.

Uma coisa que ela me ensinou foi na parte de roupa, geralmente ela gosta que passa o sabão primeiro, deixe de molho para depois esfregar. Eh... passar as camisetas do lado do avesso quando tem ... aqueles desenhos que não pode passar com o ferro (Jéssica, 17 anos).

Ah, eu aprendi a fazer prato diferente. Uma comida, uma sobremesa que às vezes ela me dá a receita. Aí, eu vou e faço na minha casa (Cristina, 16 anos).

Considerando-se os discursos e as representações a respeito das horas trabalhadas e das atividades desempenhadas, compreendo que o labor infanto-juvenil doméstico é ambíguo para as crianças e as jovens desta amostra. Ele apresenta tanto aspectos negativos, como as longas jornadas e o número excessivo de tarefas quanto pontos positivos como o amadurecimento, a assimilação de novos conceitos, formas de comportamento e hábitos. Tenho a hipótese de que as características de repetitivo, rotineiro, imaterial e outras atribuídas ao labor infanto-juvenil doméstico, como também o reconhecimento da contribuição que esta atividade traz para a formação da identidade das crianças e das jovens criam ambiguidades, contradições e geram diferentes sentidos para as pessoas que o desempenham.

4.5.2 - Os direitos do trabalho

Conforme abordado no item 4.1 “O emprego doméstico: fragmentos históricos e legais”, essa atividade ocupa a posição mais baixa da escala social, ela é caracterizada pelas precárias condições de trabalho e pelo pouco cumprimento da legislação. Geralmente, ao se tratar das crianças e das jovens empregadas domésticas as relações de trabalho ocorrem sem vínculos formais. O quadro abaixo traz informações dos vínculos de trabalho dos participantes desta pesquisa.

Quadro 4.1 - Os tipos de contrato de trabalho e de vínculo empregatício

<i>Vínculo empregatício</i>	<i>Motivo do vínculo</i>	<i>Tempo de casa</i>	<i>Valor do salário</i>	<i>Forma de recebimento</i>	<i>Nome</i>
<i>Remunerado e registrado</i>		<i>De 7 a 12 meses</i>	<i>380,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Florinda</i>
<i>Remunerado e sem registro</i>	<i>Não tenho carteira de trabalho</i>	<i>De 7 a 12 meses</i>	<i>200,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Daniele</i>
		<i>De 3 a 6 meses</i>	<i>200,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Jennifer</i>
		<i>De 1 ano a 2 anos</i>	<i>100,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Luísa</i>
	<i>Patrão não quis</i>	<i>De 1 ano a 2 anos</i>	<i>380,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Cristina</i>
		<i>De 3 a 6 meses</i>	<i>250,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Suelen</i>
	<i>Outros motivos</i>	<i>Mais de 2 anos</i>	<i>300,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Simone</i>
		<i>Mais de 2 anos</i>	<i>200,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Jéssica</i>
	<i>Não sei o motivo</i>	<i>De 7 a 12 meses</i>	<i>380,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Vanessa</i>
		<i>De 7 a 12 meses</i>	<i>180,00</i>	<i>Por mês</i>	<i>Aline</i>

Fonte: questionário

A legislação brasileira estabelece a obrigatoriedade da anotação do contrato de trabalho em CTPS para os empregados regidos pela CLT e outras categorias. Entretanto, em referência aos empregados domésticos há o costume dos empregadores não os registrarem, como demonstram várias pesquisas (VERGOLINO, 1991; MELO, 1998; LIBERATO, 1999). Entre os casos analisados neste estudo, apenas a Florinda possui o devido registro em CTPS. As jovens entrevistadas citam vários motivos para a falta de observação desta cláusula: empregado não possui carteira de trabalho, fato comum entre os mais novos; tentativa do

empregador de burlar a lei; desconhecimento do empregado dos seus direitos; entre as jovens de 17 anos, aparece ainda a recusa a serem registradas, porque não querem “sujar a carteira”.

A respeito do período que as jovens permanecem em uma mesma casa, nota-se certa estabilidade, a duração mais frequente está acima de seis meses prestando serviços para a mesma empregadora. Esse dado se contrapõe às informações encontradas durante os três anos da pesquisa de iniciação científica, em que prevalecia a rotatividade, a semelhança de outros estudos (STENGEL e MOREIRA, 2003). Tenho a hipótese de que tal alteração está vinculada ao fato de em três famílias os ganhos das jovens superam o dos adultos e, como já discutido, às dificuldades de mudança de segmento profissional e ao medo do desemprego.

As crianças e as jovens domésticas do universo desta pesquisa têm pouco conhecimento sobre os seus direitos sociais. Os dados mostram que elas já ouviram falar de 13º salário e férias, itens citados por todas, exceção feita à Aline. A maioria delas recebe o 13º salário e um número bem menor conta com o pagamento de férias.

Suponho que o cumprimento parcial daqueles benefícios está relacionado principalmente: à tradição da gratificação natalina, a Lei n. 4.090 de 1962 já garantia aos domésticos o direito a um abono em época de natal; aos acordos verbais pelos quais os empregados de diversas categorias, pertencentes às camadas desfavorecidas, costumam tirar as suas férias “trabalhando”. Em minha opinião, este último costume causa certa confusão para as jovens domésticas. Como o pagamento das férias ocorre dois dias antes do período da sua retirada, aos olhos dos trabalhadores pode parecer que descansar 30 dias resulta em perda de dinheiro e um mês “sem salário”. E outro fator: o tempo despendido com as atividades, quem realizará os serviços domésticos durante o período de gozo?

No final de ano que eu vou. Aí eu trabalho na casa do pai dela, lá. Ela vai para lá, nas férias. Eu vou com ela e fico na casa do pai dela, trabalhando (Cristina, 16 anos).

De vez em quando eu pego [férias], mas não a quantidade certa de 20, 30 dias. Eu pego 15 dias, que nem da última vez que eu fui viajar com a filha dela. Nessa viagem com a filha dela, você trabalhou? Da segunda vez [que viajei com a filha dela] sim. Mas da primeira vez eu fui para me divertir mesmo. Da segunda vez eu fui de acompanhante da filha dela, que operou. Ela fez plástica então precisava de alguém com ela (Jéssica, 17 anos).

A empregada doméstica não pode nem se dar ao luxo de ficar doente, porque se você trabalha na firma e fica doente vai ter algum que vai fazer o seu trabalho. Se você ficar um mês encostada alguém vai trabalhar no seu lugar porque a produção não vai parar. Agora se nós [domésticas] ficarmos doente a roupa vai ficar lá, ninguém vai lavar o banheiro, esfregar o chão. No máximo vão fazer uma comida e lavar a louça, o resto vai ficar lá tudo amontoado. Quando você voltar, oh [mostrar com as mãos a montanha] o acúmulo de serviço vai estar lá (Sílvia, 34 anos).

Nos três depoimentos sugerem que as mulheres das camadas médias ao assumirem o papel de gerenciamento da casa, executam poucas tarefas domésticas e, geralmente, não solicitam a outros membros do grupo familiar a sua realização. Estes atos contribuem para que o trabalho doméstico seja desvalorizado e se mantenha as relações desiguais entre os homens e as mulheres dentro e fora dos lares.

Ao se considerar a consolidação das leis do trabalho (CLT) em 1943, pode-se observar que, durante os últimos 60 anos, as empregadas domésticas nunca tiveram os mesmos direitos que os empregados de outras categorias profissionais. A medida provisória 284, de 06 de março de 2006 prometia aos domésticos menos desigualdade: FGTS obrigatório; salário-família; descanso semanal, preferencialmente aos domingos; proibição de desconto de moradia, alimentação, produtos de higiene; aumento do período de férias de 20 para 30 dias, com pagamento adicionado de 1/3 do salário.

Porém, o salário família foi vetado e o FGTS tornou-se facultativo, ao se levar em conta que poucas empregadas tiram férias e que poucas empregadoras realizam os descontos acima, constata-se que foram pequenos os benefícios recebidos por meio da MP 284. Parece-me que no Brasil, entre patrões e empregadas domésticas, predominam as combinações arbitrárias e subordinadoras das leis. Tanto o é que os preceitos jurídicos em vigor há quase 20 anos, como o pagamento de salário mínimo, não são totalmente cumpridos. Como narram as jovens ao responderem a pergunta como foi acertado o seu salário.

Foi ela [empregadora] quem acertou. Ela falou que três horas por dia, das 7h às 10h30 [19h às 22h30m] era esse valor [100 reais] (Luísa, 14 anos).

No começo eu ganhava 150 reais porque eu trabalhava três dias: segunda, quarta e sexta-feira. Depois, eu comecei a trabalhar quatro dias na semana e comecei a ganhar 200 reais [por mês] (Jéssica, 17 anos).

Ah, ela falou que só tinha condições de pagar 200, que nem ela pagou para a outra menina (Daniele, 14 anos).

Nota-se nas falas acima que o valor de seus rendimentos pagos está totalmente desvinculado do salário mínimo vigente. A respeito da remuneração, observo que a sua definição parece estar mais atrelada às condições financeiras das empregadoras já que as jovens colocadas em áreas centrais recebem os maiores rendimentos, independentemente das atividades exercidas.

A meu ver, em tempos que a desregulamentação atinge muitas categorias profissionais, a princípio pode-se imaginar que o emprego doméstico segue em direção inversa, quer dizer, aumento da formalidade. Entretanto na prática boa parte dos direitos sociais conquistados pelo segmento não são assegurados. O estigma social e o costume

concorrem os empregadores e os empregados a desafiar as leis, colocar os contratos sociais em segundo plano, criar um conjunto de procedimentos não previsto em lei, mas acordados.

Aparentemente, o costume favorece a inserção das empregadas domésticas em conformidade com a informalidade, desprovidos de direitos. Tenho a hipótese de que tal prática contribui para o desinteresse das jovens domésticas em conhecer os seus direitos enquanto trabalhadoras. Ao responderem a questão quais os direitos das empregadas domésticas, grande parte delas deixou de assinalar o salário mínimo e o descanso semanal remunerado.

Neste ponto, interessa-me trazer o debate feito por Noronha (2003, p.112) sobre formalidade e informalidade, conceitos que o autor analisa a partir de três setores da sociedade brasileira: econômico, jurídico e população em geral (senso-comum). Cada um desses setores atribui um significado diferente aos contratos de trabalho, que são classificados em “formal/informal; legal/ilegal e justo e injusto”, por analogia subentende-se a existência de valores como “eficiência, legalidade e legitimidade”.

Segundo Noronha (2003), há três diferentes correntes que tratam a informalidade: a “velha informalidade” discute as relações destituídas de direitos, o trabalho precário; a “neoclássica” vincula a expansão da informalidade ao excesso de regulamentação; e a “nova informalidade” observa uma incompatibilidade entre contrato de trabalho tradicional e as atuais formas de relações de trabalho. Para Noronha (2003), o uso do termo trabalho informal incorre no equívoco de agrupar, sob uma mesma concepção, diferentes atividades como trabalho autônomo; prestação de serviços; atividades ilegais, por exemplo, o tráfico de drogas e semi econômicas como o artesanato. Apesar disso, este autor enfatiza que

a permanência e a “reprodução de acordos informais” parece depender de duas variáveis: a convivência prévia de um grupo de pessoas em posição socialmente inferior ou estigmatizada e a percepção de uma certa igualdade “contratual” de forma a prevenir que um processe o outro em virtude da relação que mantiveram (NORONHA, 2003, p. 118).

Os contratos de trabalho podem não seguir as prescrições legais, ser verbais e ser vistos como justos, se o empregador não possuir condições de fazer o devido registro; são entendidos como injustos e aceitáveis, se outros empregados são atendidos em seus direitos sociais, mas o empregado *prejudicado* recebe parcialmente esses direitos, como o 13º salário e as férias e inaceitáveis, caso atividade a ser executada esteja aquém do conjunto de aptidões e habilidades possuídas pelo empregado, ou seja, degradante. Noronha (2003) salienta que,

As linhas divisórias entre contrato de trabalho “ideal”, “justo”, “aceitável”, “pessoalmente inaceitável”, “injusto” ou “socialmente intolerável” são tênues e

misturam noções de necessidade pessoal, de eficiência, de éticas pessoais e familiares, de justiça e de valores, normas e hábitos socialmente definidos (p. 121).

Ao referirem-se às dificuldades e aos problemas do labor doméstico, as crianças e as jovens trazem em suas falas as relações de poder no cotidiano, na interação entre empregadores e empregadas e nas apropriações das formas simbólicas. Para apresentar essas relações apoio-me no pensamento de Norbert Elias (1993) para quem o poder é característico das estruturas das relações humanas. Este autor salienta que toda pessoa ou grupo social tem diferentes fontes e graus de acesso que definem distintos níveis de poder.

O 'poder social' de uma pessoa ou grupo é um fenômeno complexo. No tocante ao indivíduo, ele nunca é exatamente idêntico à sua força física e, no que interessa à grupos à soma das forças individuais, mas a força física e a habilidade podem, em algumas condições, constituir elemento importante do poder social [...]. Investigar em mais detalhes o que constitui poder social é uma tarefa em si [...]. Não podemos, por conseguinte, entender o comportamento nem o destino das pessoas, grupos, classes sociais ou Estados, a menos que descubramos qual seu poder social real, pouco importando o que eles mesmos dizem ou no que acreditam (ELIAS, 1993, p. 62-3).

Em analogia às reflexões de Noronha (2003), observo como a tendência à informalidade vigentes no setor orienta as contratações das jovens domésticas. Ao solicitar às crianças e às jovens que falassem das condições de trabalho e dos valores dos salários das empregadas domésticas e das babás, em suas respostas elas ressaltam a renda ínfima recebida, apenas duas jovens entendem que existem empregadas domésticas bem remuneradas, enquanto as demais ressaltam os baixos salários recebidos.

As remunerações recebidas pelas crianças e jovens são consideradas injustas devido ao acúmulo de funções, à atenção e à responsabilidade exigida pelas crianças cuidadas. Entretanto, geralmente, no emprego doméstico, a contratação se inicia através do contato interpessoal, o cotidiano pode ser marcado pela convivência de patrões e empregadas. Nesse processo, pode surgir uma relação marcada pela proximidade. Esta parece ser mais influente do que a necessidade e o poder de barganha das crianças e das jovens domésticas.

Ah, eu acho que muitos ganham muito pouco. Elas trabalham demais e ganham um salário muito inferior. E você não pode falar nada, tem que ficar quieta. Eu acho que o salário é muito inferior ao que elas mereciam ganhar pelo trabalho que elas fazem, pelo tanto que elas trabalham! E por que elas não podem falar nada? Ah, porque eu acho que tem dois pontos: você pode falar e sua patroa ficar brava - "ah, se você não está contente, arruma outro emprego". Ou você fala e não vai adiantar nada. Vai ser como se ninguém estivesse escutado. Então é meio complicado (Cristina, 16 anos).

Ah, eu acho que mais ou menos porque se fosse ..., se fosse mais [dinheiro] a minha mãe me dava um pouco do dinheiro (Aline, 11 anos).

Ah, eu acho muito pouco. ... Que criança também é uma responsabilidade, né? É ..., a gente tem que cuidar, tem que dar remédio, tem que dar banho, né? Eu acho

assim que as babás deviam ganhar o tanto que as empregadas domésticas ganham, porque a gente [as babás] anda com o bebê, é uma responsabilidade também. É mais [responsabilidade] do que [cuidar] da casa, né, porque é uma vida. Então eu acho é isso (Jennifer, 12 anos).

Têm umas que ganham pouco, têm outras que ganham bem. Mas de pouquinho em pouquinho a gente vai sobrevivendo. Antes pingar do que secar (Risos) (Florinda, 17 anos).

O aumento das tarefas e das responsabilidades, que implica em sobrecarga de trabalho sem o correspondente acréscimo no salário, é indicado como desgastante e injusto, porque em algumas ocasiões as novas tarefas não são reconhecidas como funções do empregado uma vez que não faziam parte do contrato inicial, seja ele verbal ou escrito. As interrupções feitas para atender aos pedidos dos moradores podem dificultar a execução da rotina diária, mas são aceitáveis.

O problema é que eu recebo pouco e faço mais coisas do que foi combinado. Na verdade, era só para eu dar uma ajuda. Era assim: eu cuidar da casa, quem faria a comida era ela [a empregadora]. Eu só iria fazer [a comida] quando ela fosse viajar, ficar fora de casa, eu cuidaria do almoço, umas coisas mínimas. A roupa quem lavaria seria ela, eu só ia ajudar a estender as roupas e passaria algumas peças. Hoje, eu cuido das roupas, lavo, passo, limpo a casa. A parte da comida está mais para mim porque o tempo dela está menor. Eh... dez horas eu tenho que parar tudo, ir para a cozinha, fazer o almoço. Eu tenho que ver se tem mistura, se tem feijão ou [se] precisa cozinhar, tem que preparar tudo (Jéssica, 17 anos).

As patroas ficam muito em cima das coisas, né? A gente ... Elas pedem para a gente fazer isto, pedem para a gente fazer aquilo. A gente está fazendo uma coisa e vai acabar o serviço lá pelas três horas [da tarde] da cozinha, um exemplo. Ah, eu gosto de trabalhar sozinha, sem patroa por perto (Jennifer, 12 anos).

As crianças e as jovens do universo desta pesquisa sabem o que ocorre a sua volta no local de trabalho, têm consciência das suas responsabilidades, da importância das suas atividades. Mas, os discursos acima trazem as suas dificuldades em tornarem-se agentes. Para evitarem ou dissimularem as tensões e os conflitos, essas crianças e jovens optam pelo silêncio, acatam a execução de novas tarefas, procuram se ajustar às regras vigentes no segmento dos domésticos. A meu ver, por um lado elas se sentem ameaçadas pela disputa inerente ao mercado do trabalho, por isso, aceitam as imposições dos seus empregadores, por outro, ao adotar de tal postura elas, abrem espaço para que o autoritarismo dos empregadores se torne eficaz.

Nos questionários, as respostas para a pergunta referente às dificuldades e aos problemas no emprego indicam situações de insatisfação em função da baixa remuneração, que não permitem às crianças e às jovens satisfazer as suas necessidades pessoais e contribuir com a manutenção do grupo familiar; pelo fato das tarefas serem consideradas desgastantes tanto pelo esforço físico quanto pela carga excessiva de atividades a ser executadas; pelo

atraso no recebimento, o que pode resultar em constrangimentos, como cobrança da parte dos amigos, parentes, e outras pessoas que compõe a rede de solidariedade e auxiliam as crianças, os jovens e os membros de sua família a sobreviverem; e as dificuldades do processo de adaptação e de aprendizagem de novos ou diferentes costumes, crenças e hábitos.

Quadro 4.2 - As dificuldades e os problemas encontrados no emprego atual

Problemas no emprego	Dificuldades no emprego	Idade	Nome
Ganho pouco	Negociar salário	17	Jéssica
		17	Simone
		16	Suelen
		14	Luísa
		12	Jennifer
Ganho pouco	Outros	15	Vanessa
		14	Daniele
Muito cansaço	Negociar tarefas	17	Jéssica
		17	Simone
		16	Cristina
Recebo atrasado		16	Cristina
	Negociar tarefas	12	Jennifer
Nenhum	Negociar salário	17	Florinda
	Nenhum	11	Aline
Mau relacionamento c/ patrões	Adaptar-me aos costumes	17	Cristina

Fonte: Questionário

Por mais que se fale nos direitos a proteção e a participação das crianças e dos jovens, na prática eles têm poucos mecanismos de exigibilidade daqueles direitos. Para começar, a ideia da sua suposta incapacidade os coloca sob a tutela do adulto. A própria OIT por meio da Convenção n. 103, com vigência a partir de junho de 1966, assegura tutela ao trabalho doméstico realizado em residência particular. Esta seria a situação de Aline e de Cristina, a primeira está a uma distância maior de 200 quilômetros da casa de sua mãe e a segunda se deslocou cerca de 100 quilômetros. As duas estão distantes fisicamente de suas famílias e é visível a situação de dependência das patroas, que de acordo com a lei deveriam ter entrado

com um processo de solicitação de tutela, para as jovens precisam de proteção, cuidado, alimentação, educação etc, o que não ocorreu.

Algumas situações de trabalho são difíceis de serem avaliadas, porque estão relacionadas com a variabilidade das vantagens e das desvantagens. Essas são definidas pelas crianças e jovens empregadas domésticas de acordo com as oportunidades existentes, das negociações, tipo de relacionamento estabelecido com o empregador, os valores recebidos etc. Entretanto, quando perguntadas a respeito das vantagens de sua profissão, grande parte das respostas afirmava não existir nenhum proveito no emprego doméstico. Para três jovens a única vantagem era não estar desempregada, o que geraria perda da renda própria, aumentaria o grau de dependência em relação às outras pessoas, diminuiria os rendimentos familiares, dificultaria a sua permanência na escola etc.

Com base nas informações e nos discursos colhidos sobre as condições de trabalho dessa amostra, tenho a hipótese de que a ausência de projetos coletivos eficazes voltados para o combate do labor doméstico infanto-juvenil, acrescida do pensamento naturalizado de uma sociedade desigual se manifesta nessas relações de trabalho. Em minha opinião, os sentimentos de falta de proteção, associados à pobreza, as baixas remunerações recebidas, ao descumprimento dos direitos dos empregados domésticos, à desinformação das crianças e das jovens reduzem as suas possibilidades de resistência contra o labor infanto-juvenil doméstico e o possível autoritarismo dos empregadores.

4.5.3- As representações do labor infanto-juvenil doméstico

As tarefas domésticas são consumidas no momento da sua realização, por isso, são vistas como descartáveis, monótonas, cansativas.

Quadro 4.3 – Representações do labor doméstico

<i>Representação do labor doméstico</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>Cansativo</i>	<i>17</i>	<i>Florinda</i>
	<i>17</i>	<i>Jéssica</i>
	<i>15</i>	<i>Vanessa</i>
	<i>14</i>	<i>Luísa</i>
	<i>14</i>	<i>Daniele</i>

Quadro 4.3 – Representações do labor doméstico

<i>Representação do labor doméstico</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>Pouco valorizado</i>	17	<i>Simone</i>
	16	<i>Suelen</i>
	16	<i>Cristina</i>
	15	<i>Suelen</i>
	12	<i>Jennifer</i>
<i>Chato de fazer</i>	11	<i>Aline</i>

Fonte: Questionário

Os aspectos negativos do labor doméstico se repetem na maioria das declarações, as próprias empregadas domésticas reproduzem nos discursos de que se trata de uma profissão suja e submissa, como na fala abaixo:

*Ah, porque você fica varrendo o chão, esfregando, passando roupa, lavando. (FR)
Isso não é para mim, não (Luísa, 14 anos)*

A comparação dos dados do questionário com as entrevistas demonstra que, grande parte das crianças e das jovens entrevistadas não vê uma possibilidade de construção de imagens positivas em torno do labor doméstico. Para elas, ele não é valorizado socialmente, por mais que se tente desvincular essa profissão do trabalho escravo, forçado e degradante.

Nas entrevistas, as crianças e as jovens diferenciam o labor doméstico do trabalho doméstico. Como resultado, o trabalho doméstico adquire aspectos positivos legitimados e explicados pelos sentimentos de afetividade, amor e reciprocidade encontrados no meio familiar, enquanto o labor doméstico aparece como negativo, carregado de desigualdades sociais e hierarquias, expressas pelo acúmulo de atividades a serem desempenhadas cronometricamente.

[...] na casa dos outros, você tem que fazer tudo no horário certinho, porque, depois, tem outras coisas para fazer. Aqui, não, se eu quiser levantar meio-dia eu posso. Na casa dos outros não, é bem diferente! (Suelen, 16 anos)

Ah, na casa dos outros a pessoa fica em cima ou senão você não pode fazer as coisas do seu jeito é diferente de fazer as coisas em casa, você faz do seu jeito, a gente tem mais liberdade, é melhor (Florinda, 17 anos).

Ah, na casa da minha mãe eu não lavo roupa e não tem criança para eu olhar (Aline, 11 anos).

Bom, na minha casa eu tenho o prazer de ajudar, de limpar porque é a minha casa, é onde a minha família vive. Se eu fizer [o serviço doméstico], alguém vai dar valor. Aqui, é casa de outra pessoa, você vai fazer porque é obrigada. Ninguém vai chegar e falar: -“nossa, ficou bem limpo, parabéns”, -“Você limpou bem”. Lá, na minha casa, eu sei que vai ser valorizado. Aqui, se for [valorizado] vai ser bem pouco. Então, na minha casa eu faço com prazer. Não que aqui eu faça relaxado porque eu não gosto. Mas, aqui eu faço meio por obrigação (Cristina, 16 anos).

A maioria das crianças e das jovens participantes afirma que o trabalho doméstico pode ser exercido tanto pelas mulheres quanto pelos homens. Entretanto, em relação ao labor doméstico o quadro se inverte, existe uma identificação entre o feminino e a empregada doméstica. Para elas, é impossível deixar as tarefas domésticas remuneradas nas mãos dos homens por duas razões: primeiro, a falta de competência deles para realizá-las de forma adequada; segundo, por parecer uma ofensa moral ao homem, devido ao suposto desprestígio do emprego doméstico.

Difícilmente os homens trabalham como empregados domésticos, cuidando de casa e cuidando de crianças, o que você acha disso? Ah, eu acho que é normal, porque as mulheres vão trabalhar e os homens também têm que dar uma mão para as mulheres. Não vão [os homens] ficar de braços cruzados, esperando. Eu acho que é normal. E trabalhar assim como você, recebendo para cuidar da casa e das crianças? Ah, eu acho legal também, ver os homens trabalhando de doméstico, varrendo, faxinando. Você conhece algum empregado doméstico, algum homem que trabalha como empregado doméstico? Ah, eu vi, eu vi um homem trabalhando de doméstico. Eu achei legal... Ah, coitadinho, eu acho que é uma humilhação também, para homem, né? Eu acho legal, mas acho uma humilhação porque o homem deve estar precisando muito, para estar trabalhando assim, né? Porque é muito estranho, o homem trabalhar de doméstico (Jennifer, 12 anos).

Ah, eu não sei não (Risos), você já pensou? (Risos). Eu acho que ia ser meio estranho, o marido da patroa saiu, o homem está lá, limpa a casa, arruma isso, arruma aquilo (Risos). Eu acho que deve ser chato. Por que chato? Ah, porque é homem. Eu acho que homem tem que trabalhar fora! [homem deve] trabalhar em casa mais para ajudar a esposa. A não ser que seja numa casa que nem de novela, aqueles mordomos (Vanessa, 16 anos).

Uma hipótese para essa diferenciação é que devido às baixas remunerações, o labor doméstico significa menor poder aquisitivo para quem o desempenha e dificuldades para essa pessoa exercer o papel de provedor principal do lar. Assim, para essas jovens os homens têm entre as suas responsabilidades a subsistência do grupo familiar.

No entendimento das outras jovens, ser empregado doméstico é uma alternativa de emprego para as pessoas, independente do seu sexo, da sua idade, da sua origem social. Para elas, embora o labor doméstico carregue a marca de ser tradicionalmente feminino, qualquer pessoa pode se responsabilizar pela execução dos serviços internos de uma casa.

Eu acho que não tinha que ter esse preconceito. Eu acho que é um serviço normal, todo mundo pode fazer (Daniele, 14 anos).

No emprego doméstico, geralmente a relação entre o empregador e a prestadora de serviços tem um componente pessoal. Para a relação ser harmoniosa, é necessário existir compatibilidade entre o que o primeiro espera da última e desta em atender as expectativas do empregador. Quando não há essa compatibilidade podem surgir tensões devido às exigências, às cobranças, às ordens de refazer as tarefas e a falta de adaptação ao perfil da família

empregadora por parte da empregada doméstica (SAFFIOTTI, 1978; BRITTO DA MOTTA, 1986; MATOS, 1996; KOFES, 2001). Perguntada se considera a sua carga de trabalho pesada, uma das jovens responde:

Ah, eu não acho pesado, eu acho que [você/ a gente] é humilhado. É muita humilhação, só. E por que você acha que é humilhação? Porque igual eu falei. O filho dela tudo (inaudível). Ela [empregadora] é cheia de falar as coisas, de falar para eu passar mais coisas no vidro, para eu passar mais coisa no chão, na sala. Ela fica jogando as coisas na minha cara. E o filho dela me responde, não me obedece e ela não fala nada (Jennifer, 12 anos).

O labor doméstico é influenciado pelas características da família empregadora, ao qual a empregada doméstica precisa se adaptar. Assim, as relações entre empregadoras e empregadas recebem diferentes representações. Há certa concordância por parte das meninas quantos às diferenças de comportamento e de condições de trabalho de uma família para outra.

Bom, têm patroas que são legais, e deixam as empregadas bem a vontade, trata bem. Agora, tem patroa que vê a empregada assim... sei lá como (Vanessa, 15 anos).

As patroas são classificadas como “boas” ou “legais” se existe um relacionamento considerado harmonioso, em que a empregada possui certa autonomia para realizar as suas tarefas, consegue cooperação por parte da família empregadora, que não a sobrecarrega de tarefas, há troca de informações e se estabelece uma relação de confiança.

Você pode tomar decisões no lugar de sua patroa? Posso. Qual o tipo de decisão que você pode tomar? Que tipo de decisão? ... Qual prato eu vou fazer de comida, se eu cuido mais da casa ou do menino, só (Suelen, 16 anos).

Uma boa patroa tem que saber...conversar, saber o que vai dizer. Tem que confiar... entender se você deixou alguma coisa sem fazer (Suelen, 16 anos).

Uma das formas de demonstração de confiança é deixar as atividades domésticas e os cuidados com as crianças sob a responsabilidade total da empregada. Nessa situação, ela sente que conquistou os empregadores, como também certa autonomia, que lhe permitirá tomar algumas decisões e impor o seu ritmo na realização daquelas atividades. Indagadas se preferem trabalhar sozinhas ou na presença da patroa, com exceção da Vanessa, a maioria responde que gosta de ficar sozinhas para fazer as tarefas no seu ritmo

... Quando está só eu com as crianças é legal porque a gente fica brincando. E quando a dona Tica está em casa? Ah, quando está todo mundo em casa, aí a gente [Aline e as crianças] não brinca muito não, porque eu vou fazer os outros serviços (Aline, 11 anos).

Existem as relações paternalistas, em que os direitos do trabalhador não são cumpridos, mas existe complemento da remuneração em espécie. Este pode ser um celular, um *ipod*, roupas, comidas etc. A ideia de engajamento na família empregadora, de uma relação afetiva compensadora dos baixos salários é expressa apenas por Jéssica, que faz uma nítida diferenciação quanto ao tratamento que lhe é dispensado por sua empregadora e por outras patroas a outras empregadas.

A minha patroa me vê como uma pessoa da família. Agora, tem umas que veem como, eu pago para você limpando a minha casa, uma pessoa comum que está lá para limpar (Jéssica, 17 anos).

O silêncio das demais jovens não significa que não exista uma relação afetiva entre elas e as suas empregadoras. Nos questionários ao assinalarem a questão sobre o relacionamento delas e suas patroas, todas as crianças e as jovens marcaram que as suas patroas lhes aconselham a continuar com os estudos. Oito do total de dez empregadas domésticas assistem à televisão no ambiente de trabalho, junto com outros membros da família empregadora; sete delas recebem conselhos sobre trabalho, namoro, amizade; seis são orientadas como proceder com as pessoas; cinco recebem e trocam outros tipos de informações.

Contudo, apenas quatro jovens consideram que os seus empregadores demonstram alguma preocupação com a sua pessoa. Assim, embora o lado pessoal seja valorizado pelas crianças e pelas jovens domésticas, elas não relacionam o seu emprego a uma relação interpessoal íntima com a sua empregadora.

Os demais discursos tratam das relações hierarquizadas entre patrões e empregados, das distinções do lugar social ocupados pelos indivíduos. Neles é mencionado tanto o relacionamento estabelecido entre as patroas e as empregadas quanto entre estas e outros membros e amigos da família empregadora. Este último nem sempre considerado como secundário.

Grande parte de nossas participantes declara que gosta de crianças. Porém, estas, sobretudo as pequenas, exigem paciência, atenção constante, urgência no atendimento, diversão, entre outras coisas, como observam as suas babás.

Em sua opinião, existem problemas na profissão de babá? Problema? Ah, se acontecer alguma coisa com ele [a criança], sobra para você. Então você precisa tomar muito cuidado (Luísa, 14 anos).

Sim [tem problemas]. Precisa de ter muita paciência de cuidar de menino (Risos) (Suelen, 16 anos).

O que você acha que é bom ou ruim no seu trabalho?...Às vezes, é bom porque a gente brinca. E, às vezes, é ruim porque a gente não quer brincar e tem que brincar (Aline, 11 anos)

Para parte das patroas, nem sempre as babás conseguem atender aquelas necessidades:

Cuidar é uma coisa simples, banhar, alimentar, vestir, mesmo assim... eh... é complicado. Eu acho que ela serve mais para fazer o trabalho manual, aquele que você fala, faça assim e assim. Ela vai e faz. Agora, cuidar da criança exige mais atenção, criança exige uma pessoa com experiência, uma pessoa que quando acontece alguma coisa saiba como agir. Ela não é assim, ela faz as coisas mecanicamente. Mas se precisar usar a lógica, se precisar pensar rápido, ela não tem essa agilidade (Fernanda, 33 anos).

E parece que este é o principal nó, nas relações estabelecidas entre os empregadores e as empregadas domésticas desta pesquisa. O impasse começa pelo fato de que, em suas casas, os filhos dos empregadores querem liberdade para brincar e bagunçar a vontade enquanto as jovens empregadas têm a obrigação de cuidar das crianças e manter a casa minimamente em ordem. Dessa situação embaraçosa podem surgir dificuldades de relacionamento entre as domésticas e as empregadoras e os filhos das últimas. Essas dificuldades foram mencionadas, quando uma das participantes responde sobre os problemas da sua profissão.

[...] Eles [as crianças] queriam ficar [em casa] para brincar com a priminha deles. Eu pensei: puxa a vida, eu tenho tanta coisa para fazer e agora com as crianças em casa. Eu ia limpar uma parte, daqui há pouco estava tudo bagunçado, eu ia limpar outra parte e daqui há pouco estava tudo bagunçado. Eu ia limpando e eles sujando, eu não estava dando conta [...](Cristina, 16 anos).

Para metade das entrevistadas, as empregadas domésticas não se encontram em uma posição social que possibilite fazer algumas exigências. As relações entre os empregadores e as empregadas são estruturadas pelas relações de poder, em que os primeiros são acusados de serem injustos, enquanto as últimas submetidas a condições de trabalho, algumas vezes, abusivas.

Ah, elas só querem que a gente faça, mas não dão valor para a gente, não. Querem chegar e achar tudo pronto (Suelen, 16 anos).

Ela [empregadora] geralmente não faz [o serviço doméstico]. Então é uma coisa que está ali e a empregada que se vire, porque a empregada está sendo paga para isso. Então ela que se vire e faça. Ela só que chegar e [encontrar] limpo, da maneira dela. Só, isso (Cristina, 16 anos).

Algumas jovens sentem-se desestimuladas ou mesmo discriminadas, pois entendem que são mal tratadas ou porque têm que se submeter a pessoas que as veem como indivíduos servis. No entendimento das jovens entrevistadas, não deveria existir distinção de grupo social, de idade e de origem étnica nas relações entre os empregadores e as empregadas.

Esse sentimento de discriminação não resulta apenas da interação empregador/empregado, nos casos citados ele advém do desrespeito de membros e amigos da família empregadora às atividades executadas no local de trabalho, fundada em ideias de desigualdade social, submissão e silenciamento da empregada doméstica.

Por exemplo, [...] você está lavando a louça da janta, porque, geralmente, quando eu estou lavando a louça da janta, eles inventam de descer para a quadra e jogar futebol. E eu quero deixar a cozinha limpa porque, depois, quando eu voltar eu vou estar cansada [...]. Eles querem descer porque querem descer [...]. Aí, você tenta lavar a louça um pouco mais rápido. Aí, eles pedem um copo de água, você fala - “por favor, espera um pouco”. Aí do nada, eles te xingam e começam a te chutar, de bater, de dá soco. Então é meio complicado, eu vejo isso como uma enorme falta enorme de educação, o que para eles é normal. Eles agem assim com outras pessoas? Não! Simplesmente comigo, [...], com outras pessoas não. Não sei se eles já acostumaram porque eu não falo nada, eu só falo: - “eu vou contar para a sua mãe!” Mas eu conto para a mãe deles e ela fala - “olha, vocês vão ficar uma semana sem fazer tal coisa”. No dia seguinte, uma hora depois, eles estão fazendo de novo [batendo, xingando]. Não adianta! (Cristina, 16 anos).

A jovem Cristina foi a única a mencionar as violências físicas e verbais praticadas contra as empregadas domésticas. Sobre esses relatos posso afirmar que durante o meu segundo encontro com a patroa dessa jovem, aconteceu uma interrupção, feita por um dos seus filhos. O menino ao retornar da escola e trouxe um cabo de vassoura, com o qual começou a bater com força na mesa em que eu e a sua mãe estávamos sentadas. Quase feriu a testa de sua mãe que, irritada, ordenou-lhe que parasse com aquilo, mas sem retirar o objeto das mãos da criança. A retirada foi realizada pela Cristina que, ao ouvir o barulho, correu em nossa direção e se colocou a resolver o “problema”. Por isso, entendo que as situações de violência narradas pela jovem fazem parte do seu cotidiano (excerto de nota de campo, 18 de março de 2008).

Para uma parte das jovens o estigma social sobre o labor doméstico advém, principalmente, das pessoas pertencentes aos grupos sociais favorecidos. Ao mencionarem sobre o seu cotidiano, elas citam situações em que se sentiram tratadas de forma desrespeitosa ou desumana pelos membros ou amigos da família empregadora. Em todos os relatos a ideia de desrespeito vem associada à ausência de compreensão do caráter efêmero dos serviços domésticos, como também à suposta posição de superioridade dos empregadores em geral, revelada no jeito de ordenar, de chamar a atenção de limpar, de cozinhar, etc.

O mau humor das pessoas, a má-educação, acho que tudo isso está em todos os tipos de trabalho. Chega ao fim do dia, você está cansada e tem que ficar acordada até altas horas porque a criança resolveu que não vai dormir à noite. Você é acusada de muitas coisas. - “Você não presta”. - “Você é vagabunda”, - “Você não faz nada”. Isso são coisas que você ouve e você não pode falar nada. Você tem que ficar quieta porque você é inferior, ali. Tem uma série de problemas que você tem que passar mesmo, não tem jeito [...] (Cristina, 16 anos).

Eu não gosto quando elas [sobrinhas da empregadora] falam que eu sou empregadinha (Aline, 11 anos).

A dona C... [amiga da empregadora] é muito exibida, muito metida. Por que você acha a dona C... exibida? Ah, é o jeito dela. Ela é assim ... nariz empinado. Ela já falou alguma coisa para você? Não, falar não. Mas, eu vejo o jeito dela assim, nojento. Parece que a gente tem uma doença, a gente nem pode chegar perto dela (Vanessa, 15 anos).

Como a execução das atividades domésticas não resulta em bem material durável, ela se torna invisível. Contudo, grande parte das meninas e jovens domésticas espera que o seu empregador reconheça o valor dos seus serviços.

A meu ver, os discursos das crianças e jovens chamam a atenção para o fato de que as relações entre os empregadores e as empregadas não se limitam ao estabelecimento de direitos, deveres e objetivos claros. Elas envolvem emoções, estigmas e estratégias de desqualificação do seu trabalho, que repercutem nas relações com os seus familiares, os seus amigos e com família empregadora.

As relações de poder, hierárquicas e as representações negativas no labor doméstico são formas de se criar nas empregadas domésticas sentimento de impossibilidade de se expressar ou se colocar como agentes na relação empregadores e empregadas. Porém, parece-me que denunciá-las, reagir às palavras e às atitudes do outro, discordar do que foi falado ou feito e buscar o reconhecimento do outro são formas de estratégias de resistências utilizadas pelas domésticas do universo dessa pesquisa.

4.5.4- Por que continuar no labor doméstico? A necessidade e os impasses de mudança profissional

As mudanças estruturais e conjunturais no mercado de trabalho afetam a maioria dos grupos sociais no que se refere à autonomia, à segurança e ao assalariamento formal. O aumento do desemprego, da informalidade e da precariedade das ocupações, da exigência de experiência e de escolaridade formal e a diminuição dos postos de trabalho atingem diretamente os jovens e indiretamente as crianças.

O desemprego juvenil é um problema que vem crescendo com a reestruturação do mercado de trabalho, ou seja, novas formas de relações de trabalho emergentes com o novo padrão produtivo e tecnológico, em que o trabalhador deve ser participativo, polivalente e

flexível, o que concorre para uma inserção diferenciada no mundo do trabalho tanto para os jovens como para as pessoas de outros grupos sociais (SENNETT, 1999).

Na sociedade brasileira, entre os jovens com idade legal para o exercício de atividade profissional, a taxa de desemprego é o dobro daquela entre os adultos. Quiroga (2002) assinala que esse quadro é um problema agravado pelas mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos, no mercado de trabalho. Segundo essa autora,

[...] os jovens representam hoje um dos segmentos mais marcados pelas diferentes questões vividas pelo trabalho contemporâneo. Sobre eles recaem os maiores índices do desemprego geral; as ocupações precárias; a falta de proteção laboral; a rotatividade de emprego e, contraditoriamente, as exigências crescentes de qualificação para admissão aos novos postos de trabalho (QUIROGA, 2002, p. 26)

Mostra a literatura que quanto maior o número de desempregados ou subempregados entre os adultos, maior o índice de crianças incluídas informalmente no mundo do trabalho, para auxiliarem na composição da renda. A diminuição da renda leva parte das camadas populares, grupo que inclui um grande número de crianças, à marginalização. Muitas dessas crianças são vítimas da fome, da pobreza e das doenças. Sarmiento (2002, pp. 269-271) sublinha que

[...] é nos dois pólos geracionais opostos (infância/juventude e terceira idade) que os índices de pobreza são mais acentuados. Isto quer dizer que, tomando por referência o conjunto do grupo etário, há, percentualmente, mais crianças/jovens pobres do que adultos pobres. [...] essas percentagens, em vez de diminuir, têm vindo a aumentar, de tal modo que se pode afirmar que o aumento nas desigualdades da distribuição do rendimento afectam, sobretudo, os sectores populacionais menos protegidos pelas políticas sociais, e entre estes, especialmente, as famílias mais pobres, as famílias mais jovens e as crianças [...]

A respeito da reestruturação e das barreiras criadas para a inserção no mercado de trabalho, em sua maioria, as jovens empregadas domésticas com idade entre 16 e 17 anos compreendem que há poucas oportunidades e informações sobre as vagas de empregos disponíveis. Duas entrevistadas, na faixa etária dos 16 e 17 anos, afirmam que as oportunidades oferecidas não atendem as necessidades juvenis, por não garantirem os direitos trabalhistas básicos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para se tornarem profissionais qualificados.

As duas entrevistadas mais novas, uma de 11 anos e a outra de 12 anos de idade, entendem que há oportunidades de emprego e falta de interesse dos jovens em trabalhar. Para essas meninas, os jovens não valorizam o trabalho árduo, eles preferem a ociosidade, em razão de menosprezarem as baixas remunerações oferecidas. Elas não percebem que o desemprego juvenil, mais do que uma vontade individual trata-se de uma questão social.

Quadro 4.4 – Por que os jovens têm dificuldades para encontrar emprego?

<i>Empregos para os jovens</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>Poucas oportunidades e informações</i>	17	Jéssica
	17	Simone
	16	Cristina
	15	Vanessa
	14	Daniele
	14	Luísa
<i>As oportunidades que aparecem não atendem as necessidades dos jovens</i>	17	Florinda
	16	Suelen
<i>Há oportunidades de emprego e falta de interesse dos jovens</i>	12	Jennifer
	11	Aline

Fonte: Questionário.

Pressionadas com as transformações socioeconômicas; fazendo parte de famílias, cujas condições materiais são desfavoráveis; conscientes da difícil situação do grupo juvenil no mercado de trabalho, a maioria das colaboradoras aponta para o temor da perda do emprego atual como a maior preocupação quanto ao futuro. Tal perda pode comprometer os seus estudos, as suas atividades de lazer e até mesmo a satisfação das suas necessidades básicas. Isso leva as jovens a expressarem o seu medo diante da possibilidade de não se reinserir no mercado produtivo.

Uma jovem se dá conta da exigência de qualificação e uma criança, que diz gostar de estudar, afirmam estar mais preocupadas em continuar os estudos porque a escolaridade ainda é um meio de ascensão social.

Quadro 4.5 – As preocupações das crianças e dos jovens para o futuro

<i>Preocupação para o futuro</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>Conseguir outro emprego</i>	17	Florinda
	17	Jéssica
	17	Simone
	16	Suelen
	16	Cristina
	15	Vanessa
	14	Luísa
	12	Jennifer
<i>Estudar e fazer outros cursos</i>	14	Daniele
	11	Aline

Para atender as exigências do mercado de trabalho, os grupos sociais, sobretudo, os jovens se veem obrigados a estender os seus estudos e a realizar vários cursos que possibilitem a aquisição de algumas habilidades. Muitos jovens das camadas populares percebem que as suas chances de inserção em outros segmentos profissionais são dificultadas, quando não barradas por aquelas exigências.

Arrumar um emprego hoje é difícil. Você tem que ter um currículo bom, você tem que ter cursos. Então, eu acho que é meio difícil arrumar outro emprego (Cristina, 16 anos).

Outros elementos constituem-se em obstáculos para essas jovens mudarem de segmento profissional. Elas apontam para a aparência, a desestabilidade emocional, a idade, o grau de escolaridade, entre outras.

Eu acho que é o meu tamanho [pequeno] e o meu problema, que eu sou muito nervosa, eu acho que sim (Jennifer, 12 anos).

Cursos, eu não tenho cursos. E a minha idade também quem vai pegar? Quem vai pegar para trabalhar no comércio ou escritório na minha idade? (Luísa, 14 anos)

Eu ainda não terminei o colégio, quero terminar os estudos. Quando eu terminar os estudos, aí eu vou trabalhar em outra coisa. (Florinda, 17 anos)

Grande parte das crianças e das jovens entrevistadas relaciona o aumento das oportunidades de se empregar ao fornecimento de cursos e atividades voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais. Duas jovens acrescentaram a melhoria do sistema escolar, a orientação profissional para entrevistas e testes, a melhor divulgação das vagas e a geração de emprego por meio de convênios.

Quadro 4.6 – Iniciativas para melhorar as condições de emprego da juventude

<i>Preocupação para o futuro</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
<i>Mais oportunidades de cursos</i>	<i>17</i>	<i>Florinda</i>
	<i>17</i>	<i>Jéssica</i>
	<i>17</i>	<i>Simone</i>
	<i>16</i>	<i>Suelen</i>
	<i>16</i>	<i>Cristina</i>
	<i>15</i>	<i>Vanessa</i>
	<i>14</i>	<i>Daniele</i>
	<i>14</i>	<i>Luísa</i>
<i>Maiores informações das vagas existentes</i>	<i>17</i>	<i>Simone</i>
	<i>17</i>	<i>Jéssica</i>
	<i>15</i>	<i>Vanessa</i>
<i>Orientações para realizar entrevistas e testes</i>	<i>17</i>	<i>Simone</i>

Quadro 4.6 – Iniciativas para melhorar as condições de emprego da juventude

<i>Preocupação para o futuro</i>	<i>Idade</i>	<i>Nome</i>
	17	Jéssica
<i>Convênio com empresas</i>	17	Simone
	17	Jéssica
<i>Melhoria das condições de ensino/escolares</i>	17	Simone
	17	Jéssica

Fonte: Questionário.

As circunstâncias atuais marcadas por essas novas relações de trabalho caracterizadas pela instabilidade e pelo temporário geram certa imprevisibilidade no emprego. Contudo, assinala STEHR (2000, p. 103) que, “o *status* social dos que não estão ativos continua a ser visto, por uma perspectiva adscrita e em contradição com a tendência para a individualização na sociedade moderna, como dependente do processo produtivo”.

Quiroga, (2002, p. 37) salienta que, no caso dos jovens brasileiros pertencentes às camadas desfavorecidas, as concepções de “realização pessoal e sentido estão totalmente distantes de suas possibilidades de concretização por essa via [trabalho]”. Há uma dissociação entre trabalho e realização pessoal, por isso, os jovens estariam aceitando a realização de qualquer tarefa, desde que conseguissem alguma estabilidade (emprego não temporário). Mas, a experiência de trabalhos temporários, acompanhada de longos tempos de desemprego, faz com os jovens desenvolvam tanto a capacidade de “viração” quanto “medos socioeconômicos”.

A maioria das jovens entrevistadas traz em suas falas o medo do desemprego e a falta de oportunidades como dois fatores que as levam a continuar no labor doméstico.

Ah, eu não tenho outro emprego, mas se eu arrumar outro, eu saio! (Luísa, 14 anos).

Eh..., o fato de eu necessitar desse dinheiro. Mas se tivesse condição ou oportunidade de estar trabalhando em outro emprego, eu estaria em outro (Jéssica, 17 anos).

... Ah, porque eu acho assim que ... é difícil arrumar outro emprego. Eu já tentei assim trabalhar em consultório, de recepcionista, mas eu não consegui. Então enquanto não aparece outra coisa, eu vou trabalhando no que tem (Vanessa, 15 anos).

Pesquisas realizadas com jovens das camadas médias e populares no Rio de Janeiro e em Portugal (QUIROGA, 2002; PAIS, 2005) demonstram que, com a reestruturação do mercado, a concepção do trabalho cada vez menos expressa a realização do indivíduo. Os jovens buscam a construção da sua identidade em outras esferas. Orientados para a realização

peçoal, eles preferem um emprego mal remunerado e de poucas horas que possibilite tempo livre para se dedicarem à dança, à música, aos esportes e às outras atividades.

As ausências de perspectiva de mudança na estrutura do mercado de trabalho e as limitações de escolha profissional estão presentes nos discursos das crianças e jovens empregadas domésticas. Não obstante a precariedade, a insegurança dos vínculos de trabalho na atualidade, as contradições e as dificuldades cotidianas do labor doméstico, elas questionam, fazem projetos, buscam sentidos no cotidiano, sentem vontade de transformar as suas condições de vida. A maioria delas vislumbra com um futuro diferente, viajar para outros lugares, exercer outras profissões mesmo que as suas condições materiais não contribuam para a realização desses projetos.

Considerações finais



A pesquisa apresentada pretendeu realizar uma análise sociológica das concepções, representações e práticas a respeito da infância, juventude, relações de gênero, trabalho e labor infanto-juvenil doméstico, particularmente, com crianças e jovens, com idade entre 11 e 17 anos e empregadas domésticas.

Para tanto, analisam-se os quadros históricos e teóricos de gênero e da sociologia da infância, da juventude e do emprego doméstico. A historiografia das crianças e jovens brasileiros pertencentes às camadas populares demonstra que, nos últimos séculos, eles tiveram a sua socialização no e para o trabalho. Aqui o processo é visto como unilateral, através do qual passivamente eles aprendem e reproduzem os valores e as regras dos adultos. Entre os motivos que incentivam esse tipo de socialização podem-se assinalar as concepções da criança como um vir a ser e do jovem como um problema social, as questões culturais e as dificuldades econômicas.

Nos final dos anos 1970, com as re-conceituações ocorridas em diversos campos acadêmicos, como a antropologia, a sociologia, a educação e a história, as infâncias e as juventudes são interpretadas como construções e as crianças e os jovens como seres com necessidades, pensamentos e ações peculiares, que produzem e produzem conhecimentos, num processo de socialização bilateral.

As novas conceituações acerca da infância e da juventude ganham força com a publicação da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1989. No Brasil, a influência de propostas mundiais que visam garantir os direitos desses grupos sociais propicia a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Neste contexto, são debatidas medidas de proteção na área da educação, saúde, assistência social e trabalho. Este estatuto trata do trabalho infantil, que adquire status de problema social a ser combatido. Essa idéia se fortalece com a vinda, em 1992, do projeto de Prevenção e Irradiação do Trabalho Infantil (IPEC), que introduz a questão do combate a essa mão-de-obra na agenda das políticas públicas nacionais.

Com a implementação dos projetos de combate ao trabalho infanto-juvenil, segundo os dados estatísticos, há um indicativo da redução da utilização dessa mão-de-obra. Entretanto, esses dados sugerem que alguns setores ainda concentram a exploração econômica das crianças e dos jovens, como os trabalhadores rurais e empregados domésticos.

O aporte histórico mostra que, nas camadas populares, a aprendizagem do trabalho doméstico é tanto uma forma de socialização de gênero das meninas e moças, através da qual elas podem substituir as figuras femininas adultas de sua família na realização das tarefas domésticas em prol do grupo família; quanto de preparação delas para o mercado de trabalho, em que enquanto empregadas domésticas elas fazem às vezes das donas da casa no que se refere aos cuidados com a casa e com os seus membros.

Os movimentos feministas tratam da igualdade de gênero em diferentes esferas sociais, um dos pontos mais debatidos é a divisão do trabalho que contribui para justificar as desigualdades de gênero, ao atribuir ao homem o papel de provedor da renda familiar e à mulher o de cuidadora da casa e de seus membros.

Assim, o trabalho e o emprego infanto-juvenil doméstico quando executados por mulheres de diferentes idades são naturalizados. Demonstram os dados macros que na sociedade brasileira, a casa é um dos principais universos do trabalho das meninas e moças das camadas populares, o que se supõe constitui numa barreira para a diminuição do número das crianças e das jovens empregadas domésticas.

Para refletir sobre o trabalho e o labor infanto-juvenil doméstico parece pertinente analisar não apenas as relações de trabalho como também os discursos, as representações e as práticas que as crianças, as jovens, os pais/responsáveis e os empregadores constroem a respeito da infância, da juventude, das relações de gênero e do emprego doméstico.

Na execução desta pesquisa apresentaram-se duas questões: primeiro, a união da sociologia da infância e da juventude, com os debates teóricos sobre gênero e trabalho/emprego doméstico já que existe pouco material teórico/empírico que aborde as relações de gênero e o emprego doméstico entre crianças e adolescentes; segundo, o fato de as famílias de origem e empregadoras procurarem esconder a idade e a condição de empregadas domésticas das crianças e das jovens.

Na tentativa de compreensão do contexto histórico, cultural e social das crianças e jovens empregadas domésticas, adotou-se a perspectiva de que as infâncias, as juventudes e as relações de gênero são construções históricas e relacionais. Conduziu-se a pesquisa por meio de uma metodologia indutiva que a partir das observações diretas, conversas, questionários

aplicados e entrevistas realizadas possibilitou a construção das representações e significações sobre as infâncias, as juventudes, as relações de gênero e o emprego doméstico.

Relativamente à infância, a maioria das crianças e jovens participantes remete-se a um pensamento idealizado, em que aquele período é entendido como fase de imaturidade, inocência, beleza, ludicidade e fantasia. Tal pensamento tanto está pautado na própria experiência de ser criança assinalada pelas brincadeiras e fantasias quanto pela ausência desses atos e marcada pela atribuição de responsabilidades consideradas adequadas para os adultos.

As falas das crianças e das jovens retratam a existência de uma infância em que as crianças são protagonistas e mantêm parcerias com os adultos, dividem as tarefas e/ou responsabilidades, compartilham dos projetos de sobrevivência, das alegrias e das dificuldades do cotidiano. Ao compararem essas experiências com a ideia de que a infância é um período de felicidade plena e de ausência de trabalho remunerado, algumas participantes afirmam a inexistência da sua infância, já que consideram a sua própria condição ou vivência de ser criança inadequada.

As crianças e as jovens entrevistadas reconhecem que co-existem sentimentos, representações e práticas ambíguas em relação ao ser criança e à infância, em que trespasam a necessidade, a falta de cuidado e de proteção por parte dos adultos, a autonomia relativa adquirida e as precárias condições de vida, nas quais muitas crianças se encontram.

Os pais/responsáveis tendem a observar um ponto comum nas distintas infâncias e homogeneizar esta fase da vida. Uma parte deles expressa que, na contemporaneidade, a infância lhes parece algo incerto, duvidoso quanto à sua existência, à sua pertinência e ao seu significado. Este grupo ao comparar as suas experiências infantis com as atuais considera que as últimas são artificiais e ruins.

A maioria desses pais/responsáveis vivenciou o ambiente familiar/doméstico como o primeiro espaço de experimentação, no qual ocorre a aprendizagem do respeito e do cuidado com as outras pessoas e entende que o crescente acesso das crianças às informações faz com que elas observem, busquem, manipulem, constatem, expliquem, vejam e descubram fatos que ameaçam a infância de extinção. Isso porque eles reconhecem e aceitam a ideia da inocência, da passividade e subordinação ao adulto e não reconhecem e nem aceitam os pensamentos de esperteza, resistência e autonomia em relação à essa etapa da vida.

Outra parte dos pais/responsáveis e os empregadores identificam a infância como uma época de felicidade plena, de exploração do mundo e desenvolvimento cultural e as crianças enquanto pessoas imaculadas, sonhadoras e produtoras da cultura. Para eles, nessa fase da

vida, apesar das crianças terem obrigações, elas estão separadas e alheias aos problemas sócio-econômicos. No entendimento dos empregadores, de acordo com o ambiente e as condições financeiras familiares as crianças podem ter as suas condições de vida pioradas, pois podem significar a diminuição do respeito aos seus direitos e o aumento dos seus deveres.

O curioso nesta última representação é o fato de ela ser compartilhada por pessoas que incentivam as crianças a observarem, aprenderem e desempenharem atividades diversas, para se tornarem adultos mais eficientes. A princípio, as representações da infância única e descontextualizada e da criança passiva antes às pressões do meio em que está inserida podem parecer uma contradição com as práticas observadas.

Contudo, para os pais/responsáveis as duas representações são complementares, pois aquele incentivo é um dos modos delas assumirem responsabilidades, aprenderem a lidar com a questão da sobrevivência e ajudará na sua formação. Mas, essas representações diminuem o questionamento de se o infantil é humano ou desumano e contribuem para a manutenção de parte das práticas e dos discursos referentes à positividade do trabalho infantil.

O cotidiano das crianças e das jovens empregadas domésticas é transpassado por diferentes modos de representação da infância e do ser criança. Coexistem as representações da criança moderna que deve estudar para *ser alguém na vida* e tem essa função valorizada pelos pais/responsáveis; com a criança da 2ª modernidade ou, como preferem outros pesquisadores, pós-moderna, que incorporou em seu cotidiano a cultura do consumo, do imediatismo e têm acesso às informações.

Porém, o que prevalece nos seus discursos é a representação da criança pré-moderna, cujo período de existência é curto e a função utilitária para a família pode se sobrepor às suas necessidades, que são múltiplas. Apesar do reconhecimento de que as crianças têm competências, sob a justificativa de que elas são imaturas e podem fazer escolhas erradas, os pais/responsáveis e, acrescento, a sociedade propiciam o desequilíbrio entre os seus direitos e os seus deveres e a construção de discursos e práticas que procuram afirmar de maneira convincente as diferenças e as desigualdades entre a infância e a adulticidade.

No entendimento das crianças e das jovens entrevistadas, a juventude é uma fase da vida, cujo recebimento de distintos tratamentos resulta em diferentes interpretações. Por um lado, elas registram aquela fase como um período de alegria, diversão, mobilidade espacial e prazer, no qual aos poucos os jovens descobrem o mundo, experimentam relações sexuais, novas formas de sociabilidade, novos espaços de interação etc.

A juventude é assinalada como uma etapa de escolha, que inclui escolher em quem votar, o que consumir, o que reivindicar, de qual (is) grupo (s) participar, o que experimentar etc. Para as crianças e as jovens participantes essas escolhas são pessoais, como também determinadas pelas condições econômicas, pela etnia, pela identidade sexual e aparência física. A juventude também é enfatizada como um período problemático, marcado pela tendência à identificação com a desordem, a violência, a delinquência e o comportamento de risco.

A auto-imagem das jovens é positiva, mas, a maioria delas apresenta um valor subestimado à juventude como um todo. Para as meninas e moças participantes, em uma sociedade dinâmica, os jovens, principalmente, os pertencentes ao sexo masculino, apresentam dificuldades de se adaptarem às novas condições, o que resulta na reprodução e na produção de diversas formas de violência. Essa representação é compartilhada por grande parte dos pais/responsáveis e pelos empregadores.

Outro ponto ressaltado por elas são as dificuldades dos jovens de participação nos processos produtivos e econômicos. As suas narrativas apontam para a feminização do trabalho remunerado e a diminuição dos postos de vagas de trabalhos tradicionalmente juvenis. Segundo as moças, esses fatos não atendem aos interesses das juventudes, sobretudo, das camadas populares; contribuem para a desvalorização e o desmonte do trabalho juvenil, principalmente, o masculino e diminuem o acesso dos jovens aos serviços educacionais, culturais, de saúde e às necessidades de bens de consumo. Esses dados se contrapõem a maioria das pesquisas sobre a temática que indicam a maior inserção dos meninos e dos rapazes no mercado de trabalho.

A respeito das relações de gênero, nota-se que parte das regras, comportamento e atitudes assumidos pelos membros dessas famílias estão norteadas pelo *ethos* cristão (vertentes católica e, principalmente, protestante e neopentecostal) da qual as famílias participantes fazem parte e procuram transmitir às suas crianças e jovens. Estes mantêm autonomia em relação às instituições religiosas. Dessa forma, embora exista uma cobrança maior às meninas e às moças quanto à realização das tarefas domésticas, há a possibilidade de negociação com os irmãos e outros homens do grupo familiar.

Além de seguimento dos preceitos religiosos, a incumbência das tarefas domésticas às mulheres é uma forma dos pais/responsáveis manterem-nas perto de si, sob o seu controle e em casa. Tal incumbência é justificada pela falta de habilidade e tempo dos homens para a realização daquelas tarefas e pela maior disposição, aptidão e destreza das mulheres em fazê-las.

Os dados mostram que, aparentemente, alguns tabus estão a cair. As meninas e as jovens do universo dessa pesquisa podem transitar pelos considerados espaços femininos e masculinos, como por exemplo, apresentando um caráter forte, desejando viver de forma independente e inserir-se em novas profissões no espaço público (engenheira, motorista de taxi etc). Nesse processo de transição, elas são menos cobradas do que os meninos e os rapazes. Estes estão mais presos a papéis tradicionais, por exemplo, a possibilidade de eles trabalharem para terceiros, enquanto empregados domésticos, é vista pela maioria dos participantes como uma forma de humilhação.

Embora existam um processo de transição e a tensão entre os modelos de comportamentos esperados para cada sexo, ao serem orientados a reproduzirem os comportamentos tradicionalmente esperados, as meninas/moças e os meninos/rapazes estabelecem relações de gênero diferenciadas e distanciadas que contribuem para a manutenção da pouca valorização da realização do trabalho doméstico, como também dificultam o respeito aos direitos e aos deveres igualitários desde a infância.

O labor infanto-juvenil é representado pelas famílias analisadas como uma forma da criança e dos jovens terem utilidade, responsabilidade e disciplina. Mas, é possível pensar-se em um determinado tipo de moral para as famílias das camadas médias e altas e outro para as famílias menos favorecidas? É positivo, que as últimas coloquem as suas crianças e jovens para vender a sua força de trabalho, num processo da construção da infância e da juventude pautado nas idéias de educação, integração social e de reforço dos valores morais?

No Brasil, esta concepção de labor infanto-juvenil está atrelada a condições históricas, culturais, sociais, financeiras e estruturais, em que a maioria das famílias das camadas populares apresenta pouca escolaridade, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal e o auferir renda suficiente para a manutenção do grupo familiar. Não posso deixar de mencionar que, alguns dos seus direitos sociais são negados porque, primeiro, historicamente, esses têm beneficiado a um grupo reduzido de pessoas, que ocupam posições sociais privilegiadas; segundo, porque existem poucas políticas públicas específicas para o labor infanto-juvenil.

Apesar de se verificar um aumento da escolaridade entre as crianças e as jovens do universo dessa pesquisa, elas não encontram outras maneiras de inserção no mercado de trabalho devido à idade ilegal para o exercício do trabalho formal e ao processo de reestruturação, que tem alterado não apenas o perfil dos empregos, como também as próprias relações de trabalho. Assim, elas se vêem forçados a exercerem a um trabalho pouco remunerado, em que facilmente podem ser dispensados.

Parte dos pais/responsáveis entrevistados não reconhece os problemas do labor doméstico. Embora os seus discursos incluam as remunerações irrisórias, a maioria deles entende que por meio do emprego é possível a transmissão de valores que prepararão as crianças e os jovens para o futuro e, portanto, estes devem trabalhar, preferencialmente, sem que isso afete aos seus estudos. Estes considerados importantes para uma melhor inserção social futura.

A meu ver, um pouco desta representação está atrelada as imagens divulgadas pela mídia de que as piores formas de labor infanto-juvenil seriam as crianças e os jovens escravizados, trabalhando na mineração, no corte da cana-de-açúcar, na prostituição etc. O acesso às leis e à proteção do trabalho para as pessoas das camadas populares, principalmente no labor doméstico, têm sido dificultado, independente da idade do trabalhador. Daí, em comparação com aquelas atividades, o labor infanto-juvenil doméstico parece ser uma boa opção, o que contribui para diminuir a percepção das condições e dos efeitos negativos dessa atividade.

Suponho serem estes os porquês dos trabalhos infantis e juvenis se manterem como formas de exploração, num momento em que a sociologia discute tanto novas concepções do trabalho quanto da infância e da juventude e a sociedade brasileira inclui o labor infanto-juvenil doméstico entre as piores formas de trabalho.

Parece-me que, o grande enlace é que se a lei brasileira não consegue garantir nem mesmo o cumprimento dos direitos do trabalhador adulto, o que dizer em relação ao labor infantil ou juvenil sobre os quais se tem pouco ou nenhum controle? As ações e os projetos sociais contribuem para a diminuição da utilização dos dois últimos tipos de mão-de-obra, mas não para a sua eliminação, porque quaisquer mudanças nas condições dos indivíduos dessa pesquisa são corroídas pelos contextos de desigualdades em que eles se encontram inseridos.

Daí que a todo o momento, eles precisam se adaptar e readaptar em busca de novas formas de sobrevivência. Contudo, esse processo de readaptação não significa mudança quanto à representação do labor infanto-juvenil, isto é, uma percepção mais ampla dos direitos e dos deveres das crianças e dos jovens.

As análises históricas da utilização da mão-de-obra infanto-juvenil mostram que o uso de recursos para burlar-se a legislação é grande, seja pelo ocultamento dos vínculos empregatícios, seja pelo uso de denominações ambíguas, como o caso de criada, que podem ou não atrair as crianças e aos jovens interessados. Assim, infelizmente, o labor infanto-juvenil doméstico pode permanecer cada vez mais informal e disfarçado.

Diante dos dados encontrados e expostos nessa pesquisa, sugiro a necessidade de pesquisas quantitativas mais específicas sobre o labor infantil, como também a aplicação de políticas sociais associadas a políticas econômicas e projetos visando:

diminuir as desigualdades nas suas dimensões culturais, sociais e econômicas, valorizando a diversidade;

melhor inclusão familiar no setor produtivo, de geração de renda e de emprego, de profissionalização;

auxiliar as crianças, os jovens e os seus responsáveis a adquirirem informações adequadas sobre os prejuízos do labor precoce;

divulgar e discutir os deveres e os direitos das crianças e dos jovens e a importância destes na construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (org). *Juventude e adolescência no Brasil: referenciais teóricos*. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: www.fes.org.br/.../juventude/juventude_e_adolescencia_no_brasil_referencias_conceituais_2005.pdf . Acesso em 18/ mar/ 2007.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.
- ALANEN, L; MAYALL, B. *Conceptualizing child-adult relations*. London, 2001b
- ALANEN, L. Developments, omissions and challenges in researching childhood from a European welfare perspective. In: *Cross-National Research Papers* 7 (4), Aug. 2004, p. 41-47. European Research Centre. Disponível em: www.hwf.at/downloads/open_area/publications/forum_publications_01.pdf>. Acesso em: 22/10/2006.
- _____. Estudos feministas/ estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. *Crianças e jovens na construção da cultura*. CASTRO L. R. (org). Rio de Janeiro: NAU Editora/ FAPERJ, 2001.
- ARENDT. H. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 10ª ed.
- ARIES, P. *História social da criança e da família*. 2º ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- AZEREDO, S. M. da M. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multirraciais. In COSTA, A de O; BRUSCHINI, C. (orgs). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Editora Vértice/Fundação, 1989.
- BARROS, R. P. et al. *O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil*. Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise (IPEA), n.17, 2001. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_017f.pdf>. Acesso em 26/09/2003
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BELOTTI, E. G. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BENINCÁ, C. R. S; GOMES, W.B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de Psicologia*, Natal, 3 (2), p. 177-205, 1998.
- BICALHO, E. Correntes feministas e abordagens de gênero. In: SOTER (org.) *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- BLAY, E. A. A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista. 1972 (Tese de doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo/USP. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
- BOLETIM MARÍLIA. In: *Foco*. N.02, 2007.

BOTELHO T. R. O trabalho de crianças e jovens no Brasil Imperial: Minas Gerais, 1831-1832. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, p. 191-220, 2003.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999b

_____. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, n. 20 (2), p. 133-184, jun/dez 1995.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm>. Acesso em 21.03.2009.

_____. Medida provisória 284. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec27-MP284.pdf>>. Acesso em 19.08.2007

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 19.08.2007

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14.11.2003

BRITES, J. Afeto, desigualdades e rebeldia- bastidores do serviço doméstico. 2001 (Tese de doutoramento) em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRITTO DA MOTTA, A. Emprego doméstico: revendo o novo. *Cadernos CHR*, Salvador, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

_____. A relação impossível. IN: HARDMAN, F. et al. (org.) *Relações de Trabalho e Relações de Poder: mudanças e permanências*. Fortaleza - CE: v. 1, p. 229-238, 1986.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, Jul/2000.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e Ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.6, n.2, p.227-233, jul/dez. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br>> acesso em 14/11/2003.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, M. J. M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife. *Afro-Ásia*, n. 29/30, p. 41-78, 2003

CASTANHA N. Projeto: Prevenção e eliminação do trabalho infantil doméstico em lares de terceiros na América do Sul. *Organização Internacional do Trabalho – OIT*, Programa

Internacional Para Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, 2002. Disponível em <<http://www.andi.org.br/tid>>. Acesso em 12/set/2003.

CORSARO, W. A.; EDER, D. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, n. 16, p. 197-220, 1990.

COSTA, C. J. A racionalidade jesuítica na educação dos índios brasileiros. *Em Aberto*. Brasília. V.21, n. 78, p. 1-172, dez. 2007.

CRUZ E. F. Quem leva o nenê e a bolsa?: o masculino na creche. In: ARILHA M, RIDENTI S, MEDRADO B. (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DEL PRIORI, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORI, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

ERIKSON, E. H. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

EISENSTADT S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA NETO, W. *Os índios e a alfabetização aspectos da educação escolar entre os Guaranis de Ribeiro Silveira*. 1994 (Tese de doutoramento). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

GONÇALVES, E; GONÇALVES, E. C. G. *Direitos sociais dos empregados domésticos na nova Constituição*. São Paulo: LTr, 1996.

HARAWAY, D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.22, p.201-246, 2004.

HEILBORN, M. L. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v.8, n.17, jun.2002.

_____. Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico: dimensões culturais do trabalho infantil feminino. Organização Internacional do Trabalho – OIT (Brasil), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2000? Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/policy/papers/brasil/oitheilborn.pdf>>. Acesso em 20/mai/2004.

_____. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.- dez./2007

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

KINCHELOE, J. L. McDonald's, poder e criança: Ronald McDonald faz tudo por você. In: SILVA, L. H. et al. *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA, 1997.

KOCOUREK, S. *Nas dobras da história: o desafio do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI*. 2006. (Tese de doutoramento). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social.

KOFES, S. *Mulher, Mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LARA, P. C. *Marília, sua terra, sua gente*. Marília: Editora Iguatemy, 1991.

LAVINAS, L. Empregabilidade no Brasil: reflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, set. 2001. (Texto para discussão, 826). Disponível em: <<http://www.ipea.br/pud/td/td.html>>. Acesso em 04/dez/2003.

LEFÉVRE F. & LEFÉVRE A.M.C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque na pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias de viagem. In: FREITAS, M. C. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBERATO, V. C. A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa do Brasil. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999. Disponível em <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/st.html>> acesso em 26/09/2003.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999 – 3ª ed.

MADEIRA, F. R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou...reclusão. In MADEIRA, F. R. (org) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MACHADO PAIS, J. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (org) *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p.67-95.

_____. Funções das novas gerações. In: FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. *Educação e sociedade – leituras da sociologia da educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p.91-97.

MARQUES, V. R. B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, abr. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em 14/nov/2003.

MARTINEZ, R. Cultura viva: entrevista com Paul Willis. *Tempo social*. São Paulo, v. 17, n.2, p.301-321, nov. 2005.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia à história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATOS, M. I. S. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, jun.1996.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

MELO, H. P. DE. De criadas a trabalhadoras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.6, n. 2, p. 323-357, 1998.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In MERISSE, A. et al. (org). *Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte e Ciência/Editora UNESP, 1997.

MILKMAN, R.; REESE, E.; ROTH, B. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo/Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, ano 4, n. 7, 1998.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A. JOVCHELOVITCH, S. (orgs). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

MONTANDON, C. Sociologia da infância balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Caderno de pesquisa*, São Paulo, 112, n. p. 33-60, mar./ 2001.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: percepções no mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003.

OIT – O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=190>. Acesso em 09/jul/2008.

OIT - Convenção 138. Sobre a idade mínima para admissão a emprego. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_138.pdf. Acesso em 13/set/2003.

OLIVEIRA, A. V. *A expressão constituinte do feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher*. 2007 (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Pontifica Universidade Católica/PUC. Faculdade de Direito.

OLIVEIRA, A. M. R. Entender o outro (...exige mais), quando o outro é uma criança : reflexões em torno da alteridade da infância no contexto da educação infantil. In SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004, p. 181-204.

PESTANA RAMOS, F. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

PEREIRA, A. R. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n.38, p. 165-198, 1999.

PINHEIRO M. C. L. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 159-183, 2005.

PROUT, A. Reconsiderar a nova sociologia da infância. *Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância*. 2004. Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança. Disponível em: <<http://www.pca.uem.br/salva.php?id=Alan%20Prout%20port.doc>>. Acesso em 25/ fev/ 2007.

QUINTEIRO, J. A Emergência de uma sociologia da infância no Brasil. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/juciremaquinteiro.rtf>>. Acesso em: 20 mai. 2006.

QUIROGA, C. O não trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso? *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 7 – 2º semestre, 2002

QVORTRUP, J. *Crescer na Europa*: horizontes actuais dos estudos sobre a infância e a juventude (s/d). Disponível em: <cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/jensqvortrup.pdf>. Acesso em 25/ fev/ 2007.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SAFFIOTI, H.I.B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTANA V. S. et al. Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. *Saúde Pública*, São Paulo, v.37, n.1, p.65-74, fev. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>. acesso em 14/Nov/2003.

SARMENTO, M. J. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. *Currículo sem fronteiras*. v. 6, n. 1, p. 15-24, jan./jun 2006.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>>. Acesso em: 22/out/2006.

_____. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e Miúdos*: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004, p. 9-34.

_____. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em . Acesso em: 22/out/2006

SAYÃO, D. T. Pequenos Homens, Pequenas Mulheres? Meninos, Meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. *Pró-posições*, Campinas/SP, v. 14, n. 3, p. 67-88, 2003.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16, (1), p. 173-86, jan.abr/2008.

SCHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, p. set. 1999.

SCOTT, J. Entrevista cedida à GROSSI, M.; HEILBORN, M. L.; RIAL, C. *Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 114- 124, 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2 p. 5-22, jul/dez. 1990.

SEMIÃO, A. Reestruturação do trabalho doméstico remunerado e suas implicações. In: COSTA at all. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004.

SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 112, n. p. 7-31, mar. 2001.

SOARES, N. F. A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem fronteiras*, v.6, n1, p.25-40, jan./jun.2006.

STEINBERG, S. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, L. H e outros (org.). *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA, 1997.

STENGEL, M; MOREIRA, M. I. C. *Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

STEHR, N. Da desigualdade de classe a desigualdade de conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000.

TANURI, R. *Marília chão de nosso amor*. Marília: Prefeitura municipal de Marília/Comissão de registros históricos, 2003

TAVARES, M. A. *Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife*. Recife: CENDHEC, 2002.

TEIXEIRA, H. M. A labuta da criança sem ciranda: crianças pobres e trabalho em Mariana (1850-1900). *Diálogos*, v. 10 n. 3, p. 185-214, 2006.

VENÂNCIO, R. P; LIMA, L. L. G. Os órfãos da lei: abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro n. 15, p. 24-32, 1988.

VERGOLINO, T. Relações de trabalho dos empregados domésticos no Recife: modificações nos últimos 15 anos (1971-1986/87). *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.7, n.2, p.243-276- jul/dez. 1991.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo: Pioneira, 1985.

Bibliografia consultada

ALANEN, L. *Theorizing children's welfare*. Paper presented at WELLCI Network Workshop 1: New perspectives on childhood. The center for research on family, kinship & childhood. University of Leeds (UK), 12-13, november, 2004. Disponível em: . Acesso em: 22/10/2006.

ALPÍZAR L.; BERNAL, M. La construcción social de las juventudes. *Ultima Década*. CIDPA, Chile, Viña del mar, n. 19, p. 1-20, nov. 2003.

ANYON, J. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologia de papéis sexuais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p.13-25, maio/1990.

BALANDIER, G. *Antro-pológicas*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1976.

BOURDIEU, P. A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. In. *Economia das trocas lingüísticas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1999.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A. JOVCHELOVITCH, S. (ORGS). *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

ELIAS, N. *The civilizing of parents*. The Nobeit Elias reader: a biographical selection/edited by Johan Goudsblom and Stephen Mennell, 1998.

FORQUIN, J.C. *Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações*. Texto apresentado no Congresso Internacional Co-Educação de Gerações. SESC São Paulo, outubro 2003. Disponível em . Acesso em 25/fev/2007.

GEERTZ, C. "Os usos da diversidade". *Horizontes antropológicos*, 1999, n. 10, p.13-34.

JAVEAU, C. Criança, infância (s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 379-389, mai./ago./2005.

LÉON, O. D. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. *Ultima Década*. CIDPA, Chile, Valparaiso, n. 21, p. 3-104, dic.2004.

MARTÍN, C. E. Geraciones e clases de idade. In: REYES, R. *Dicionário critico de Ciências Sociais*, 2003.

MOREIRA, M. I. C. *Gravidez na adolescência: análise das significações construídas ao longo de gerações de mulheres*. 2001 (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Brasil. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo/PUC.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA at all. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5/6, p. 15-24, Mai/Jun/Jul/Ago 1997.

ROMANELLI, G. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. In: CARVALHO, M. P.; ZAGO, N.; VILELA R.A.T. (orgs). *Itinerários de pesquisa. Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SABÓIA, A. L. *Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico: as meninas empregadas domésticas uma caracterização socioeconômica* - OIT. IPEA fev.2000.

VAISTMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

VENÂNCIO, R. P. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. *História: questões & debates*, n.36 p. 129-159, 2002.

_____. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999

Apêndice A**Roteiro de identificação****1- Responsável**

Nome _____ sexo _____
Data de nascimento _____ idade _____
Local de nascimento _____
Escolaridade _____
Trabalha? _____ Profissão? _____
Telefone _____
Endereço _____

2- Criança/jovem

Nome _____ sexo _____
Data de nascimento _____ idade _____
Local de nascimento _____
Escolaridade _____
País vivos? _____ Com quem mora? _____
Trabalha? _____ Profissão? _____
Período da experiência em trabalho: _____
Telefone _____
Endereço _____

3- Patroa

Nome _____ sexo _____
Data de nascimento _____ idade _____
Local de nascimento _____
Trabalha? _____ Profissão? _____
Telefone _____
Endereço _____

Apêndice B

Caracterização das famílias das crianças e jovens domésticas

- 1) A sua família é da cidade de Marília? Se não – qual a cidade de onde vieram?

- 2) Há quanto tempo a sua família mora neste bairro? _____
- 3) O seu bairro possui algum desses serviços: posto de saúde, creche, hospital, transporte público, telefone público, supermercado, farmácia, padaria e escola?
- 4) A casa em que moram é própria, alugada? Qual a situação do imóvel?

- 5) Quantos cômodos têm a sua casa?

- 6) Quantas pessoas vivem na sua família? _____
- 7) Quem vive com a sua família? _____
- 8) Quantos filhos (ou irmãos) a senhora têm? _____
- 9) Qual a idade dos seus filhos (ou irmãos) do sexo masculino?

- 10) Qual a idade de suas filhas (ou irmãs)? _____
- 11) Qual o lugar que a criança ou jovem empregado doméstico ocupa entre os seus irmãos? _____
- 12) A família tem alguma religião? Se sim – Qual? _____
- 13) Em sua casa quantas pessoas recebem algum dinheiro? _____
- 14) O valor total dos salários de sua família é de aproximadamente?

- 15) Qual o valor que a criança ou jovem recebe? _____

16) Qual a principal atividade do responsável pela residência?

17) Qual a escolaridade do responsável pela residência?

18) A mãe da criança/jovem trabalha? Se sim – Qual é a atividade principal dele?

19) O pai da criança/jovem trabalha? Se sim – Qual é a atividade principal dela?

20) Qual a escolaridade da mãe da criança/jovem? _____

21) Qual a escolaridade do pai da criança/jovem? _____

Em sua casa existem ou estão funcionando em ordem os seguintes eletrodomésticos e serviços:

	SIM	NÃO
1- Água encanada	1	2
2- Eletricidade	1	2
3- Ligação com a rede de esgoto	1	2
4- Coleta de lixo	1	2
5- Geladeira/congelador	1	2
6- Rádio	1	2
7- Televisão	1	2
8- Vídeo – cassete	1	2
9- DVD	1	2
10- Computador	1	2
11- Telefone	1	2
12- Automóvel	1	2
13- Transporte público próximo e regular	1	2
14- Rua asfaltada	1	2
15- Rua com iluminação pública	1	2
16- Telefone fixo	1	2
17- Máquina de lavar roupas	1	2

Apêndice C**Caracterização das famílias empregadoras**

1) A sua família é da cidade de Marília? Se não – qual a cidade de onde vieram?

2) Há quanto tempo a sua família mora neste bairro? _____

3) O seu bairro possui algum desses serviços: posto de saúde, creche, hospital, transporte público, telefone público, supermercado, farmácia, padaria e escola?

4) A casa em que moram é própria, alugada? Qual a situação do imóvel?

5) Quantos cômodos têm a sua casa?

6) Quantas pessoas vivem na sua família? _____

7) Quem vive com a sua família? _____

8) Quantos filhos (o) a senhor (a) têm? _____

9) Qual o sexo e a idade dos seus filhos?

10) A família possui alguma religião? – Se sim – Qual? _____

11) Alguém na sua família trabalha fora? Se sim – quem?

12) Qual o valor da renda familiar? _____

13) Quem contribuiu para a renda familiar? _____

14) Qual a principal atividade do responsável pela residência?

15) Qual a escolaridade do responsável pela residência?

16) O (a) empregador (a) exerce atividade remunerada?

17) Quantos empregados domésticos prestam serviço para a sua família?

Em sua casa existem ou estão funcionando em ordem os seguintes eletrodomésticos e serviços:

	SIM	NÃO
1- Água encanada	1	2
2- Eletricidade	1	2
3- Ligação com a rede de esgoto	1	2
4- Coleta de lixo	1	2
5- Geladeira/congelador	1	2
6- Rádio	1	2
7- Televisão	1	2
8- Vídeo – cassete	1	2
9- DVD	1	2
10- Computador	1	2
11- Telefone	1	2
12- Automóvel	1	2
13- Transporte público próximo e regular	1	2
14- Rua asfaltada	1	2
15- Rua com iluminação pública	1	2
16- Telefone fixo	1	2
17- Máquina de lavar roupas	1	2

Apêndice D

Questionário para crianças e jovens (QCJ)

Família

Qual a sua idade?

Sexo

Feminino (1)

Masculino (2)

Qual a sua cor?

Branca (1)

parda (2)

negra (3)

amarela (4)

indígena (5)

outra (6) _____

Local de nascimento:

Cidade de Marília (1)

cidade da região do Centro-Oeste (2)

Outra cidade do Estado de São Paulo (3)

outro Estado (4)

Que tipos de documentos você tem?

Documento		
Certidão de nascimento	Sim (1)	Não (2)
Carteira de identidade	Sim (1)	Não (2)
Carteira de estudante	Sim (1)	Não (2)
Carteira profissional	Sim (1)	Não (2)

Atualmente, qual é sua situação?

Solteira (o) (1)

Amigada (o) /mora com parceiro (2)

Casada (o) (3)

Separada (o) (4)

Viúva(o) (5)

Outra (6) _____

Qual a sua religião?

Católica (1)

pentecostal/evangélico (2)

Umbanda/candomblé (3)

Espírita (4)

Outra religião (5) _____

Não tem (6)

Lazer

Você costuma brincar?

Sim (1)

Não (2)

Se sim - Você costuma brincar

Sozinha (o) (1) outras crianças da família (2)

com amiguinhas/vizinhos (os) (3)

com a mãe (4) Com o pai (5)

outras pessoas (6) _____

Quais desses itens você teve ou têm

Jogos de montar (1)

videogame (2)

jogos de tabuleiro (dama, dominó) (3)

bola/corda (4)

boneca/carrinho (5)

internet (6)

outros (7) _____

Quais dessas brincadeiras você costuma ou costumava fazer?

Montar jogos (1)

jogar videogame (2)

jogar dama/domino (3)

Jogar bola/pular corda (4)

casinha/carrinho rolimã (5)

jogos computadorizados (6)

Tomar banho de rio (7)

subir em árvore (8)

dançar/cantar/desenhar (9)

Objetos improvisados (10)

Quais as atividades que você realizou nos últimos 15 dias?

Ir a casa de amigos/parentes (1)

Ir ao shopping/cinema (2)

Ir a igreja (3)

Ir a danceteria (4)

Ir ao barzinho/lanchonete (5)

Ir ao clube/bosque (6)

No mês passado, quantas vezes você foi a esses lugares?

Uma vez (1)

duas vezes (2)

três vezes (3)

quatro vezes ou mais (4)

Você costuma realizar essas atividades

Sozinho (1) com os seus pais/parentes (2) com o namorado(a) (3) amigos (4)

Quais dessas atividades você costuma fazer durante a semana

Namorar (1) falar com os amigos (2) assistir televisão (3) ouvir rádio (4)

Visitar parentes (5) praticar esportes (6) ir ao cinema /shopping(7) usar computador (8)

Quais dessas atividades você costuma fazer durante os fins de semana

Namorar (1) falar com os amigos (2) assistir televisão (3) ouvir rádio (4)

Visitar parentes (5) praticar esportes (6) ir ao cinema/shopping (7) usar computador (8)

Com que frequência você costuma fazer essas atividades com os seus pais ou familiares?

Atividade					
Almoçar ou jantar (1)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
assistir a programas de televisão (2)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
ver filmes (3)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Passear pela cidade (4)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Jogar baralho/bingo/ dominó (5)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
conversar (6)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
fazer os serviços da casa (7)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
brincar (8)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Ir a igreja	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Passear na casa dos parentes	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)

No mês passado quantas vezes vocês fizeram juntos essas atividades?

Atividade						
Almoçar ou jantar (1)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
assistir a programas de televisão (2)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
ver filmes (3)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Passear pela cidade (4)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Jogar baralho/bingo/ dominó (5)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
conversar (6)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
fazer os serviços da casa (7)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
brincar (8)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Ir a igreja	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Passear na casa dos parentes	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)

Quais as opções de lazer em seu bairro?

Quadra de esportes (1) campo de futebol (2) praça (3)
 traller (4) Centro esportivo (SESI) (5) casa do pequeno cidadão (6)
 danceteria (7) lanchonete (8) Grupo religioso (9) parquinho (10)

Qual o tipo de programa de televisão que você mais gosta de assistir?

Novela (1) desenho animado (2) filmes (3) programa de auditório (4) futebol (5)
 Noticiário (6) entrevistas (7) outro (8) _____

Trabalho doméstico

Durante a semana você realiza quais dessas atividades em sua casa?

Atividade		
Arrumo o meu quarto	Sim (1)	Não (2)
Varro a casa	Sim (1)	Não (2)
Lavo louça	Sim (1)	Não (2)
Forro as camas	Sim (1)	Não (2)
Lavo roupas	Sim (1)	Não (2)
Preparo a comida	Sim (1)	Não (2)
Cuido das crianças menores	Sim (1)	Não (2)
Levo meus irmãos à escola /creche	Sim (1)	Não (2)
Faço compras	Sim (1)	Não (2)
Faço consertos na casa	Sim (1)	Não (2)

Aos fins de semana você realiza quais dessas atividades em sua casa?

Atividade		
Arrumo o meu quarto	Sim (1)	Não (2)
Varro a casa	Sim (1)	Não (2)
Lavo louça	Sim (1)	Não (2)
Forro as camas	Sim (1)	Não (2)
Lavo roupas	Sim (1)	Não (2)
Preparo a comida	Sim (1)	Não (2)
Cuido das crianças menores	Sim (1)	Não (2)
Faço compras	Sim (1)	Não (2)
Faço consertos na casa	Sim (1)	Não (2)

Quanto tempo por dia você gasta realizando as tarefas domésticas em sua casa?

Até uma hora (1) 2 horas (2) 3 horas (3)
 4 horas ou mais (4) Não realizo as tarefas domésticas (5)

Na sua família quem realiza essas atividades?

Atividade						
Limpar a casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Lavar/ passar roupa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Preparar a comida	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Fazer compras no supermercado	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Dar comida às crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Levar crianças pequenas à escola	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Levar crianças pequenas ao médico	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Passear com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Dar banho e vestir as crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Brincar com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Cuidar de horta/ quintal/carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Decidir como usar o dinheiro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Outro (6)
Fazer consertos dentro de casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)

Levar dinheiro para o sustento da família	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Outro (6)
Escolher o programa de televisão	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)

Em sua opinião, essas atividades devem ser feitas por quais pessoas?

Atividade						
Limpar a casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Lavar/ passar roupa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Preparar a comida	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Fazer compras no supermercado	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Dar comida às crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar crianças pequenas à escola	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar crianças pequenas ao médico	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Passear com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Dar banho e vestir as crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Brincar com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Cuidar de horta/ quintal/carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Decidir como usar o dinheiro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Fazer consertos dentro de casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar dinheiro para o sustento da família	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Escolher o programa de televisão	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Comprar uma casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Escolher o número de filhos do casal			Mãe (3)	Pai (4)		
Comprar um carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)

Escolarização

Qual é a sua escolaridade?

Ensino médio completo (1)

ensino médio incompleto (2)

Ensino fundamental completo (3)

ensino fundamental incompleto (4)

analfabeto (5)

Comparando a sua escolaridade com a das outras pessoas que moram com você, que posição você ocupa?

Eu sou a pessoa que mais estudou (1)

eu sou a 2ª pessoa que mais estudou (2)

Eu sou 3ª pessoa que mais estudou (3)

eu ocupo outra posição (4) _____

eu não estudei (5)

Você já parou de estudar alguma vez?

Sim (1)

Não (2)

Você está estudando atualmente?

Sim (1)

Não (2)

Se sim - Qual a modalidade de ensino que você frequenta?

Regular (1)

Técnico (2)

EJA –presencial (3)

EJA semi-presencial (4)

A sua escola é?

Pública estadual (1)

pública municipal (2)

particular (3)

outra (4) _____

Em sua opinião, para que serve a escola?

Entender a realidade (1)

passar no vestibular (2)

aprender coisas novas (3)

Mudar de profissão (4)

conseguir emprego (5)

fazer amigos (6)

Ficar mais inteligente (7)

outros _____ (8)

Em sua opinião, estudar pode te ajudar na realização dos seus sonhos?

Sim (1)

Não (2)

Em sua opinião, estudar pode te ajudar a futuramente conseguir um emprego melhor?

Sim (1)

Não (2)

Quanto tempo por dia você gasta realizando as lições de casa e estudando?

Até uma hora (1) 2 horas (2) 3 horas (3)
4 horas ou mais (4) Não estudo, nem faço lições em casa (5)

Você faz outros cursos/atividades fora da escola?

Sim (1) Não (2)

Se sim – Quais cursos?

Informática/telemarketing (1) esteticista/cabeleireiro/pedicuro (2)
Serviços secretariais/ administrativos (3) esportivos (capoeira, futebol, lutas marciais, danças) (4)
Música/ artes plásticas/ artesanato (5) outros (6) _____

Labor doméstico

Como você conseguiu este emprego?

Indicação de parente (1) indicação de amigo (2) indicação de ex-patrões (3) sozinha (o) (4)
Outra (5) _____

No atual serviço você:

Trabalho todos os dias (1) trabalho seis dias por semana (2)
Trabalho cinco dias por semana (3) trabalho dois ou três dias por semana (4)
Trabalho e durmo no emprego (5) Outro (6) _____

Se dormir no emprego - Onde dorme?

Quarto dentro da casa (1) quarto na área de serviço (2)
Quarto com produtos de limpeza/outras coisas (3) sala/outro cômodo (4)

Como você faz para entrar em contato com os seus pais e familiares?

Carta (1) telefone (2) visita aos pais/ parentes (3) outra _____

Sua situação no atual serviço:

Recebo “dinheiro” e sou registrado (1) recebo “dinheiro” e não sou registrado (2)
Não recebo “dinheiro” (3) recebo “casa, roupa, comida e presentes” (4)
Outra (5) _____

Se não for registrado - Por qual motivo você não é registrado?

Não possuo carteira de trabalho (1) o emprego é temporário (2) o patrão não quis (3)
Não quero ser registrada (o) (4) não sei o motivo (5) outros motivos (6) _____

Você recebe por:

Por mês (1) por quinzena (2) por semana (3) por dia (4) outra (5) _____

O que você costuma fazer com o dinheiro que recebe?

Gasto comigo mesmo (1) dou tudo em casa (2) dou parte em casa (3) outros (4) _____

Há quanto tempo você está neste serviço?

Menos de 3 meses (1) de 3 a 6 meses (2) de 7 a 12 meses (3)
De 1 ano a 2 anos (4) mais de 2 anos (5)

Quantas horas por dia você trabalha fora?

Até 4 horas (1) de 4 e 6 horas (2) de 7 e 9 horas (3) de 10 e 12 horas (4)

Em que local você trabalha

Na casa dos meus patrões (1) na minha casa (2) Outro (casa parente patrão etc) (3)

Para trabalhar, você usa qual desses meios para se transportar?

Ônibus (1) bicicleta (2) a pé (3) moto (4) carro (5)

Qual o seu grau de satisfação com o seu atual trabalho?

Nenhuma (1) pouca (2) suficiente (3) muita (4) Não sei (5)

O que mais te interessa neste trabalho?

O salário (1) as boas relações com os patrões (2) o horário de trabalho (3)
As viagens (4) as possibilidades de aprender coisas novas (5) outro (6) _____

Em relação ao seu emprego, você enfrenta alguns desses problemas?

Recebo atrasado (1) Não tenho tempo para estudar (2) ganho pouco (3)
Muito cansaço (4) mau relacionamento c/ patrão (5) nenhum deles (6)

Você tem alguma dificuldade para?

Negociar as tarefas que devo fazer (1) negociar horário de trabalho (2) negociar salário (3)
Mexer com equipamentos (4) adaptar-se aos costumes da família (5) outros (6) _____

Quais motivos o levam a querer trabalhar?

Obrigação (1) ocupar o tempo (2) ajudar a pagar despesas família (3) independência (4)
Dinheiro (5) para não ficar na rua (6) porque eu gosto (7) Outros (8) _____

Com quem você divide o trabalho na casa da sua patroa?

Ninguém (1) outro empregado (2) alguém da família da patroa (3) Outros (4)

Quais são as tarefas que você realiza em seu local de trabalho?

Atividade		
Arrumar os quartos	Sim (1)	Não (2)
Tirar o pó	Sim (1)	Não (2)
Lavar a louça	Sim (1)	Não (2)
Aspirar e varrer a casa	Sim (1)	Não (2)
Passar pano no chão	Sim (1)	Não (2)
Arrumar a casa	Sim (1)	Não (2)
Preparar a comida	Sim (1)	Não (2)
Por a mesa	Sim (1)	Não (2)
Lavar a roupa	Sim (1)	Não (2)
Passar a roupa	Sim (1)	Não (2)
Fazer compras	Sim (1)	Não (2)
Banhar/vestir as crianças	Sim (1)	Não (2)
Dar comida às crianças	Sim (1)	Não (2)
Cuidar das crianças	Sim (1)	Não (2)
Levar crianças à escola	Sim (1)	Não (2)
Levar crianças ao passeio	Sim (1)	Não (2)
Brincar com as crianças	Sim (1)	Não (2)
Assistir televisão com as crianças	Sim (1)	Não (2)
Cuidar adulto incapacitado/doente	Sim (1)	Não (2)

Você tem acesso a toda casa?

Sim (1) não (2)

Na casa onde trabalha

Você assiste a televisão com os moradores da casa	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões conversam com você	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões lhe animam a continuar a estudar	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões lhe aconselham (sobre amizade/namoro/etc)	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões lhe ensinam "boas maneiras"	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões mostram que se preocupam com você	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os seus patrões lhe ensinam a usar os eletrodomésticos e materiais de limpeza	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)

Com qual roupa você costuma trabalhar?

Minha roupa (1) minha roupa e avental (2) uniforme (3) outra (4) _____

Você usa luvas/botas quando está lavando/limpando algo?

Sim (1) não (2)

Quais desses direitos as empregadas domésticas têm?

13º salário (1) férias (2) folga semanal (3) salário mínimo (4) FGTS (5)

Até hoje, em quantas casas você já trabalhou?

Uma (1) duas (2) três (3) quatro (4) mais de quatro (5)

Se mais de um - Motivo(s) da saída do emprego anterior?

Desentendimento c/ patrões (1) insatisfação salarial (2) gravidez (3)

Patrões não tinham como te pagar (4) doença (5) outros (6)

Por quais motivos você abriria mão de trabalhar fora?

Estudos (1) problemas pessoais/família (2) casamento (3) filhos (4)

Nenhum (5)

Em sua opinião o trabalho doméstico é:

Cansativo (1) chato de fazer (2) pouco valorizado (3) valorizado (4) fácil de fazer (5)

Repetitivo (6) Outro (7) _____

Você gostaria de exercer outra profissão

Sim (1) Não (2)

Se sim – Qual a sua maior dificuldade para conseguir outro emprego?

Falta de experiência (1) falta de cursos (2) minha idade (3)

Descobrir as vagas (4) fazer entrevistas/testes (5) Outros motivos (6) _____

Qual profissão você gostaria de exercer?

Conhece alguém que trabalha com essa profissão

Sim (1) Não (2)

O que te atrai nessa profissão?

Trabalhar com equipamentos (1) ganhar mais dinheiro (2) lidar com pessoas (3)

outras (4) _____

Os seus pais estão de acordo com a sua escolha?

Sim, os dois (1) Só a minha mãe/madrasta (2)

Só o meu pai/padrasto (3) Não sei (4)

Infância/Juventude

Como você entende a situação das crianças

Sempre surgem novas maneiras de ser criança, de acordo com o que os adultos decidem (1)

Repetem as imagens e outras coisas que ouvem e vêem na televisão e no rádio (2)

Estão se tornando rapidamente adultas (3)

Elas precisam aprender com os adultos a respeitarem as regras sociais (4)

Em sua opinião as crianças:

Não devem ser impedidas de participarem de tudo que acontece na sociedade (política, trabalho, cultura etc) (1)

Não sabem o que é melhor para elas nem se defenderem (2)

Devem sempre seguir as ordens e orientações de pessoas mais velhas (3)

Não só aprendem o que lhes ensinam como também criam novos conhecimentos (4)

Para você, as crianças e os jovens:

Devem ser disciplinados e moralizados para se tornarem adultos adaptados à sociedade (1)

São pessoas em desenvolvimento e em processo de aprendizagem (2)

Estão num período difícil, de rebeldia e desobediência (3)

Devem ser respeitados em suas necessidades, principalmente, de lazer e consumo (4)

Como você entende a situação de emprego para os jovens

Existem poucas oportunidades de emprego e não tenho informações sobre elas (1)

Existem oportunidades de emprego, que não se encaixam as minhas necessidades (2)

Não existem oportunidades de emprego (3)

Existem oportunidades de emprego nas quais não estou interessado (4)

Em sua opinião, que ações melhorariam as oportunidades de emprego para os jovens?

Mais oportunidades de cursos para os jovens (1)

Maiores informações sobre vagas de empregos (2)

Melhoria das condições escolares (3)

Fazer convênios com as empresas (4)

Orientações de como se comportar na entrevistas, fazer testes etc (5)

Quando você pensa no futuro o que mais lhe preocupa?

Conseguir outro emprego (1)

Fazer um curso na faculdade (2)

Comprar um automóvel (3)

Ter uma casa própria (4)

Casar e formar uma família (5)

Estudar, realizar outros cursos (6)

Em sua opinião o que mais preocupa as crianças e os jovens?

As drogas (1)

as doenças (2)

a violência (3)

o dinheiro (4)

A família (5)

os estudos (6)

a aparência (7)

outra (8) _____

Apêndice E

Questionário para os responsáveis/pais e empregadores (QRE)

Família

Qual a sua idade?

Sexo

Feminino (1)

Masculino (2)

Qual a sua cor?

Branca (1)

parda (2)

negra (3)

amarela (4)

indígena (5)

outra (6) _____

Local de nascimento:

Cidade de Marília (1)

cidade da região do Centro-Oeste (2)

Outra cidade do Estado de São Paulo (3)

outro Estado (4)

Atualmente, qual é sua situação?

Solteira (o) (1)

Amigada (o) mora com parceiro (2)

Casada (o) (3)

Separada (o) (4)

Viúva(o) (5)

Outra (6) _____

Qual a sua religião?

Católica (1)

pentecostal/evangélico (2)

Umbanda/candomblé (3)

Espírita (4)

Outra religião (5) _____

Não tem (6)

Lazer

Com que frequência o (a) senhor (a) costuma fazer essas atividades com as crianças e os jovens que moram com a sua família?

Atividade					
Almoçar ou jantar (1)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
assistir a programas de televisão (2)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Ver filmes (3)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Passear pela cidade (4)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Jogar baralho/bingo/Dominó (5)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
conversar (6)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
fazer os serviços da casa (7)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
brincar (8)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Ir a igreja (9)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)
Passear na casa dos Parentes (10)	sempre (1)	quase sempre (2)	de vez em quando (3)	quase nunca (4)	nunca (5)

No mês passado quantas vezes vocês fizeram juntos essas atividades?

Atividade	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Almoçar ou jantar (1)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
assistir a programas de televisão (2)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
ver filmes (3)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Passear pela cidade (4)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Jogar baralho/bingo/dominó (5)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
conversar (6)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
fazer os serviços da casa	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
brincar (8)	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Ir a igreja	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)
Passear na casa dos pais	Cinco vezes ou mais	Quatro vezes (2)	três vezes	duas vezes	Uma vez (5)	Nenhuma vez (6)

Trabalho doméstico

Durante a semana a criança/jovem realiza quais dessas atividades em sua casa?

Atividade		
Arruma o quarto	Sim (1)	Não (2)
Varre a casa	Sim (1)	Não (2)
Lava louça	Sim (1)	Não (2)
Forra as camas	Sim (1)	Não (2)
Lava roupas	Sim (1)	Não (2)
Prepara a comida	Sim (1)	Não (2)
Cuida das crianças menores	Sim (1)	Não (2)
Leva irmãos à escola /creche	Sim (1)	Não (2)
Faz compras	Sim (1)	Não (2)
Faz consertos na casa	Sim (1)	Não (2)

Aos fins de semana a criança/jovem realiza quais dessas atividades em sua casa?

Atividade		
Arruma o quarto	Sim (1)	Não (2)
Varre a casa	Sim (1)	Não (2)
Lava louça	Sim (1)	Não (2)
Forra as camas	Sim (1)	Não (2)
Lava roupas	Sim (1)	Não (2)
Prepara a comida	Sim (1)	Não (2)
Cuida das crianças menores	Sim (1)	Não (2)
Faz compras	Sim (1)	Não (2)
Faz consertos na casa	Sim (1)	Não (2)

Na sua família quem realiza essas atividades?

Atividade						
Limpar a casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Lavar/ passar roupa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Preparar a comida	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Fazer compras no supermercado	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Dar comida às crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Levar crianças pequenas à escola	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Levar crianças pequenas ao médico	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Passear com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Dar banho e vestir as crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Brincar com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Cuidar de horta/ quintal/carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Decidir como usar o dinheiro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Outro (6)
Fazer consertos dentro de casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)
Levar dinheiro para o sustento da família	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Outro (6)
Escolher o programa de televisão	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados (5)	Outro (6)

Em sua opinião, essas atividades devem ser feitas por quais pessoas?

Atividade						
Limpar a casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Lavar/ passar roupa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Preparar a comida	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Fazer compras no supermercado	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Dar comida às crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar crianças pequenas à escola	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar crianças pequenas ao médico	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Passear com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Dar banho e vestir as crianças pequenas	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Brincar com as crianças	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Cuidar de horta/ quintal/carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Decidir como usar o dinheiro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Fazer consertos dentro de casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Levar dinheiro para o sustento da família	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Escolher o programa de televisão	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)	Empregados	Todos (6)
Comprar uma casa	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)
Escolher o número de filhos do casal			Mãe (3)	Pai (4)		
Comprar um carro	Filho (1)	Filha (2)	Mãe (3)	Pai (4)		Todos (6)

Em sua opinião o trabalho doméstico é:

Cansativo (1) chato de fazer (2) pouco valorizado (3) valorizado (4) fácil de fazer (5)

Repetitivo (6) Outro (7) _____

Labor doméstico

Com quem o empregado divide as tarefas na casa da sua patroa?

Ninguém (1) outro empregado (2) alguém da família da patroa (3) Outros (4)

Quais são as atividades que o jovem empregado realiza em seu local de trabalho?

Atividade		
Arruma os quartos	Sim (1)	Não (2)
Tira o pó	Sim (1)	Não (2)
Lava a louça	Sim (1)	Não (2)
Aspira e varrer a casa	Sim (1)	Não (2)
Passa pano no chão	Sim (1)	Não (2)
Arruma a casa	Sim (1)	Não (2)
Prepara a comida	Sim (1)	Não (2)
Põe a mesa	Sim (1)	Não (2)

Lava a roupa	Sim (1)	Não (2)
Passa a roupa	Sim (1)	Não (2)
Faz compras	Sim (1)	Não (2)
Banha/veste as crianças	Sim (1)	Não (2)
Dá comida às crianças	Sim (1)	Não (2)
Cuida das crianças	Sim (1)	Não (2)
Leva crianças à escola	Sim (1)	Não (2)
Leva crianças ao passeio	Sim (1)	Não (2)
Brinca com as crianças	Sim (1)	Não (2)
Assiste televisão com as crianças	Sim (1)	Não (2)
Cuida adulto incapacitado/doente	Sim (1)	Não (2)

O jovem empregado tem acesso a toda casa?

Sim (1) não (2)

Na casa onde trabalha

O empregado assiste a televisão com os moradores da casa	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores conversam com o jovem empregado	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores animam o jovem empregado a continuar a estudar	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores lhe aconselham (sobre amizade/namoro/estudo)	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores lhe ensinam “boas maneiras”	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores demonstram que se preocupam com o bem estar do jovem empregado	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)
Os empregadores lhe ensinam como usar os eletrodomésticos e produtos de limpeza	Sim (1)	Não (2)	Às vezes (3)

Infância/Juventude

Como o (a) senhor (a) entende a situação das crianças

Sempre surgem novas maneiras de ser criança, de acordo com o que os adultos decidem (1)

Repetem as imagens e outras coisas que ouvem e vêm na televisão e no rádio (2)

Estão se tornando rapidamente adultas (3)

Elas precisam aprender com os adultos a respeitarem as regras sociais (4)

Em sua opinião as crianças:

Não devem ser impedidas de participarem de tudo que acontece na sociedade (1)

Não sabem o que é melhor para elas nem se defenderem (2)

Devem sempre seguir as ordens e orientações de pessoas mais velhas (3)

Não só aprendem o que lhes ensinam como também criam novos conhecimentos (4)

Para o(a) senhor(a), as crianças e os jovens:

Devem ser disciplinados e moralizados para se tornarem adultos adaptados à sociedade (1)

São pessoas em desenvolvimento e em processo de aprendizagem (2)

Estão num período difícil, de rebeldia e desobediência (3)

Devem ser respeitados em suas necessidades, principalmente, de lazer e consumo (4)

Como o (a) senhor (a) entende a situação de emprego para os jovens

Existem poucas oportunidades de emprego e eles não tem informações sobre elas (1)

Existem oportunidades de emprego, que não se encaixam as necessidades dos jovens (2)

Não existem oportunidades de emprego (3)

Existem oportunidades de emprego nas quais eles não estão interessados (4)

Em sua opinião, que ações melhorariam as oportunidades de emprego para os jovens?

Mais oportunidades de cursos para os jovens (1)

Maiores informações sobre vagas de empregos (2)

Melhoria das condições escolares (3)

Fazer convênios com as empresas (4)

Orientações de como se comportar na entrevistas, fazer testes etc (5)

Quanto ao futuro, em sua opinião o que mais preocupa os jovens?

Conseguir outro emprego (1)

Fazer um curso na faculdade (2)

Comprar um automóvel (3)

Ter uma casa própria (4)

Casar e formar uma família (5)

Estudar, realizar outros cursos (6)

Em sua opinião o que mais preocupa as crianças e os jovens?

As drogas (1)

as doenças (2)

a violência (3)

o dinheiro (4)

A família (5)

os estudos (6)

a aparência (7)

outro (8) _____

Apêndice F

Roteiro de entrevista semi – estruturada para as crianças e os jovens

Família/ Divisão do trabalho doméstico

- 1- Se você fosse se apresentar, falar de você, o que você diria?
 - 2- Onde você nasceu?
 - 3- Como você aprendeu a cuidar de crianças? E a cuidar da casa?
 - 4- Na sua casa como é a divisão das tarefas domésticas?
 - 5- Na divisão das tarefas há diferença entre o que os homens e as mulheres fazem?
 - 6- Em sua família, os homens costumam fazer as tarefas domésticas?
- Se sim** - Alguém lhes pede?
- 7- Qual a sua opinião sobre os homens realizarem as tarefas domésticas?
 - 8- Você acha que a sua família lhe anima a fazer o serviço de casa? E o que você acha disso?
 - 9- Existe alguma diferença em como você vê as tarefas domésticas e a maneira como a sua mãe (tia, avó) vê?

Labor doméstico

- 1- E qual é a sua profissão? - **Se responder que é babá** – De quantas crianças você cuida? / Qual a idade delas?
 - 2- Para quantas pessoas você trabalha?
 - 3- Você costuma viajar com os seus patrões?
 - 4- Como foi acertado o valor do seu salário?
 - 5- Quem costuma receber o seu salário, você ou outra pessoa?
 - 6- Você costuma ganhar presentes dos seus patrões?
- Se sim** – Que tipos de presentes? E o que você faz com eles?
- 7- O que você acha do salário das empregadas domésticas, das babás?
 - 8- Quanto você acha que deveria ganhar pelo trabalho como empregada doméstica?
 - 9- O que você faria com este dinheiro?
 - 10- Você recebe 13º salário?
 - 11- Você recebe férias?
 - 12- Você lembra de ter sofrido algum acidente doméstico no último ano?
 - 13- Quando você fica doente, o que você faz em relação ao trabalho?
 - 14 – Como é a sua patroa em relação ao trabalho doméstico? Exigente, não muito?
 - 15- Você prefere trabalhar sozinha ou com seus patrões em casa? Por quê?
 - 16- Em seu emprego quem decide quando e como serão realizadas as tarefas?
 - 17- Você pode tomar decisões no lugar de sua patroa? Se sim - Quais?

- 18- O que é diferente no seu dia a dia nas tarefas realizadas na casa da sua patroa e na sua casa? E o que é igual?
- 19- Quais são os cuidados que você toma em seu serviço?
- 20- Para você o que significa trabalhar?
- 21- E o que significa o emprego doméstico (ou de babá)?
- 22- Você acha que a sua profissão tem problemas?
- 23- Você acha que a sua profissão tem vantagens?
- 24- Em sua opinião como as patroas e a sociedade vêem as empregadas domésticas?
- 25- Você gostaria de ser uma patroa como a sua patroa? Por quê?
- 26- Você já te falou alguma coisa que você não gostou de ouvir, já te tratou mal por causa da sua profissão?
- 27- Dificilmente os homens trabalham no emprego doméstico, na parte de cuidados com a casa ou cuidados com a criança. O que você acha disso?
- 28- Se ocorre algum problema no seu serviço a sua patroa conversa com você ou com os seus pais?
- 29- Você acha que o seu serviço é pesado para a sua idade?
- 30- Por que você se interessou por esse emprego?
- 31- Eu gostaria que você me dissesse o que lhe leva a continuar a trabalhar no serviço doméstico? E o que lhe dificulta a trabalhar com outra coisa?
- 32- Você já tentou mudar de profissão? Por quê?

Escola/educação

- 1- Para você, o que significa estar na escola?
- 2- Em sua opinião estudar pode te ajudar a realizar os seus sonhos? Se sim – Como?
- 3- Em sua opinião estudar pode te ajudar a futuramente conseguir outro emprego? Se sim – Como?
- 4- O que lhe motiva a continuar estudando?
- 5- **Se em algum momento parou de estudar.** Por que você parou os seus estudos?
Em que série você estava quando parou?
- 6- Você estava trabalhando quando parou de estudar? **Se sim** - Você acha que o seu trabalho atrapalha os seus estudos?
- 7- Você encontrou dificuldades ao retornar a estudar?
- 8- Você estava trabalhando quando decidiu retomar os estudos? **Se sim** – O fato de você está estudando, causa alguma reação por parte de sua empregadora?
- 9- Você pretende continuar estudando? **Se sim** – Até que grau você pretende cursar (continuar estudando)?
- 10- Em sua família, existe diferença no tratamento dado às meninas e aos meninos?

Se sim – o que você acha dessa diferenciação? Você acha que é difícil ser menina (moça)? E ser menino (rapaz)?

11- Em sua opinião é diferente educar menino e menina? **Se sim** -Você poderia comentar três diferenças entre os meninos e as meninas?

12- Para você há diferença de comportamento entre os meninos (rapazes) e as meninas (moças)? – **Se sim** - Essa diferença é algo que vem naturalmente?

Lazer/amizades/namoro

1- Além da escola, você faz parte de algum grupo? Por exemplo, grupo da igreja, de música, de dança, de artesanato etc.?

2- Em sua casa, alguém controla os seus horários de sair e chegar em casa?

3- Em casa há diferença de horários para os meninos e as meninas?

4- Há diferença dos lugares que os meninos e as meninas podem frequentar?

5- Você tem namorado ou se relaciona com alguém?

Se sim – Há quanto tempo você se relaciona com essa pessoa?

Qual a diferença entre namorar e ficar?

6- Você pretende se casar? Como você vê o casamento?

Se sim - Como acha que será formar outra família?

Infância/ juventude

1- O que você acha da sua idade?

2- O que você se lembra da sua infância?

3- O que é ser criança?

4- Até quando uma pessoa é criança?

5- Em sua opinião, as crianças têm problemas? **Se sim** – Quais? Em sua opinião as crianças sabem enfrentar com esses problemas? Como?

6- Quais são as alegrias das crianças?

7- O que é ser jovem?

8 - Se você fosse falar dos jovens, o que você diria?

9- Como você vê as jovens (sexo feminino)? E os jovens (sexo masculino)?

10- **Se for jovem** - Quem é você nesta juventude de hoje?

11- Para você, os jovens têm problemas? Se sim – Quais? Em sua opinião os jovens como os jovens lidam com esses problemas?

12- Quais são as alegrias dos jovens?

13- Até quando vai o período de juventude de uma pessoa?

14- O que é ser adulto?

Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Tem alguma coisa que eu não te perguntei e você acha importante?

Apêndice G

Roteiro de entrevista semi - estruturada para os responsáveis /pais

Família

- 1- Qual a idade do (a) senhor (a)?
- 2- Em que lugar o (a) senhor (a) nasceu?
- 3- Se o (a) senhor (a) fosse se apresentar, o que o diria?
- 4- Na sua casa como é a divisão das tarefas domésticas?
- 5- Na divisão das tarefas há diferença entre o que os homens e as mulheres fazem?
- 6- Em sua família, há alguma participação do seu marido, de outros membros familiares como os seus filhos (os homens) na realização das tarefas domésticas?
- 7- Qual a sua opinião sobre os homens realizarem as tarefas domésticas?
- 8- Em sua família, existe diferença no tratamento dado às meninas e aos meninos?

Labor doméstico

- 1- Em sua opinião qual a melhor idade para uma pessoa começar a trabalhar?
- 3- A sua família participa, acompanha como se desenvolve o atual trabalho (nome da criança ou jovem)?
- 4 – O (a) senhor (a) acha que a empregada doméstica deve ser registrada, receber 13º salário, férias, FGTS depositado?
- 5 – No caso do (nome da criança ou jovem), ele recebe algum desses benefícios? O que o (a) senhor (a) acha do salário e das condições de trabalho do (a) (nome da criança ou jovem)?
- 6 – O (a) senhor (a) lembra de (nome da criança ou jovem) ter sofrido algum acidente, caído, se cortado, no último ano?
- 7 - Quando (nome da criança ou jovem) fica doente, o que ele faz em relação ao emprego?
- 8- O (a) senhor (a) sabe dizer quais foram as exigências dos patrões do (nome da criança ou jovem) para contratá-lo?
- 9- Para o (a) senhor (a) há pontos positivos no fato de (nome da criança ou jovem) começar a trabalhar cedo?
- 10- Há pontos negativos?
- 11- Existe alguma preocupação do (a) senhor (a) em relação às práticas (às atitudes e aos comportamentos) dos filhos do patrão com (nome da criança ou jovem)?
- 12- Em sua opinião, o que é diferente para (nome da criança ou jovem) nas tarefas realizadas na casa do patrão e aqui dentro de sua casa?
- 13- E o que é igual?
- 14- Para o senhor o que significa trabalhar?
- 15- E o que significa o emprego doméstico?

16- O (a) senhor (a) acha que a profissão de empregado doméstico tem problemas? Se sim – quais?

17- O (a) senhor (a) acha que a profissão de empregado doméstico tem vantagens? Se sim – quais?

18- Dificilmente os homens trabalham no emprego doméstico, na parte de cuidados com a casa ou cuidados com a criança. O que o (a) senhor (a) acha disso?

19- Suponhamos que o (a) senhor (a) tivesse um menino, qual a sua opinião dele cuidar da casa e de crianças?

20- Quais os fatores que levaram (nome da criança ou jovem) a optar por este trabalho?

21- O (a) senhor (a) apoiaria a (nome da criança ou jovem) a estar mudando de profissão? Se sim – como?

Escola/ educação

1-Para você, o que significa (nome da criança ou jovem) estar na escola?

2- Em sua opinião estudar pode ajudar na realização dos sonhos da (nome da criança ou jovem) **Se sim** – Como?

3- Em sua opinião estudar pode ajudar a futuramente a (nome da criança ou jovem) conseguir outro emprego melhor? **Se sim** – Como?

4- O (a) senhor (a) gostaria que (nome da criança ou jovem) estudasse até que grau?

5- Em sua opinião é diferente educar menino e menina? **Se sim** – O (a) senhor (a) poderia comentar três diferenças entre os meninos e as meninas?

6- Para o (a) senhor (a) há diferença de comportamento entre os meninos (rapazes) e as meninas (moças)? – **Se sim** - Essa diferença é algo que vem naturalmente?

Lazer/amizades/namoro

1- (nome da criança ou jovem) tem amigos? **Se sim** - O (a) senhor (a) os conhece? Como é a convivência do (nome da criança ou jovem) com os grupos de amigos?

2- Além da escola, (nome da criança ou jovem) faz parte de algum grupo? Por exemplo, grupo da igreja, de música, de dança, de artesanato etc.?

3- Em sua casa, alguém controla os horários de (nome da criança ou jovem) sair e chegar em casa?

4- Em casa há diferença de horários para os meninos e as meninas?

5- Há diferença dos lugares que os meninos e as meninas podem frequentar?

6- Em caso de criança - Como e com que (nome da criança) costuma brincar?

Existe alguma brincadeira que O (a) senhor (a) não gosto que ele (a) brinque? **Se sim** – Por quê?

7- No caso dos jovens-(nome da criança ou jovem) lhe conta sobre as amizades, os planos de namoro, casamento? O (a) senhor (a) tem alguma preocupação em relação a esses assuntos?

Infância/ juventude

- 1- O que o (a) senhor (a) acha da idade (nome da criança ou jovem)?
- 2- Em sua opinião, o que é ser criança?
- 3- Até quando uma pessoa é criança?
- 4- Em sua opinião, as crianças têm problemas? **Se sim** – Quais? Em sua opinião as crianças sabem enfrentar com esses problemas? Como?
- 5- Quais são as alegrias das crianças?
- 6- O que é ser jovem?
- 7 - Se você fosse falar dos jovens, o que você diria?
- 8- Como o (a) senhor (a) vê as jovens (sexo feminino)? E os jovens (sexo masculino)?
- 9- Em sua opinião, os jovens têm problemas? Se sim – Quais? Em sua opinião os jovens como os jovens lidam com esses problemas?
- 10- Quais são as alegrias dos jovens?
- 11- Até quando vai o período de juventude de uma pessoa?
- 12- O que é ser adulto?

O (a) senhor (a) gostaria de falar mais alguma coisa?

Tem alguma coisa que eu não lhe perguntei e o (a) senhor (a) acha importante?

Apêndice H



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – Campus de

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu Juliana Nicolau, aluna do curso de mestrado da Universidade Estadual Paulista (UNESP), na cidade de Marília, estou realizando uma pesquisa **“O labor doméstico infanto-juvenil: a construção social de feminilidades, masculinidades, juventudes e infâncias”**, sob a orientação da professora doutora Ethel Volfzon Kosminsky, que trabalha na UNESP.

Nessa pesquisa queremos investigar o processo de construção da infância e da juventude (adolescência) e dos papéis definidos para os homens e as mulheres. O estudo será realizado na cidade de Marília/SP, com crianças e jovens com idade entre 9 e 17 anos, empregados domésticos e, se possível, com os seus pais ou responsáveis e patrões.

Para realizarmos a pesquisa, precisamos conversar com vocês e, provavelmente, isso ocorrerá mais de três vezes. As atividades da pesquisa ocorrerão em dia, local e horário escolhidos por vocês. Se aceitarem participar, primeiramente, teremos um bate-papo. Depois marcaremos um dia para aplicarmos um questionário. Ele tem como objetivo conhecer melhor a história da família e há perguntas sobre a infância, a juventude, o trabalho doméstico, o lazer, os relacionamentos com outras crianças, jovens e adultos. O questionário será lido, explicado e pode ser preenchido tanto pelo participante como pela pesquisadora.

Mais para frente, agendaremos dias e horários para fazermos as entrevistas. Elas serão individuais, dirigidas pela pesquisadora e gravadas em fita cassete. As perguntas das entrevistas têm como objetivo identificar informações importantes para a compreensão da infância, da juventude, dos papéis de meninas-mulheres e meninos-homens e da realização do trabalho doméstico para outras pessoas.

Os seus nomes não serão colocados nos resultados da pesquisa e para que ninguém, além de nós, possa os identificar, gostaríamos que as crianças, os jovens e seus pais/responsáveis e patrões escolhessem um outro nome.

Vocês, os participantes da pesquisa, não serão expostos a qualquer perigo. As participações não são obrigatórias e vocês têm a liberdade para desistir da participação a qualquer momento, sem prejuízo moral ou material.

Também lhes garantimos o direito de receberem esclarecimentos de eventuais dúvidas, antes, durante e após o desenvolvimento da pesquisa. Assim sempre que vocês tiverem uma pergunta para nos fazer, fiquem à vontade. Vocês recebem uma cópia do termo onde constam os números de telefones e endereços para contatos.

Os dados obtidos nos questionários e nas entrevistas serão passados para o papel e transformado em um trabalho, que será apresentado em forma de relatório para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e também em artigos publicados em revistas e reuniões científicas.

Assim, caso concordem com estas condições, pedimos que assinem o termo e nos autorize a:

- () aplicação do questionário;
- () gravar as entrevistas em fita cassete, caso não se sinta envergonhado;
- () utilizar as informações dada por você no questionário e nas entrevistas;
- () utilizar o nome que vocês escolheram para se identificarem.

Nome da criança/jovem	Nome do empregador/ RG nº
Nome do responsável/ RG nº.	Assinatura do empregador
Assinatura do responsável	Assinatura da pesquisadora

Endereço: Rua Prudente de Moraes, 1090 fundos, Jd. Marília.

Para maiores informações e esclarecimentos, pedimos a gentileza de entrarem em contato com o número do telefone da UNESP (14) 3402-1300 ramal 1340 e da pesquisadora (14) 3422-5819/(11) 3982-3046.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)